

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Patrícia Michelle de Oliveira Freire**

**AS CAMINHADAS E O SUJEITO-CAMINHANTE:** significados e compreensões do *ato de caminhar* na “natureza”.

Juiz de Fora

2020

**Patrícia Michelle de Oliveira Freire**

**AS CAMINHADAS E O SUJEITO-CAMINHANTE:** significados e compreensões do *ato de caminhar* na “natureza”.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Dinâmicas Espaciais.

**Orientador (a):** Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto.

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Freire, Patrícia Michelle de Oliveira.

AS CAMINHADAS E O SUJEITO-CAMINHANTE : significados e compreensões do ato de caminhar na “natureza” / Patrícia Michelle de Oliveira Freire. -- 2020.

198 f. : il.

Orientador: Vicente Paulo dos Santos Pinto

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

1. Ato de caminhar. 2. Uso público. 3. Sujeito-caminhante. 4. Parques. 5. Questão ambiental. I. Santos Pinto, Vicente Paulo dos , orient. II. Título.

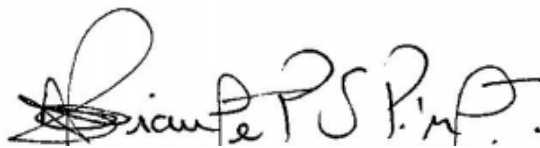
Patrícia Michelle de Oliveira Freire

**AS CAMINHADAS E O SUJEITO-CAMINHANTE:** significados e compreensões do *ato de caminhar* na “natureza”.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 01 de dezembro de 2020.

**Banca Examinadora**



---

Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto – Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Prof. Dr. Mauro Guimarães  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Dedico esse trabalho à minha amada avó Dona Ninita (*in memoriam*) que, mesmo nesse mundo tão duro, me mostrou a importância de ser fiel a quem sou e ao que acredito e, com isso, me ensinou muito sobre fé, força e esperança.

## AGRADECIMENTOS

Acredito profundamente que qualquer trabalho de vida — representativo da nossa visão de mundo, do nosso *ser e fazer* no mundo — compreende um esforço que nunca é individual. Portanto, asseguro que esse trabalho também foi tecido por todas e por todos que me transmitiram [e me transmitem] todo o afeto, todo o apoio e todos os ensinamentos necessários para a construção apresentada aqui.

A tarefa de concluir esse projeto um pouco mais distante de pessoas que são tão importantes em minha trajetória foi desafiadora, mas, também, uma grande conquista.

Manifesto minha mais profunda gratidão ao “seu” Fernando, meu pai. Adentrar pelos caminhos construídos aqui não seria possível sem seu apoio — não apenas seu apoio concreto, mas principalmente seu incentivo e sua confiança em minha capacidade.

Minha querida Claudinha, que cuidou e cuida, até hoje, com tanto carinho dos meus passos: você é meu porto seguro e agradeço muito por tê-la em minha trajetória!

Às mulheres de minha vida: Ana, Goodgod, Luiza, Rebeca e Renata, vocês tornam minhas caminhadas por essa vida mais leves e prazerosas. Sou grata por compartilhar tantas histórias e tantos caminhos sensacionais com mulheres tão fantásticas!

Pedrinho, obrigada por me encorajar e por vir de encontro ao meu caminho durante esse desafio! Construir essa e outras andanças ao seu lado tem sido uma bela aventura, portanto, eu fico muito agradecida por nossos caminhos terem se cruzado!

À Vivi, minha estimada camarada de mestrado e à querida arquiteta Ana: vocês são presentes que Juiz de Fora me deu e sou muito grata por todos os nossos singelos momentos de carinho e descontração!

Ao meu orientador, prof. Vicente: sou muito agradecida por sua parceria iluminada durante esse caminho! Em especial, pelos diálogos abertos e por seu precioso incentivo à minha autonomia.

Agradeço aos professores Mauro Guimarães e Altair Sancho por comporem a banca de qualificação e por suas cuidadosas contribuições e seus importantes encaminhamentos.

Grata à prof<sup>a</sup>. Fabiana Almeida que contribuiu muito para o pontapé inicial desse projeto. Nossas trocas foram fundamentais e me incentivaram a alargar meus caminhos!

Aos sujeitos e aos grupos que construíram essa caminhada ao meu lado: meu sincero agradecimento e reconhecimento de que foram essenciais para esse trabalho. A todas e a todos de Alagoa/MG e Aiuruoca/MG que me ouviram, me apoiaram e deram força para essa caminhada: sou grata!

Deixo aqui também meu agradecimento ao Instituto Estadual de Florestas, especialmente, na figura da Lorena, gerente do Parque Estadual da Serra do Papagaio (PESP).

Por fim, agradeço ao PPGEO e à UFJF que, agora, fazem parte da minha caminhada e me levam a encarar novos caminhos!

*“Enquanto a humanidade está se distanciando do seu lugar, um monte de corporações espertalhonas tomam conta e submetem o planeta: acabam com florestas, montanhas, transformam tudo em mercadorias. Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza” (Ailton Krenak, 2020).*



## RESUMO

A presente pesquisa tem a reflexão sobre o *ato de caminhar* na “natureza” como seu fio condutor. Para construir tal reflexão, a investigação tem como recorte a caminhada realizada nos parques que é, por sua vez, uma forma de uso público dessas unidades de conservação (UCs). A discussão proposta pela pesquisa questiona o forte otimismo presente na abordagem convencional desse uso público, reconhecido como uma prática certa para o tratamento de questões complexas — como a aproximação entre sociedade e natureza. Contudo, não se discute que tal ímpeto de aproximação é direcionado quase que exclusivamente às populações urbano-industriais e fundamentado em uma visão dicotômica permeada pelo *mito moderno da natureza intocada* (DIEGUES, 2008). Portanto, utilizaremos essa discussão sobre o uso público para compreender o significado do ato de caminhar praticado nos parques — especificamente, no Parque Estadual da Serra do Papagaio (PESP) — para os sujeitos e, ainda, refletir sobre os (possíveis) efeitos que essa prática tem na relação do praticante com a “natureza não-humana”. A proposta metodológica do trabalho se alinha a uma abordagem qualitativa e reconhece a pesquisa participante como caminho metodológico (SCHMIDT, 2006). A pesquisa se alicerça em quatro eixos estruturadores, sendo eles: 1) O Ato de caminhar: apontando os significados culturais do caminhar, assim como sua ligação com a natureza a partir do contexto do romantismo; 2) Relação sociedade-natureza e proteção ambiental: evidenciando as raízes da ideia de “natureza selvagem” e os arranjos da criação dos parques no Brasil para, com isso, abordar o tema do uso público; 3) As caminhadas na “natureza” e os sujeitos-caminhantes: apresentando uma discussão sobre o caráter das caminhadas na “natureza” em tempo atuais e sobre o “sujeito-caminhante”; 4) A vivência em campo: trazendo as interpretações e reflexões centrais da pesquisa com base no trabalho de campo. Essas interpretações estão organizadas em quatro blocos delineados a partir do “onde”, do “quando”, do “por que” e do contexto das caminhadas na “natureza”. A partir dessa discussão, são traçadas quatro categorias de análise com intuito de discutir o sujeito-caminhante ou, ainda, o processo de *fazer-se sujeito* pela caminhada: o visitante, o trilheiro, o caminhante e o sujeito-caminhante. Com as reflexões e as categorias em mente, apresentamos a compreensão pretendida sobre o significado do ato de caminhar nos parques e os efeitos dessa prática nas relações dos sujeitos da pesquisa com a natureza “não-humana”.

**Palavras-chave:** Ato de caminhar, Uso público, Sujeito-caminhante, Parques, Questão ambiental.

## ABSTRACT

This research has the reflection on the act of walking in "nature" as its main theme. In order to build such a reflection, the research focuses on the walking done in parks which is, in turn, a form of public use of these conservation units. The discussion proposed by the research questions the strong optimism present in the conventional approach towards this public use, which recognizes it as a treatment for complex issues — such as the approximation between society and nature. However, it is not disputed that such an impetus for approximation is directed almost exclusively at urban-industrial populations and based on a dichotomous vision permeated by the *modern myth of untamed nature* (DIEGUES, 2008). Therefore, we will use this discussion about public use to understand the meaning of the act of walking in parks — specifically, in the Serra do Papagaio State Park — for the subjects and, also, reflect about the (possible) effects that this practice has in the relation of the practitioner with the "non-human nature". The methodological proposal of the work is aligned with a qualitative approach and recognizes the participating research as a methodological path (SCHMIDT, 2006). The research is based on four structuring axes: 1) The act of walking: highlighting the cultural meanings of walking, as well as its connection with nature from the context of romanticism; 2) The relationship between society-nature and environmental protection: highlighting the roots of the idea of "wilderness" and the arrangements for the creation of parks in Brazil to address the issue of public use; 3) Walks in "nature" and the walking subjects: presenting a discussion on the character of "nature" walking in current times and on the "walking subject"; 4) The field experience: bringing the interpretations and central reflections of research based on field work. These interpretations are organized in four blocks outlined from the "where", the "when", the "why" and the context of "nature" walking. Based on this discussion, four categories of analysis are outlined in order to discuss the walking subject or the process of becoming a subject through walking: the visitor, the hiker, the walker and the walking subject. With the reflection and categories in mind, we present the intended understanding of the meaning of walking in parks and the effects of this practice on the relationships of research subjects with "non-human" nature.

**Keywords:** Walking, Public Use, Walking Subject, Parks, Environmental Issue.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização do Parque Estadual da Serra do Papagaio e dos municípios componentes de seu território. ....	98
Figura 2 - Mapa de localização dos pontos de entrada para as trilhas do Pico do Papagaio no PESP - MG. ....	102
Figura 3 - Cadeado da porteira (A), Placa informativa da construção da Sede em Fevereiro/2007 (B), Placa indicativa na porteira “Sede Administrativa Parque Estadual da Serra do Papagaio” (C), Sede Administrativa PESP (D). Fonte: Patrícia Freire. ....	103
Figura 4 - Placa indicando o ponto de apoio do parque (A), Placa indicando distância de 1,85km do ponto de apoio (B), Aviso para autopreenchimento do “registro de visitação online” (C) e Contêiner do parque fechado (D). Fonte: Patrícia Freire. ....	104
Figura 5 - Mapa de localização do território de Aiuruoca - MG. ....	107
Figura 6 - Gráfico dos setores de ocupação da população com 18 anos ou mais. Elaborado pela autora com base no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2010). Disponível em: < <a href="http://atlasbrasil.org.br/">http://atlasbrasil.org.br/</a> >. ....	109
Figura 7 - Mapa de localização do território de Alagoa - MG. ....	111
Figura 8 – Gráfico dos setores de ocupação da população com 18 anos ou mais de Alagoa - MG. Elaborado pela autora com base no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2010). Disponível em: < <a href="http://atlasbrasil.org.br/">http://atlasbrasil.org.br/</a> >. ....	113
Figura 9 – Mapa das caminhadas realizadas em campo para o Pico do Papagaio. ....	115
Figura 10 – Mapa das caminhadas realizadas em campo no vale do Matutu. ....	115
Figura 11 - Placa do PESP informando trajeto Trilha Norte (A), Início da trilha (B), Placa da área de RPPN Fragalha (C), Placas do parque de instruções e proibições (D). Fonte: Patrícia Freire e Pedro Chaves. ....	117
Figura 12 - Fotografia de todos em um ponto com vista para o Pico do Papagaio ao fundo. Fonte: Pedro Chaves. ....	118
Figura 13 - Trecho com placa indicativa de "cuidado, risco de queda" (A), Momento da subida com acompanhamento do guia e dificuldade do grupo (B), Momento de chegada ao pico (C) e Entrevista no pico (D). Fonte: Pedro Chaves. ....	119
Figura 14 - Momento inicial da caminhada (A), Placas informativas do PESP (B). Fonte: Pedro Mota. ....	121
Figura 15 - Casal ao fim da trilha com tempo nublado (A), Foto do grupo no "Portal do Papagaio" (B) e Momento da entrevista (C). Fonte: Pedro Chaves. ....	124
Figura 16 - Início da caminhada com o grupo, trilha mais larga (A), Grupo mais próximo durante a caminhada (B) e Placa na entrada do Matutu informando os valores para estacionamento (C). Fonte: Patrícia Freire e Pedro Mota. ....	126

Figura 17 - Trechos de travessias de cursos d'água, ilustrando as situações de ajuda mútua. Fonte: Pedro Chaves.....	128
Figura 18 - Entrevista com 'Objetiva' (à esquerda) e 'Engajada' (à direita). Fonte: Pedro Chaves. ..	128
Figura 19 - Momentos iniciais da caminhada, enquanto a trilha ainda estava mais aberta (A e B). Fonte: Pedro Chaves. ....	129
Figura 20 - 'Artista' e 'Visual' na base da cachoeira (A) e Momento de retorno com chuva, onde é possível ver todos com capa de chuva (B). Fonte: Pedro Chaves. ....	130
Figura 21 - Entrevista com 'Artista' e 'Visual' na lanchonete do Casarão. Fonte: Pedro Chaves.....	131
Figura 22 - Figura representativa das categorias de análise da pesquisa. Fonte: Elaboração própria.	163

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental.

APP - Área de Proteção Permanente.

ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico.

EUA - Estados Unidos da América.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes Conservação da Biodiversidade.

IEF - Instituto Estadual de Florestas.

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

ITC - Conferência Técnica Internacional sobre Proteção da Natureza.

MMA - Ministério do Meio Ambiente.

OMT - Organização Mundial de Turismo.

ONG - Organização Não Governamental.

PESP - Parque Estadual da Serra do Papagaio.

REDES - Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

RESEX - Reserva Extrativista.

RL - Reservas Legais.

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

TI - Terras Indígenas.

UC - Unidade de Conservação.

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora.

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais.

UIPN - União Internacional para a Proteção da Natureza.

UNSCCUR - Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1	CAMINHOS METODOLÓGICOS: percursos e desafios. ....	20
<b>2</b>	<b>O ATO DE CAMINHAR: sujeitos, naturezas e culturas.</b> .....	28
2.1	PRIMEIROS PASSOS: breve histórico sobre o ato de caminhar. ....	28
2.2	NATUREZA E CAMINHAR: passos que se unem. ....	37
<b>3</b>	<b>RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA E PROTEÇÃO AMBIENTAL: qual a natureza da “natureza protegida”?</b> .....	48
3.1	IDEIAS E VALORES SOBRE A NATUREZA: o contexto da “natureza selvagem”. .....	49
3.2	OS PARQUES NACIONAIS: modelo de proteção, modelo de natureza? .....	54
3.3	O MODELO BRASILEIRO: breve histórico e marcos legais. ....	56
3.4	USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: o que isso quer dizer?... 61	
3.4.1	<b>Uso Público: utilização pelo público ou uso coletivo do espaço público?</b> ....	68
3.5	O “NOVO RURAL”: rural-natural a serviço do turismo?.....	74
<b>4</b>	<b>AS CAMINHADAS NA “NATUREZA” E OS SUJEITOS-CAMINHANTES</b> .....	80
4.1	CAMINHADAS NA “NATUREZA”: um <i>onde</i> , um <i>quando</i> e um <i>por que</i> . ....	80
4.2	O SUJEITO-CAMINHANTE: algumas aproximações.....	89
<b>5</b>	<b>VIVÊNCIA EM CAMPO: a região do PESP e as caminhadas.</b> .....	97
5.1	CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOESPACIAL .....	97
5.1.1	<b>Aiuruoca</b> .....	106
5.1.2	<b>Alagoa</b> .....	110
5.2	AS CAMINHADAS NO PESP E OS SUJEITOS: a vivência em campo.....	114
5.2.1	<b>Primeira caminhada: Pico do Papagaio com guia.</b> .....	116
5.2.2	<b>Segunda caminhada: Pico do Papagaio sem guia.</b> .....	120
5.2.3	<b>Terceira caminhada: Cachoeira dos Fundos – Matutu.</b> .....	125
5.2.4	<b>Quarta caminhada: Cachoeira dos Fundos – Matutu.</b> .....	129
5.3	REFLEXÕES CENTRAIS .....	132

5.3.1	Pensando sobre o “onde”: os parques e o uso público. ....	133
5.3.2	Pensando sobre o “quando”: tempo livre e fuga da vida cotidiana na cidade. ....	143
5.3.3	Pensando sobre o ‘por que’: entre o “para si” e o “para o mundo”.....	151
5.3.4	Sujeito-caminhante: a consideração pelo contexto e a caminhada como um <i>fim em si</i> .....	161
5.3.5	Categorias em debate: o significado da caminhada para o visitante, o trilheiro e o caminhante. ....	172
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	176
	REFERÊNCIAS .....	186

## 1 INTRODUÇÃO

*“Poderia me dizer, por favor, que caminho devo tomar para ir embora daqui?”*

*‘Depende bastante de para onde quer ir’, respondeu o Gato.*

*‘Não me importa muito para onde’, disse Alice.*

*‘Então não importa que caminho tome’, disse o Gato.*

*‘Contanto que eu chegue a algum lugar’, Alice acrescentou à guisa de explicação.*

*‘Oh, isso você certamente vai conseguir’, afirmou o Gato, ‘desde que ande o bastante’” (CARROLL, 2009, p. 76-77).*

A aproximação com o tema de estudo, as caminhadas na natureza e as questões ambientais, está relacionada à trajetória acadêmica e também pessoal da pesquisadora. À época de ingresso na graduação em Turismo, na UFMG, me interessei pelo curso por entender que sua proposta colocava em evidência caminhos *não-convencionais* de estudo, buscando uma perspectiva multi-interdisciplinar em seu projeto pedagógico. Contudo, iniciando a graduação, não me identifiquei de imediato com as perspectivas ou abordagens trabalhadas. O tratamento predominantemente econômico e mercadológico empregado ao estudo do fenômeno turístico foi um fator, de início, desestimulante, já que como estudante, apreciava o contato com a variedade de temas e disciplinas que o curso poderia me proporcionar. Entretanto, sempre me recorro da oportunidade de abertura como uma das vantagens oferecidas pela escolha do Turismo.

Por isso mesmo, apesar de reconhecer essa linha predominante, pude me enveredar por outros caminhos e, com isso, me identificar com os temas que aqui apresento e discuto. Ao longo da graduação, o interesse pelas discussões ambientais foi sendo construído de maneira gradual. Na instituição em que me formei, o curso de Turismo faz parte do Departamento de Geografia, portanto, construí trocas e aproximações com algumas bases teórico-conceituais dessa área do conhecimento e, assim, pude aprimorar meus estudos no campo ambiental. Meu percurso nos estudos dessa temática também se entrelaça à minha trajetória de vida pessoal. Foi quando tive a oportunidade de me aproximar das práticas ligadas à natureza que me despertei para a complexidade das questões ambientais. Assim, para concluir a minha graduação, decidi trabalhar com o Ecoturismo, tema que considero próximo por minhas experiências pessoais e pelos caminhos disciplinares que escolhi traçar durante o curso. Estudando sobre o Ecoturismo, me deparei com os desafios da interpretação do fenômeno turístico como multifacetado, porém, muitas vezes, considerado de uma maneira engessada: segmento turístico ou prática de caráter educativo — e, portanto, transformador? Ao tratar das



atividades praticadas na “natureza” — como as caminhadas nos parques —, sabemos que a temática ecoturística se torna, por vezes, recorrente.

Em vista disso, como praticante de atividades consideradas “ecoturísticas” ou “alternativas”, sempre me questioneei sobre o que isso significava a respeito de mim e a respeito dos outros sujeitos com quem compartilhava essas práticas. Seríamos influenciados e sensibilizados ao praticar certas atividades na “natureza”? Isso afetaria nossas visões de mundo e nossas atitudes? Ou nossas visões de mundo e intenções já preexistentes que seriam o fator determinante para moldar nossa forma de realizar essas práticas e de nos relacionar com a “natureza”? Assim, a partir de minhas inquietações e meus estudos prévios, me debrucei sobre a reflexão a respeito do ecoturismo como caminho para a formação de sujeitos ecológicos. Portanto, pude me aproximar dos debates ambientais ligados às áreas do turismo, da geografia, da educação, entre outros. Foi a partir da construção da monografia de conclusão de curso que me despertei para o tema em questão e quis dar continuidade aos estudos. Ficou claro para mim que a finalização da monografia era um passo inicial para considerar as reflexões que me afetavam. Logo, me vi disposta e comprometida a seguir me aprofundando nessas questões.

Minhas experiências como “ecoturista” sempre se deram, predominantemente, em unidades de conservação. Principalmente nos parques, por sua divulgação e popularidade — e, avançado em meus estudos, pude perceber que a visitação a essas UCs têm ganhado muita visibilidade. Particularmente, reconheço que, em minhas visitas iniciais, não tinha conhecimento de que estava em uma unidade de conservação ou até mesmo sabia que parques são UCs — o que, talvez, aconteça também com muitos outros visitantes —, já que o caminhar pelas trilhas não respeita aqueles limites estabelecidos juridicamente. Mas, aos poucos, fui me aproximando de outros estudantes também interessados por esse tema e aprofundando meus conhecimentos. Eventualmente, tive oportunidade de me aproximar também do contexto da gestão do uso público em UCs, participando de atividades voltadas ao planejamento e implementação de trilhas<sup>1</sup> e conhecendo os atores envolvidos nesses processos.

Assim, fui me direcionando para a reflexão sobre o ato de caminhar. Conhecer os parques, pela caminhada, foi se tornando uma prática costumeira e, inevitavelmente, pensar sobre o caminhar nos parques também. Nessas caminhadas, o contato e as trocas com outros caminhantes eram frequentes e, com isso, fui conhecendo um pouco sobre esses outros

---

<sup>1</sup> Essa experiência se deu junto ao Parque Nacional da Serra do Cipó, no Projeto Travessia e foi realizada no ano de 2015.

sujeitos e sobre suas caminhadas. Nesses contextos, fui reconhecendo algumas indagações que considerei relevantes, principalmente, quando me propus a relacionar com mais profundidade a prática da caminhada como uma forma de uso público nos parques. Então, fui buscando aprimorar algumas questões que se colocaram a partir de minhas experiências. Afinal, por que eu e todas essas pessoas com quem cruzei e compartilhei caminhos por esses anos escolhem caminhar? E por que caminhar nos parques? Quero dizer, qual a singularidade do caminhar nos parques para os caminhantes? Em quê isso nos afeta ou afeta nossa relação com o que reconhecemos como “natureza” — se é que afeta de alguma maneira?

Foi aprofundando nos estudos sobre as unidades de conservação e sobre o caminhar que pude aprimorar minhas questões e direcionar minhas interrogações, de maneira proveitosa, para refletir sobre a própria relação entre sociedade e natureza na contemporaneidade. Assim, compreendo que as UCs são um recorte pertinente para essa reflexão, já que exprimem uma *visão específica* — que se quer *única* — de natureza e, portanto, refletem uma forma específica de se relacionar com ela. Reconheço essa visão, em concordância com outros autores<sup>2</sup>, como dominante, mas não única. Essa visão seria fortemente permeada pelo *mito moderno da natureza intocada*, trabalhado por Diegues (2008). Nesse sentido, comecei a pensar se essa visão dominante poderia afetar a relação que os sujeitos-caminhantes constroem com a natureza em seus contatos nos parques. Afinal, os parques são unidades de conservação de proteção integral, ou seja, em que não é permitida a permanência humana para além da visitação, recreação ou pesquisa — nesse sentido, permitem apenas um contato pontual com aquela natureza nomeada “protegida”.

Graduando-me em Turismo, tive conhecimento de narrativas que tratavam o uso público nos parques com forte otimismo, no sentido de reconhecê-lo como uma direção certa para o tratamento de temas significativos<sup>3</sup>. Assim, percebi que o discurso institucional e também de parte do meio acadêmico, pode ser ligeiro e afiado ao lembrar os — possíveis? — benefícios gerados pelo uso público dos parques. Esse uso público — considerado, de maneira geral, como a utilização dos parques pelo público — é concebido, predominantemente, como sinônimo de visitação e de turismo nessas UCs. Visitação e turismo são, então, nessas narrativas, associados ao “almejado” desenvolvimento econômico — às possibilidades de geração de divisas, de dinamização da economia local e afins. Contudo, são também relacionados às oportunidades de “[...] aproximar a sociedade da

---

<sup>2</sup> Diegues (2008), Godoy (2000).

<sup>3</sup> Como, por exemplo, a ênfase nessas atividades como meios para a aproximação entre sociedade e natureza, a educação ambiental, a conscientização ambiental, entre outros.

natureza”<sup>4</sup> e de propiciar “[...] maior interação entre o visitante e a natureza”<sup>5</sup> o que denota claro apelo ambiental e educativo. Nesse sentido, reconheci que, na abordagem oficial do uso público, há um enfoque que se desloca, conforme os interesses envolvidos, entre concebê-lo pelo seu conteúdo ambiental-educativo ou pelo seu ambicionado incremento econômico-financeiro.

Esse panorama otimista em se tratando do uso público nas UCs foi se contrastando, pelo que pude reconhecer, com algumas realidades, por vezes, ofuscadas no cenário de discussões sobre esse tema. O contexto de estabelecimento das UCs, muitas vezes, nega a complexidade das problemáticas ambientais ao obscurecer ou negligenciar o contexto político e social repleto de tensões e conflitos em que se encontram. Assim, pelo discurso dominante, esquiva-se da discussão referente às distintas racionalidades de apropriação da natureza e das relações de poder inseridas aí — especialmente, quando se considera a “sociedade” como degradadora, contudo, sem levar em consideração as divisões e distinções em seu interior. Portanto, se levarmos em consideração que esse discurso tem grande força no contexto dos parques, precisamos admitir que ele também pode exercer sua influência sobre a prática do caminhante, levando-o a uma leitura fragmentada da problemática ambiental. Como um exemplo, lembro o debate relativo às questões étnicas e sociais alinhadas aos conflitos relacionados aos parques, visto que muitos desses territórios já eram habitados por populações tradicionais.

Segundo Diegues (2008), o processo de estabelecimento dos parques, a partir daquela visão específica que compreende toda ação humana como degradadora, expulsa essas populações de seus territórios ancestrais em prol de uma visão dicotômica da relação sociedade-natureza. Essa visão dicotômica constitui o ideário conservacionista que dá base ao nosso modelo de proteção da natureza e, com relação aos parques, esse ideário vai sustentar a remoção da vida humana uma vez presente ali — afastando seus modos de vidas, suas relações sociais, suas variadas formas não-hegemônicas de apropriação da natureza, enfim, afastando toda sua diversidade social e cultural. A criação dessas UCs vai se dar em prol da conservação da biodiversidade, justificando-se pela importância e necessidade de tal ação, mas também se amparando em outras justificativas no sentido de legitimar sua constituição perante a sociedade — priorizando a conservação, contudo, sem se “esquecer” dos outros fatores.

---

<sup>4</sup> MMA, 2006, p. 13.

<sup>5</sup> MMA, 2011, p. 5.

No caso dos parques, o uso público sob a égide de “aproximar a sociedade da natureza” pode atuar, então, para legitimar socialmente não só a existência dessas UCs, mas ainda a própria visão de natureza construída pelo modelo de proteção dos parques. Não se almeja aqui, portanto, contestar a importância da proteção da diversidade biológica no cenário atual. Por outro lado, se pretende pensar o uso público realizado nos parques para refletir sobre como esse ideário conservacionista pode repercutir na relação que os sujeitos que praticam o uso público na forma das caminhadas constroem com a natureza. Com isso, vale pensar ainda na própria relação entre a sociedade e a natureza na contemporaneidade, já que essa forma de se relacionar com a natureza tem sido cada vez mais procurada, principalmente, pelas populações urbano-industriais.

Por sua vez, essas populações urbano-industriais são, majoritariamente, a parcela de população que se beneficia pelo usufruto dos parques por meio do uso público. Diegues (2008) salienta que, nessa cultura urbano-industrial, a reprodução do mito moderno da “natureza intocada” — ou da “natureza selvagem” — gerou um quadro de (res)significação da “natureza”. Dessa forma, para essas populações, a “natureza” passou a representar um “paraíso perdido” onde é possível se reencontrar e se recuperar da vida estressante e do trabalho mecanizado das cidades. Os parques vão se apresentar, então, como propícios para cumprir esse papel, já que além de se afirmarem a partir desse mesmo mito, vão também ser colocados como acessíveis e à disposição para esses sujeitos realizarem aqueles usos específicos — por vezes, tomados estritamente como visitação e turismo.

Nesse sentido, duas observações valem ser pontuadas: a primeira é que, em termos institucionais e até mesmo no cenário acadêmico, na defesa da relevância desse uso público para a aproximação entre *sociedade* e natureza, convenientemente, evita-se apontar que, na verdade, esse ímpeto de aproximação é direcionado quase que exclusivamente às populações urbano-industriais — ou seja, uma *parcela específica* da sociedade. Até por que, as populações tradicionais — indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, caiçaras, pescadores, camponeses... — que mantém modos de vida e formas distintas de apropriação da natureza são, nos processos de constituição dos parques, afastadas e, com isso, muitas vezes acabam sendo impedidas de continuarem sustentando suas vidas em proximidade — ou integração — com a natureza. Assim, é importante reconhecer o quadro de injustiça ambiental presente nesses contextos que, pelo contrário, acaba sendo desconsiderado ou ofuscado.

A segunda observação diz respeito ao próprio ímpeto de aproximação destinado às populações urbano-industriais. Compreende-se, pelo discurso dominante, que a inserção pontual — pelo uso público — desses sujeitos nos ambientes dos parques proporcionaria uma

transformação em suas visões sobre a natureza, contribuindo para que se tornassem conscientizados<sup>6</sup>. Com isso, continua-se alimentando, nesses sujeitos, a necessidade de se afastar de seus ambientes de vida — as cidades — para se encontrar com uma natureza que só é possível de ser conservada, se isolada da vida humana. Portanto, cabe pensar nos efeitos que o uso público tem provocado. Afinal, o que esse uso público tem proporcionado para essas populações urbanas e industriais? Ou seja, se concordamos que é essa parcela específica da população que deveria ser beneficiada pelo modelo vigente, cabe se perguntar se esses sujeitos têm sido beneficiados — até por que, é válido o questionamento sobre as intenções desse discurso: o que se almeja seria a conscientização ou a construção de defensores da conservação para garantir a reprodução desse modelo de conservação da natureza e atingir, então, a sua legitimação?

Nessa perspectiva, buscando apresentar as delimitações desse trabalho, me encaminho para discutir uma das formas de uso público, atualmente, mais populares nos parques: as caminhadas. As caminhadas são uma das iniciativas de uso público mais incentivadas e divulgadas por parte da gestão dos parques. O documento das “Diretrizes para visitação em unidades de conservação” do Ministério do Meio Ambiente (2006) destaca que “A caminhada é uma das formas mais frequentes de acesso e utilização das Unidades de Conservação” (p. 60), sendo que tanto nos parques nacionais quanto estaduais, conforme consta no “Diagnóstico da visitação nos parques”, as “caminhadas de um dia”<sup>7</sup> são apontadas como as atividades de maior ocorrência<sup>8</sup>. Assim, podemos perceber a importância que as caminhadas têm ganhado em termos da gestão do uso público<sup>9</sup> das UCs.

Levando em consideração a perspectiva dos sujeitos, de certa maneira, a caminhada é uma atividade acessível, já que não requer, necessariamente, uma infraestrutura avançada, nem equipamentos ou habilidades específicas para sua prática. Nesse sentido, poderíamos

---

<sup>6</sup> Segundo as Diretrizes para visitação em unidades de conservação do Ministério do Meio Ambiente, a visitação é um instrumento para “[...] despertar a consciência da importância da conservação dos ambientes e processos naturais, independentemente da atividade que se está praticando na Unidade de Conservação” (MMA, 2006, p. 13).

<sup>7</sup> Referência às caminhadas que tem início e fim no mesmo dia, sem necessidade de pernoite.

<sup>8</sup> No “Diagnóstico de visitação dos parques nacionais e estaduais” consta, no levantamento das atividades realizadas nos parques, que a atividade de maior ocorrência em parques nacionais, com 22,41%, são as caminhadas de um dia (MMA, 2005, p. 11) e em parques estaduais, com 23,33%, também (MMA, 2005, p. 29).

<sup>9</sup> Nesse sentido, destaco ainda que as caminhadas em trilhas têm ganhado forte centralidade para gestão do uso público, que tem investido em iniciativas como a RedeTrilhas. A Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade foi instituída, em 2018, por uma portaria interministerial — Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Turismo — e seu objetivo é “[...] reconhecer e proteger rotas de interesse natural, histórico e cultural, além de sensibilizar a sociedade para a importância do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc)” (ICMBIO, 2018, p. 6).

considerar o ato de caminhar como um ato simples e até mesmo inconsciente, afinal, colocar um pé na frente do outro é algo comum ou corriqueiro. Contudo, esse trabalho buscará pensar mais a fundo sobre o ato de caminhar para que, com isso, seja possível aprofundar em seus significados culturais e elucidar seus atravessamentos com o tema ambiental. Para isso, será também discutida a própria relação entre sociedade e natureza na modernidade ocidental para evocar os elementos relativos à construção social do conceito de natureza nesse contexto. Assim, abordarei como essa construção está presente no ideário conservacionista que fundamenta nosso modelo de proteção ambiental e, conseqüentemente, pensarei nos contornos e na extensão assumida por essa visão dominante, especificamente, na realidade dos parques.

A intenção principal é discutir a respeito das caminhadas nos parques como forma de uso público e, para isso, nossa problemática elege o sujeito-caminhante como sujeito ativo nessa prática, já que compreendo que o contato com a natureza não-humana<sup>10</sup> é construído por diferentes significados e interpretações. Nesse sentido, enfatizo que, em nossa discussão, o sujeito é considerado por sua articulação entre a experiência pessoal e a ação coletiva e, assim, não é tomado como um indivíduo isolado, mas como parte de um grupo que está inscrito em uma realidade social, política e cultural marcada por disputas e tensões. Por isso, a pesquisa foi construída cultivando proximidades e diálogos com esses sujeitos e, para isso, busquei conhecer as suas experiências e participar de suas realidades.

Logo, destaco a ênfase em uma visão socioambiental e compreensiva<sup>11</sup> pautada pela dialogicidade e por uma perspectiva interpretativa sobre as caminhadas nos parques. Assim, considero que a pesquisa justifica-se pela relevância do enfoque concebido, uma vez que dá destaque ao (re)conhecimento do sujeito-caminhante e de suas visões — sobre o ato de caminhar, sobre a natureza — no contexto de uso público nos parques. Com isso, evidencia esse contexto dos parques como um recorte pertinente para se pensar a leitura e a atuação dos sujeitos no âmbito da problemática ambiental.

Dessa forma, pode contribuir tanto para pensar criticamente o modelo tradicional do uso público — colocando em pauta suas limitações e desafios — quanto para discutir o papel

---

<sup>10</sup> Utilizo o termo “natureza não-humana” em referência à visão predominante da natureza como externa à sociedade e, portanto, quero destacar com esse termo aquela natureza composta tão somente por elementos físico-naturais.

<sup>11</sup> Segundo Carvalho (2008), diferente da visão explicativa-racional-objetificadora utilizada pelo paradigma científico hegemônico, para a visão compreensiva “[...] a verdade não é absoluta nem reside em uma ordem natural preestabelecida. Essa racionalidade compreensiva, fruto da crítica e da crise do paradigma moderno, busca superar as dicotomias entre natureza e cultura, sujeito e objeto, a fim de compreender a realidade como fruto do entrelaçamento desses mundos” (p. 118).

do sujeito como praticante desse uso público, uma vez que sua leitura sobre o ideário conservacionista pode ser reproduzida acriticamente ou construída reflexivamente. Logo, ressalto seu potencial em colaborar para fortalecer a perspectiva ambiental-educativa na qual se sustentam diversas práticas de uso público nas UCs — dentre elas, as caminhadas. Por fim, acredito que a pesquisa justifica-se ainda por sua relevância teórica, já que também almeja o aprofundamento da reflexão crítica acerca da enraizada relação sociedade-natureza o que, conseqüentemente, demonstra sua relevância socioambiental e política.

Portanto, mediante o contexto apresentado, essa pesquisa buscará enfrentar as seguintes questões: Qual o significado do *ato de caminhar* praticado nos parques para o sujeito-caminhante? A caminhada na “natureza” realizada nessas unidades de conservação tem efeitos na relação do praticante com a “natureza não-humana”? Assim, o objetivo central traçado pela pesquisa será: compreender o significado do *ato de caminhar* praticado nos parques — especificamente, no Parque Estadual da Serra do Papagaio (PESP) — para o sujeito-caminhante e, ainda, refletir sobre os (possíveis) efeitos que essa prática tem na relação do praticante com a “natureza não-humana”. Além disso, alguns objetivos específicos foram delineados, a saber:

- Refletir sobre o *ato de caminhar* na sociedade atual, considerando suas transformações históricas e os papéis assumidos por essa prática no presente;

- Compreender a construção do conceito de “natureza selvagem” na modernidade ocidental e suas repercussões na relação sociedade-natureza e na proteção ambiental;

- Conhecer as bases teórico-conceituais que fundamentam a proteção da natureza no país e, com isso, entender seus efeitos na relação entre o sujeito-caminhante e a “natureza protegida”;

- Interpretar as caminhadas praticadas nas unidades de conservação (no Parque Estadual da Serra do Papagaio) a partir da centralidade do sujeito-caminhante.

## 1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS: percursos e desafios.

A construção dos caminhos vivenciados na presente pesquisa foi tarefa desafiadora por si só, portanto, pensar o percurso delineado e realizado aqui foi também um exercício de pensar a própria ciência ou, na verdade, o “*fazer ciência*”. Já no traçar do projeto dessa pesquisa, a questão sobre o *como fazer* pairava sobre a mente, uma vez que o tema abordado é particularmente desafiante, afinal, a relação sociedade e natureza e a “questão ambiental” estão inscritas no debate teórico de diferentes áreas do conhecimento (HISSA, 2008). Em

vista disso, essa construção teve como ponto de partida o reconhecimento da complexidade dos temas tratados e, também, do necessário esforço de abertura em seu tratamento. Outros reconhecimentos originados de uma reflexão sobre as intencionalidades da pesquisa — o que se queria fazer, como fazer e para quê fazer — foram surgindo posteriormente.

A princípio, reconheci que, perante a pergunta de pesquisa delineada e, com ela, os objetivos traçados, a proposta metodológica que se alinharia ao trabalho seria bem contemplada por uma *abordagem qualitativa*. Com isso, quero dizer sobre os alicerces epistemológicos adotados na construção da pesquisa, ou seja, sobre os pressupostos e a perspectiva que balizará este trabalho. Acompanhando a reflexão de Santos *et al.* (2005), reconheço que, mediante os desafios surgidos da crise epistemológica da ciência moderna, precisamos cultivar "[...] uma atitude de questionamento e debate permanentemente aberto sobre o sentido e a aplicação dos diferentes saberes" (p. 25). Por isso mesmo, já de início, aponte a intenção de se construir uma discussão direcionada pela interdisciplinaridade, compreendida “[...] como um ‘estado de alerta’ [...] diante da perspectiva míope dos projetos científicos fragmentados” (HISSA, 2002, p. 262).

Portanto, fica explícita a preocupação com uma perspectiva dialógica e integradora do conhecimento que atravessa os temas, os conceitos e as categorias que estão presentes, direta ou indiretamente, nas discussões construídas aqui. Nesse sentido, resalto que um desafio inicial à pesquisa foi delinear os conceitos iniciais que seriam discutidos na revisão teórico-bibliográfica. As caminhadas na “natureza” e os sujeitos-caminhantes: como definir conceitos ou categorias estanques para discutir esse tema? Em vista disso, optei por construir uma revisão teórico-bibliográfica baseada em quatro “eixos” estruturadores que possibilitariam, entre si, o debate de temas mais amplos ligados ao problema da pesquisa. Portanto, penso que é importante elucidar tais eixos estruturadores desse trabalho:

1) *O ato de caminhar*: partindo de uma discussão histórica e antropológica, busquei compreender o “caminhar” como uma prática físico-corporal e social de profundos significados culturais e, ainda, apontar a ligação entre o ato de caminhar e a natureza, a partir do contexto do romantismo;

2) *Relação sociedade-natureza e proteção ambiental*: procurei evidenciar as raízes históricas e filosóficas ligadas a ideia de “natureza selvagem” porque reconheci-a como central para os arranjos da proteção ambiental — especificamente o “modelo” de parque — tratados no trabalho. Portanto, discuti também a criação dos parques e os marcos legais no contexto brasileiro para, com isso, abordar a apropriação dos parques por meio do uso público;



3) *As caminhadas na “natureza” e sujeitos-caminhantes*: apresentei os elementos relativos às caminhadas na “natureza” em tempo atuais e realizei uma discussão sobre o “sujeito-caminhante” a fim de trazer à tona as bases que seriam utilizadas para as reflexões pretendidas.

4) *“A vivência em campo”*: reservado às reflexões centrais do trabalho delineadas a partir de quatro blocos de interpretação, pensando o “onde”, o “quando”, o “por que” e o contexto das caminhadas na “natureza”.

Assim, o primeiro momento incluiu a construção dos eixos apresentados a partir de uma pesquisa teórico-bibliográfica sobre os seguintes conceitos e temas: o ato de caminhar (AMATO, 2004; SOLNIT, 2016), o romantismo (CARVALHO, 2008; LÖWY E SAYRE, 2015), a ideia de “natureza selvagem” e a constituição dos parques (CRONON, 1996; GODOY, 2000; DIEGUES, 2008), o uso público em uma abordagem convencional (CASTRO, 2007; MMA, 2011; VALLEJO, 2013) e, também, em uma abordagem alternativa pautada no espaço público (GOMES, 2012; SERPA, 2012), assim como os apontamentos sobre as caminhadas na “natureza” e sobre o sujeito-caminhante (TOURAINÉ, 1998; FREIRE, 2000; LABBUCCI, 2013). Além disso, também foi realizada uma pesquisa documental referente às especificidades do modelo de proteção ambiental brasileiro, principalmente, no tocante à caracterização do campo e à discussão da abordagem convencional do uso público.

O presente estudo envolveu, ainda, uma pesquisa em campo realizada no Parque Estadual da Serra do Papagaio (PESP) em Minas Gerais entre os dias 28/12/2019 e 03/01/2020. Essa data foi definida em razão do feriado de longa duração que, em geral, engendra um alto fluxo de visitação aos parques, tornando mais provável o encontro com um número maior de sujeitos e também com diferentes grupos de caminhada. Inicialmente, a pesquisa em campo foi delineada para ser realizada em duas unidades de conservação selecionadas por apresentarem características distintas em relação ao uso público<sup>12</sup>. A pesquisa em campo no segundo parque seria realizada em Abril/2020 — também em vista de um feriado prolongado —, contudo, o cenário vivido desde Março/2020 com a pandemia de

---

<sup>12</sup> Os parques definidos foram o Parque Estadual da Serra do Papagaio (PESP) e o Parque Estadual do Ibitipoca (PEIB). Após pesquisar a respeito de ambos, foi possível constatar que possuem realidades distintas de implementação e gestão do uso público. Além de assumirem estratégias diferentes quanto ao seu planejamento — o que influencia na postura da gestão do uso público dos parques —, seu histórico de criação e o contexto socioespacial em que estão inseridos também são fatores que se destacaram como interessantes para a construção da pesquisa.

COVID-19<sup>13</sup> tornou sua realização inviável. Mediante essa realidade, prosseguiu-se e aprofundou-se o presente estudo a partir do campo já realizado no Parque Estadual da Serra do Papagaio, sem prejuízos para a proposta da pesquisa.

Além disso, esclareço que o campo realizado no PESP foi pensado como um “[...] movimento na direção do que necessita ser interpretado” (HISSA E OLIVEIRA, 2004, p. 38), assim como um momento para compartilhar da realidade dos sujeitos, ou seja, a intenção foi cultivar uma proximidade com os sujeitos da pesquisa e realizar as caminhadas em sua companhia. Logo, a pesquisa participante foi reconhecida como caminho metodológico coerente já que a pesquisa foi permeada pela participação junto aos caminhantes — em interação direta com eles — e ainda articulada às experiências da própria pesquisadora.

Destaco que a pesquisa participante acompanha um movimento de mudança paradigmática no saber científico, apontando para a pluralidade epistemológica interna e externa da ciência (SANTOS *et al.*, 2005). Nesse sentido, ela é tomada aqui como “[...] capaz de aglutinar em torno de si tanto a reflexão epistemológica que interessa à ruptura com o paradigma positivista quanto a apreensão crítica das dimensões éticas e políticas das pesquisas de campo” (SCHMIDT, 2006, p. 13). Conforme ressalta Schmidt (2006), a pesquisa participante é, em si, plural e diversa, portanto, carrega diferentes discursos e práticas, assim como matrizes e tendências. Brandão (1999) também reitera esse ponto, colocando que a “[...] pesquisa participante não provém de uma única teoria, não é um método único” (p. 13)<sup>14</sup>.

Assim, cabe destacar que, nesse trabalho, a pesquisa participante foi encaminhada como orientação para vivência em campo, tendo como intenção central a aproximação entre sujeito-pesquisador e sujeito da pesquisa. Schmidt (2006) discute essa relação apontando que a pesquisa participante insere o sujeito-pesquisador no campo de investigação que é constituído pela vida social e cultural de um outro — o sujeito da pesquisa. Interessante apontar que a “participação” se dá como via dupla, uma vez que o sujeito-pesquisador é levado a participar da realidade do sujeito da pesquisa, assim como o sujeito da pesquisa também é convidado fazer parte da pesquisa — seja na condição de informante, colaborador ou interlocutor.

Assim, a pesquisa participante “[...] tem como horizonte a construção do sentido da experiência de um outro, próximo ou distante” (SCHMIDT, 2006, p. 36) e, no caso da presente pesquisa, reconheço minha proximidade com os sujeitos da pesquisa por conta da

<sup>13</sup> A pandemia causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) foi decretada pela Organização Mundial de Saúde em Março/2020 (VER: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881>).

<sup>14</sup> VER: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

minha relação com a prática e da minha inserção nesse campo de estudos. Posto isto, evidencio também que nossa interação durante as caminhadas foi pautada por uma perspectiva dialógica, já que a intenção foi realizar a prática *com os sujeitos* — não apenas observando, mas *participando* de suas realidades. Portanto, caminhamos *juntos*: estava ali como pesquisadora, mas também como caminhante.

Uma vez que se almejava pensar a prática do sujeito-caminhante e sua relação com a natureza a partir das caminhadas realizadas nos parques — que são referidas aqui como caminhadas na “natureza” — o contato direto, a interação e a troca com os sujeitos foram centrais para a reflexão pretendida. Nesse sentido, cabe apontar que “[...] os trabalhos de campo, assim como as experiências interpretativas que deles decorrem, poderão, também, ser fortalecidos por esforços de teorização acerca de processos correlatos como os que se referem aos questionários e entrevistas” (HISSA E OLIVEIRA, 2004, p. 39). Assim, no momento das caminhadas em campo foi realizada uma entrevista semi-estruturada (Apêndice A) com os sujeitos.

A opção pela realização de entrevistas semiestruturadas se deu porque esse instrumento envolve um roteiro prévio, onde são apontadas algumas direções para o diálogo, mas sem determinar o conteúdo da interação. A entrevista permitiu pontuar questões relevantes sobre a prática dos sujeitos como suas experiências de caminhada, sua relação com os parques, seu pertencimento aos grupos de caminhada e, ainda, sua visão e relação com a “natureza”. Logo, a entrevista semi-estruturada possibilitou alguns encaminhamentos para nosso diálogo, mas permitiu também a abertura durante esse contato. As entrevistas foram realizadas a partir de uma amostragem intencional sendo que, em cada grupo, dialoguei com os sujeitos que se mostraram interessados em contribuir e que demonstraram proximidade e envolvimento com o tema. De toda forma, cabe salientar que, mesmo tendo em vista a aproximação, o momento da entrevista — mesmo pautada na semi-estruturação que permite certa abertura — representa um “endurecimento” de nossos diálogos e trocas. Por isso, reconheço que nem todos se mostraram acessíveis e confortáveis nesse momento.

Portanto, um diário de campo também foi utilizado durante toda a pesquisa em campo cumprindo duas funções: uma descritiva e outra reflexiva. Além disso, durante todas as caminhadas, em maior ou menor medida, permanecemos dialogando, comentando sobre detalhes, compartilhando histórias, contando sobre situações e experiências e, por isso, mantive minhas anotações mesmo durante a prática. Assim, sempre que havia um momento de silêncio, em que percebia todos mais introspectivos ou focados na atividade, realizava minhas notas sobre nossas conversas e também sobre minhas observações. Nesse sentido,

pude traçar uma breve descrição dos sujeitos — apresentada no momento dos relatos — considerando sua forma de caminhar, os trajetos escolhidos, suas relações no grupo, as conversas informais atravessadas, os assuntos debatidos, seus vestuários, equipamentos e afins. Logo, partindo dessas descrições, ao fim das caminhadas e das entrevistas, investi nas reflexões impulsionadas pelo cruzamento com os temas estudados previamente.

Durante a vivência em campo, realizei 04 (quatro) caminhadas com diferentes grupos. Busquei, realmente, caminhar e dialogar com sujeitos diversos, contudo, é necessário reconhecer o desafio da inserção em uma prática tão espontânea e múltipla<sup>15</sup>, assim como o desafio na abordagem desses sujeitos no momento de sua atividade. Portanto, para driblar algumas dessas dificuldades, optei por ir a locais distintos durante o campo, indicados tanto pelo funcionário do parque que tive contato, quanto por moradores e guias locais e, ainda, algumas pessoas que encontrei e pude conversar pela estrada<sup>16</sup>. Assim, estive na Sede do PESP, na Cachoeira dos Garcias, no contêiner do PESP, no camping O Panorâmico, na RPPN Fragalha e no Vale do Matutu<sup>17</sup> (Cachoeira dos Fundos).

Por conta das indicações, das conversas e, também, de questões logísticas realizei as caminhadas com 4 (quatro) grupos distintos: 2 (duas) delas foram para o Pico do Papagaio, sendo que uma foi realizada com um guia local, iniciando na RPPN Fragalha e uma sem guia com início no camping O Panorâmico. As outras 2 (duas) caminhadas foram realizadas no Vale do Matutu até a Cachoeira dos Fundos e foram feitas sem guia, realizando o mesmo trajeto em ambas. Indico que assumi a mesma postura para abordar os três grupos sem guia, já que na caminhada com o guia só precisei encontrá-los no local e horário combinado. Para as outras práticas, aguardei na entrada da trilha e conversei com os grupos que se direcionavam para a caminhada, me apresentando e perguntando se poderia acompanhá-los. Não recebi nenhuma negativa, ou seja, nas três caminhadas que fiz essa aproximação, caminhei com o primeiro grupo que contatei. Obviamente, meu contato com os sujeitos foi pontual — apenas pela duração da caminhada —, porém, gostaria de destacar que em todos os casos, passamos,

<sup>15</sup> São múltiplas as opções de locais, de trilhas, de acessos, de horários para iniciar, portanto, até mesmo encontrar determinados grupos exige uma “sincronia casual”.

<sup>16</sup> Refiro-me à estrada entre Aiuruoca e Alagoa, pela qual me desloquei todos os dias e pude oferecer carona para algumas pessoas.

<sup>17</sup> O Vale do Matutu é uma região localizada em um bairro rural de Aiuruoca onde existe uma comunidade praticante do Santo Daime formada por um grupo de moradores, vindos de centros urbanos, que se estabeleceram ali em busca de “[...] um contato mais estreito com a natureza, longe dos centros urbanos, abrindo pousadas, organizando-se em comunidades, com novas atividades econômicas” (JUNQUEIRA, 2017, p. 99). Esse grupo criou, também, uma Fundação que é responsável por gerir as três RPPNs do Vale: da Serra do Papagaio – Matutu, da Mata e da Campina <<http://matutu.eco/>>. Já a parte da comunidade que é visitada é “liderada” pela Associação de Moradores e Amigos (AMA Matutu) que recebe e orienta os visitantes.

no mínimo, por volta de 4h juntos. Portanto, mesmo sendo pontual, esse contato foi intenso, especialmente, porque pudemos realizar a prática juntos — passando pelas mesmas surpresas, desafios e afins.

Nos dois grupos do Pico do Papagaio, pude entrevistar um sujeito em cada e nos grupos do Vale do Matutu, duas duplas que se interessaram por participar da entrevista, logo, durante as caminhadas foram entrevistados 06 (seis) sujeitos ao todo<sup>18</sup>. Todas as entrevistas realizadas em campo foram gravadas e, posteriormente, transcritas. Além disso, todas elas — com exceção da primeira entrevista, por motivos que serão tratados durante o relato — foram realizadas ao fim da caminhada. A proposta era que, durante nossa conversa, o sujeito pudesse ser instigado a refletir sobre os temas abordados na entrevista.

Em todas as caminhadas, tentei me posicionar mais ou menos entre os sujeitos — caminhando, por vezes, mais à frente, com os mais adiantados e, por vezes, mais atrás com os sujeitos mais vagarosos. Entretanto, como as caminhadas em trilhas envolvem, geralmente, um traçado delineado específico, esse foi um desafio à prática. Nesse sentido, destaco um ponto sobre minha escolha metodológica para o trabalho: propus-me a realizar as caminhadas *junto com* os sujeitos, ou seja, não apenas em sua companhia, mas participando de sua prática, de suas realidades. Por isso, precisei me adaptar aos diferentes ritmos dos distintos sujeitos que encontrei nos grupos.

Por fim, esclareço ainda que usei pseudônimos para preservar o anonimato dos sujeitos, conforme previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice B) e que busquei nomeá-los de acordo com a característica ou elemento mais marcante sobre os sujeitos durante nossa prática e nossa entrevista. As entrevistas mencionadas serão abordadas e discutidas no quarto e último eixo estruturador do trabalho, nomeado “*A vivência em campo*” que contará com as impressões construídas a partir do trabalho de campo, apresentando tanto o contexto socioespacial do PESP quanto as reflexões centrais do trabalho alicerçadas nos diálogos e nas trocas com os sujeitos.

A construção dessas reflexões foi pautada pela perspectiva compreensiva, no sentido já destacado anteriormente. Essas reflexões estão centradas em quatro blocos, delineados a partir do “onde”, do “quando”, do “por que” e do contexto das caminhadas na “natureza”. Com isso, a interpretação<sup>19</sup> apresentada aqui buscou articular a vivência realizada — a prática,

<sup>18</sup> Além dos 06 (seis) sujeitos entrevistados durante as caminhadas, também pude entrevistar o guia local com quem caminhei durante a primeira prática até o Pico do Papagaio e a gerente do Parque Estadual da Serra do Papagaio.

<sup>19</sup> Aqui, “A ideia de interpretação não remete à de decodificação ou de descoberta de um sentido preexistente, mas traz sempre a possibilidade de nova leitura possível, sem supor a revelação de

as notas de campo e as impressões do campo — às entrevistas com os sujeitos e, ainda, ao aporte teórico-conceitual que será apresentado a seguir.

---

somente um sentido autêntico ou de uma univocidade escondida no fenômeno interpretado" (CARVALHO, 2008, p. 78). Por tudo isso, a interpretação construída nessa pesquisa "[...] leva as marcas de seu intérprete e de sua visão de mundo" (CARVALHO, 2008, p. 78).

## 2 O ATO DE CAMINHAR: SUJEITOS, NATUREZAS E CULTURAS.

*“Essa história do caminhar é amadora, exatamente como o caminhar é uma atividade amadora. [...] ela invade o campo de todas as outras pessoas — a anatomia, antropologia, arquitetura, jardinagem, geografia, história política e cultural, literatura, sexualidade, os estudos religiosos — e não se detém em nenhum deles em seu longo itinerário. Pois, se é possível imaginar um campo de especialização como um campo de verdade — um retângulo bem delimitado, cuidadosamente lavrado e que produz uma cultura específica —, então o objeto do caminhar lembra o caminhar propriamente dito em sua ausência de limites” (SOLNIT, 2016, p. 20).*

A história do caminhar possui uma carga antropológica significativa e, portanto, sua gênese remete a contextos históricos longínquos. Assim como qualquer outra história, essa história pode ser contada por diferentes olhares e enfoques. O olhar que será construído aqui buscará relacionar os significados culturais que foram — e ainda são — atribuídos a essa prática em determinados momentos históricos, contudo, sem se prender a uma linearidade específica. Buscarei aprofundar na relação entre o caminhante — por isso, apresentarei algumas figuras emblemáticas de caminhantes — e as formas de caminhar icônicas da história para apontar os diferentes sentidos, motivações e ambientes do caminhar. Pretendo, posteriormente, centralizar a discussão na ligação específica entre a natureza e o caminhar.

### 2.1 PRIMEIROS PASSOS: breve histórico sobre o ato de caminhar.

Caminhar pode ser considerado um ato involuntário. Colocar um pé na frente do outro para locomoção não parece uma questão que aponta para discussões complexas ou problematizações aprofundadas. Contudo, é fundamental apontar que caminhar não se resume a um ato mecânico, afinal, pode assumir — e assume — significados culturais densos e distintos para as sociedades. As motivações, intenções ou ambientes pelos quais caminhamos hoje, por exemplo, definitivamente não são os mesmos que nossos ancestrais possuíam. Hoje, podemos dizer que caminhar perdeu sua primazia. É verdade que, em nossa sociedade atual, optamos por outros meios de locomoção — o carro, principalmente, ocupa um lugar especial em nosso dia-a-dia. Mas o caminhar não serve simplesmente ao propósito de se locomover. É certo que, em tempos longínquos, os humanos caminhavam para sobreviver. Mas, e hoje? Caminhamos por quê? Para quê? Conforme Rebecca Solnit (2016) nos conta, já de início, em *A História do Caminhar*, essa história “[...] é secreta e jamais foi escrita: seus fragmentos podem ser encontrados em milhares de trechos inexpressivos de livros, canções, ruas e nas

aventuras de quase todas as pessoas. A história física do caminhar é a da evolução do bipedalismo e da anatomia humana” (p. 19).

Portanto, partiremos daí e, para isso, aponto que para nossos ancestrais bípedes caminhar representava os meios para a vida e para um modo de vida — o nomadismo. Amato (2004) traça um panorama sobre essa vida, em seu livro *On foot: A History of Walking*. Para ele, esses humanos eram, literalmente, movidos pela necessidade, assim como também eram atraídos pela abundância. O bipedalismo representa, portanto, um marco na formação civilizatória humana, já que representa um momento de transformações em nossas estruturas corporais e também mentais, alterando nossas concepções de movimento, tempo, espaço, distância, entre outros (AMATO, 2004). Conforme Solnit (2016) destaca “[...] o bipedalismo abriu novos e vastos horizontes de possibilidades e, entre outras coisas, criou dois membros excedentes que pendem do corpo ereto, à procura de algo para segurar, fabricar ou destruir” (p. 64).

Foi, portanto, a partir desse momento que desenvolvemos habilidades complexas e nos tornamos aptos para percorrer nosso ambiente da maneira extensiva que compreendemos hoje, seja caminhando, escalando, transitando, enfim, usufruindo de nossa mobilidade (AMATO, 2004; HARARI, 2015; SOLNIT, 2016). Logo, ao nos tornamos bípedes, constituímos um modo de vida que se sustentava a partir de nossos passos. Ou seja, caminhar sob nossas duas pernas nos moldou, contudo, também podemos dizer que, de certa forma, nós moldamos o nosso caminhar. Quando a vida sedentária se estabeleceu, caminhar não deixou de ser uma necessidade instantaneamente, afinal, qualquer tipo de sociedade exige fontes de força e de energia para o trabalho e a força humana se manteve como predominante por um bom tempo (AMATO, 2004; HARARI, 2015). Com a domesticação dos animais, esse quadro se altera gradualmente, porém, não de forma homogênea. Amato (2004) discute que, na medida em que as sociedades<sup>20</sup> vão se constituindo, o caminhar vai ganhando significados culturais e, portanto, esse processo tem a ver, “[...] em certo sentido, [com] a maneira como investimos atos universais de significados particulares” (SOLNIT, 2016, p. 19-20). A história do caminhar é também a história dos significados atribuídos aos tipos de caminhadas e às figuras dos caminhantes. A partir desses significados, caminhar deixa de ser uma ação banal e começa a carregar certas conotações, além de também atribuir ao caminhante determinado status.

---

<sup>20</sup> Importante ressaltar que o trabalho de Amato (2004), de Harari (2015), de Solnit (2016) e outros que serão utilizados como referências para esse tema possuem o enfoque, essencialmente, nas sociedades ocidentais.



Amato (2004) salienta, por exemplo, que a civilização romana se destaca por sua habilidade na construção de estradas que contribuíram para manter a coesão político-administrativa do império, mas que também forneceram um ambiente favorável para as caminhadas. Por isso, a estratégia militar dessa sociedade foi influenciada pela eficiência de suas estradas como uma vantagem tática para a marcha de sua infantaria. Segundo este autor, a marcha — uma forma de caminhar rítmica — caracterizou as forças de combate de diversos exércitos europeus. O cavaleiro (*knight*<sup>21</sup>), por sua vez, é uma figura que se tornou representativa nesse sentido, já que simbolizava uma classe privilegiada — aquela que não *precisava* caminhar. Isso porque, nesses contextos, o ato de caminhar era ligado ao trabalho — às tarefas físicas — e às atividades materiais que deveriam ser cumpridas para o funcionamento da sociedade. Por isso, o ato de cavalgar — ou “*to ride*”<sup>22</sup> — foi ganhando um significado particular privilegiado que o colocava em oposição ao ato de caminhar (AMATO, 2004).

Segundo Amato (2004), durante a Idade Média, essa oposição se agravou ainda mais, já que a possibilidade de não *precisar* caminhar foi ficando, cada vez mais, reservada às classes abastadas e, por isso, a *necessidade* de caminhar ganhou uma conotação negativa, subordinando aqueles que caminhavam — que *precisavam* caminhar — aos que possuíam o privilégio de dispor de outras formas de deslocamentos<sup>23</sup>. Essa distinção, para Amato (2004), marcou uma profunda divisão de classe e status que perdurou até o tempo dos automóveis e do transporte público. As pessoas comuns, os trabalhadores, que eram o motor da sociedade, dependiam de seus pés e pernas para realizar seu trabalho — entregando mensagens, carregando e descarregando mercadorias e afins, conduzindo animais ou carroças, entre

---

<sup>21</sup> "The knight rode rather than walked. He rode with the presumption that he was superior. [...] While common humanity stumbled along on foot, weighed down by life's necessities and driven by its most basic needs, the knight pursued a higher calling" (p. 60-61). Tradução minha: "O cavaleiro cavalgava em vez de caminhar. Ele cavalgava com a presunção de que era superior. [...] Enquanto a humanidade comum tropeçava a pé, sobrecarregada pelas necessidades da vida e impulsionada por suas necessidades mais básicas, o cavaleiro perseguiu um chamado superior".

<sup>22</sup> Em inglês, *to ride* pode significar “andar em” algum transporte ou qualquer outro meio de deslocamento — cavalo, carruagem, trem, bicicleta, ônibus, carro e afins —, em contraposição a *to walk* que significa caminhar, andar a pé. Amato (2004) ressalta que: “Preferring **to ride** rather than **walk**, wealthy Romans journeyed in a variety of types of two - and four- wheeled vehicles” [grifos nossos] (p. 39). Tradução minha: “Preferindo **andar** [em outros meios de deslocamento] do que **caminhar**, os romanos abastados viajavam em uma variedade de tipos de veículos de duas – ou quatro – rodas”.

<sup>23</sup> É importante mencionar ainda que as carruagens, seges, carroças, coches e afins eram carregadas por cavalos e outros animais, mas também por pessoas — por carregadores —, acentuando ainda mais essa diferenciação entre o status das pessoas. Segundo Amato (2004): “[...] were carried by six or eight stout walking men or suspended by poles between mules and donkeys” (p. 39). Tradução minha: “[...] eram carregadas por seis ou oito homens robustos ou suspensas por varas entre mulas e burros”.

muitas outras atividades. Amato (2004) aponta que, nessas circunstâncias, caminhar pode ter deixado de ser uma necessidade para a sobrevivência, como era para os primeiros humanos, mas se transformou em uma necessidade para a manutenção das civilizações. Segundo ele, a Europa medieval funcionava, portanto, pelos pés e pelo caminhar, já que era pela caminhada que essa sociedade trabalhava, guerreava, viajava, se divertia, explorava, realizava suas procissões religiosas e afins.

Em referência à religião, é importante mencionar a relevância das peregrinações — que até hoje representam uma notável forma de caminhada. Solnit (2016) destaca que, no âmbito religioso, a peregrinação pode ser entendida como um trabalho e que, contextualizada numa espécie de “economia espiritual”, a caminhada em peregrinação — o esforço físico e a privação — resulta, para os peregrinos, em uma recompensa. Assim como há, para essa autora, uma “economia espiritual” nessa jornada, há também uma “geografia espiritual” e, nesse sentido, a peregrinação evoca a ideia de que “[...] o sagrado não é totalmente imaterial e que há uma geografia do poder espiritual. A peregrinação passa a ser o limite tênue entre o espiritual e o material ao enfatizar a narrativa e seu cenário” (SOLNIT, 2016, p. 92). Ela destaca, com isso, que no tema das caminhadas o *onde* — o “cenário” — e o *porquê* — a narrativa que explica a intencionalidade da caminhada — importam e, no sentido das peregrinações, o sagrado se materializa em localizações específicas e as caminhadas acontecem justamente para que as crenças e as convicções religiosas possam ser manifestadas pelo esforço e proações vivenciados pelo corpo.

As peregrinações religiosas também estimularam outro tipo de caminhante que Amato (2004) nomeia como “pregadores errantes”. São figuras ligadas ao cristianismo que pregavam uma vida de pobreza apostólica e se dedicaram à pregação e ao aprendizado, inserindo sua mensagem religiosa pelas principais universidades em sua época<sup>24</sup>. Segundo esse autor, essas figuras se misturavam, nas estradas, aos mais diversos tipos de pessoas, desde peregrinos, estudantes e acadêmicos, até aos desempregados, trabalhadores itinerantes, mendigos e vagabundos. Aliás, conforme Solnit (2016), as estradas públicas, pelo menos até fins do século XVIII, “[...] eram atozes e infestadas de salteadores montados e seus equivalentes” (p. 141). Inclusive, o tráfego de caminhantes não era muito bem visto pelas autoridades que,

---

<sup>24</sup> Tomás de Aquino, membro da Ordem Dominicana, é uma das figuras muito lembradas por esse estilo de vida: “[...] [Thomas Aquinas] is estimated to have walked more than nine thousand miles on his intellectual peregrinations across Europe. By walking, Aquinas followed his order’s rule of poverty” (p. 56). Tradução minha: “[...] estima-se que ele [Tomás de Aquino] tenha percorrido mais de nove mil milhas em suas peregrinações intelectuais pela Europa. Ao caminhar, Tomás de Aquino seguiu a regra de pobreza de sua ordem”.

chegaram até, a tentar controlá-lo por meio de leis e de vigilância — principalmente, proibindo a *vagabundagem*<sup>25</sup> (AMATO, 2004).

Nesse sentido, de acordo com Amato (2004), as cidades não eram convidativas aos caminhantes, mas não apenas por isso. Naquela época, as condições de circulação eram ruins, já que os caminhos não eram pavimentados e também eram sinuosos. Havia, assim, uma falta de calçadas, as ruas eram bloqueadas por congestionamentos de animais, carruagens, trabalhadores, materiais e afins e, além disso, as condições sanitárias eram péssimas e faziam com que a cidade não fosse um ambiente amigável à prática da caminhada. Mesmo assim e apesar dos esforços das autoridades para combatê-la, a *vagabundagem* era bem comum nesse cenário. Aliás, Amato (2004) aponta que a *vagabundagem* foi considerada um “problema” para a sociedade europeia desde os tempos medievais e durante toda a sua história moderna. Para ele, essa figura do caminhante retratava a mais extrema divisão de classe e status na sociedade porque enfatizava a separação entre aqueles que caminhavam por necessidade — e até mesmo por desespero — e aqueles que caminhavam porque podiam — por que queriam e quando queriam.

Segundo Amato (2004), no contexto de transição para o período moderno, surgem novas formas de caminhar — novos ambientes, motivações e maneiras de se caminhar — que passam a não carregar conotações negativas e que eram reservadas apenas a uma pequena parcela da sociedade. Para esse autor, a cidade e a Igreja articularam, em conjunto com reis e nobres, essas novas formas de caminhar que vão ganhando relevância entre os séculos XVI e XVIII na Europa. O século XVIII, por sua vez, com todas as transformações na sociedade inauguradas com o Iluminismo, representa um momento de atribuição de significados específicos ao caminhar. Amato (2004) destaca que, nesse período, as classes altas se reconhecem como *verdadeiros caminhantes* e que, com isso, aparecem os primeiros contornos do caminhar como uma *escolha* — e apenas por escolha. Para esse autor, a nobreza e os aspirantes à classe média-alta transformaram o caminhar em um show de excelência com sua etiqueta e seus bons modos. Nesse contexto, as roupas, os sapatos, a postura, os passos, o equilíbrio, o comportamento e afins foram utilizados para estabelecer e demonstrar a posição social do caminhante — e, especialmente, para distingui-lo do caminhante comum. A corte da

---

<sup>25</sup> *Vagabondage* ou *vagrancy*, em inglês (*vagabundagem* em português), representava nessa época uma forma de vida itinerante não necessariamente por escolha. Personificada na figura do camponês sem terras, dos mendigos, dos indivíduos desempregados, pobres e carentes, mas também estereotipada por bandidos ou saqueadores. Essa forma de vida foi fortemente combatida e discriminada nesse período, havendo até mesmo governos, como na Holanda no século XVI, em que tais pessoas foram banidas da cidade (AMATO, 2004).

França e as classes altas da Inglaterra são lembradas por definirem essa figura do caminhante e moldarem o caminhar nos formatos das elites: o passeio em público e a caminhada por lazer<sup>26</sup> foram, assim, formas “refinadas” de caminhar por escolha que fundiram recreação e sociabilidade nessas sociedades.

Essas formas de caminhada também exigiam o local correto, entre eles, as cortes, as praças e os jardins. Os jardins, por sua vez, ocupam uma posição relevante na relação entre o caminhar e a natureza. O “jardim medieval”, como aponta Solnit (2016), deu origem à prática da caminhada nesses ambientes, contudo, tinha contornos muito distintos já que era “[...] cercado por muros altos, em parte por questões de segurança em uma época tão instável. Nas representações desses jardins, os ocupantes geralmente estão sentados ou reclinados, escutando música ou conversando” (p. 147). Ainda segundo Solnit (2016), o “jardim renascentista”, seu herdeiro, aponta a transição para um período em que “[...] o mundo foi se tornando mais seguro e a residência aristocrática passou a ser mais palácio do que fortaleza” (p. 148). Por isso, os jardins nesse formato se expandem na Europa<sup>27</sup> e, também, se abrem para as caminhadas, apontando para um contexto em que o “[...] caminhar era exercício para quem não precisava mais trabalhar, os jardins imensos eram paisagens cultivadas que não precisavam mais produzir nada além de estímulos mentais, físicos e sociais para os pedestres” (p. 148). Assim, de certa forma, foram as caminhadas pelos jardins que abriram o caminho para os sentimentos advogados pelos viajantes românticos em relação ao campo e à natureza.

Todavia, a história do caminhar não se restringe à suas relações com o campo e com a natureza. Portanto, creio que importa ressaltar também outros elementos que se ligam ao conteúdo contestador e crítico do caminhar. Amato (2004) aponta que os caminhantes da cidade floresceram no século XIX e que as figuras do *flâneur* de Paris e do *pedestrian* da Inglaterra são muito adequadas para evocar essa forma de caminhada — a caminhada urbana. O autor ressalta que esses caminhantes enfrentaram condições pouco convidativas para suas caminhadas: congestionamentos, ruas sem pavimentação ou mal pavimentadas, ruas

---

<sup>26</sup> Nomeadas *promenade* e *strolling*, em inglês, esses tipos de caminhada não possuem tradução literal para o português. Contudo, dado o sentido e o contexto dessas práticas, elas exprimem o significado, respectivamente, de um passeio a pé em público e de uma caminhada vagarosa e tranquila por lazer.

<sup>27</sup> É interessante ainda destacar que não existiu, nesse período, apenas um formato de jardim. Sob a influência de sua cultura, suas artes, sua arquitetura e sua organização social, em cada região, um modelo de jardim despontou com suas configurações específicas que, de forma dinâmica, também foram se transformando ao longo do tempo. Nesse sentido, é possível apontar, por exemplo, que os jardins italianos desse contexto “[...] eram construídos preferencialmente nas encostas para proporcionar uma boa visão da zona rural, unindo o jardim ao mundo, mas os jardins franceses e ingleses raramente tinham essa configuração. A linha de visão só se estendia até o muro do jardim, e mais tarde através de uma variedade de aberturas nesse mesmo muro” (SOLNIT, 2016, p. 149).

pequenas, caminhos que formavam labirintos e sujeira eram alguns dos pontos que desencorajavam os primeiros caminhantes urbanos. Esses problemas continuaram a se agravar na medida em que o comércio e a indústria se desenvolveram, mas mesmo assim, os caminhantes urbanos continuaram a se multiplicar. Walter Benjamin, segundo Solnit (2016), apontava que o *flâneur* surgiu “[...] num período em que a cidade ficara tão grande e complicada que havia se tornado, pela primeira vez, uma estranha para seus habitantes” (p. 330).

O *flâneur*, como comenta Amato (2004), representa a figura do caminhante que, dadas essas condições, caminhava e escrevia sobre o caminhar na recente vida urbana. Solnit (2016) destaca ainda que essa figura foi associada por Walter Benjamin “[...] ao lazer, às massas, à alienação ou ao desapego, à observação, ao caminhar, particularmente ao passear pelas passagens ou galerias” (p. 329-330). Portanto, o ponto central da reflexão do *flâneur* era pensar sobre o caminhar pela cidade e sobre a sociedade moderna e urbana emergente. Naquela época, as caminhadas urbanas ainda se davam, majoritariamente, por necessidade, já que o uso de transportes em massa se deu a partir do século XX, contudo, os caminhantes urbanos também reconheciam essa prática como fonte de diversão e socialização (AMATO, 2004; SOLNIT, 2016).

Solnit (2016), inclusive, destaca que as pessoas iam aos bulevares, ruas e vielas justamente em busca dos mistérios dessa vida conturbada, porém, diversa e do que isso originava de interessante e intrigante. Ela ainda complementa dizendo que as pessoas iam “[...] em busca de aventura e orgulhavam-se de saber como andar por aquela vasta rede que ainda não fora adequadamente mapeada” (SOLNIT, 2016, p. 335). Amato (2004) compreende que esses caminhantes urbanos floresceram pelo desenvolvimento das cidades modernas, porém, ele também ressalta que essa figura foi eclipsada, em certo ponto do século XX, com o aumento das distâncias entre casa-trabalho e o desenvolvimento do sistema de transportes. Solnit (2016) também destaca que a virada para o século XX representa um auge na cultura do caminhar, mas que a aceleração, a suburbanização e o adestramento físico crescente vivido durante esse século mudaram completamente essa prática.

Essas transformações, juntamente com o próprio desenvolvimento urbano, marcaram mudanças drásticas no caminhar e nos caminhantes. Nesse contexto, os caminhantes de vitrines (nomeado *shopper*<sup>28</sup>) triunfam e o aperfeiçoamento dos sistemas de energia, assim

---

<sup>28</sup> *Shopper*, em inglês, é traduzido como consumidor, comprador. Pelo significado indicado por Amato (2004), o termo faz referência aos consumidores que caminham por lazer observando as vitrines enquanto realizam suas compras. Nas palavras do autor: “[...] shoppers — especially, at first, those

como o desenvolvimento do comércio vão favorecer muito mais as atividades internas de entretenimento — em ambientes fechados como shoppings, bares, restaurantes e afins (AMATO, 2004). Além disso, essas transformações significaram também o controle e o disciplinamento dos caminhantes com a criação de regras, leis e com o aumento do policiamento. Solnit (2016) aponta que, de certa maneira, essas transformações podem ser entendidas como tentativas de civilizar o “ermo” da cidade, destacando que nesse contexto, “As ruas úmidas, íntimas, claustrofóbicas, discretas, estreitas e meandrantas, com seus paralelepípedos sinuosos como escamas de uma serpente, haviam dado lugar a um espaço público cerimonial, espaço cheio de luz, ar, comércio e razão” (p. 342).

Inclusive, esse clima de controle e tensão, que já existia no fim do século XVIII, originou muitos protestos, revoltas e revoluções<sup>29</sup> que também são marcados pelo caminhar — pelas reuniões, pelas marchas, pelos bloqueios e pelas barricadas nas ruas e praças de várias cidades. Os protestos populares, portanto, deixam claro, talvez de maneira mais óbvia, o conteúdo social e político do caminhar, afinal, “manifestações, protestos, levantes e revoluções urbanas tem tudo a ver com a travessia do espaço público, por razões expressivas e políticas, e não simplesmente práticas. Nesse aspecto, são parte da história cultural do caminhar” (SOLNIT, 2016, p. 360). Essas práticas servem como exemplo para apontar o caminhar como uma forma de crítica à sociedade vigente e de expressão pública dos sujeitos — pessoais ou coletivos —, já que “Esse caminhar é uma demonstração física de convicção política ou cultural e uma das formas mais universalmente acessíveis de expressão pública” (SOLNIT, 2016, p. 361).

Cabe ressaltar também, em concordância com Solnit (2016) que todas essas transformações na cultura do caminhar pontuadas se deram “no chão” — ou seja, nas configurações socioespaciais — e, ainda, nas mentes dos sujeitos. Portanto, atualmente, na sociedade ocidental já radicalmente modificada, caminhar não é mais uma necessidade e nem mesmo uma prática recorrente, mas também a forma como compreendemos o caminhar — seu significado cultural — foi profundamente transformada. A autora enfatiza que, para ela, “[...] caminhar como atividade cultural, prazer, viagem e meio de locomoção está

---

from the upper sectors of the middle class — learned to stroll from window to window, as if the whole world of goods were placed at their feet for their perusal” (p. 172). Tradução minha: “[...] os compradores — em especial, inicialmente, aqueles de setores superiores da classe média — aprenderam a caminhar por lazer, de vitrine em vitrine, como se todo o mundo de mercadorias fosse colocado a seus pés para exame”.

<sup>29</sup> A Revolução Francesa é apontada como particularmente emblemática nesse sentido, por exprimir essa possibilidade de reunião espontânea de cidadãos que se movimentam e se unem em torno de um objetivo coletivo em comum (AMATO, 2004; LABBUCCI, 2013).

desaparecendo, e com ele some uma relação antiga e profunda entre o corpo, o mundo e a imaginação” (p. 412). São muitos os fatores que contribuíram para isso: na indústria, na urbanização, nos transportes, no consumo e nas comunicações. Na visão de Solnit (2016) esses elementos “Tornam menos necessário sair pelo mundo e, portanto, incentivam as pessoas a se afastar da deterioração do espaço público e das condições sociais, e não a resistir a esse processo” (p. 417). Como exemplo, destaco a produção de calçados — principalmente os femininos —, a arquitetura — com elevadores, escadas rolante, arranha-céus —, o design — com as mais diversas opções e disponibilidade de cadeiras, sofás, colchões, camas e afins — e, talvez, principalmente, o entretenimento e a tecnologia — com o telefone, o rádio, a televisão, os computadores e afins (AMATO, 2004; SOLNIT, 2016). Tudo isso contribuiu — e contribui — para que a vida social, o entretenimento e a socialização fossem, cada vez mais, se estabelecendo em ambientes internos e para que não envolvesse o movimento.

Além disso, com o desenvolvimento dos transportes públicos e, principalmente, com a produção em massa de carros, as pessoas passaram a caminhar menos em geral e definitivamente menos por necessidade. Amato (2004) destaca que, em poucas décadas, o carro transformou profundamente o papel do caminhar, não apenas por apresentar o deslocamento cômodo e ágil tão almejado pela sociedade atual, mas também porque, de certa forma, serviu de complemento para o desenvolvimento do individualismo moderno e da massificação da vida. Isso fez, inclusive, com que nossa experiência no mundo — a experiência físico-sensorial da espacialidade — não fosse mais associada à escala de nossos corpos, mas na verdade, tenha como referência a escala das máquinas. Com isso, Solnit (2016) aponta que “[...] as percepções e expectativas se aceleraram, de maneira que hoje muitos se identificam com a velocidade da máquina e veem com frustração ou alienação a velocidade e capacidade do corpo” (p. 427). Portanto, essa massificação teve efeitos na sociabilidade da cidade, no planejamento urbano, nas relações de classe, nas relações entre casa e trabalho, nas relações entre sujeito e mundo e, ainda, nos significados do caminhar. Nesse sentido, Solnit (2016) considera que, em nossa realidade atual

A urbe e os automóveis são, em vários aspectos, antiéticos, pois uma cidade de motoristas não passa de um subúrbio disfuncional de pessoas que se movem entre um ambiente interno privado e outro. Os carros estimulam a difusão e privatização do espaço na medida em que shopping centers substituem ruas comerciais, os edifícios públicos tornam-se ilhas num mar de asfalto, o planejamento urbano se reduz à engenharia de tráfego e as pessoas interagem com muito menos liberdade e frequência (p. 420-421).

Assim, a cidade se tornou hostil ao caminhante e essa realidade fez com que as pessoas, atualmente, caminhem muito menos e, que quando caminham seja, mais do que nunca, *uma escolha* — uma opção consciente. Com o apoio de calçados, roupas e de lojas especializadas em produtos relacionados às caminhadas, para nossa sociedade, o caminhar tem especificamente *um quando, um onde e, ainda, um por que*. Essa escolha pode ter como fundamento questões de filosofia, de saúde, de estética, de esporte, de lazer, entre outros. Por isso, compreendo que, para os sujeitos-caminhantes, a prática assume um arranjo específico e destaco as caminhadas na natureza como uma escolha, atualmente, muito recorrente, especialmente, para a população urbano-industrial.

É importante perceber ainda que, com a crescente dicotomização entre cidade e campo, inevitavelmente o caminhar em ambientes não urbanos vai ganhando centralidade como forma de crítica à vida urbana em si (AMATO, 2004). Portanto, como aponta esse autor, caminhar fora do urbano — no campo, na natureza — foi cada vez mais interpretado pela sociedade como uma filosofia, um modo de vida e, de certa forma, essa concepção continuou vigente na contemporaneidade. No contexto da nossa pesquisa, percebo que os parques ganham relevância por servirem a essa busca pelo “fora do urbano” e por reforçarem uma visão específica de natureza. Por isso, tratarei a seguir desses temas, a fim de compreender de maneira mais aprofundada essa ligação entre a natureza e o caminhar.

## 2.2 NATUREZA E CAMINHAR: passos que se unem.

É importante iniciar assinalando, mais uma vez, que o laço entre o caminhar e a natureza se configura de maneiras múltiplas e diversas no espaço-tempo. Portanto, o que farei aqui é apontar alguns elementos dessa história que importam ao sentido buscado nesse trabalho, para fins de contextualização. Segundo Amato (2004) existem evidências de que, mesmo na longínqua civilização romana, alguns sujeitos se dedicavam às atividades na natureza — como a caminhada e a escalada em rocha — a fim de obter “[...] uma melhor visão da terra, uma compreensão mais profunda da natureza e uma sensação de estar mais próximo da morada dos deuses<sup>30</sup>” (p. 38). Contudo, o sentido de nosso resgate se inaugura no contexto de expansão do *ethos* moderno antropocêntrico, conforme aponta Carvalho (2008). Essa autora destaca que, com a Renascença, se configura uma busca pela superação da lógica

---

<sup>30</sup> No original: “[...] a better view of the land, a deeper understanding of nature, and a sense of feeling closer to the dwelling place of the gods” (AMATO, 2004, p. 38) [Tradução minha].



medieval, camponesa e teocêntrica para a abertura de um *processo civilizador* (ELIAS, 1994). Assim, instauram-se as bases ideológicas da modernidade a partir de transformações — políticas, sociais, culturais — que conduzem ao estabelecimento de novos valores culturais e novos padrões de comportamento. Nessa perspectiva, a ideia de cultura e civilidade é construída em oposição à natureza. Natureza foi, então, associada ao selvagem, à barbárie, à desrazão e à ignorância, enquanto “[...] civilização estava relacionada a valores ilustrados como cultivo, polimento, aperfeiçoamento, progresso, razão” (CARVALHO, 2008, p. 20).

Aqui, cabe apontar que esses valores vão se aplicar, também, ao caminhar. Norbert Elias (1994) trata de um ponto especialmente importante nesse sentido em seu trabalho a respeito do processo civilizatório no contexto dos costumes e comportamentos da sociedade ocidental. Ele discute sobre a relevância do “decoro corporal externo”, ou seja, as manifestações corporais “externas” — “A postura, os gestos, o vestuário, as expressões faciais” (ELIAS, 1994, p. 69) e afins. Analisando um tratado do século XVI — *De civilitate morum puerilium* (Da civilidade em crianças), de Erasmo de Rotterdam — ele esmiúça a pertinência e o significado das expressões e movimentos corporais como parte de comportamentos e costumes sociais que foram associados ao que podia ser considerado “civilizado”. Portanto, essa linha de abordagem nos remete ao que discutimos anteriormente, já que evidencia que as formas de caminhar tratadas estão ligadas a uma cultura corporal que denota certo status social. Segundo Amato (2004), a corte francesa e as classes altas inglesas ocupam um lugar privilegiado ao moldar o ato de caminhar justamente pelo ideal da civilidade. Além disso, esse ímpeto na modelagem das manifestações corporais também está ligado ao desejo de domesticação de qualquer traço de animalidade presente na conduta do sujeito e, portanto, remete a um “[...] movimento de recalque da natureza [que] possui tanto uma face social quanto subjetiva” (CARVALHO, 2008, p. 20).

Assim, a natureza passa a ser caracterizada como o Outro da civilização e, no estabelecimento da sociedade moderna, “[...] a cultura ilustrada se ergue como uma parede invisível a demarcar um território humano civilizado contra a natureza selvagem” (CARVALHO, 2008, p. 21). Cabe ressaltar, ainda, que a edificação dessa sociedade moderna tem como referências as novas visões de mundo concebidas pelo Renascimento e pelo Iluminismo (HISSA, 2002). Nesse quadro, Hissa (2002) aponta que uma nova ética e novos valores se expandem pelo Ocidente e que “A razão passa a sobrepor-se ao teológico [...] [e] a ciência exerce, nesse processo, um papel fundamental” (p. 57). Portanto, no contexto histórico referenciado, instaura-se uma tradição racionalista-iluminista que, mesmo amparada por uma intencionalidade emancipadora, atua na instituição da ciência moderna calcada em

pressupostos como a objetividade, a isenção e a imparcialidade (HISSA, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Edgar Morin (2005) pontua, ainda, que esse foi um período guiado pela Razão soberana, em que se constrói uma racionalidade crítica capaz de conceber um universo totalmente acessível ao racional e, junto com ele, uma humanidade completamente guiada pela razão. Também é “[...] uma época de grande desenvolvimento das ciências físicas, químicas e biológica” (MORIN, 2005, p. 25) em que desabrocha uma ciência embasada em procedimentos empírico-rationais. Essa racionalidade científica, então, fundamenta um paradigma científico que, por sua vez, elabora um “[...] conhecimento baseado na formulação de leis [que] tem como pressuposto metateórico a ideia de *ordem* e de *estabilidade* do mundo” (SANTOS, 2008, p. 30) [grifos meus]. Assim, sob esses alicerces, a sociedade assume uma visão de mundo antropocêntrica — em que o homem é colocado na centralidade como sujeito e oposto à natureza, objeto — e a ciência constrói seu entendimento da natureza por uma perspectiva pragmático-utilitarista — ou seja, como um recurso para atender as necessidades humanas (PORTO-GONÇALVES, 2006; CARVALHO, 2008).

Portanto, nessa conjuntura, há uma total “[...] separação entre a natureza e o ser humano”, já que dessacralizada, a natureza é tornada *objeto* de “[...] desvendamento que não é contemplativo, mas antes activo, já que visa conhecer a natureza para dominar e controlar” (SANTOS, 2008, p. 25). Esse movimento marca, inclusive, a fundamentação da oposição entre homem (sujeito) e natureza (objeto) que está na raiz do pensamento ocidental moderno (SANTOS, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2006). Vale apontar também que esses pressupostos e valores — a ideia de uma natureza objetiva e exterior — vão se propagar com a ampliação de uma ordem burguesa e mercantil e se cristalizar, posteriormente, com a experiência da primeira Revolução Industrial (PORTO-GONÇALVES, 2006; CARVALHO, 2008). Contudo, desacelerarei um pouco para pontuar como tais pressupostos e valores — que se fundamentam e se expandem de forma dinâmica e múltipla no espaço-tempo — geram, também, movimentos paralelos que têm muito a ver com a relação entre caminhar e natureza que nos interessa aqui.

Conforme Amato (2004), o Iluminismo inaugura um período em que as classes altas caminhavam mais e também viajavam mais em um contexto de ênfase na razão e nas ciências naturais. Esse autor destaca ainda que essa mudança na vida pública tornou as disputas em termos de distinção social mais acirradas, apontando que as posses e os privilégios atribuíam às pessoas os recursos necessários para que tivessem o direito de caminhar apenas por escolha

— e também apenas entre pessoas “importantes” ou sozinho. Portanto, edifica-se um panorama em que

A riqueza permitia, e até certo ponto ditava, que seus possuidores ordenassem seus inferiores e servos a caminhar, a carregar, a esperar, a curvar-se e a cuidar dos pés cansados, dos sapatos e das botas sujas de seus superiores. Não é de se admirar que a nobreza e os aspirantes à classe média-alta tenham transformado a etiqueta, a conduta e o caminhar em uma demonstração de excelência<sup>31</sup> (AMATO, 2004, p. 72).

Assim, é possível notar que os elementos do “decoro corporal externo” discutidos por Elias (1994) foram certamente aplicados ao ato de caminhar e que, assim, a postura, o equilíbrio, o comportamento, os passos, as roupas, calçados e afins, foram componentes utilizados para asseverar a posição social do caminhante. Segundo Amato (2004), enquanto as classes mais altas moldavam seus corpos e linguagem corporal nesse sentido, elas também domavam o mundo físico ao seu redor. Nas palavras do autor, esses sujeitos “[...] pisavam na terra, como se não fossem desta terra<sup>32</sup>”, em busca do respeito e da legitimação de seus semelhantes. O que é importante ressaltar, nesse contexto, é justamente o fato de que na medida em que essas classes moldaram e produziram seus ambientes de vida, elas também se dedicaram ao que consideravam ser o seu aperfeiçoamento próprio — de suas posturas, condutas, seus modos e comportamentos. Além disso, foram essas classes que, durante o avanço do chamado século das Luzes, também se dedicaram ao conhecimento de si e ao conhecimento do mundo.

Em vista de tudo isso, é possível reconhecer que esse foi um período dinâmico para a vida social como um todo e Amato (2004) salienta, ainda, a expansão das viagens nesse contexto, cada vez mais motivadas por interesses governamentais, comerciais, educacionais, entre outros. O autor aponta o papel de estudiosos amadores e também dos acadêmicos nesses movimentos de viagens, frisando a atuação dos naturalistas — em especial, Alexander Von Humboldt — que ocupam uma posição de destaque na associação entre ciência, natureza e caminhar. Conforme Amato (2004) destaca: “Humboldt fez sua ciência a pé” (p. 116), viajando, caminhando e explorando, o autor complementa. Para esse autor, a figura de

---

<sup>31</sup>No original: “Wealth allowed, and to a degree dictated, that it owners command their inferiors and servants to walk, carry, wait, bow down, and care for the tired feet and soiled shoes and boots of their superiors. There is little wonder that nobility, and the aspiring upper middle classes, made etiquette, manners, and walking into a show of distinction” (AMATO, 2004, p. 72) [Tradução minha].

<sup>32</sup>No original: “[...] they trod the earth as if they were not of this earth” (AMATO, 2004, p. 76).

Humboldt é representativa de um movimento que “[...] revela a paixão que animava viajantes românticos, cientistas e poetas<sup>33</sup>” (AMATO, 2004, p. 117).

No capítulo anterior, já abordei, pontualmente, o romantismo e aqui será preciso nos ater um pouco mais sobre esse conceito. Contudo, já de início ressalto que, de maneira alguma, intenciono opor iluminismo e romantismo, mas apontar que existem continuidades e descontinuidades em seus movimentos e suas visões de mundo. Assim, o que importará é pensar que, no movimento do mundo, essas visões se encontram, se tensionam, se sobrepõem e se afastam tendo em vista a multiplicidade possível de entrecruzamentos das filosofias, das artes, enfim, das linhas de pensamento. Não caberá esmiuçar todas as particularidades dessa complexa e densa historicidade, contudo, caberá apontar o seguinte: quando destaquei os apontamentos de Morin (2005) anteriormente, mencionei a Razão soberana que brota da visão iluminista de mundo, uma visão que Porto-Gonçalves (2006) destaca inclusive como racionalista-iluminista justamente para enfatizar a centralidade dessa racionalidade. Agora, discutirei sobre um movimento que, para alguns autores, se coloca na contracorrente ou na contramão dessa visão. Mas isso não quer dizer que o romantismo, também inscrito nesse contexto *iluminado*, não carregue sua própria racionalidade ou, melhor dizendo, sua construção específica da racionalidade — que pode, inclusive, colocar-se mais ou menos alinhada ou desalinhada à visão iluminista. Assim, aponto que é a conversão da razão em razão providencial e, com isso, a conversão da racionalidade científica em um modelo global — modelo totalitário — que, unicamente, produz o conhecimento *verdadeiro* (SANTOS, 2008; MORIN, 2005) e os pressupostos que esse conhecimento valida — a universalidade, a objetividade, a imparcialidade — que marcará uma das descontinuidades que tratarei aqui.

Em *Revolta e Melancolia: O romantismo na contracorrente da modernidade*, Michael Löwy e Robert Sayre (2015) nos mostram, desde o início de sua discussão, como a tarefa de conceituação do romantismo pode ser considerada árdua por sua multiplicidade e diversidade. Por isso, na visão deles, o romantismo acaba sendo conceituado por certos autores a partir de um denominador comum — a contradição, a dissonância, o conflito interno —, o que contribui para sua redução. Apesar de sua multiplicidade e diversidade — e certamente também seus conflitos e contradições —, Löwy e Sayre (2015) apresentam alguns autores que caracterizam o romantismo a partir desses valores em comum. Uns apontam “[...] uma nova concepção do espírito, que enfatiza a atividade criativa”, outros “[...] a imaginação, a

---

<sup>33</sup>No original: “[...] Humboldt reveals the passion that animated romantic travelers, scientists, and poets” (AMATO, 2004, p. 117).

natureza, o símbolo e o mito<sup>34</sup>" e, ainda, "[...] a mudança, o crescimento, a diversidade, a imaginação criativa e o inconsciente" (p. 22). Contudo, para Löwy e Sayre (2015) o que importa para compreender esse fenômeno é menos a construção de uma lista de denominadores comuns atribuída aos românticos e mais se direcionar a pergunta central: *o que é o romantismo?*

Esses autores se debruçam sobre esse questionamento e se encaminham para desconstruir algumas noções fixas do romantismo a partir da análise crítica da proposição de alguns autores. Assim, eles se propõem a apresentar um conceito coerente que se preocupe com o conteúdo desse fenômeno em um sentido positivo. Löwy e Sayre (2015) tomam, então, "[...] como ponto de partida uma definição do romantismo como *Weltanschauung*, ou visão do mundo, isto é, como estrutura mental coletiva" (p. 34). Essa estrutura mental é construída e pode ser percebida em campos culturais distintos, não apenas na literatura e nas artes — campos em que, geralmente, o romantismo é associado —, mas também na filosofia, na teologia, na política e na economia. Isso porque esses autores compreendem que o romantismo é um fenômeno surgido a partir de um panorama político e social específico: o advento do capitalismo. Para Löwy e Sayre (2015), o romantismo é uma das tendências da cultura moderna e carrega, por essência, um impulso anticapitalista. Eles justificam essa proposição apontando que os valores do romantismo vão, justamente, se contraporem aos valores instituídos pela realidade “moderna” e esclarecem, ainda, que em suas concepções, “modernidade” diz respeito à “[...] civilização moderna engendrada pela Revolução Industrial e a generalização da economia de mercado” (LÖWY E SAYRE, 2015, p. 39). Apontam que, nesse contexto, a sensibilidade romântica é construída para se contrapor à realidade

---

<sup>34</sup> No que se refere aos mitos e aos símbolos, importa destacar que há, conforme ressaltam Löwy e Sayre (2015), uma corrente que se dedica ao estudo do romantismo no contexto alemão enfatizando seus traços reacionários e conservadores — que importam e precisam ser mencionados. Contudo, os autores de *Revolta e melancolia* apontam que “Em sua forma extrema [do romantismo] — que aparece na época da Segunda Guerra Mundial (o que é bastante compreensível) —, essas interpretações veem as ideologias políticas românticas principalmente como uma preparação para o nazismo. Não resta dúvida de que os ideólogos nazistas se inspiraram em certos temas românticos, mas isso não autoriza reescrever toda a história do romantismo político como um simples prefácio histórico do Terceiro Reich” (LÖWY E SAYRE, 2015, p. 24). Nesse sentido, aproveito esse ponto para reconhecer as diferentes tradições nacionais ligadas ao romantismo, especialmente, a inglesa, a francesa e a alemã, entretanto, visto que o presente trabalho não se dedica às especificidades do romantismo — mas à sua ligação aos temas tratados aqui —, acompanho o pensamento de Löwy e Sayre (2015) que situam a gênese do romantismo no decorrer do chamado “século das Luzes” (com ênfase em meados desse século) e que consideram seu surgimento “[...] mais ou menos, de forma semelhante, independente e sincrônica, nesses três países [França, Alemanha e Inglaterra] que eram, relativamente, os mais ‘avançados’ no processo de modernização e desenvolvimento do capitalismo” (p. 80).

capitalista/moderna que se expande e ao que ela engendra na vida real: o sentimento de "vazio", "desilusão", "desencanto". Nas palavras dos autores:

A crítica [do romantismo] recai em geral sobre as características do capitalismo cujos efeitos negativos permeiam as classes sociais, e que são vividas como miséria em toda essa sociedade. Em muitos casos, o que se denuncia de uma maneira ou de outra é esse fenômeno crucial do conjunto que é a "reificação" ou "coisificação", isto é, a desumanização do humano, a transformação das relações humanas em relações entre coisas, entre objetos inertes (LÖWY E SAYRE, 2015, p. 41).

Portanto, para os autores, o romantismo encarna uma visão do mundo em que a expansão da realidade moderna provoca efeitos profundos na vida, em nível individual e da sociedade. Logo, Löwy e Sayre (2015) compreendem que a visão romântica se constrói a partir da constatação de que o presente perdeu valores humanos essenciais que foram alienados e essa constatação se dá por um processo doloroso e melancólico. Contudo, no formato de construção crítica, essa visão ganha forma em maior ou menor grau, de forma mais ou menos consciente no trabalho dos românticos, afinal,

[...] o romantismo é, queira-se ou não, uma crítica *moderna* da modernidade. Isso significa que, mesmo se revoltando contra ela, os românticos não poderiam deixar de ser profundamente influenciados por sua época. Assim, ao reagir afetivamente, ao refletir, ao escrever contra a modernidade, eles reagem, refletem e escrevem em termos modernos. Longe de lançar um olhar exterior, de ser uma crítica vinda de um 'além' qualquer, a visão romântica constitui uma '*autocrítica*' da modernidade (LÖWY E SAYRE, 2015, p. 43) [grifos no original].

Os românticos, então, buscam formas de lidar com a realidade avassaladora que (re)conhecem em expansão e, conforme Löwy e Sayre (2015), encontram amparo na nostalgia por um passado perdido onde assumem que as alienações modernas ainda não existiam. Assim, no âmago da atitude romântica encontra-se essa idealização de um passado “[...] no qual as características funestas da modernidade ainda não existiam e os valores humanos sufocados por ela ainda existiam, e transformam-no em utopia, moldam-no como encarnação das aspirações românticas” (LÖWY E SAYRE, 2015, p. 44). Diante disso, os autores reconhecem que os românticos se movem por uma busca do que foi perdido, tentando reencontrar ou recriar esse “paraíso perdido”. Assim, além dos valores negativos, ou seja, do que o romantismo rejeita, Löwy e Sayre (2015) se preocupam também em apontar os valores positivos do romantismo, a saber: a subjetividade do indivíduo como resistência à reificação; o individualismo — que é “qualitativo”, ou seja, voltado para evidenciar “[...] o caráter único e incomparável de cada personalidade” (p. 48); e, por fim, a “[...] Unidade do eu com duas

totalidades abrangentes: por um lado, com o universo inteiro, ou Natureza, e, por outro, com o universo humano, com a coletividade humana” (p. 48).

Sobre esse último ponto, Löwy e Sayre (2015) ainda discutem, brevemente, sobre as críticas ao caráter individualista exacerbado que, supostamente, o romantismo pode assumir. Contudo, para eles, a exigência da comunidade é essencial à visão romântica e, portanto, o isolamento voltado à busca do paraíso perdido pode ser legitimado “[...] porque o paraíso perdido é sempre a plenitude do todo — humano e natural” (LÖWY E SAYRE, 2015, p. 48). Logo, é possível perceber que, na ideia dos autores, a vontade individual — representada, por exemplo, pelo isolamento do “eu” — é justificada quando orientada pelas motivações que são consideradas apropriadas — como a leitura, o pensamento, a espiritualidade e a busca pelo contato com a “Natureza”, porquanto as condições de vida e o significado que essas motivações carregam no contexto em que esses românticos se inseriam. Ao mesmo tempo, Löwy e Sayre (2015) também criticam uma absolutização dessa vontade individual, já que nesse sentido, o indivíduo “puro” levaria “[...] ao extremo a própria lógica do mundo moderno; torna-se a encarnação do espírito capitalista” (p. 49). Os autores esclarecem, então, que mesmo podendo existir uma afirmação individualista na sensibilidade romântica, para os românticos, a centralidade de sua visão é “[...] a união com os homens e com o universo natural” porque só a partir dessa exigência torna-se possível a construção de seu impulso anticapitalista. Nesse sentido, eles ressaltam que

O princípio capitalista de exploração da Natureza contradiz a aspiração romântica de viver harmoniosamente em seu seio. E o desejo de recriar a comunidade humana [...] é a contrapartida do repúdio à fragmentação da coletividade na modernidade. A crítica da modernidade e os valores românticos positivos, portanto, são simplesmente os dois lados de uma única e mesma medalha (LÖWY E SAYRE, 2015, p. 49).

Assim, no sentido proposto por esses autores, vejo que os pressupostos e valores que chefiam o romantismo são construídos de maneira a confirmar seu direcionamento ao reencantamento da natureza. E é isso que os autores centrais do caminhar ressaltam de mais íntimo na relação entre o romantismo e essa prática. Segundo Amato (2004), os caminhantes românticos validaram o campo e a natureza como fontes de sentimentos humanistas, de conhecimento e de experiências — o que contribuiu para atrair a curiosidade e a simpatia de caminhantes para além da classe e da localidade. Com esse movimento, o ato de caminhar foi profundamente embebido de um valor intrínseco de experimentação e conhecimento do mundo — principalmente da natureza — e de si mesmo. Para os pensadores românticos, o

caminhar seria uma maneira de libertação do *self* do mundo artificial, urbano e mecânico que estava se estabelecendo com a civilização moderna (AMATO, 2004; LABUCCI, 2013).

O romantismo é apontado por vários autores como o agente de uma expressiva transformação no significado do caminhar<sup>35</sup> (AMATO, 2004; LABUCCI, 2013; COVERLEY, 2014; SOLNIT, 2016). A trajetória que levou os românticos até o campo e a natureza tem sua gênese nos jardins e, de maneira geral, os jardins representaram, para as classes privilegiadas, um local idealizado para suas caminhadas. Segundo Amato (2004), representando a entrada em “[...] um ambiente encantador, distante da vida agitada da cidade e da paisagem opaca e empoeirada do campo<sup>36</sup>” (p. 83), os jardins ofereceram para essa parcela da sociedade europeia sua principal atividade de lazer. O autor completa, mencionando que, de uma maneira profunda, porém irônica, o jardim inglês — que foi sendo moldado para se tornar convidativo para a caminhada — teve o efeito de definir a *wilderness*<sup>37</sup> como o ambiente que os humanos nunca precisariam ou deveriam pisar. Esse jardim inglês que Amato (2004) se refere vai ganhando sua configuração a partir do século XVIII quando a ideia de paisagismo naturalista adquire força. Nesse sentido, Solnit (2016) enfatiza ainda que “[...] o tema dos jardins passou a ser *a própria natureza*, embora *uma versão muito específica da natureza*, a natureza como espetáculo visual de plantas, água e espaço, uma coisa serena a ser contemplada serenamente” (p. 152-153) [grifos meus].

Obviamente, os românticos expandem essa prática para além dos jardins. Solnit (2016) vai destacar que, para que essa expansão acontecesse, foi necessária, essencialmente, uma revolução na cultura. A autora aponta, portanto, que com essa revolução certas influências e tendências no gosto pela paisagem contribuíram para inculcar nas pessoas determinados valores relativos à “natureza”. Essa “saída” dos jardins para o mundo, ou essa “[...] naturalização cada vez maior do jardim” (SOLNIT, 2016, p. 153) vai acontecendo gradualmente e toma forma com o jardim paisagístico que, cada vez mais, é moldado para se tornar indistinguível da paisagem circundante. Nesse contexto, aumenta a percepção de que

---

<sup>35</sup> Amato (2004) ainda ressalta que para que essas práticas de caminhada — que se associavam ao intuito de experimentar a natureza, o mundo e a si mesmo a partir das influências literárias, filosóficas e estéticas do movimento romântico — se “popularizassem” (se tornassem comuns), muitas transformações na própria sociedade também tiveram que acontecer. Portanto, a idealização e a difusão das caminhadas ligadas à natureza estão associadas às melhorias nas estradas, nos sistemas de transporte e ao maior policiamento controle governamental dos ambientes em que se caminhava — já que, naquela época, caminhar também significava grandes chances de ser assaltado, passar fome ou frio pelas estradas.

<sup>36</sup> No original: “[...] an enchanting environment distant from the hurly-burly life of town and the dull, dusty countryside<sup>36</sup>” (p. 83),

<sup>37</sup> Esse termo será recorrentemente utilizado ao longo desse trabalho, com o sentido de “natureza selvagem” e/ou “natureza intocada”.



“Se o jardim não passava de um espaço agradável à vista no qual andar a esmo, então era possível encontrar jardins, e não criá-los” (SOLNIT, 2016, p. 157).

Amato (2004) também destaca que os sujeitos vão sendo influenciados por essa visão e vão se direcionando a uma busca por solidão e por comunhão com a natureza e o campo. O aumento das viagens — que toma novos contornos, especialmente, no contexto das viagens românticas tanto voltadas para recreação quanto para estudos — também contribui para isso. Solnit (2016) salienta que “[...] a viagem passou a ser um fim em si mesmo, uma expansão do passeio no jardim” (p. 158) e sugere ainda que isso também acontece porque, para as classes privilegiadas, a vida havia se tornado tão agradável e plácida que permitiu o crescente gosto pelas “ruínas, montanhas, córregos, por situações que provocam medo e melancolia [...] [por isso,] eles podiam trazer de volta, como entretenimento, os pavores que as pessoas outrora haviam se esforçado tanto para banir” (p. 154). O romantismo, nesse contexto, deu origem à figura do caminhante romântico e influenciou diversos grupos — autores, filósofos, artistas, poetas e, ainda, os naturalistas, relacionando também o caminhar aos estudos, principalmente, da História Natural (AMATO, 2004). Algumas figuras são recorrentemente apontadas nesse contexto, como por exemplo, Jean-Jacques Rousseau, Johann Wolfgang von Goethe, Alexander von Humboldt, William Wordsworth, Ralph Waldo Emerson, Henry David Thoreau, entre outros (AMATO, 2004; SOLNIT, 2016). Solnit (2016) aponta que a ampliação das possibilidades de viagem e a assimilação crescente do gosto pela paisagem como um sinal de refinamento foi tornando, aos poucos, a associação entre as caminhadas e a natureza mais concreta.

Esse caminhante romântico — sejam aqueles ingleses, centro-europeus ou norte-americanos —, muito presente na literatura, é cada vez mais evidenciado por sua idealização das caminhadas como meio de alcançar contato direto com a natureza e com as populações nativas (AMATO, 2004). Esse contato possibilita a concretização dos pressupostos e valores que o romantismo cultiva e busca expandir no contexto da sociedade moderna. Contudo, é interessante pensar que mesmo com esse desejo por contestação, tais caminhantes faziam ocasionalmente e por livre escolha o que a maioria das pessoas realizava diariamente por dependência — por precisar se deslocar, mas não possuir outros recursos ou meios. Além disso, é importante destacar que é apenas com a sociedade urbana e industrial emergente tão criticada — que, realmente, engendra um sentido de afastamento do “natural” — que se origina o rótulo de “caminhada na natureza” idealizado pelos caminhantes românticos. Solnit (2016) traz uma observação interessante, apontando que existe nesses caminhantes uma tendência de instituir *o que é* o caminhar e como *verdadeiramente* deve-se caminhar. Assim, a

autora critica que, nessa percepção, eles erguem um limite ao redor do ato de caminhar quando associam “[...] o caminhar no mundo orgânico à liberdade, mas [com isso], também [...] nos ensina[m] como ser livres” (SOLNIT, 2016, p. 203). Para essa autora,

A natureza, que havia sido um culto estético no século XVIII e tornara-se um culto radical no fim desse mesmo século, era, em meados do século seguinte, uma religião estabelecida para as classes médias, e na Inglaterra, mais do que nos Estados Unidos, também para boa parte das classes operárias. Infelizmente, havia se tornado uma religião tão pia, assexuada e moralista quanto o cristianismo que ela respaldava ou suplantava. Passear pela ‘natureza’ era um ato de devoção para os herdeiros ingleses, norteamericanos e centro-europeus do romantismo e transcendentalismo (SOLNIT, 2016, p. 198).

As colocações de Solnit (2016) contribuem para apontar que, no movimento da história e da vida, essas transformações culturais — consideradas por alguns uma “revolução cultural” — geraram e ainda geram influências na relação entre as caminhadas e a natureza. Nesse sentido, destaco, conforme Carvalho (2008) e Solnit (2016), que as origens das tendências contemporâneas ligadas às práticas na natureza e aos movimentos ambientalistas têm, nessas transformações culturais e nesses pressupostos do romantismo, algumas de suas raízes históricas. Essas fundamentações fazem parte, ainda, de uma história mais ampla, um movimento mais vasto que atinge a própria relação entre sociedade e natureza. A seguir, tratarei desse panorama no sentido específico perseguido nesse trabalho, ou seja, abordando especificamente a relação sociedade-natureza e a proteção ambiental.

### 3 RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA E PROTEÇÃO AMBIENTAL: qual a natureza da “natureza protegida”?

*“Sente-se pois então que árvores, bichos e pessoas têm natureza assumida igual. O homem no longe, alongado quase, e suas referências vegetais, animais. Todos se fundem na mesma natureza intacta. Sem as químicas do civilizado. O velho quase-animismo”* (BARROS, 2010, p. 209).

O pensamento geográfico traz uma ampla discussão e reflexão sobre o tema da relação sociedade-natureza que, inclusive, é eleito como objeto teórico por diferentes áreas do conhecimento em determinadas situações históricas (HISSA, 2008). Sabemos que, no contexto contemporâneo, organiza-se uma densa configuração espaço-temporal e, com o estabelecimento do mundo urbano-industrial, emerge a chamada “crise ambiental” que reflete os efeitos da dominação e exploração da vida humana e não-humana. Além disso, considero que a discussão ambiental torna-se repleta de contrastes e diferentes interesses e poderes — ciência, política, sociedade — são inseridos ao debate manifestando visões e valores distintos e, por vezes, conflitantes. Portanto, na problemática ambiental “[...] se entrecruzam conhecimento técnico-científico; as normas e valores; o estético-cultural, regidos por razões diferenciadas” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 139), carregando-a de complexidades. A partir desses novos contornos, a sociedade tenta construir respostas para as preocupações ambientais, tendo em vista as pressões das áreas urbanas e rurais. Dentre tais possíveis respostas, temos a estratégia de proteção ambiental que será o tema desse capítulo.

Nesse primeiro momento, abordarei os valores e as ideias que levam ao impulso que a proteção ambiental conquista em certos cenários. Assim, reconheço que o tema da proteção da natureza traz consigo a ideia de uma natureza *específica* que deve ser protegida, portanto, remete à própria relação sociedade-natureza. Por isso, gostaria de ressaltar o seguinte: toda forma de pensar tem uma história. Se nós pensamos a natureza estritamente como "natureza selvagem" e se valorizamos a natureza somente como "natureza protegida", há por detrás dessa ideia, talvez não só uma história, mas também interesses, tensões, enfim, concordâncias e discordâncias.

Cabe esclarecer que será tratado, especificamente, sobre a criação de unidades de conservação, ou seja, áreas protegidas a partir da construção de um aparato jurídico-institucional brasileiro que traz, consigo, uma visão de natureza e as motivações para protegê-la. No cenário acadêmico, esse tema é majoritariamente regido pelo debate a respeito das estratégias de proteção ambiental de maior notoriedade: o preservacionismo e o conservacionismo. Conforme aponta McCormick (1992), “Os primeiros buscavam preservar

as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional, e os últimos explorar os recursos naturais do continente, mas de modo racional e sustentável” (p. 31). Muitos autores discutem as raízes desses movimentos, identificadas em fins do século XIX e início do século XX, especialmente na Inglaterra e EUA, para abordar as transformações na postura da sociedade quanto ao chamado “mundo natural” e ainda apontar as primeiras iniciativas de proteção da natureza naqueles tempos (THOMAS, 1988; MCCORMICK, 1992; DIEGUES, 2008).

Portanto, recorrerei a esses apontamentos para compreender os pontos fundamentais que influenciaram — e influenciam até hoje — a estratégia de proteção adotada no contexto brasileiro. Mais do que apontar os marcos jurídico-institucionais relevantes para esse contexto, buscarei tratar também das ideias e dos valores que ainda marcam os discursos e as práticas no campo da proteção ambiental. Para além desse ponto, abordarei a profunda relação entre os parques e a ideia de “natureza selvagem” e, sabendo dessa relação, será possível discutir o uso público nos parques — (re)conhecendo uma perspectiva convencional e almejando uma abordagem crítica. Uma vez estabelecida tal discussão, debatarei também o contexto socioespacial que nos importa, afinal, a criação dos parques apela a um imaginário próprio da cultura urbano-industrial e, por isso, suscita também à dicotomia entre rural e urbano. Nesse sentido, no que cabe o recorte desse trabalho, apresentarei alguns apontamentos sobre o novo rural e o imaginário “rural-natural” presente aí que, por sua vez, cumpre um papel nos anseios propostos pelo uso público nos parques.

Por fim, é sempre prudente lembrar ao discutir transformações históricas nas sociedades que esses acontecimentos vão assumir contornos distintos e dinâmicos no espaço-tempo. Portanto, o que importa aqui não é reconhecer os elementos abordados a seguir como únicos ou definitivos, mas na verdade, identificá-los como influências significativas para o recorte dessa pesquisa.

### 3.1 IDEIAS E VALORES SOBRE A NATUREZA: o contexto da “natureza selvagem”.

Os parques são áreas protegidas que transmitem uma noção de proteção da natureza onde deve ocorrer “[...] a total exclusão das áreas virgens de qualquer alternativa que não [...] [a] recreação” (MCCORMICK, 1992, p. 32). Convém, então, se perguntar: que ideias e valores dão fundamento a essa noção? As ideias e valores que fundamentam os movimentos de proteção ambiental remontam ao contexto histórico-filosófico que se relaciona à própria construção social da ideia de natureza no Ocidente moderno. Keith Thomas (1988) aborda

como essa construção se dá, especificamente, na Inglaterra, discutindo o que chama de “mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais”. Essas mudanças vão, então, alterar a visão e os significados atribuídos à natureza pela sociedade e, de acordo com Thomas (1988), parte-se de um pensamento de que “[...] a natureza existe unicamente para servir aos interesses humanos” (p. 22) para a concepção de que “[...] a própria natureza tem valor espiritual intrínseco” (p. 357). Essa “nova” concepção afeta, por exemplo, as ideias do preservacionismo que “[...] pode[m] ser descrita[s] como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem” (DIEGUES, 2008, p. 32).

As transformações que culminam nisso se inauguram com o que Thomas (1988) denomina *novas sensibilidades*, originada em fins do século XVIII. Segundo ele, o crescimento das cidades e a intensificação da oposição entre vida urbana e vida rural foram fatores importantes para o despontamento desse fenômeno. Para esse autor, a ideia dominante de “predomínio humano” que sustentava a exploração e a dominação do mundo natural era justificada por argumentos de ordem religiosa e de ordem filosófica, contudo, essa realidade se altera gradualmente. Ele enfatiza o desenvolvimento da investigação científica do “mundo natural” como um ponto importante para essas mudanças porque marca um momento em que os estudos passam a ser conduzido independente de sua utilidade ou significado para o homem — encaminhando uma fragmentação entre o que é de “interesse” da sociedade e da “natureza”. De acordo com Thomas (1988), os sistemas de classificação naturalistas se estruturaram para escapar do viés antropocêntrico, já que se baseavam nas qualidades intrínsecas das espécies — ao contrário de sua utilidade, beleza e afins, como anteriormente —, adotando traços mais científicos — “imparciais” e “objetivos”. O autor conclui, então, que o desenvolvimento científico inaugurado com os estudos naturalistas estabelece a lógica de “[...] **um cenário natural separado**, para ser visto e estudado por um observador externo” (THOMAS, 1988, p. 106) [grifos meus].

Obviamente, outros fatores também influenciaram esse quadro<sup>38</sup> e, segundo Thomas (1988), essas transformações se consolidam quando se atribui sentimentos e sensações ao “mundo natural” — especialmente aos animais, mas também, em casos específicos às plantas. Além disso, Thomas (1988) indica que com o desenvolvimento da indústria e a concentração populacional das cidades, estabelece-se uma deterioração do ambiente urbano. As péssimas condições sanitárias, de moradia e de trabalho, nesse contexto, contribuíram para disseminar

---

<sup>38</sup> Como a tradição cristã heterodoxa de defesa contra a crueldade infligida aos animais e “[...] a dissolução da velha tese de que o mundo existia exclusivamente para a humanidade” (THOMAS, 1988, p. 215).

uma ânsia “[...] pelas delícias imaginadas da vida rural” (THOMAS, 1988, p. 348). Ele ressalta também que essa idealização do campo era voltada a seus atrativos estéticos e espirituais e que acabou por provocar uma intensificada separação entre cidade e campo. Era uma imagem do campo construída por um olhar “mistificador e escapista” (THOMAS, 1988, p. 299) que ocultava traços da realidade e das tensões presentes na vida rural.

Diegues (2008) evoca brevemente o trabalho de Keith Thomas para ressaltar a “[...] atitude de contemplação da natureza selvagem, lugar de reflexão e de isolamento espiritual” (DIEGUES, 2008, p. 26) que despontou no início do período moderno nas cidades inglesas. Ele dá ênfase à atuação dos escritores românticos, mencionando o papel que tiveram no processo de valorização estética da “natureza selvagem”. William Cronon (1996), por sua vez, também aponta a influência do romantismo na construção da ideia de “natureza selvagem” e destaca que essa ideia é, na verdade, uma criação profundamente humana e, portanto, cultural. Esse autor destaca que apesar de ser apresentada como *pura naturalidade* — ou seja, como aquilo intocado pela mão humana — a ideia de “natureza selvagem” é, na realidade, um conceito repleto de símbolos culturais e valores morais de nossa civilização. Para ele, a ideia de “natureza selvagem” influencia uma ampla gama de preocupações do ambientalismo — mesmo de maneira indireta — e a notável influência desse conceito acontece porque ele está carregado de valores centrais para a cultura que o construiu.

De acordo com Cronon (1996), para que esse conceito adquirisse tamanha influência foi fundamental tornar a ideia de “natureza selvagem” *sagrada*. A potência do sagrado contribuiu, assim, para que a “natureza selvagem” se apresentasse como algo nos limites entre humano e não-humano. O autor cita, por exemplo, William Wordsworth<sup>39</sup> destacando que escritores românticos como ele descreviam uma experiência religiosa semelhante às experiências descritas no Antigo Testamento que inspirava, por vezes, mais espanto e desalento do que alegria e prazer. Foi a partir desses sentimentos, então, que o ideário romântico sobre a “natureza selvagem” se enche de significados espirituais e vai tomando seus contornos.

Contudo, à medida que a “natureza selvagem” vai se tornando procurada por visitantes e turistas, a potência do sublime idealizada pelos primeiros românticos vai sendo

---

<sup>39</sup> O poema “O prelúdio” de William Wordsworth é especialmente lembrado por evocar esses significados e sentimentos. VER: WORDSWORTH, W. *The Complete Poetical Works*. Londres: Macmillan and Co., 1888.

*domesticada*. John Muir<sup>40</sup> capta muito bem, em seus escritos, esse sentido do sublime domesticado e sua influência sobre a ideia de “natureza selvagem” é bem relevante, já que a partir dele, tal ideia deixa de refletir o sentimento de temor ou desalento dos primeiros românticos (CRONON, 1996). A influência de Jean-Jacques Rousseau também é lembrada, especialmente, em sua valorização do primitivo que inspirou uma poderosa crença no retorno ao simples, a um modo de vida primitivo como resposta às mazelas da civilização moderna. Segundo Cronon (1996), essa crença foi incorporada pela sociedade norte-americana e, de certa forma, influenciou a criação do mito da fronteira — um mito em referência à expansão norte-americana para o oeste. Para aquela nação, então, tornou-se extremamente importante assegurar a proteção dos últimos remanescentes de seu passado fazendo com que “Proteger a natureza selvagem era [fosse], em um sentido muito real, proteger o mais sagrado mito de origem da nação”<sup>41</sup> (CRONON, 1996, p. 13).

A “natureza selvagem” emergiu, assim, como cenário de visita que era voluntariamente escolhido pelas elites. Para elas, a natureza não foi significada como um lar ou um local de trabalho produtivo — foi, simplesmente, significada como um local para o consumo, para a recreação (CRONON, 1996). Portanto, no processo de criação da ideia “natureza selvagem”, ela passa a refletir justamente os valores da civilização da qual se queria escapar — afinal, consumo e recreação são ligados à própria modernidade capitalista. De acordo com Cronon (1996), essa ideia de “natureza selvagem” nega o fato de que ela é uma *construção histórica* a fim de se afirmar como uma realidade autêntica — original, intocada e perdida pela civilização — e, ao fazer isso, representa uma fuga da história, porém, deve ser entendida profundamente como um produto dela.

Para Cronon (1996), esse anseio pela fuga da história pode representar certa esperança de escapar das responsabilidades pelo que criamos — a ilusão de que podemos deixar de lado nossa história e retornar ao momento em que, supostamente, nossa marca (“devastadora”) no mundo não existia. Não é de se admirar que a ilusão de uma natureza intocada comova mais facilmente aqueles que não precisam trabalhar na terra para ganhar a vida (CRONON, 1996). A questão central presente no trabalho de Cronon (1996) e que nos importa apontar é: a ideia de “natureza selvagem” considera que toda ação humana sobre a natureza é intrinsecamente

---

<sup>40</sup> John Muir (1838-1914) é reconhecido como um grande nome do movimento preservacionista norte-americano. É muito lembrado por sua atuação em defesa da criação de áreas protegidas, em especial, na criação de um dos primeiros parques nacionais norte-americanos: o Parque Nacional de Yosemite.

<sup>41</sup> No original: “To protect wilderness was in a very real sense to protect the nation's most sacred myth of origin” (CRONON, 1996, p. 13). [Tradução minha].

danosa e, fazendo isso, não deixa abertura para nenhum modo de vida *da terra e na Terra*. Nesse sentido, a concepção de “natureza selvagem”:

[...] incorpora uma visão dualista na qual o humano está inteiramente fora do natural. Se nos permitirmos acreditar que a natureza, para ser verdadeira, também deve ser selvagem, então nossa presença na natureza representa sua queda. O lugar onde estamos é o lugar onde a natureza não está. Se isso é verdade, — se, por definição, a natureza selvagem não deixa lugar para os seres humanos, exceto talvez como visitantes contemplativos que desfrutam de seus devaneios na catedral natural de Deus —, então também por definição não pode oferecer nenhuma solução para os problemas ambientais e outros problemas que nos confrontam. Na medida em que celebramos a natureza selvagem como a medida com a qual julgamos a civilização, reproduzimos o dualismo que coloca a humanidade e a natureza em polos opostos. Desse modo, deixamos pouca esperança de descobrir como um ético, sustentável e honrado lugar humano na natureza poderia, realmente, ser <sup>42</sup> (CRONON, 1996, p. 17).

Por isso, podemos compreender que tal dualismo — de caráter dicotômico — favorece a expansão da ideia de “natureza selvagem” contribui para afastar a reflexão de que, para a maioria de nós, nosso lar é, de fato, a vida urbano-industrial<sup>43</sup> e o afastamento dessa reflexão provoca repercussões muito reais em nossa vida. Faz-nos esquecer — ou nos desviar da noção — de que essa vida urbano-industrial está, em diversas maneiras, ligada à vida rural. Por isso mesmo, a própria ideia de natureza intocada dificulta as considerações sobre as ligações, atravessamentos, imbricações entre urbano e rural — alimentando, assim, uma dicotomia. Alimenta, ainda, a noção de que a “solução” para quaisquer problemas ambientais não está em refletir sobre — e, em alguma medida, transformar — a maneira como a sociedade se estrutura — socialmente, eticamente, politicamente — mas, simplesmente, se afastar da civilização que seria, nessa visão, a raiz de todos os problemas.

É importante ressaltar ainda, como faz Cronon (1996), que a crítica à visão de “natureza selvagem” não é direcionada à natureza não-humana em si, ou mesmo aos esforços

---

<sup>42</sup> “[...] embodies a dualistic vision in which the human is entirely outside the natural. If we allow ourselves to believe that nature, to be true, must also be wild, then our very presence in nature represents its fall. The place where we are is the place where nature is not. If this is so - if by definition wilderness leaves no place for human beings, save perhaps as contemplative sojourners enjoying their leisurely reverie in God's natural cathedral - then also by definition it can offer no solution to the environmental and other problems that confront us. To the extent that we celebrate wilderness as the measure with which we judge civilization, we reproduce the dualism that sets humanity and nature at opposite poles. We thereby leave ourselves little hope of discovering what an ethical, sustainable, honorable human place in nature might actually look like” (CRONON, 1996, p. 17) [Tradução minha].

<sup>43</sup> Essa afirmação acompanha as colocações de Carlos (2007) sobre a generalização da realidade urbana no mundo moderno. Portanto, esclareço o entendimento de que “[...] a sociedade contemporânea mostra-se, tendencialmente, como uma sociedade urbana” (p. 13). VER: CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.



de estudos ligados à natureza não-humana, mas, na verdade, às implicações que a ideia de “natureza selvagem” têm tanto em nosso imaginário — pessoal e coletivo —, como na própria tradição do pensamento ambiental. Nesse sentido, a construção de políticas ambientais, as proposições de movimentos ambientais, as propostas educativas são influenciadas por essa ideia de “natureza selvagem” ainda hoje, corroborando essa visão específica de natureza, essa forma específica de proteção ambiental e, por conseguinte, afetando a própria maneira de pensar a relação entre sociedade e natureza — perpetuando uma óptica dicotômica.

No recorte de nossa pesquisa, considero, então, que essa visão afeta a concepção dos parques — que, por sua abertura ao uso público, são celebrados como uma via de aproximação entre a sociedade e a natureza, talvez, sem discussões mais aprofundadas a respeito da possível contradição presente aí. Para entendermos as possibilidades do uso público nos parques é preciso, também, conhecer mais detalhadamente a concepção dos parques e, ainda, especificamente, o modelo de proteção ambiental brasileiro. Portanto, apresentarei a seguir uma discussão sobre a fundamentação dos “parques nacionais” e, posteriormente, um breve histórico sobre a construção da legislação ambiental referente às unidades de conservação no Brasil.

### 3.2 OS PARQUES NACIONAIS: modelo de proteção, modelo de natureza?

A história da criação de áreas naturais protegidas é contada, muitas vezes, tendo como ponto de partida a criação de parques. Essa história tem centralidade no contexto norte-americano e, portanto, considera-se que a ideia de parques nacionais é uma “invenção norte-americana”<sup>44</sup>. Mesmo assim, é importante destacar que o sentido da criação dos parques “[...] não estava predeterminado e eram variadas as direções que poderiam ter sido seguidas - tão variadas quanto os contextos que lhes deram origem” (BARRETTO FILHO, 2001, p. 68). A influência romântica e estética presente na criação dos primeiros parques nacionais é sempre enfatizada, especialmente em referência à preservação da “natureza selvagem”, contudo, outros elementos ligados a interesses econômicos<sup>45</sup> dão densidade à discussão e contribuem para evidenciar de maneira mais aprofundada a complexidade desse contexto.

<sup>44</sup> Segundo Roderick Nash (*apud* McCormick, 1992) essa invenção foi possível “[...] pela existência de terras sob domínio público, a existência de áreas virgens num período em que a demanda por preservação se desenvolveu, assim como pelo modelo de colonização americano (em que coexistiam terras incorporadas e não incorporadas)” (p. 31).

<sup>45</sup> Aponta-se a forte intencionalidade de exploração turística pelo governo norte-americano que considerava as terras como de pouco valor econômico, com “[...] Exceção feita ao turismo, pois o vale

De toda forma, a influência romântica ganha terreno nesse debate e o sentimento advogado pela ideia de “natureza selvagem”, cada vez mais presente, é efeito de uma “[...] drástica transformação da sensibilidade coletiva face à *wilderness* [...] estreitamente vinculadas à estética romântica do sublime e à ideologia da fronteira” (BARRETTO FILHO, 2001, p. 95) [grifos no original]. Com as consequências do Homestead Act<sup>46</sup> de 1862, o receio pela percepção de que a “natureza selvagem” estava sendo tomada pela civilização se expande (BARRETTO FILHO, 2001; DIEGUES, 2008). Conforme Diegues (2008) aponta, na virada para o século XX, essas preocupações crescentes ganham forma nos movimentos que impulsionaram a criação dos parques, fundamentando-os profundamente na concepção de “natureza selvagem” a partir da noção de áreas desabitadas, de natureza “intocada” ou “virgem”<sup>47</sup>. Cabe salientar ainda que o modelo de parque nacional foi influenciado, conforme apontam Diegues (2008) e McCormick (1992), pela divisão no movimento norte-americano entre preservacionistas — tendo como referência John Muir — e conservacionistas — tendo como expoente Gifford Pinchot.

De acordo com Leis (2004) e Diegues (2008), esses enfoques são, usualmente, considerados arquétipos das distinções entre o conservacionismo e preservacionismo. Contudo, vale salientar que as ideias e valores presentes nessas diferentes correntes — que são de grande relevância para o pensamento ambiental — são referentes a um contexto específico e, portanto, é preciso considerar que esse debate se amplifica e ganha complexidade. Com isso, se dão atravessamentos e entrelaçamentos entre essas ideias e esses valores uma vez constituídos, especialmente, quando a questão ambiental é inserida ao debate acadêmico<sup>48</sup>. Conforme Diegues (2008) destaca, na constituição dos parques, se institui uma

---

tinha tal apelo cênico que justificaria protegê-lo dos indivíduos que desejassem se estabelecer ali” (BARRETTO FILHO, 2001, p. 85) e os interesses e a atuação das companhias ferroviárias como a “[...] Southern Pacific Railroad, que cobiçava o lucrativo tráfico de turistas que Yosemite já atraía e a criação do Parque faria crescer” (BARRETTO FILHO, 2001, p. 89).

<sup>46</sup> O Homestead Act foi um decreto americano “[...] pelo qual qualquer cidadão americano podia requerer a propriedade de até 160 acres (cerca de 70 ha) de terra devoluta que tivesse cultivado. A corrida para as terras devolutas foi imensa [...] [Com ele,] a natureza que apenas tinha sido tocada levemente pelo homem, tornou-se, em curto tempo, domínio de uma agricultura moderna e de uma indústria expansiva” (DIEGUES, 2008, p. 27).

<sup>47</sup> Diegues (2008) aponta, ainda, que a criação do Yellowstone fez-se pela reserva da sua região, proibindo-se qualquer ocupação, ou seja, reforçando a ideia de parque como desabitado e destinado para a recreação, mesmo aquele sendo um “[...] território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock” (p. 29). Ele ainda destaca que essa ideia de natureza selvagem “[...] foi criticada desde o início, particularmente pelos índios remanescentes já em grande parte removidos de seus territórios ancestrais na conquista do oeste” (DIEGUES, 2008, p. 30).

<sup>48</sup> Segundo Leis (2004), a inserção da questão ambiental — ou do ambientalismo — ao cenário acadêmico ganha força a partir dos anos 50, com a fundação da União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), o avanço da ecologia enquanto disciplina científica e a realização de algumas

*corrente preservacionista*, dentro do *movimento conservacionista*, que “[...] vê nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza, de grande beleza, dos efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial” (p. 39).

É esse modelo de parque nacional norte-americano que se expande para os países do chamado “Terceiro Mundo”, sem considerar as particularidades socioculturais dessas realidades. Portanto, concordo com as considerações de Diegues (2008) sobre a replicação de um modelo de proteção norte-americano na constituição dos parques no Brasil e reconheço, também, que isso tem repercussões duras e amplificadas nas vidas das populações tradicionais — indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, caiçaras, pescadores, camponeses — que são impedidas de continuar suas vidas e modos de vida em prol da criação dos parques sob essa visão de “natureza selvagem”. Além disso, a criação dos parques sob esse modelo têm também efeitos nas populações urbano-industriais que, incorporadas ao modo de vida das cidades, se reconhecem em um quadro de “afastamento da natureza” para o qual a criação dos parques serve de “solução”, afinal, são concebidos “refúgios da natureza” que devem ser abertos à visitação e ao turismo que essa população pratica.

Assim, a visitação e o turismo nos parques — remetidos à égide do uso público — têm, atualmente, se tornado uma maneira muito recorrente que a população urbano-industrial *escolhe* se relacionar com a natureza. Nesse sentido, aponto que os parques brasileiros se valem desse apelo turístico com o intuito de justificar ou impulsionar a legitimidade desse modelo de unidades de conservação. A seguir, discutirei brevemente a criação dos parques no contexto brasileiro, a partir do contexto de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação Brasileiro (SNUC) para compreender esses contornos em nossa realidade.

### 3.3 O MODELO BRASILEIRO: breve histórico e marcos legais.

Diegues (2008) indica que o campo da “história ambiental ou ecológica” no Brasil ainda se apresenta em formação e, portanto, não vemos muitos trabalhos que abordam ideias e valores referentes à conservação da natureza aqui. Esse autor ressalta que, desde a “conquista” do Brasil, o imaginário europeu sempre foi permeado pela ideia de reencontro com o paraíso perdido. Roncaglio (2009) reforça que essa visão demonstra o caráter da relação que se estabelece, desde aqueles tempos, com a natureza — vista como “[...] repleta de poderes

---

conferências mundiais de caráter científico sobre temas ambientais — entre elas, a Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos (UNSCCUR) e a Conferência Técnica Internacional sobre Proteção da Natureza (ITC)

mágicos, fonte de diversidade biológica e beleza estonteante; ao mesmo tempo é submetida passivamente aos caprichos e desejos dos homens que a conquistarem” (RONCAGLIO, 2009, p. 113). Esses fatores apontam para as configurações tomadas na construção da sociedade brasileira e, ainda, para os contornos da relação entre essa sociedade e a natureza. Juntamente à exploração predatória, Pádua (1987) ressalta, nesse contexto, a existência de uma

[...] tradição original da retórica louvatória em relação à natureza, que vem dos primeiros cronistas, passa pelo nativismo colonial e penetra no romantismo do século XIX. Temos a respeito da questão da natureza no Brasil uma tradição de dois polos esquizofrenicamente divorciados: uma celebração puramente retórica de um lado, e uma realidade de devastação impiedosa do outro (PÁDUA, 1987, p. 20)<sup>49</sup>.

Pádua (1987) destaca que, no contexto de independência do Brasil, se expande na sociedade o objetivo “[...] de criar uma “literatura nacional” que acompanhasse a construção de uma nação independente” (p. 22) em um esforço de valorização do país. Assim, com o romantismo do século XIX, o valor estético da literatura e da arte no Brasil daquele século cumpriu um papel de construção de uma consciência do país como nação, porém, é importante “[...] reconhecer que o seu substrato era usualmente artificial e idealizado, pairando acima de um contexto real de violência e predação tanto em relação à natureza quanto em relação aos índios” (p. 23). Para esse autor, então, ao contrário do romantismo europeu que se imbuía de um caráter contestatário, o romantismo brasileiro não estabeleceu uma luta contra a sociedade instituída — e, nesse contexto, a ida à natureza não partia da vontade de autorreflexão, mas da vontade de desenvolver o êxtase.

Já na segunda metade do século XIX, Pádua (1897) observa que há uma movimentação de valorização do cientificismo, até mesmo como reação ao romantismo. Nesse período, torna-se importante salientar que “[...] O problema da destruição da natureza se coloca [...] não como uma consequência do crescimento da civilização industrial moderna [...] mas sim como um sintoma da *falta* dessa mesma modernidade” (PÁDUA, 1987, p. 40). Para Roncaglio (2009), os atores sociais desse período mantiveram uma visão da natureza antropocêntrica e cientificista, onde a natureza era vista por um olhar objetivo e tomada para fins pragmáticos — como fonte de informações para o desenvolvimento do conhecimento científico.

---

<sup>49</sup> Ainda assim, de acordo com Medeiros (2006), mesmo no período colonial, podem ser identificadas algumas iniciativas referentes à preocupação com a devastação da natureza — ou melhor, dos recursos naturais. O autor aponta o “Regimento do Pau-Brasil” (1605) que exprimia uma preocupação com a exploração desenfreada do pau-brasil e a Carta Régia (1797) que ressalta também a mesma preocupação com a exploração da madeira, procurando, então, controlar o corte não autorizado.

Medeiros (2006), por sua vez, aponta que as iniciativas em favor da criação de parques no Brasil já eram recorrentes mesmo antes da proclamação da República, contudo, foi mesmo no início do século XX que tais posições começam a tomar forma e, posteriormente, se concretizam. Ele destaca a importância da publicação do “Mapa Florestal do Brasil”, em 1911, apontando que tal obra trazia um estudo detalhado dos biomas brasileiros e de sua conservação e tinha o objetivo de subsidiar a criação de um conjunto parques nacionais no país fundamentando-se na ideologia norte-americana de preservação da “natureza selvagem” (COSTA *apud* MEDEIROS, 2006). De toda forma, a criação do primeiro parque nacional brasileiro — o Parque Nacional do Itatiaia — se deu apenas em 1937 e, após sua criação, dois outros parques seguem, em 1939: o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro. Todavia, a criação de parques desacelera até próximo aos anos 60 e, após essa década, atinge também outras regiões brasileiras — que, até então, havia se concentrado no Sudeste —, especialmente devido à expansão da fronteira agrícola que causou grande preocupação com o desmatamento no Centro-oeste e Norte (MEDEIROS, 2006; DIEGUES, 2008).

É importante ressaltar ainda que esse aumento na criação de parques acontece no cenário político e social da ditadura militar a partir de 1964. Sancho (2016) aponta que, no período da ditadura, a criação de áreas protegidas assume um cunho nacionalista visando à garantia da soberania e a defesa territorial do Brasil<sup>50</sup>. Nesse sentido, ele destaca que se prioriza o avanço da fronteira em direção ao Norte do país, buscando-se expandir as condições urbano-industriais de produção capitalista a fim de atingir a integração socioeconômica dessa região. Esse é um cenário que elucidada, então, o importante papel geopolítico — sob a óptica do controle territorial e econômico — assumido pelas áreas protegidas (SANCHO, 2016). Esse é um contexto de expressivo aumento na criação de áreas protegidas e a chegada dos anos 70 é representativa<sup>51</sup>, mundialmente, de um momento de

---

<sup>50</sup> Sancho (2016) aponta, inclusive, para os contornos problemáticos que essa estratégia toma ao consolidar uma visão da Amazônia como um “vazio” pela máxima “ocupar para não entregar” que se fundamentou na marginalização e invisibilização das nações indígenas e demais populações tradicionais presentes ali.

<sup>51</sup> É importante mencionar que entre 1972-1987 são criadas 76 áreas protegidas no país, portanto, é necessário considerar que durante o período da ditadura militar, “[...] a criação dessas unidades era feita de cima para baixo, sem consultar as regiões envolvidas, ou as populações afetadas em seu modo de vida pelas restrições que lhes eram impostas quanto ao uso dos recursos naturais” (DIEGUES, 2008, p. 118).

grandes discussões em torno da formulação de uma agenda ambiental global — como no caso da Conferência de Estocolmo<sup>52</sup>, em 1972 (MEDEIROS, 2006).

De certa forma, a criação do “Plano de Sistema de Unidades de Conservação” remete a esse contexto sócio-histórico. O plano foi formulado em fins da década de 70 — em 1979 — e ganhou formato de anteprojeto de lei em 1988, sendo apresentado à Presidência e encaminhado para tramitação no Congresso Nacional em 1992 — tendo sua aprovação confirmada 8 anos depois (MEDEIROS, 2006). Medeiros (2006) comenta que o longo período de tramitação do projeto transmite a diversidade de posições assumidas pelos diferentes atores e interesses envolvidos — dentre eles, preservacionistas, conservacionistas, socioambientalistas, ruralistas —, sendo que o projeto aprovado retratou, na visão de certos autores<sup>53</sup>, uma visão mais preservacionista. Alguns dos pontos centrais que desencadearam conflitos na tramitação do projeto foram, por exemplo, “[...] a questão das populações tradicionais, a participação popular no processo de criação e gestão das UCs e as indenizações para desapropriações” (MEDEIROS, 2006, 57). O texto final da lei aprovada do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)<sup>54</sup> define as unidades de conservação como um

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2001, Art. 2º, inciso I).

O SNUC consiste em 12 categorias de unidades de conservação divididas em dois grupos: proteção integral e uso sustentável<sup>55</sup>. Conforme apresentado por Diegues (2008), o

<sup>52</sup> A Conferência de Estocolmo ou Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente (1972) é um marco histórico em termos da questão ambiental. Foi a primeira grande reunião mundial organizada para tratar, especificamente, sobre o tema ambiental (principalmente relacionada à degradação ambiental, ou seja, aos efeitos da ação humana sobre o meio ambiente). Ela marca um momento importante na geopolítica internacional no que concernem discussões relativas à preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico.

<sup>53</sup> VER MERCADANTE, M. **Uma década de debate e negociação: A História Da Elaboração Da Lei Do SNUC**. In: BENJAMIN, A. H. (org.). *Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o Regime Jurídico das Unidades de Conservação*, 2001.

<sup>54</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)>.

<sup>55</sup> As UCs de proteção integral admitem apenas o uso indireto dos recursos e as UCs de uso sustentável admitem o uso direto sustentável de parcela dos recursos. As categorias que contemplam as UCs de uso sustentável são: a Área de Proteção Ambiental (APA), a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), a Floresta Nacional, a Reserva Extrativista (RESEX), a Reserva de Fauna, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (REDES) e a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Já as UCs de proteção integral são: a Estação Ecológica, a Reserva Biológica, o Parque Nacional, o Monumento Natural e o Refúgio de Vida Silvestre, porém, não se insere no escopo do presente trabalho a abordagem de cada uma dessas categorias. Cabe apenas ressaltar que todas elas são unidades de conservação contempladas pelo SNUC e que cada uma delas possui suas especificidades e

próprio conceito específico de parques no Brasil passou por algumas mudanças, sendo possível perceber uma influência internacional na constituição da legislação relativa aos parques brasileiros. A instituição do SNUC em 2000, por sua vez, é celebrada por articular essas diferentes definições em um sistema único e integrado (MEDEIROS, 2006). Assim, destaco a definição atual dos parques, formulada a partir do SNUC:

O Parque Nacional tem como **objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica**, possibilitando a realização de **pesquisas científicas** e o desenvolvimento de **atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico** [grifos meus] (BRASIL, 2000, Art. 11).

Nesse sentido, vejo que na conceituação incorporada pelo SNUC, há a priorização da preservação da biodiversidade somada a uma tendência paisagística — “beleza cênica” — que, conforme aponta Godoy (2000), reflete uma articulação entre uma resposta científica e uma resposta estética sobre a natureza. Essa autora ainda destaca que à criação dos parques corresponde “[...] não só a invenção de uma natureza, mas também a invenção dos domínios explicativos capazes de descrevê-la” (p. 130). A ecologia<sup>56</sup>, pelo desenvolvimento da biologia da conservação, surge como o campo científico dominante nesse contexto e, segundo Diegues (2008), marca uma transição crítica em que a conservação estética vai ser influenciada pela ciência ecológica emergente. Essa ciência ecológica, por sua vez, oferece uma fundamentação científica ao tema e vai estabelecendo seu campo de estudos a partir de uma postura objetiva, quantitativa e utilitária (DIEGUES, 2008).

Godoy (2000) também reitera esse pensamento, destacando que a experiência estética e ética que era presente foi sendo deixada de lado em prol de uma visão e de uma metodologia objetivas e pragmáticas. Essa autora também aponta, de maneira interessante, que a constituição das unidades de conservação sob o modelo norte-americano segue um caminho que perpassa tanto o aprimoramento de políticas quanto o aprimoramento de tecnologias científicas. Para ela, a ecologia estabelece seu território científico, ao mesmo tempo em que “[...] estabelece os critérios que permitem definir a natureza — o que ela é, e o que deve continuar sendo” (GODOY, 2000, p. 134). Esse processo de operação da ecologia sobre as

---

seus objetivos — contudo, a tipologia de “áreas protegidas” não se restringe às UCs, existindo ainda as TIs (Terras Indígenas), as APPs (Área de Proteção Permanente), as RLs (Reservas Legais), entre outras. No Brasil, é notável perceber que, dentre as estratégias de proteção assumidas e discutidas no campo ambiental, as unidades de conservação tem explícito destaque.

<sup>56</sup> Segundo Leis (2004), a ecologia foi “[...] Definida por Haeckel na segunda metade do século XIX [...] [e] surgiu como um campo do conhecimento que tratava das relações entre os organismos e seu meio ambiente orgânico e inorgânico” (p. 51).

unidades de conservação transmite a noção de que cada UC apresenta parcialmente a natureza e que a articulação dessas UCs, enquanto cópias umas das outras, representam a totalidade da natureza. Assim, a ecologia

[...] mesmo quando afirma a diversidade da natureza, supõe uma única natureza, uma origem, um fundamento ou um modelo a partir do qual e para o qual cada elemento pode ser remetido, como um decalque ou prova da existência e verdade do modelo, entendido como unidade geradora. O problema, enfim, não é o tipo de modelo, mas a crença na existência de um modelo (GODOY, 2000, p. 135).

Disso resulta, então, uma noção específica de natureza — a natureza protegida — que busca se afirmar como a única concepção de natureza — e que se torna dominante. O que Godoy (2000) discute e que gostaria de destacar é que as UCs vão representar um desdobramento de um saber tecnocientífico que, afirmando a existência de uma única natureza, remete também a uma relação entre sociedade e natureza hegemônica, em que tal natureza deve estar sempre lá, nunca aqui — ou seja, em que a natureza “circunda” a sociedade, mas não a inclui. Com essa constatação e com tais críticas e questionamentos em perspectiva, partiremos para o capítulo seguinte. Assim, compreendendo qual é a visão de natureza que se cristaliza na constituição dos parques pensaremos se, levando em conta esse modelo vigente e considerando a intencionalidade otimista imbuída no discurso conservacionista sobre o uso público nos parques, as práticas realizadas podem assumir contornos próprios e, até mesmo, alternativos — como, por exemplo, voltados à contestação dessa lógica dicotômica. Portanto, discutirei no capítulo seguinte, especificamente, sobre o uso público nos parques.

### 3.4 USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: o que isso quer dizer?

Não existe, na lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, uma referência específica sobre o *uso público em unidades de conservação*. A mencionada lei se restringe a destacar a visitação pública, a pesquisa científica, a educação ambiental, o turismo ecológico, o lazer e a recreação como atividades que podem ser incentivadas e desenvolvidas nas UCs, de acordo com as disposições dos Planos de Manejo<sup>57</sup> de cada unidade. Portanto, não há uma definição ou conceituação encaminhada pela lei que trate especificamente sobre o

<sup>57</sup> Segundo o SNUC, o Plano de Manejo é o “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000 - SNUC, Art. 2º, inciso XVII).



*uso público*. Assim, é interessante constatar que a ideia do uso público nas UCs não é, necessariamente, construída em conjunto com a constituição dos elementos jurídico-institucionais relativos às unidades de conservação.

Contudo, no âmbito desse tema, alguns autores são recorrentemente lembrados por seus trabalhos e, dentre eles, podemos citar Magro (1999), Takahashi (2004), Pimentel (2013) e Vallejo (2013), além de ser habitual também, a menção aos documentos criados pelos órgãos públicos ligados a essa temática, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). As definições “oficiais” encontradas em manuais, documentos técnicos ou até mesmo em alguns dispositivos legais referem-se, em sua maioria, mais à visitação, turismo ecológico ou educação ambiental do que ao *uso público* — ao termo propriamente dito. Contudo, obviamente é possível encontrar referências ao uso público em si e a definição que consta no documento “*Dez anos do sistema nacional de unidades de conservação: da natureza lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro*” é utilizada com frequência nos trabalhos sobre o tema. Ela diz que:

O termo **uso público** pode ser definido como uma **forma de utilização e aproveitamento das unidades de conservação**, por meio da **visitação**, independentemente da motivação do visitante (contemplação, recreação, esporte, observação de aves, entre outros) ou do **segmento do turismo** em questão (ecoturismo, turismo de aventura, entre outros) [grifos meus] (MMA, 2011, p. 64).

Destaco que essa é uma definição ampla que dá ao “uso público” o sentido de *utilização pelo público*, ao mesmo tempo em que inclui, praticamente, qualquer forma de visitação e de turismo realizada nas UCs como representativos dessas possíveis formas de utilização. Além disso, percebo também que, de certa maneira, na linguagem da definição encaminhada pelo MMA, o uso público é tomado como *sinônimo* de visitação e ao turismo, o que dificulta a construção de um conceito de “uso público” em termos próprios. De maneira diferente, visitação e turismo são conceitos tomados de forma independente e, nesse sentido, quando são associados ao uso público, são sempre conceituados em suas particularidades<sup>58</sup>. Isso mostra que, nesse contexto, a discussão torna-se muito mais ligada a esses conceitos —

---

<sup>58</sup> Normalmente, a visitação é diferenciada do turismo adotando-se, principalmente, o conceito adotado pela Organização Mundial de Turismo (OMT) para realizar essa distinção. Portanto, o turista é entendido como quem “[...] se desloca para um local diferente de sua residência habitual, motivado por diversos interesses” (MMA, 2006, p. 9) e o visitante é, nesse sentido, aquele habitante do entorno que utiliza a unidade de conservação para fins de recreação e lazer. Contudo, essa é apenas uma diferenciação possível, afinal, o fenômeno turístico pode ser abordado por diferentes perspectivas.

visitação e turismo — do que ao sentido do uso público em si. Por isso mesmo, torna-se importante reunir os elementos de diferenciação e especificidade do uso público, para que a discussão sobre esse tema, que tem ganhado tanta relevância, possua um caráter mais autônomo. Por isso, buscarei aqui trazer conceitos já trabalhados por diferentes autores e, tendo-os em mente, estabelecerei a perspectiva desse trabalho sobre o uso público, na tentativa de contribuir de maneira crítica e renovada com essa discussão.

Castro (2007) parte de definições adotadas pelos órgãos oficiais e traz como centralidade do uso público a visitação por meio de atividades definidas nos Planos de Manejo. Logo, o uso público é entendido como as atividades de uso da UC realizadas pelo público — ou seja, uma *utilização pelo público*. Nesse sentido, se relaciona ao que Magro (1999) aponta como sentido para o uso público quando a autora afirma que ele “[...] pode ser definido como o usufruto gozado pelo público, quer seja recreacionista, educador, pesquisador ou religioso” (p. 2). Há também, nessa linha, os apontamentos apresentados por Pimentel (2013) de que “[...] o uso público pode ser conceituado como o uso indireto dos recursos ambientais que se dá sob as diferentes formas de visitação de uma unidade de conservação” (PIMENTEL, 2013, p. 4).

Castro (2007), por sua vez, destaca ainda o caráter educativo-ambiental atribuído ao uso público, presente também em outros trabalhos, caracterizando-o como as “[...] atividades recreativas, educativas e interpretativas realizadas em contato com os atributos naturais e culturais, cujo principal objetivo é despertar no visitante o respeito e a importância destes recursos” (CASTRO, 2007, p. 26). De maneira geral, seu trabalho realiza uma revisão ampla sobre o uso público e toca em pontos importantes, mas a autora se debruça mais em uma discussão sobre visitação, turismo, lazer e recreação — sem deixar necessariamente clara sua perspectiva específica referente ao *uso público* em si. Portanto, o uso público torna-se definido por outros conceitos densos que não deixam espaço para a construção de um conceito autônomo.

De toda forma, é mesmo recorrente nos trabalhos desse tema a menção ao uso público como pautado por uma perspectiva ambiental e educativa. Micaloski (2017), por exemplo, afirma que o uso público possui “[...] como objetivo despertar no visitante novos valores e comportamentos em relação ao ambiente” (p. 17). Garcia (2015) também comunga com esse ponto, salientando que o uso público “[...] deve ser uma atividade que aproxime a sociedade da natureza, fortalecendo o sentimento de patrimônio natural coletivo e dando sentido de lugar aos territórios protegidos” (GARCIA, 2015, p.17-18). Já Oliveira (2013) destaca que o uso público envolve as atividades ligadas à educação ambiental realizadas na unidade de

conservação e complementa que ele pode promover o “[...] lazer, aprendizado e a educação ambiental, ao tempo que se gera renda, que além de beneficiar as comunidades locais, pode ser revertida para colaborar na conservação da unidade” (OLIVEIRA, 2013, p. 35-36). Em se tratando da geração de renda, outros autores replicam essa perspectiva, ressaltando que o uso público é “[...] uma maneira de aproximar as pessoas da natureza enquanto gera renda para sua conservação e para seus moradores e os do entorno” (NELSON *apud* GARCIA, 2015, p. 26).

Da mesma forma, Vallejo (2013) salienta como benefício advindo do uso público a arrecadação de recursos, enfatizando que ele possibilita gerar novos postos de trabalho e o aumento de renda da população local. Milano (2004) resalta também esse ponto, mas enfatizando que mesmo sendo um importante meio de arrecadação, o uso público — com ênfase especial nos parques e monumentos —, seria muito mais. Para ele, se *bem planejado*, o uso público “[...] permite o cumprimento dos objetivos componentes das justificativas de criação de muitas unidades de conservação, favorece o entendimento e a apropriação das unidades pelas pessoas e, assim, o estabelecimento de relações com a sociedade” (MILANO, 2004, p. 5). A partir dessas colocações, é possível perceber a centralidade assumida, nesse tema, pelo “bom planejamento” ou pelas práticas de manejo “adequadas”<sup>59</sup>. Geralmente se aceita uma concepção, de certa forma, convencional, onde o planejamento é compreendido como um procedimento técnico-científico imparcial e objetivo que, conforme Hissa (2002), muitas vezes, é realizado à distância das realidades que estão sendo afetadas e, ainda, sem a consideração dos próprios grupos envolvidos ali. Desse modo, os trabalhos compreendem que o uso público encontraria desafios para atingir suas potencialidades positivas, simplesmente, por causa de falhas em aspectos do planejamento. Entretanto, penso que cabe o questionamento: será que essa é, realmente, apenas uma questão de “bom planejamento”?

Em outro sentido, Vallejo (2013) também apresenta uma definição do uso público como o processo de visitação das UCs, “[...] podendo se manifestar como atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que proporcionam ao visitante a **oportunidade de conhecer, entender e valorizar** os recursos naturais e culturais existentes” (VALLEJO, 2013, p. 15) [grifos meus]. Aqui, novamente, os

---

<sup>59</sup> Outros trabalhos apresentam esse ponto: “Outros impactos decorrem do aumento das atividades turísticas e da visitação [...] principalmente na ausência de **planejamento adequado**” (VALLEJO, 2013, p. 22); “O uso público de unidades de conservação pode trazer benefícios à área desde que haja um **bom programa de planejamento**” (MICALOSKI, 2017, 16); “Na prática, as áreas recreativas vêm sendo estabelecidas, em sua maioria, **sem o adequado planejamento**” (TAKAHASHI, 2004, p. 11). [grifos meus].

termos “visitação” e “uso público” são utilizados sem distinções e são enfatizadas as “oportunidades” otimistas do uso público. Mas será que essas “oportunidades” se concretizam? Algumas outras questões sobre a perspectiva de Vallejo (2013) são interessantes de serem pontuadas, já que o autor discute os atores envolvidos nesse processo de uso público, identificando os gestores, os visitantes e os prestadores de serviços. Nessa identificação, a comunidade do entorno é compreendida como parte dos “prestadores de serviços”, ou seja, são tomados por uma lógica comercial, sendo que quando se fala a respeito dos “visitantes” não são explicitamente mencionados os usos específicos e o papel da comunidade. Isso é condizente com as colocações desse autor que aponta esses “visitantes” como “*consumidores dos atrativos*” (VALLEJO, 2013, p. 16). Mas, vale perguntar: quais repercussões essa concepção pode ter na abordagem do uso público? Nessa visão, o uso público seria uma utilização pelo público pautada pelo consumo? E as consequências dessa perspectiva relativas à mercantilização da natureza? Fica, assim, o reconhecimento de certa lacuna nas discussões sobre esse tema.

Logo, a partir dessa breve revisão, é possível notar o caráter fortemente otimista tomado pelas narrativas convencionais sobre o uso público. Até aqui, mencionamos, por exemplo: educação ambiental, geração de renda, aproximação entre sociedade e natureza, entre outros. Mas será que isso corresponde à realidade dos sujeitos que praticam o uso público e da gestão dos parques? Destaco, portanto, que essa narrativa convencional — que é dominante na discussão sobre esse tema — enfatiza fortemente os supostos benefícios que essa prática *pode* proporcionar e que todas seguem uma linha de pensamento similar: tomam o uso público pela centralidade da visitação e do turismo, confundindo-os ou sinonimizand-os. Entendo que é preciso construir uma discussão para além da repetida afirmação dessas possíveis vantagens e, por isso, buscarei pensar uma perspectiva de discussão que enfatize o uso público como uma apropriação do que é público.

Portanto, questiono: seria possível pensá-lo como o *uso coletivo do espaço público*? Parece ser consenso na literatura determinar que, apesar do uso público ser permitido em diferentes unidades de conservação — cabendo, aí, as restrições de cada categoria —, os parques têm grande destaque (TAKAHASHI, 2004; MMA, 2011; PIMENTEL, 2013; VALLEJO, 2013). Assim, inicialmente, caberá pensar: os parques podem ser considerados “espaços públicos”? Os parques são, de acordo com o SNUC, de posse e domínio públicos e qualquer tipo de uso indireto — visitação, pesquisa e afins — é sujeito às condições e normas estabelecidas pelo órgão público responsável — explicitadas no Plano de Manejo da UC. Logo, em um âmbito do direito administrativo, há uma referência generalizada aos parques

como espaços públicos no sentido de que são propriedades submetidas à responsabilidade estatal e consideradas de uso comum. Contudo, existe também outra abordagem que, na Geografia, fica majoritariamente ligada às discussões a respeito dos parques *urbanos*. Cabe salientar que, usualmente, é feita uma distinção na conceituação, já que os parques urbanos assumem o caráter de *áreas verdes*<sup>60</sup>, enquanto parques nacionais, estaduais e municipais são *unidades de conservação*. Entretanto, existem unidades de conservação — parques — localizadas em áreas urbanas, como o Parque Nacional da Tijuca no RJ, o Parque Estadual da Cantareira em SP e o Parque Municipal das Mangabeiras, em BH, portanto, essa diferenciação pode ser considerada, de certa maneira, arbitrária.

Sobre esse mesmo ponto, cabe ainda mencionar que a discussão sobre o urbano e a cidade é muito cara à Geografia e que, por isso mesmo, é importante pensar os cruzamentos entre esse tema e o debate ambiental. Portanto, no sentido proposto aqui, é importante tratar a respeito das relações entre a criação de unidades de conservação e as áreas urbanas, como faz Sancho (2016). O autor aponta diversas influências na conformação socioespacial desses territórios — UCs —, dentre elas, os interesses externos vinculados às condições de vida e ao modo de vida urbano. Assim, ele discute as relações entre a criação de UCs e o modo de vida urbano tendo como ponto de partida as novas configurações socioespaciais que se estabelecem na contemporaneidade, destacando que “Desde o início, as discussões sobre objetivos e justificativas de criação de áreas protegidas já possuíam uma relação intrínseca ao modo de vida urbano-industrial, de forma direta ou indireta” (SANCHO, 2016, p. 52). Isso porque a consolidação da civilização urbano-industrial provoca uma extensão do urbano que é discutida por Sancho (2016) como um processo de *urbanização extensiva*<sup>61</sup>. Esse processo, por sua vez, diz respeito à “[...] um movimento crescente de espraiamento e extensão para regiões distantes das áreas urbanas” que faz com que a metrópole se fragmente e se esparrame por “[...] subúrbios, povos, aldeias, zonas selvagens, incluindo-se aí, as áreas protegidas” (SANCHO, 2016, p. 55-56).

Conforme o autor aponta, a extensão das condições urbanas e dos modos de vida urbanos e, com isso, das relações socioespaciais que elas conformam provoca uma

---

<sup>60</sup> Segundo o MMA, “Parque urbano é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, no entanto, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos”. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes>>. Acesso em: 28/01/2020.

<sup>61</sup> A discussão sobre esse fenômeno é atribuída a Monte-Mór (1994). VER MONTE-MÓR, R. L. M. *Urbanização Extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs.) *Território - globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 169-182.

ressignificação intensa e complexa da relação entre urbano e rural. Em vista disso, Sancho (2016) compreende que as UCs que se localizam em áreas de influência de grandes centros urbanos — ou seja, que são mais influenciados diretamente pela dinâmica desses centros — “[...] passam a integrar cada vez mais sua “*zona simbólica ampliada*”<sup>62</sup>, adquirindo novos papéis e significados” (p. 57) [grifos no original]. Por tudo isso, as cidades (ou povoados e vilarejos) onde UCs são criadas passam a apresentar uma nova configuração socioespacial e, por isso, assumem diversas lógicas e processos, antes, mais característicos dos ambientes urbanos. Essa nova lógica socioespacial é, geralmente, caracterizada por “[...] maior fluxo e concentração de pessoas, conflitos sobre o uso e ocupação do solo, zoneamento, especulação imobiliária, aumento de demandas por serviços urbanos diversos, incremento de atividades como turismo, entre outros” (SANCHO, 2016, p. 55). Isso causa diversas transformações nas relações socioespaciais rurais, desde aquelas ligadas à vida e aos modos de vida — os hábitos de consumo, os hábitos culturais, as sociabilidades, as temporalidades e afins — até aquelas referentes à relação com o dinheiro, com a terra e com o trabalho<sup>63</sup> (SANCHO, 2016).

Nesse sentido, compreendida essa nova realidade e as configurações que ela engendra, assim como reconhecendo as complexidades que as relações entre urbano-rural assumem, gostaria de investir em uma tentativa de apreensão dos parques como espaços públicos. Esse entendimento se mostra apropriado tanto em consequência da lógica socioespacial que se conforma, cada vez mais, no entorno dos parques, mas, também, em razão da dinâmica — novamente, os hábitos de consumo, os hábitos culturais, as sociabilidades, as temporalidades e afins — que as populações urbano-industriais movimentam consigo praticando o uso público<sup>64</sup> nos parques. Logo, é a partir desse entendimento que apresentarei, a seguir, a perspectiva do uso público como um *uso coletivo do espaço público*.

---

<sup>62</sup> Processo de extensão do urbano em que “O espaço rural, que antigamente era facilmente identificável como separado da área urbana, com uma imagem associada ao atraso, agora, com a extensão do urbano, se torna *zona simbólica* (SOJA, 2008), cumprindo novos papéis” (SANCHO, 2016, p. 56) [grifos do autor].

<sup>63</sup> Apesar da extensão e potência assumida por esses processos, é importante a ressalva realizada pelo autor de que “[...] ainda é possível encontrar no espaço rural brasileiro um significativo número de grupos sociais (camponeses e agricultores familiares, quilombolas, povos indígenas, ribeirinhos, entre outros) que não estão permeados por essa lógica urbano-industrial. Esses grupos estão, em geral, localizados próximos à “fronteira” (não se caracterizando, portanto, como protourbanos), mesmo que já se perceba, em alguns deles, traços do projeto moderno no cotidiano (presença do Estado, inserção incipiente no mercado, etc.)” (SANCHO, 2016, p. 56).

<sup>64</sup> Uso público, conforme a abordagem convencional que apresentei até aqui, se refere ao uso realizado pelo público nos parques. De acordo com o SNUC (2000) se refere também a uma forma de uso indireto — que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais — realizado nas unidades de conservação de proteção integral, como os parques.

### 3.4.1 Uso Público: utilização pelo público ou uso coletivo do espaço público?

De início, reconheço que pensar o uso público nos parques a partir da perspectiva do uso do espaço público não pode ter como fundamento apenas a referência ao estatuto jurídico do regime de propriedade pública atribuído a essas unidades de conservação. Conforme Gomes (2012) destaca, o discurso jurídico simplesmente reconhece e regulamenta o espaço público que pode, inclusive, superar as modalidades que se originam estritamente dele. Sendo assim, admito que o tema do espaço público promove um denso debate para os campos da ciência política e da filosofia, todavia, encaminho aqui o debate promovido Gomes (2012) que aponta para a construção de uma abordagem geográfica do espaço público. Esse autor compreende que a noção de espaço público apregoa a dimensão espacial do fato político e que a abordagem geográfica contribui para o diálogo entre sua dimensão física (material) e sua dimensão política (abstrata). Nesse sentido, ele percebe que esses espaços têm relação direta com a vida pública e que “É a existência e a forma de viver nesses espaços que permite uma convivência pública e democrática” (GOMES, 2018, p. 117).

No artigo “*Espaço Público, Espaços Públicos*”, Gomes (2018) discorre sobre os componentes e propriedades que, em sua concepção, os definem. O primeiro deles seria a normatização desses espaços, ou seja, a existência de princípios, regras e regulações expressos tanto materialmente quanto discriminados por meio das funções, dos usos e do acesso. Para ele, são esses elementos que organizam que atribuem aos espaços públicos os “[...] direitos e deveres socialmente e republicanamente estabelecidos” (GOMES, 2018, p. 117). Vejo que esse primeiro componente condiz com a lógica estabelecida nos parques, já que eles são institucionalmente regidos pelo interesse público e sua normatização exprime-se tanto na organização material do território quanto na regulamentação do acesso e dos usos, por exemplo. Assim, os parques são abertos à sociedade, contudo, essa abertura segue uma regulamentação que permite um tipo de uso específico — o “uso indireto”, conforme o SNUC determina — e, ainda, dispõe de um conjunto de regras relativas a esse uso que é denominado “uso público”.

Em seguida, Gomes (2018) destaca como componente essencial a heterogeneidade elementar desses espaços, visto que pressupõem a reunião de pessoas e, por isso mesmo, evidenciam a diversidade e, com ela, o desafio da co-presença espacial. Portanto, o espaço público será “[...] onde os problemas são assinalados e significados, um terreno onde se exprimem tensões” (GOMES, 2012, p. 24) e, por isso, ele exigirá um permanente diálogo que,

para alguns autores, deverá ser mediado por ajustes institucionais. Nesse sentido, aponto que os parques são, hoje, procurados cada vez mais por sujeitos vindos de localidades distintas, com perfis distintos — famílias, casais, amigos, etc. —, diferentes motivações e visões de mundo — filosófica, política e afins. Ou seja, em maior ou menor medida, a prática do uso público envolve o contato e a troca entre sujeitos e entre essa diversidade. Posto isto, é possível compreender que o uso público nos parques implica justamente a co-presença espacial entre os sujeitos que buscam usufruir dessa prática, cada um com seus interesses e motivações, mas todos compartilhando tanto o mesmo espaço e a mesma organização material, quanto as mesmas normas e regulações instituídas para esse uso. Além disso, lembro que a própria implementação e organização do uso público não acontece em plena concordância, já que tanto institucionalmente, quanto socialmente — principalmente envolvendo as comunidades do entorno —, a abertura para esse uso público é objeto de debates e tensões, ou seja, é permeada por distintos interesses.

Um último componente apontado por Gomes (2018) é o poder comunicacional dos espaços públicos. Nesse sentido, ele destaca que nos espaços públicos exprimimos nossas características próprias e independentes e que, com isso, tornamos públicas nossas manifestações pessoais por meio “[...] de um exercício veiculado a partir de uma infinidade de repertórios, verbais, gestuais, comportamentais, do vestuário, das formas de apresentação enfim, de tudo aquilo que produz significação social” (GOMES, 2018, p. 118). Esse poder comunicacional é expresso, segundo o autor, através de um código comportamental e, sobre esse ponto, ressalto que nos parques, os diferentes grupos — com seus distintos perfis, motivações e visões de mundo — se expressam também de maneiras variadas. Acontece que, pela lógica e pela organização socioespacial dos parques — e, também, por suas regras — há, de certa forma, um “código” — tanto formalmente quanto informalmente — que aponta para o que é ou não comum e habitual ali.

Nessa perspectiva, evidencio, como exemplo, as seguintes situações: 1) é comum a troca de orientações e de informações que, em geral, são bem-vindas e bem acolhidas, já que as atividades podem envolver riscos; 2) realizar práticas com alguém desconhecido também é recorrente, visto que normalmente compreende-se a partilha desses momentos como algo positivo — posso destacar as minhas experiências em campo como exemplo; 3) casos de advertência quanto a ações arriscadas ou proibidas também são costumeiros — por exemplo, avisos sobre jogar lixo, seguir por trilhas interditadas, pular em pontos inseguros em cachoeiras e afins; 4) por fim, também é corriqueiro o diálogo envolvendo a troca de experiências, de indicações, de percepções e afins, especialmente, em momentos de pausas ou



contemplações divididos durante as práticas. Enfim, esses exemplos enfatizam a interação interpessoal que o uso público permite, ou seja, a abertura para o diálogo estabelecido entre desconhecidos (GOMES, 2018).

Esses são componentes fundamentais à compreensão do espaço público, contudo, é também fundamental sua realidade conflitiva e desigual. Isso quer dizer, como aponta Massey (2008), que o espaço público não é o “vazio” da livre e igual expressão. Os espaços públicos são, na verdade, “[...] um produto de, e internamente deslocados por, identidades/relações sociais heterogêneas e, algumas vezes, conflitantes” (MASSEY, 2008, p. 217). Afinal, o espaço público é social e, por isso mesmo, é permeado pelas relações de poder que são delimitadas pelas representações das relações de produção em nossa sociedade (SERPA, 2012). Nesse sentido, Massey (2008) destaca a importância do *reconhecimento* das relações sociais que fazem parte da construção desses espaços públicos, já que compreende que, nesse contexto, sempre existem traços de poder e de exclusão. Portanto, o papel da democracia é justamente colocá-los à vista, com intuito de abrir terreno para a contestação e para a troca. Assim, conforme Massey (2008), o espaço público coloca em questão o desafio da negociação — e da responsabilidade em negociar —, visto que são marcados pela heterogeneidade e, portanto, abarca o desafio do diálogo dessa reunião de múltiplos atores, exprimindo o desafio da própria espacialidade.

O que quero apontar nesse sentido é que, mesmo que os parques traduzam e/ou imprimam aos sujeitos uma visão única — hegemônica — de natureza, talvez por também possibilitarem a co-presença espacial e a interação interpessoal (GOMES, 2018), poderiam também se constituir como terreno que visibiliza ou explicita a alteridade e a comunicação — e não o contrário. Isso vai, de certa forma, em direção ao que Serpa (2012) compreende como espaço público quando o destaca “[...] como o espaço da ação política ou, **ao menos, da possibilidade da ação política** na contemporaneidade” (p. 9) [grifos meus]. Assim, considero que parques podem, de alguma forma, transparecer o sentido político envolvido na questão ambiental. Quero dizer que, de certa maneira, o uso público nos parques pode deixar óbvio alguns elementos que ressaltam o conteúdo político presente nas discussões sobre a natureza e a problemática ambiental. Gomes (2012), por exemplo, aponta que as experiências e as trocas vivenciadas no espaço público repercutem e se interpelam na esfera das instituições políticas representativas. Nesse sentido, os acontecimentos, as práticas, as opiniões e escolhas que são construídas no espaço público vão afetar e, em certa medida, legitimar os debates que são postos na vida política. Nas palavras do autor:

O que normalmente é identificado como a esfera pública, esfera das representações políticas, universo abstrato de opiniões e regras, não é de forma alguma estranho a esse espaço público concreto, cotidiano, de múltiplas trocas sociais espacializadas. As esferas de decisão, as arenas formais e institucionais, não são estranhas às arenas do debate cotidiano e localizado (GOMES, 2012, p. 26).

Assim, compreendo que, mesmo percebendo que os parques reforçam uma visão dominante de natureza — intencionalmente ou não —, do *ponto de vista dos sujeitos*, a prática do uso público — ou seja, as experiências, as trocas, a reflexividade<sup>65</sup> que o estar no espaço público pode engendrar — pode também trazer à tona questionamentos, afinal, o sujeito é “[...] um ser dialético, capaz, todavia, de uma revolta que também é escolha consciente, gerada pela insubmissão aos ditames de um senso comum manipulado” (SANTOS, 2007, p. 77). Logo, falando em uso dos parques como uso do espaço público, destaco que “A discussão não é que esses lugares não sejam públicos. O próprio fato de que eles sejam, necessariamente, negociados, muitas vezes rachados por antagonismo, sempre cercados pelo jogo das relações sociais desiguais, é que os torna *genuinamente* públicos (MASSEY, 2008, p. 218) [grifos no original]. Assim, os parques podem ser considerados espaços públicos justamente porque são permeados por lógicas conflitantes — como no sentido do debate das populações tradicionais —, por interesses distintos — advindos, por exemplo, das novas configurações e relações socioespaciais que se estabelecem — e por significados múltiplos — territórios de vida, de conservação, de pesquisa... —, mesmo que essas tensões e negociações sejam, por vezes, menos explícitas ou (re)conhecidas pelos sujeitos. Portanto, compreendo que uso público pode ser pensado pela perspectiva do *uso coletivo do espaço público*.

Por “uso coletivo” quero dizer o uso compartilhado, pautado pelo interesse coletivo, de um bem de uso comum do povo<sup>66</sup> que, dentro da perspectiva do espaço público, dispõe de condições de acesso normatizadas (GOMES, 2012). Obviamente, há sempre a ameaça de que o espaço público não seja “[...] partilhado, mas, sobretudo, dividido entre grupos” (SERPA, 2012, p. 36) e, quanto a isso, no que tange a discussão sobre os parques é preciso reconhecer que as classes abastadas têm privilégio no usufruto desse uso público. Contudo, a perspectiva

---

<sup>65</sup> No sentido colocado por Gomes (2018), os espaços públicos, por seu poder comunicacional, “[...] além de permitirem a observação são portadores de reflexividade: observamos e somos observados. A simultaneidade das ações transforma atos, comportamentos e formas de apresentação em informação, em interpelação e em diálogo” (p. 118).

<sup>66</sup> Referência à Constituição de 1988 que institui em seu capítulo sobre o meio ambiente: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (art. 225).

do espaço público pode contribuir até mesmo para o necessário enfrentamento desse ponto, já que pensar o uso público como uso coletivo do espaço público implica o reconhecimento e o envolvimento dos múltiplos atores envolvidos, inclusive e principalmente, por exemplo, as comunidades do entorno dos parques.

Os componentes do espaço público apresentados por Gomes (2018) e discutidos anteriormente podem ser identificados tanto na configuração socioespacial dos parques quanto no arranjo do uso público, visto que por ele torna-se possível a co-presença espacial e interação interpessoal nos parques — e todos os processos, manifestações e afins que se dão em decorrência disso. O que quero dizer é que pensar o uso público por essa perspectiva do uso do espaço público dos parques abre novas linhas de interpretação tanto para a gestão quanto para os próprios sujeitos. Nesse sentido, se os sujeitos nutrissem o reconhecimento do uso público dessa maneira, tornar-se-ia possível a dedicação a um uso pautado pela *cidadania* ao invés do *consumo*, como vimos na proposição de alguns autores anteriormente. As repercussões dessa transferência de atribuição que converte cidadão em consumidor são profundas e conforme nos aponta Santos (2007), o consumo realiza um trabalho ideológico que, na nossa sociedade, se infiltra nas mais diversas esferas da vida social. Esse autor ainda nos alerta: o consumidor não é o cidadão e afirma que

Quando se confundem cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais. Até mesmo a política passa a ser uma função do consumo. Essa segunda natureza vai tomando lugar sempre maior em cada indivíduo, o lugar do cidadão vai ficando menor, e até mesmo a vontade de se tornar um cidadão por inteiro se reduz (SANTOS, 2007, p. 155).

Portanto, é importante ficarmos atentos para a repercussão que a adoção de uma perspectiva pautada pelo consumo no contexto do uso público pode provocar. Concebido nesse sentido, o parque se transforma em “[...] um “objeto de consumo”, em expressão de modismos” (SERPA, 2012, p. 61) e o uso público se torna, realmente, o “consumo de atrativos”. Serpa (2012) discute essa questão no contexto dos parques urbanos, apontando que não é a apropriação por um coletivo de indivíduos, a acessibilidade ou o uso que tornam os parques um espaço público. Ele afirma ainda que “Se as “virtudes” dos parques urbanos são sempre colocadas em evidência nos discursos oficiais, os valores puramente econômicos, menos “simpáticos” para o grande público, não são menos importantes” (SERPA, 2012, p. 84) e, portanto, deveriam também ser evidenciados. As colocações do autor também são válidas para o recorte dessa pesquisa, afinal, o uso público nos parques é mesmo encaminhado

por um discurso extremamente otimista ou enfático de suas “virtudes”, deixando de lado elementos e discussões conflituosas, porém, essenciais.

Contudo, identifico que esse discurso otimista — adotado institucionalmente e academicamente —, no caso das unidades de conservação, *se desvia* de uma discussão sobre o uso público nos parques como uso do espaço público<sup>67</sup>. O que acontece, mais recorrentemente, pelo menos no contexto das unidades de conservação, é a priorização de aspectos como disponibilização de serviços, consumo, competitividade — talvez pelo entrelaçamento tão crucial e pela centralidade assumida pelo turismo<sup>68</sup> —, enfim, elementos econômico-financeiros em face de uma realidade institucional, por vezes, precária. Mas uso público não é turismo e, por mais que ambos estejam relacionados, a redução de um ao outro não contribui para aprofundamento ou avanços nessa área. Portanto, devemos nos manter cuidadosos com as discussões que aceitam rapidamente e acriticamente a sinonimização entre uso público e turismo, já que contribui para uma reprodução que reforça esse uso como uma prática mercadológica.

Sendo assim, vejo que pensar o uso público como uma simples *utilização pelo público* pautada pelo *consumo* repercute tanto nos sujeitos — que sob essa égide são, na verdade, apenas consumidores, nunca estimulados à reflexão e, afinal, como isso poderá “aproximá-los da natureza”? — quanto na maneira como gestão concebe e planeja essa prática, uma vez que os próprios atores identificados ficam restritos a uma lógica mercantilizada — prestadores de serviços e consumidores de atrativos, sem considerações mais aprofundadas à comunidade, por exemplo. Logo, mesmo que perspectiva delineada aqui possa ser apontada como utópica, é necessário destacar que as pesquisas nessa área e, muitas vezes, a própria postura institucional são, em sua grande maioria, voltadas para outros caminhos.

Portanto, as possibilidades de investimento em uma perspectiva que priorize esse *uso coletivo* do espaço público são abertas, no sentido de que, por mais utópicas que possam parecer, são distantes do caminho já traçado e, assim, têm o potencial de engendrar *oportunidades novas* — diferentes daquelas majoritariamente percebidas atualmente que, cada vez mais, tem se voltado para arranjos e proposições de cunho estritamente mercadológico e/ou restritos a uma linha de pensamento tecnocientífica. Não se trata de

---

<sup>67</sup> O que quero dizer é que, diferente da realidade dos parques urbanos delineada por Serpa (2012) onde a retórica do espaço público é, por vezes, arquitetada e veiculada no sentido de favorecer uma imagem e uma argumentação virtuosa dos parques urbanos, o contexto das unidades de conservação é outro. Ao menos a meu ver, a configuração territorial desses parques — UCs — não promove uma abertura espontânea, como no caso nos parques urbanos. Por isso, compreendo que no caso das UCs sua assimilação a partir da perspectiva do uso de um espaço público não é, em geral, muito debatida.

<sup>68</sup> Apresentarei mais apontamentos a respeito do turismo no capítulo seguinte.

assumir essa perspectiva como ideal, mas de reconhecer a legitimidade da proposição contida nela: *o uso coletivo do espaço público*. Com isso, na medida em que fosse adotada pelo âmbito institucional, a perspectiva estaria explícita para os sujeitos e exposta às suas reflexões. Na medida em que fosse estudada pelo âmbito acadêmico, aprimoramentos e aprofundamentos poderiam ser trabalhados. E, por fim, na medida em que pudesse ser assumida pelos sujeitos, outra forma de uso público dos parques seria concebida.

De qualquer maneira, sabemos que toda forma de uso público envolve a movimentação dos sujeitos — cidadãos ou consumidores — em direção a determinada localização. Essa movimentação, juntamente à lógica estabelecida com a própria criação dos parques, provoca transformações na configuração socioespacial dessas regiões que são localizadas, usualmente, em áreas rurais. Essas, por sua vez, abarcam ainda relações complexas e, nesse contexto de transformações, compreendo que há uma imbricação entre tais temas. Portanto, considerando esse quadro, realizarei a seguir alguns apontamentos sobre o novo rural, a ideia de “rural-natural” e suas relações com a cultura urbano-industrial.

### 3.5 O “NOVO RURAL”: rural-natural a serviço do turismo?

Sabemos que, na Geografia e também na Sociologia, as discussões relativas às relações entre rural-urbano e campo-cidade são um tema denso e particularmente complexo. Não nos aprofundaremos em uma discussão específica desse campo de estudos, contudo, compreendemos que certos elementos desse debate atravessam a temática aqui tratada. Portanto, traremos alguns apontamentos referentes ao debate sobre o “novo rural” ou uma “nova ruralidade” e seus entrelaçamentos à discussão ambiental porque compreendemos que ele cumpre um papel nos anseios propostos pelo uso público nos parques. Como já discutido anteriormente, na contemporaneidade, a relação entre rural e urbano toma novos contornos, abrindo esse debate a diversas complexidades.

Sendo assim, dadas essas transformações, alguns autores se fundamentam na ideia de que os espaços rurais são representantes de uma relação mais próxima com a natureza e, portanto, mais legítima. Logo, para eles, a “nova ruralidade” é tomada como a associação entre “[...] a pluriatividade, a ‘variável’ ambiental e integração do campo com a cidade numa equação fortemente marcada pela ideologia do desenvolvimento sustentável” (PALHA, 2019, p. 135). Esse “novo rural” seria constituído pelo “[...] contato mais imediato com a natureza, [pel]a ocorrência de áreas não densamente povoadas e [pel]a dependência do sistema urbano”

(ABRAMOVAY *apud* PALHA, 2019, p. 145) ou, ainda, definido com base no grau de artificialização dos ecossistemas (VEIGA *apud* PALHA, 2019, p. 145).

Com esses apontamentos mente, Palha (2019) destaca que a concepção do “novo rural” é articulada a uma valorização econômica tanto da relação entre camponês e natureza, quanto da própria natureza. Por isso, conforme suas colocações, os autores da corrente do “novo rural” associam a “nova ruralidade” às possíveis vantagens que podem ser tiradas das novas formas de organização socioespaciais do rural. Essas vantagens, então, estariam ligadas às oportunidades de desenvolvimento e de geração de renda para o campo — com destaque para o setor de serviços, especialmente, no âmbito do lazer e do turismo (FAVARETO *apud* PALHA, 2019).

Por outro lado, as críticas direcionadas ao “novo rural” destacam o caráter instrumental da análise empreendida por essa corrente, já que se ampara em uma “[...] perspectiva econômica e não problematiza os aspectos sociais envolvidos nas atuais mudanças verificadas na relação cidade-campo” (MARQUES, 2002, p. 99). Além desse ponto, critica-se também a “[...] produção intencional, por parte do capital, de uma natureza e do campo que [...] [servem] como complemento do cotidiano dos cidadãos pertencentes às classes médias e mais abastadas” (PALHA, 2019, p. 151). Portanto, os novos contornos tomados pela configuração socioespacial do rural são compreendidos aqui de outra maneira. Eles são tomados, na verdade, como um “[...] fenômeno que não tem em si a capacidade de anular a ruralidade nem a urbanidade, mas sim, tornar mais forte a contradição entre segregação e integração socioespacial” (PALHA, 2019, p. 152-153).

O “novo rural”, por sua vez, tem centralidade na importância das atividades não-agrícolas que estão particularmente ligadas à representação do rural como “natureza”, visto que se beneficiam da proximidade que o campo oferece aos elementos naturais. Dentre essas atividades, o lazer e o turismo são recorrentemente destacados, sem grandes considerações a respeito da ênfase na mercantilização, no consumo e nas subordinações que podem acabar reforçando. Até mesmo por isso, é necessário apontar a discussão sobre como o campo ocupa, atualmente, uma posição de subordinação à cidade que não está ligada *apenas* à produção agrícola, justamente porque “[...] se tornou um espaço com fortes ligações com a cidade, com vistas de servi-la por meio de outras funções como: lazer, turismo e moradia; alimentos e recursos hídricos; amenidades ambientais que reverberam sobre o clima como um todo” (PALHA, 2019, p. 162).

Com isso, associada à representação do rural como “natureza”, é construída sua aptidão para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo e ao lazer que atendem uma

demanda da cidade — a demanda por “contato com a natureza”. Porém, conforme Marques (2002) explicita, “[...] o campo não pode ser concebido apenas como complementar à cidade e [como] paisagem a ser consumida” (p. 210) e pensá-lo dessa maneira contribui para manutenção de sua posição de subordinação. Logo, tendo essa realidade em mente, ficam claros os atravessamentos entre o rural e o debate ambiental. De acordo com Figueiredo (2008), existe um entendimento de que o espaço rural assume, em tempos atuais, importantes funções em termos de natureza e de conservação ambiental que resulta em uma conversão de áreas rurais em áreas naturais protegidas.

A autora em questão debate a representação social do “rural-natural”, apontando que as transformações socioespaciais no espaço rural imprimem novas dinâmicas e novas relações nesse contexto. Portanto, ela considera que as áreas rurais estão atravessando um momento de mudanças estruturais e, em sua análise da realidade europeia, destaca que duas categorizações do espaço rural surgem: “[...] por um lado, aqueles que mantêm sua função produtiva ou a intensificam; por outro lado, aqueles que terão a função básica de manutenção das paisagens e da qualidade do ambiente natural<sup>69</sup>” (FIGUEIREDO, 2008, p. 161).

Figueiredo (2008) ainda salienta que essas mudanças se associam às transformações sociais mais globais, especialmente àquelas motivadas pela expansão da urbanização e da industrialização. Segundo ela, nesse contexto ganham força, também, os movimentos de preservação da natureza em áreas rurais e, portanto, institucionalmente e socialmente, a ruralidade vai ganhando o sentido de “reserva cultural e moral”, sendo então, associada majoritariamente às funções de:

[...] garantir a produção de alimentos de maneira eficiente (o papel das áreas rurais centrais), preservar a paisagem e o ambiente rural e manter as áreas rurais como um recurso recreativo e de lazer (papel das áreas rurais periféricas), principalmente para os residentes não-rurais e mais especificamente para os urbanos<sup>70</sup> (FIGUEIREDO, 2008, p. 161).

Assim, cada vez mais há uma ênfase nas características do rural que se associam às representações desejadas pela população urbana (ou não-rural). Com isso, as “virtudes primitivas” do rural são destacadas para atender a uma busca por autenticidade, reflexo de

---

<sup>69</sup> “[...] on the one hand, those that maintain their productive function or intensify it; on the other hand, those that will have the basic function of maintaining landscapes and the quality of the natural environment” (FIGUEIREDO, 2008, p. 161).

<sup>70</sup> “[...] ensuring food production in an efficient way (the role for central rural areas), preserving the landscape and the rural environment, and maintaining the rural areas as a recreational and leisure resource (the role for the peripheral rural areas) mainly for the non-rural residents and more specifically for the urban ones” (FIGUEIREDO, 2008, p. 161).

uma insatisfação com a vida na cidade, mas também reflexo de “[...] nossa incapacidade de desenvolver uma cultura urbana que nos permita chegar a um acordo com essa vida urbana. Ao invés disso, permanece a crença de que a vida urbana é um substituto superficial e temporário daquilo que é real - o rural<sup>71</sup>” (NEWBY *apud* FIGUEIREDO, 2008, p.162).

De acordo com Figueiredo (2008), essa ideia de rural abarca uma diversidade de imagens, contudo, a imagem do rural idílico tem maior destaque em nossos tempos — podendo ser, portanto, considerada a representação social hegemônica do rural. Assim, o rural idílico se torna uma referência dominante na forma de se conceber o rural, sendo que, para essa representação, as características ambientais (reais ou idealizadas) são centrais. Com isso, as questões ambientais passam, cada vez mais, a ser uma preocupação relacionada ao rural — não necessariamente pelos problemas ambientais ligados a essa realidade (como aqueles relacionadas à terra e ao cultivo) —, mas porque a agenda ambiental coloca o ambiente rural no centro do debate. Para Figueiredo (2008), a crescente associação entre as questões ambientais, o rural e a natureza, tanto em termos sociais quanto institucionais está muito relacionada com a instituição de áreas protegidas — que tem importantes efeitos na concepção do rural como “reserva ambiental”. A criação de áreas protegidas é percebida pela autora como uma estratégia política ligada tanto à valorização social da natureza nas sociedades contemporâneas no contexto de crise ambiental, mas ainda às transformações nos usos sociais do espaço rural e na sua conversão em área protegida.

Figueiredo (2008) aponta que, na literatura, há muitos autores que defendem a necessidade de criação dessas áreas por sua utilidade para a sociedade como um todo. Assim, apontam-se os benefícios da instituição de áreas protegidas, dentre eles a preservação de espécies, a proteção contra desastres naturais, a criação de emprego e melhoria de rendas (pelas atividades de lazer e turismo) e aqueles relacionados às oportunidades de pesquisa científica e à educação ambiental. Contudo, apesar do discurso oficial apresentar a instituição dessas áreas como um fator de desenvolvimento socioeconômico, é possível perceber que existe uma tendência de “[...] isolar os espaços protegidos do território social e econômico de seu entorno”<sup>72</sup> (FIGUEIREDO, 2008, p. 165). A autora destaca ainda que tanto as pressões urbanas quanto a implementação de atividades turísticas podem implicar transtornos para as áreas rurais e também para os próprios esforços de proteção ambiental. Com isso, ela destaca

---

<sup>71</sup> “[...] our incapacity to have developed an urban culture, which would enable us to come to terms with it. Instead, there remains the belief that urban life is a superficial and temporary substitute for the real thing – the rural” (NEWBY *apud* FIGUEIREDO, 2008, p.162).

<sup>72</sup> “[...] isolate protected spaces from the surrounding social and economic territory” (FIGUEIREDO, 2008, p. 165).



que existe uma disparidade entre as necessidades externas e as necessidades locais e enfatiza, de maneira apropriada, que

[...] a integração das áreas rurais por meio de sua suprema qualidade ambiental (como vimos na seção anterior, que é socialmente e institucionalmente construída e idealizada) pode levar a uma nova subordinação dessas áreas e, nesse sentido, pode levar ao condicionamento dos processos de desenvolvimento local baseados nas aspirações e interesses das populações urbanas e não locais<sup>73</sup> (FIGUEIREDO, 2008, p. 167).

Isso tudo se dá a partir de uma representação hegemônica do “rural-natural” que é, na realidade, uma construção produzida “[...] externamente, fundamentalmente por populações citadinas [...] Mas, que [...] tem efeitos poderosos sobre a produção do espaço e da ruralidade” (PALHA, 2019, p. 170) e que contribui para a mercantilização do rural e da ruralidade. Portanto, a partir da discussão proposta por Figueiredo (2008), entendemos que a instituição de áreas protegidas naturaliza uma imagem social do rural — a imagem do “rural-natural” —, afastando dessa realidade suas lógicas tradicionais originais — suas relações sociais, com terra, enfim, seus modos de vida — para impor sobre ela uma demanda externa. Assim, criam-se ali espaços destinados à conservação da natureza que recriam alguns aspectos culturais daquela lógica tradicional apenas para oferecê-los ao consumo dos cidadãos — sem, necessariamente, se preocupar com os reais benefícios e oportunidades para a maioria dos habitantes daquelas áreas.

Logo, cabe enfatizar que a representação do rural-natural que habita o imaginário das populações urbano-industriais têm efeitos concretos nas realidades dos sujeitos do campo. Nesse sentido, Palha (2019) destaca uma face especialmente perversa dessa representação, assumindo que ela pode ser um instrumento de dominação e controle das classes mais abastadas para garantir sua hegemonia sobre a produção do espaço. Nesse sentido, é importante questionar os efeitos dessa representação do rural-natural e, por isso, compreendemos que ela faz parte do imaginário urbano idealizado da “natureza” e que cumpre um papel na procura pelas caminhadas na “natureza”. Além disso, reconhecemos a presença desses elementos na realidade em que nossa pesquisa se inscreve — Parque Estadual da Serra do Papagaio e entorno —, afinal, o contexto socioespacial dessa região se alinha à lógica da “nova ruralidade” apresentada, tanto em termos das atividades de turismo e afins — intimamente ligadas ao uso público —, quanto aos interesses externos — uso e ocupação do

---

<sup>73</sup> “[...] the integration of the rural areas through their greater environmental quality (i.e. as we saw in the previous section, socially and institutionally built and idealized) can lead to a new subordination of these areas and, in that sense, to conditioning the local development processes based on the aspirations and interests of the urban and non-local populations” (FIGUEIREDO, 2008, p. 167).

solo, especulação imobiliária, serviços urbanos diversos, entre outros. Por tudo isso, teremos esses apontamentos em mente e, a seguir, discutiremos a respeito das caminhadas na “natureza” e dos sujeitos-caminhantes.

#### 4 AS CAMINHADAS NA “NATUREZA” E OS SUJEITOS-CAMINHANTES

*“Este céu jamais fica nublado, aqui não chove nunca. Neste mar ninguém corre perigo de afogar-se, nesta praia não há risco de roubos. Não há medusas que queimem, não há ouriço-do-mar que pique, não há mosquitos que incomodem. O ar, sempre na mesma temperatura, e a água, climatizada, evitam resfriados e pneumonias. As imundas águas do porto invejam estas águas transparentes. Este ar imaculado escarnece do veneno que as pessoas respiram na cidade. A entrada não é cara, trinta dólares por pessoa, mas é preciso pagar em separado as cadeiras e os guarda-sóis. Na internet, lê-se: ‘Se você não os levar lá, seus filhos o odiarão’. Wild Blue, a praia de Yokohama encerrada entre paredes de cristal, é uma obra-prima da indústria japonesa. As ondas têm a altura que os motores lhes dão. O sol eletrônico nasce e morre quando a empresa quer e proporciona à clientela desconcertantes amanheceres tropicais e vermelhos crepúsculos atrás das palmeiras. – ‘É artificial’ – diz um visitante. – ‘Por isso nós gostamos’”.* (GALEANO, 2018, p.234).

Até aqui, discutimos os apontamentos e os temas que nos permitiram pensar as caminhadas na “natureza” em tempos atuais. Assim, esse capítulo será destinado para discutir o ato de caminhar contemporâneo no contexto de “natureza”. Ou seja, tendo em vista toda a fundamentação construída, a discussão a seguir trará um enfoque mais específico sobre o significado das caminhadas na “natureza” hoje, especialmente, para as populações urbano-industriais. Logo, com essa explanação em mente, apresentarei em seguida alguns apontamentos essenciais para pensar o “sujeito-caminhante”, categoria que será utilizada para as reflexões e interpretações centrais da pesquisa.

##### 4.1 CAMINHADAS NA “NATUREZA”: um *onde*, um *quando* e um *por que*.

O título desse capítulo já aponta para a exposição que será construída aqui: caminhar na “natureza” é uma escolha consciente delimitada a um *onde*, um *quando* e um *por que*. Mas o que isso quer dizer? Bom, trouxe algumas indicações a esse respeito em nosso capítulo inicial e retomarei com mais profundidade essas questões agora. Conforme apresentado, historicamente, o ato de caminhar recebe distintos significados culturais. Caberá aqui tratar dos significados atrelados à natureza, por isso, também discuti essa ligação entre natureza e caminhar e evidenciei, inclusive, suas raízes alinhadas ao romantismo. Amato (2004) ainda destaca que, na medida em que se reforça a dicotomização entre cidade e campo, as caminhadas na “natureza” vão se tornando tanto uma forma de se afastar da vida urbana, quanto de criticá-la em razão de valores mais próximos e associados à certa ideia de natureza.

Portanto, partirei daí: o *onde*, já que assumo aqui que o “cenário” por onde se caminha — jardins, campos, estradas, trilhas ou cidades — revela aspectos sobre o significado cultural atribuído ao próprio ato de caminhar. Assim, ao falarmos de caminhadas na “natureza”, precisamos também pensar: em nosso contexto, que “natureza” é essa? Em partes, vale destacar que, aqui, o enfoque está delimitado ao recorte de pesquisa proposto: os parques. No início do trabalho, ressaltai que as populações urbano-industriais são, em sua maioria, a parcela da população que se beneficia pelo usufruto dos parques por meio do uso público. Cabe esclarecer que falando em “populações urbano-industriais”, me refiro àquela parcela da sociedade inserida em condições e em um modo de vida específico que se conforma a partir de um contexto socioespacial também particular. É importante também explicitar que esse contexto reflete a configuração socioespacial de um momento histórico em que o capitalismo industrial se consolida na cidade, assim como estabelece seu controle sobre sua região de influência, provocando a ruptura da cidade (MONTE-MÓR, 1998). Monte-Mór (1998) discute esse processo a partir do conceito de *urbanização extensiva*<sup>74</sup>, que já abordamos brevemente no capítulo anterior. Segundo esse autor:

A urbanização extensiva — esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais — representa, assim, a forma sócio-espacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea e, suas diversas manifestações (MONTE-MÓR, 1998, p. 171).

Portanto, seguindo essa proposição de Monte-Mór (1998), uso o termo "urbano-industrial" em referência à organização socioespacial e às relações socioespaciais dominantes contemporaneamente que, acompanham também, o estágio de acumulação capitalista assumido nesse momento histórico. A estratégia de criação dos parques, por sua vez, está associada às consequências que esse processo de expansão metropolitana acarreta, uma vez que tal processo engendra os chamados “problemas ambientais” vinculados às questões de “[...] habitação, alimentação, saneamento básico, transportes, serviços urbanos, poluição industrial, padrões de consumo etc.” (MONTE-MÓR, 1998, p. 176). Logo, foi a crescente assimilação e preocupação com essas — e outras — questões que desencadearam movimentos e iniciativas visando estratégias de proteção ambiental como, por exemplo, a criação dos parques. Lembro, então, os apontamentos sobre essas relações entre urbano e unidades de conservação, assim como as complexidades entre urbano e rural na atualidade, contudo, a

---

<sup>74</sup> Mont-Mór (1998) esclarece que deriva “[...] este termo a partir de Henri Lefebvre, no que ele chamou de ‘zona urbana’” (p. 170).

perspectiva desse capítulo abordará as ideias e os valores sobre a natureza que esses movimentos expandem que, mesmo oriundas de transformações ocorridas no longínquo século XIX, permanecem presentes na concepção de nossos parques atuais. Entretanto, cabe perguntar: essas ideias estão presentes também nos imaginários dos caminhantes?

É bem comum a referência ao “afastamento da natureza” vivido pelas populações urbano-industriais em decorrência do modo de vida urbano dominante em tempos atuais. Assim, recorre-se à ideia de “retorno à natureza” porque não se reconhece que a natureza esteja presente nessa vida urbana, ou podemos também dizer que “As áreas urbanas têm sido vistas tradicionalmente como espaços mortos, do ponto de vista ecológico” (MONTE-MÓR, 1998, p. 174). Serpa (2012) ressalta esse mesmo ponto, mostrando que, para as populações urbano-industriais, existe uma divisão entre o “mal urbano” e o “rural belo e natural” em que se assume a necessidade da existência das cidades, mas ao mesmo tempo, reconhecendo-as como somatórios de todos os males ecológicos. Para esse autor:

[...] há uma divisão, internalizada pelo sujeito, entre dois mundos e dois estilos de vida. É como se o sujeito se partisse em dois, para corresponder a dois mundos distintos e que, ao que parece, não dialogam entre si. Um mundo onde as coisas e as pessoas permanecem ‘naturais’ e ‘autênticas’, e um outro onde prevalece a ‘urbanidade’ (SERPA, 2012, p. 120).

Disso se sucede o fortalecimento da ideia de que aqui — o urbano — não faz parte da natureza — e, talvez, por consequência, nós também não. Existiria, então, uma natureza “autêntica” que se identifica com as características de uma “natureza intocada” — selvagem, pura — sendo que, para encontrá-la verdadeiramente torna-se necessário se afastar das cidades e de seus males. A princípio, então, é possível considerar que a população urbano-industrial que almeja realizar as caminhadas na “natureza” se direciona por uma busca dessa natureza, notadamente, tão inculcada em nosso imaginário. Um imaginário propriamente urbano, já que para quem vive em proximidade e, muitas vezes, depende da terra — da natureza — para seu sustento não vê virtude em sua “intocabilidade”.

Importante apontar, ainda, que esse imaginário, ao carregar uma imagem da natureza “intocada” como verdadeiramente “autêntica” atua para criar uma conotação negativa de *outras naturezas*. Assim, existe no imaginário urbano uma ideia de que o que é belo, puro, bom ou agradável representaria a natureza *autêntica*. Com isso, constrói-se a ideia de uma natureza idealizada e uma valorização desproporcional entre aquilo que tem qualidades estéticas e espirituais desejáveis do ponto de vista dessas populações e aquilo que não. Nesse sentido, Serpa (2012) explica que “A relevância estética da ‘natureza’ [...] [é] percebida a

partir de um ato de reflexão humana, a partir do lugar que o sujeito que reflete ocupa em relação ao ambiente do qual é parte integrante” (p. 119).

Ou seja, o sujeito inserido no contexto urbano-industrial interpreta a natureza tendo como referência o ambiente urbano e já que guarda uma visão negativa desse ambiente, então, confere significado de “natureza” ao que considera como distante do “urbano”. Esse imaginário, muitas vezes, carrega uma noção fragmentada da natureza, uma vez que não considera a natureza com seus “[...] insetos como mosquitos e aranhas, sapos, cobras, plantas de estranhos formatos, o incontrolável e o indeterminável”, mas sim, seus fragmentos domados e esteticamente agradáveis (DEL GAUDIO E PEREIRA, 2014, p. 215).

Porém, será que os parques são compreendidos como *essa natureza*? Considero que, em partes, sim. Contudo, não necessariamente o parque como *território instituído oficialmente*, mas como *expressão concreta* da “natureza” idealizada presente no imaginário urbano. Nesse sentido, muitas vezes, as pessoas não conhecem ou sabem da existência de um parque, mas mesmo assim, identificam neles a expressão concreta da ideia de “natureza” presente em seus imaginários. Ou seja, os parques são *lócus* de encontro com essa construção imaginada, já que oportunizam esse encontro de uma maneira desejada — com a divulgação, a facilidade de acesso, a disponibilidade de serviços e afins.

O que seria central para atrair as pessoas, então, não seria necessariamente a existência de um parque — não pretendo generalizar esse ponto, afinal, a sociedade civil pode ser envolvida e atuante na conservação — mas, o fato de que a natureza do parque satisfaz a ideia de natureza presente em seus imaginários. Isso porque a “natureza protegida” guarda intimidade com o sentido de “intocada” que, por sua vez, é profundamente idealizada (DEL GAUDIO E PEREIRA, 2014). Os parques, portanto, dispõem de dois atributos fundamentais procurados pelas populações urbano-industriais: a “natureza intocada” e o “afastamento da cidade”, uma vez que a maioria dos parques mais visitados localiza-se em áreas consideradas rurais ou estrategicamente afastadas — mas acessíveis aos — dos centros urbanos. É por isso que a ideia de natureza presente nesse imaginário urbano também pode ser interpretada com o sentido de “rural-natural” apresentada no capítulo anterior.

É por isso também que os parques têm ganhado muita popularidade atualmente, já que a procura por essas UCs têm crescido justamente por reunirem os elementos desse imaginário e por serem abertos à população à procura daquilo que acreditam não existir em seus cotidianos — a “natureza”. As caminhadas, então, são uma maneira muito comum de realizar esse contato com a natureza nos parques, uma vez que o acesso nesses territórios se dá, em geral, a pé. Percorrer o parque pela caminhada envolve, para os sujeitos, a construção de uma

relação com aquele espaço e, portanto, remete à dimensão espacial dessa prática. Essa dimensão, por sua vez, não diz respeito apenas ao deslocamento físico pelas trilhas e caminhos dos parques. Essas UCs carregam um discurso específico de natureza, também refletido em sua dimensão espacial, logo, em suas práticas, os sujeitos são tomados por esse discurso, explícita ou implicitamente. Portanto, caminhar nos parques possui uma representação interessante no sentido do debate sobre a questão ambiental, justamente porque, cada vez mais, tem sido a maneira que a população urbano-industrial *escolhe* se relacionar com a natureza. Assim, as caminhadas nos parques despertam-nos para uma tensão na leitura das caminhadas na “natureza”, dado que a leitura que o sujeito constrói sobre certa espacialidade ou certo contexto ambiental — no caso, dos parques —, pode tanto ser construída de maneira reflexiva quanto ser simplesmente uma reprodução acrítica.

Em geral, é fora do cotidiano que esse contato acontece e isso nos leva ao nosso *quando*. A disponibilidade para a realização dessa prática, comumente, fica reservada ao tempo livre dos sujeitos. Em nossa sociedade, o tempo livre é associado ao tempo do não-trabalho, distinguindo caracteristicamente tempo livre e tempo desocupado<sup>75</sup>. Isso porque, no capitalismo, o tempo desocupado não pode ser direcionado para as atividades discutidas aqui, uma vez que estamos falando de uma fuga do espaço-tempo cotidiano que exige o dispêndio de tempo e dinheiro. Segundo Gama (2008), o uso ou aproveitamento do tempo livre se dá de maneiras diversas e, portanto, a relação entre tempo livre e espaço também, afinal, tempo e espaço estão sempre inter-relacionados. Com o desenvolvimento dos meios técnicos e a expansão da mobilidade espacial, contemporaneamente, os espaços de tempo livre “[...] distinguem-se pela sua natureza, diferenciação social e alcance espacial” (GAMA, 2008, p. 20). Acontece que, segundo o autor, a organização socioeconômica capitalista engendra uma lógica de apropriação e dominação do espaço, tornando-o uma mercadoria e, assim, acentua a diferenciação social e econômica nas formas de apropriação do espaço e no alcance espacial, já que o acesso e o usufruto dos meios técnicos também acompanha uma lógica de dominação e controle. Por tudo isso,

Na sequência da industrialização e da apropriação capitalista dos espaços, o desenvolvimento técnico dos transportes tem desempenhado o papel de instrumento de alcance espacial e de homogeneização do espaço, ao mesmo tempo que produziu o fenômeno de concentração da população, a urbanização contemporânea. Esta ‘revelou’ a escassez do espaço e ‘afastou’ os homens da natureza produzindo novos mitos, novas necessidades. [...]

<sup>75</sup> Coriolano (2006) ressalta essa distinção apontando que o tempo desocupado se refere ao tempo sem trabalho. Assim, ao contrário do tempo livre — em que o trabalho não acontece temporariamente, mas que é remunerado —, o tempo desocupado não envolve trabalho, nem remuneração.

Parques e jardins, recintos desportivos, de recreio e de diversão, estâncias termais e de praia, parques naturais foram o resultado dessa transformação (GAMA, 2008, p. 22).

Obviamente, lazer e turismo têm destaque nesse sentido, visto que atuam na apropriação desse tempo livre e do espaço, muitas vezes associando-os à esfera do consumo (BEDIM, 2007). Conforme Bedim (2007) aponta, os parques também são inseridos à lógica de consumo, uma vez que, nesse contexto, a “busca pela natureza” se relaciona à própria mercantilização da natureza, ou seja, à transformação dos elementos naturais (ou “atrativos naturais”) em mercadoria pela exploração econômica via turismo. Esse autor aponta que o próprio tempo é transformado em mercadoria, visto que o sujeito é sempre induzido a consumi-lo e, portanto,

Nesta perspectiva, o tempo do não-trabalho, assim como os espaços funcionais ao lazer e ao turismo - como as Unidades de Conservação abertas à visitação pública -, [...] podem ser concebidos como um prolongamento das cidades e da urbanização ao longo das áreas ‘naturais’ [...]. Uma vez incorporados ao mundo da mercadoria, os mesmos se transformam em objeto de especulação - não se desvinculando, pois, dos processos produtivos (BEDIM, 2007, p. 81).

Em se tratando das caminhadas na “natureza”, já que essa natureza não é reconhecida nos ambientes de vida cotidiana (em geral, as cidades), viaja-se para encontrá-la remetendo, assim, aos fluxos turísticos. Portanto, essas caminhadas podem ser entendidas como práticas de lazer e turismo realizadas em unidades de conservação. Há ainda que se destacar que a proximidade dos parques de grandes centros urbanos contribui para direcionar esse deslocamento e aumentar o fluxo turístico nessas unidades de conservação. Não é à toa que fins de semana e feriados representam períodos de destaque, sendo que as “caminhadas de um dia” (MMA, 2006) têm reconhecida relevância dentre as atividades realizadas nos parques.

Gama (2008) destaca que o “fenômeno do fim de semana” — ou seja, a interrupção do tempo do trabalho por esses dois dias — é responsável pela difusão e expansão das atividades de ócio, lazer e turismo “[...] e, por via disso, pela transformação de extensas áreas periurbanas” (p. 24), já que o “êxodo urbano para a natureza” conduz a um processo de segregação socioespacial ligado à apropriação de terras, construção de residências secundárias, especulação imobiliária, entre outros. Já o “fenômeno das férias”, conforme esse mesmo autor, remete a outros efeitos na relação espaço-tempo cotidiano e em seus ritmos. Isso porque as férias têm um efeito econômico e social mais profundo, uma vez que “As formas de uso do tempo das férias, a maior ou menor disponibilidade de tempo livre, estão em



correlação com a hierarquia dos rendimentos e com a pertença a diferentes classes sociais” (GAMA, 2008, p. 25).

Além disso, em um sentido simbólico, vale também salientar que é a própria rotina estabelecida pelo trabalho na sociedade capitalista, associada às características do modo de vida urbano-industrial são o que engendram o anseio pela “fuga do cotidiano”. Essa fuga, por sua vez, possibilita que os sujeitos recorram aos seus imaginários e se coloquem em encontro com aquilo que, para eles, seus cotidianos não lhe oferecem — natureza, tranquilidade, diversão, aventura. No caso das caminhadas na “natureza”, caminhar pode envolver um ou vários desses elementos, sendo que, em geral, há um entrelaçamento entre eles.

Quanto ao terceiro e último ponto — *por que* — é apropriado, já de início, reconhecer que não há, necessariamente, *um* por que. Podem ser múltiplas as motivações que levam os sujeitos a realizarem essa prática, contudo, no contexto das caminhadas algumas motivações se revelam particularmente associadas ao imaginário urbano de natureza: bem-estar, saúde, espiritualidade, filosofia de vida. A preocupação com a saúde em tempos atuais, por exemplo, associa-se ao desgaste psicossocial dos ritmos de vida urbano-industrial. Assim, recorre-se à atividade física como um aspecto necessário para uma vida saudável e entende-se que o contato com a natureza aprimora esse quadro, contribuindo para o bem-estar — que supera a saúde física, estimulando também o sentido social e mental.

Segundo os apontamentos de Carvalho e Steil (2013), a caminhada na “natureza” pode ser uma atividade que liga alguns anseios atuais: o ideal de saúde, o contato com a natureza e a espiritualidade conjugada pela sacralização da natureza. Esses autores apontam que, em termos religiosos, a contemporaneidade inaugura transformações no conceito de religião que, antes fundamentalmente transcendente, se desloca agora para a imanência. De acordo com eles, disso resulta que a experiência pessoal do indivíduo torna-se parâmetro na construção de seu sistema de crenças em contraponto às mediações institucionais tradicionais do campo religioso. A natureza ganha, nesse sentido, o papel de protagonista como ambiente privilegiado para encontro com o sagrado e, por isso mesmo, é transformada em possibilitadora de diversos benefícios.

Assim, ecologia e espiritualidade estariam relacionadas e se colocariam “[...] como caminho para a saúde e o bem estar físico, mental e espiritual” (CARVALHO E STEIL, 2013, p. 290). Esse caminho se manifestaria pelo cultivo de si (do *self*) e pelo cultivo do ambiente. O cultivo de si seria representado pelo cuidado com o corpo — prática de atividades físicas, alimentação, medicinas alternativas — e pelo cuidado com a alma — espiritualidade, terapias alternativas, meditações —, já o cultivo do ambiente, por sua vez, refletiria a preocupação

com as questões ambientais, exemplificadas pelos autores como: “o consumo ecológico, a reciclagem, a arquitetura agro-ecológica, dentre outras” (CARVALHO E STEIL, 2013, p. 290). Então, na perspectiva dos autores, ao incorporarem essa dimensão ecológica e/ou espiritual a prática desses indivíduos ou grupos se orientaria para a construção de uma sensibilidade conformada a partir da desconstrução de dicotomias ligadas a esses temas — mente-corpo, sujeito-objeto, cultura-natureza. Portanto, para eles, a caminhada na “natureza” — e também outras práticas como as peregrinações, o montanhismo, o turismo ecológico e religioso — contribuiria para associar a preocupação com as questões ambientais e a preocupação com o cultivo de si (*self*), uma vez que [...] essa experiência remete à realização de um bem estar físico, mental e espiritual que torna indissociável a saúde do planeta e do indivíduo (CARVALHO E STEIL, 2013, p. 291).

Essa perspectiva também parece estar presente no imaginário urbano, já que mediante as pressões e agitações da vida cotidiana na cidade, a “natureza” pode ser identificada como propícia para o bem-estar e portadora de certas características positivas — tranquilidade, sossego, paz e afins — que, supostamente, não seriam encontradas na cidade. Contudo, obviamente que o contato com a “natureza” oferecerá essas características ao sujeito urbano-industrial, afinal, esse contato se dá, justamente, nos momentos de interrupção de sua rotina acelerada, em uma “fuga” do cotidiano. Logo, cabe pensar? É *necessariamente* a “natureza” que oferece esses elementos para o bem-estar? Não, poderia ser a própria interrupção da rotina sufocante o alvo desse bem-estar? Ou seja, a fuga do tempo e do ritmo do trabalho não seria o que está na base desse alívio e satisfação? Reconheço que, em geral, esse apontamento é desconsiderado, até porque reforçar a ligação entre “natureza” e bem-estar contribui para estimular a busca por essa “natureza”, favorecendo, assim, sua apropriação mercadológica. Com isso, fortalece-se o imaginário da natureza não só como “boa” — fonte de inúmeros benefícios — e “bela” — portadora de sensações e sentidos estéticos agradáveis —, mas também “dócil” — sempre ali pacífica e estática, sem sua dinâmica própria.

De toda forma, as colocações de Carvalho e Steil (2013) têm grande relevância, especialmente, por sua intenção em contribuir para a desconstrução de dicotomias fragmentadoras enraizadas no pensamento moderno. Os elementos apresentados nessas articulações entre saúde, espiritualidade e natureza parecem próximos das influências românticas apontadas anteriormente, principalmente, no que concerne a subjetividade do indivíduo e o anseio pela integração. Contudo, fica a observação de que, para as aspirações românticas, esses movimentos têm sua legitimidade em seu *impulso anticapitalista*, porém, esse ponto de discussão não é trazido em destaque nas colocações desses autores.

Por outro lado, considero que tal impulso tem suma importância, afinal, em nossa realidade contemporânea, é imprescindível associar a busca pela “natureza” às articulações midiáticas e de mercado. Portanto, nessa relação entre natureza, bem-estar e espiritualidade parece existir uma ênfase na experiência pessoal dos indivíduos como fonte de transformações profundamente complexas. Entretanto, cabe lembrar que nem todos experienciam ou têm os mesmos aspectos ético-estéticos como horizonte no que tange à relação com a natureza. Além disso, cada vez mais, vemos que esse interesse e essa preocupação individual acabam sendo articulados perversamente, fazendo com que a busca pela natureza seja operada por interesses mercadológicos.

De qualquer forma, o ponto aqui não é desmerecer ações e iniciativas que enfoquem as mudanças individuais, mas reconhecer que há, por detrás disso tudo, questões estruturais. Não é necessariamente nossa intenção colocar essas questões como ponto central de nossa discussão, contudo, seria imprudente não reconhecê-las. Tendo em vista esse reconhecimento, torna-se possível discutir que no que concerne nosso *por que*, precisamos estar atentos à idealização da natureza que reforça uma imaginação de “natureza intocada” como verdadeiramente autêntica e em certa medida justifica o urbano como todos os males. Del Gaudio e Pereira (2014) são particularmente esclarecedoras quanto a esse ponto quando apontam que a retomada ou revalorização da natureza por essa população urbano-industrial resulta em sua pasteurização, já que muitas vezes constrói-se “[...] uma natureza/paisagem profundamente alterada para manter o simulacro do ‘natural’ [...] o paraíso natural ao gosto do cliente – que pouco tem de natural” (p. 214).

Elas também assumem que esse resultado trabalha para ocultar a própria idealização dessa ideia de natureza e que, com isso, “[...] contam/permanecem o efeito cenário e a ilusão da natureza” (DEL GAUDIO E PEREIRA, 2014, p. 215). Para essas autoras, a “natureza natural” — que também pode ser nomeada “intocada” ou “selvagem” — é transmutada em uma ideologia de “novas raridades” que metamorfoseia valor de uso e valor de troca. Para explicar o uso do termo, elas trazem que

O excesso de produtos engendra um movimento dialético pontuado por Lefebvre (1991): as ‘novas raridades’ que se estendem e ameaçam provocar uma crise (ou crises) de um caráter original, pois se são raridades (ou se tornam raridades), são acessíveis efetivamente a poucos, gerando a carência coletiva (ou, pelo menos, a ideia da carência coletiva). A natureza ‘natural’, ou menos transformada, que não tinha valor por não ser produto/recurso, tornou-se rara e valorizou-se (DEL GAUDIO E PEREIRA, 2014, p. 220).

Essa valorização da “raridade da natureza” provoca, também, um processo de diferenciação dos sujeitos. Del Gaudio e Pereira (2014) apontam, assim, que aquilo que era considerado um bem comum, passa a ser pensado como algo a ser consumido por poucos. Portanto, vejo que para as populações urbano-industriais, a idealização da “natureza” apresenta-a “[...] associada ao paraíso, [...] por isso mesmo, uma imagem, um arremedo, algo plastificado, rearrumado e adaptado” (DEL GAUDIO E PEREIRA, 2014, p. 224). Para mais, assim como as autoras, penso que a própria concepção dos parques alimenta e reforça essa idealização, já que seu enfoque está na objetificação e na assepsia da natureza transformando-a em cenário — vale lembrar sua ênfase nas “paisagens de grande beleza cênica”.

Logo, acredito que as articulações de nosso *onde*, *quando* e *por que* nos permitem perceber que o tema do caminhar na natureza coloca um desafio em nossos dias atuais. Isso porque invoca a aceitação de nosso contexto — um contexto “natural” e “social” (LABBUCCI, 2013) — e, portanto, nos mostra que mesmo quando falamos de caminhadas na “natureza” não podemos fugir das implicações políticas, sociais e econômicas. De tudo que foi discutido, se destaca a força que o imaginário urbano-industrial possui na imagem construído sobre “natureza” e como esse imaginário pode ser articulado por interesses diversos.

Ainda temos, concomitante a isso, “[...] a imagem de que, na contemporaneidade, os indivíduos e a sociedade sentem-se mais responsáveis e preocupados com as consequências ambientais de determinadas ações” (ROCHA, 2008, p. 201). Se por um lado, existe a possibilidade de transformação a partir das experiências pessoais dos indivíduos, conforme Carvalho e Steil (2013), também há a influência, cada vez maior, dos interesses mercadológicos e midiáticos. Por isso, cabe dizer que a ação individual e as experiências pessoais ecologicamente ou ambientalmente orientadas podem ter seu papel, contudo, compreendo que pensá-las em si mesmas constitui também uma fragmentação — e, portanto, reconheço profundamente a necessidade de se pensar e atuar na realidade social como um todo a partir da formação de sujeitos críticos e reflexivos.

#### 4.2 O SUJEITO-CAMINHANTE: algumas aproximações.

Conforme já delineado desde a introdução, a presente pesquisa elege o sujeito-caminhante como sujeito ativo na prática aqui estudada: o caminhar na “natureza”. Já foi destacado, também, que com o alcance tomado pela questão ambiental na cena pública em tempos atuais, a sociedade se preocupa cada vez mais com essa temática — assim como a

mídia e o mercado criam seus mecanismos de apropriação. A abordagem sobre o sujeito construída nesse estudo busca justamente inserir esse corpo social no contexto sócio-histórico em que vivemos e, ainda, considerá-lo como ator social ativo no processo de construção da nossa realidade.

Assim, considero que os sujeitos que ativamente escolhem caminhar na “natureza”, constroem — a partir da articulação entre sua experiência pessoal e sua constituição sócio-histórica — diferentes significados sobre a sua prática e sobre a natureza. Portanto, reconheço que esse sujeito não pode ser tomado como um indivíduo isolado, ou seja, suas experiências pessoais — por mais significativas que sejam — estão sempre inscritas em uma realidade social tensionada e disputada. Existe aí, então, um movimento dialógico em que o sujeito enfrenta uma influência mútua da experiência pessoal e da realidade social. Nesse sentido, subjetividade e objetividade são colocadas em questão. Seguimos as proposições de Paulo Freire (2000), para quem subjetividade e objetividade só podem ser pensadas a partir de sua unicidade dialética. Nas palavras do autor:

É neste sentido que só falo em subjetividade entre os seres que, *inacabados*, se tornaram capazes de saber-se inacabados, entre os seres que se fizeram aptos de ir mais além da *determinação*, reduzida, assim, a condicionamento e que, assumindo-se como objetos, porque condicionados, puderam arriscar-se como sujeitos, porque não determinados. Não há, por isso mesmo, como falar-se em subjetividade nas compreensões objetivistas mecanicistas nem tampouco nas subjetivistas da história. Só na história como possibilidade e não como determinação se percebe e se vive a subjetividade em sua dialética relação com a objetividade (FREIRE, 2000, p. 27) [grifos no original].

A diferenciação entre *determinação* e *condicionamento* apontada pelo autor torna-se essencial para a compreensão do sujeito, afinal, precisamos apontar as influências que agem sobre o “arriscar-se sujeito”, contudo, tomá-las como determinações seria imprudente. Na perspectiva freireana, o sujeito é aquele que se faz *com* o mundo e *com* os outros e, portanto, o sujeito faz a história e a história faz o sujeito sendo que, por isso, a história é sempre possibilidade, jamais determinação. Para ele, o sujeito é igualmente sujeito e objeto da história, já que *escolhe, faz, rompe, decide*, enfim, vive a subjetividade em sua relação dialética com a objetividade — e interferindo sobre ela (FREIRE, 2000). Para além desse ponto, cabe também reconhecer a inerente complexidade dessa relação. Nos termos da ciência moderna, nos deparamos com um racionalismo instrumental — e uma objetividade mecanicista — que associado à expansão da sociedade do consumo obscureceu as possibilidades de “[...] revolta e de surpresa, a vontade de transformação pessoal e colectiva e

[...], por isso, a tarefa de reconstrução dessa capacidade e dessa vontade é, em fins do século XX, muito mais urgente" (SANTOS, 1999, p. 286-287).

É justamente nesse contexto que o sociólogo Alain Touraine (1998) reconhece a importância da constituição do sujeito. Para ele, o fim do século XX — a “baixa modernidade<sup>76</sup>” — marca um momento de radicalização da dissociação entre universo objetivo e universo subjetivo da realidade social<sup>77</sup> em que a esfera econômica ganha, cada vez mais, soberania sobre a ordem social e política (TOURAINÉ, 1998). Para o autor, esse cenário culmina em uma crise que ameaça a integração entre os universos da vida social — ou poderíamos dizer: que ameaça a unicidade dialética entre subjetividade e objetividade. Com a globalização hegemônica, vive-se a expansão dessas ameaças e, conforme as proposições de Touraine, “[...] a noção de sujeito foi introduzida [...] para lutar contra a degradação da vida social em mercado e, paralelamente, contra a substituição do mundo da vivência por uma comunidade fechada sobre si mesma” (TOURAINÉ, 1998, p. 101).

Na perspectiva desse autor, mediante as pressões e os condicionamentos impostos por uma cultura de massa, *fazer-se sujeito* se constitui como uma força de resistência à perda de referência de si mesmo em face dos incessantes movimentos da realidade contemporânea — com seus abundantes fluxos de informações, de produtos, de serviços, de bens e afins. Nesse sentido, *fazer-se sujeito* não é um processo introspectivo, interiorizado, individual, é um “[...] processo [que] envolve a ação, o esforço, o trabalho. Ou seja, só é possível conceber o sujeito na ligação entre a experiência pessoal e a ação coletiva” (FREIRE, 2017, p. 46) e, portanto, *fazer-se sujeito* exige o apoio *do outro* e o diálogo *com o outro*. Se o sujeito se faz a partir de suas experiências pessoais, mas apenas na experiência *com o outro*, então, o sujeito se faz pelo que há de comum e, por isso, seu *fazer-se* se volta para o coletivo. A partir dessa perspectiva, então, compreende-se que “[...] o sujeito é uma construção constante, um trabalho diário, portanto, um esforço **ativo** que se sedimenta no coletivo” (FREIRE, 2017, p. 101) [grifo no original].

---

<sup>76</sup> O autor propõe uma periodização da modernidade em que destaca três fases distintas: alta modernidade (séculos XV-XVIII), média modernidade (meados do século XVIII com as transformações da Revolução Francesa e da Revolução Industrial até fins do século XX) e baixa modernidade (a partir de 1970, com as crises monetárias internacionais e a crise do petróleo). Touraine (1998) destaca ainda que essas fases se dão num processo *continuum* e que sua divisão serve para discutir as transições no pensamento social.

<sup>77</sup> Nas palavras do autor: “[...] a realidade principal, [...] é a dissociação dos dois universos, o das técnicas e dos mercados e o das culturas, o da razão instrumental e o da memória coletiva, o dos signos e o do sentido. No cerne de nossa experiência, neste final de século, está a dissociação entre a extensão e a alma, para retomar palavras antigas, entre economia e culturas e entre trocas e identidades” (TOURAINÉ, 1998, p. 36).

Obviamente, não assumirei que esse é um processo trivial, pelo contrário, a intenção é justamente assumir sua complexidade. Não parece suficiente desconsiderar as possibilidades interpretativas presentes nesse reconhecimento da “[...] relação dialética, complexa, processual, dinâmica entre as individualidades e as estruturas” (HISSA, 2009, p. 45). De outra forma, parece que apenas a partir desse reconhecimento torna-se possível a construção de uma contribuição — talvez, utópica — direcionada por uma perspectiva crítica e reflexiva sobre os sujeitos. Portanto, sabendo da dimensão tomada pela dominação capitalista, principalmente, ao alastrar seus valores pelas mais diversas dimensões da vida social — inclusive no domínio cultural e simbólico —, acompanho a interrogação de Hissa (2009): afinal, mesmo mediante essa contaminação massiva, “[...] como conceber, sem indignação, a degradação de valores, especialmente éticos, a partir das inevitáveis prevalências, sobretudo nas sociedades ocidentais, de valores mercantis?” (p. 48). Pontuo, então, conforme faz Santos (1999), que esse contexto nos confina a uma microética social — uma ética individualista social (p. 91) — que não é suficiente para responder às exigências da situação em que nos encontramos.

Sob essas referências, temos uma “[...] situação [que] é representada por contradições, fraturas, assim como por dilemas incorporados pelos sujeitos do mundo diante da *crise de mundo*” (HISSA, 2009, p. 50) [grifo no original]. Portanto, na medida em que se conforma a assimilação dessa crise há, também, a emergência de um quadro de inquietações que podem encaminhar ao *fazer-se sujeito*. Surge, assim, certa intenção encaminhada pela busca de outras referências além daquelas dominantes. É nesse sentido que destaco o sujeito-caminhante. Obviamente seria insuficiente apontar que o sujeito-caminhante é “o sujeito que caminha” porque o caminhar não pode ser tomado apenas como movimento. Seguindo as proposições de Labbucci (2013), gostaria de tratar o caminhar como “[...] uma modalidade do pensamento. É um pensamento prático” (p. 09). Se isso é verdade, caminhar pode ser uma maneira de conhecer melhor nós mesmos, o outro e o mundo — portanto, caminhar reúne intimidade com pontos centrais do *fazer-se sujeito* e, assim, abordarei um pouco essas ligações.

Uma vez que *fazer-se sujeito* exige o reconhecimento do outro, o caminhante viabiliza esse reconhecimento porque quem caminha não está apartado do mundo, nem do outro, já que se expõe, afinal, a caminhada chama o sujeito para estar do lado de fora, estar em movimento, estar ativo. Da mesma forma que expor-se permite o contato, provoca também o atrito. Evidencia-se, aqui, que o reconhecimento do outro não é, necessariamente, um processo afinado, ou seja, não é pela suposta harmonia que se faz sujeito, mas pela manifestação da diferença. É pela manifestação da diferença que qualquer diálogo torna-se possível, portanto, esse reconhecimento do outro, que é essencial, se dá tanto através das trocas afinadas quanto

das tensões provocadas pelo encontro. Assim, expor-se significa se posicionar diante de si mesmo e diante do mundo e, portanto, evitar “[...] uma dimensão mental reconfortante” (LABBUCCI, 2013, p. 22).

Labbucci (2013) ainda nos lembra que expor-se implica também vulnerabilidade e, junto a ela, o risco. Parece ser cada vez mais esquecido por nós que viver significa, de muitas formas, correr riscos e, por isso, nos fechamos e “[...] aceitamos cada vez menos sermos expostos à vida, aos imprevistos e aos riscos com que ela comporta” (LABBUCCI, 2013, p. 126). Como resultado, nos defendemos da própria vida e das possibilidades que ela comporta. Diante disso, o caminhante se coloca em movimento e, com isso, se revela para a possibilidade de encontrar o risco, mas também o novo e o outro. Esse movimento, por sua vez, representa em tempos atuais “[...] um ato de perturbação da ordem estabelecida” (LABBUCCI, 2013, p. 22) — aquela ordem baseada no isolamento, no sedentarismo, na resignação. Portanto, o movimento pressupõe a abertura através da qual se torna possível olhar para além de nós mesmos, pensar sobre o que encontramos e “[...] perguntar o porquê e o como das coisas que nos circundam” (LABBUCCI, 2013, p. 34). Esse encontro com quem e com o quê nos circunda pode promover, então, o apoio no outro e o diálogo com o outro, fundamentais ao *fazer-se sujeito*.

Por isso, o sujeito-caminhante é aquele que se depara, talvez de uma maneira mais explícita, com essa dinâmica dupla entre o eu e o outro. Labbucci (2013) é bem preciso nesse sentido ao apontar que, por necessidade ou por virtude própria, quem caminha precisa aprender a não sustentar uma autossuficiência orgulhosa e, por isso, aprende também a ver os outros como seus semelhantes dos quais pode receber apoio ou para os quais pode servir de apoio durante a caminhada. Para ele, justamente porque traz essa exigência — a da igualdade —, caminhar tem se tornado cada vez mais árduo em tempos atuais. Não é à toa, Labbucci (2013) destaca, que precisamente nos regimes ditatoriais, o movimento — e, portanto, o caminhar — se torna alvo de suspeita e os deslocamentos tornam-se estritamente controlados. Já apontamos o sentido político que o caminhar carrega, mas aqui, aproveitaremos para ressaltar o sujeito-caminhante — sujeito sociopolítico — como ator social que, pela sua prática, busca colocar-se em movimento para explicitar seu descontentamento perante certos valores, ou talvez, movimento com intuito de subverter certa ordem, visto que esse sujeito assimila “[...] essa marca indelével que o caminhar traz consigo: transgride e concentra, desordena e mobiliza, transmite força e identidade, interna ou externa” (LABBUCCI, 2013, p. 64-65).



Logo, o sujeito-caminhante também transmite essa procura por outras referências, mais especificamente, referências diferentes daquelas que são dominantes. Labbucci (2013) reforça esse argumento apontando que, de diversas maneiras, o caminhar faz contraponto ao modo de pensar e agir hoje dominante. O autor fala, inicialmente, de uma ética do caminhar. Uma ética que parte de si mesma para se abrir para o mundo e que reestabelece relações (entre os passos e entre o contexto humano e natural) sendo, portanto, bem diferente da ética em vigor — aquela microética individualista apontada por Santos (1999). Para Labbucci (2013) vivemos sob o domínio da razão (instrumental) e da técnica (utilitária) e, nesse cenário, caminhar seria um antídoto contra a intoxicação que essa dominação provoca. Segundo ele, caminhar nos lembra que essa dominação não condiz, necessariamente, com uma vida melhor (qualidade e condições justas de vida), posto que passamos a ver o mundo a partir de valores quantitativos. Nesse sentido, é verdade que

[...] cada vez mais, ao longo das últimas duas décadas do século XX e da primeira década do século XXI, para que sobrevivam, os sujeitos procuram a sua inserção no mercado para efetivamente consumir. O que se deve pensar, diante da questão? Em primeiro lugar: os homens, de fato, se organizam, através do trabalho social, para produzir. Em segundo lugar: a referida organização que resulta na produção econômica e na produção e utilização do espaço é motivada, essencialmente, pelo desejo de consumo. Os valores, portanto, estando invertidos, invertem os termos da equação teórica. Os sujeitos do mundo são valorizados pelo que têm e consomem — explicitamente e cada vez mais — e, cada vez menos, são respeitados pelo que são (HISSA, 2009, p. 55-56).

Contudo, a partir dessa lógica, deixamos de lado a reflexão e desaparecem o autoquestionamento e o crivo crítico. Labbucci (2013) aponta, então, que caminhar funciona como antídoto porque remete à “vida nua”: às necessidades elementares da vida. Portanto, ao mesmo tempo em que lembra sobre essas necessidades, o caminhante também pode ser lembrado sobre quem é, já que mediante o que é elementar nos atentamos para os “muitos” do reino da quantidade que criamos. Caminhar é se atentar porque caminhar, ao contrário da rotina da pressa que assumimos, é divagar e parar. E é isso que nos torna irredutíveis à cultura mecanicista e instrumental em que estamos imersos (LABBUCCI, 2013). Portanto, já que o sujeito-caminhante escolhe se colocar a caminho (e são diferentes as motivações para isso), essa escolha (ativa) pode ser um sinal de sua intenção, vontade ou mesmo direcionamento para *fazer-se sujeito*.

Além disso, compreende-se que a mobilidade do corpo estimularia, então, a mobilidade do pensamento e, de certa maneira, a abertura para o mundo — por via do caminhar — poderia ampliar também o olhar e o pensar, ou seja, poderia estimular um

pensamento crítico. Aliás, para Labbucci (2013), essa própria simplicidade da experiência corporal do caminhar — já que não exige nenhuma habilidade distintiva, nem equipamentos específicos — também remete àquela reflexão sobre as necessidades elementares da vida. Isso porque em uma sociedade pautada pelo consumo, nos acostumamos mais a renunciar às necessidades do que ao supérfluo e, por isso mesmo, o chamado ao caminhar é um chamado às prioridades. Para esse autor:

[...] esse corpo que vive, pulsa, reclama os seus direitos, que é unha e carne com o caminhar e do qual, caminhando, exigimos tanto, a esse corpo devemos aquilo que há tempos se perdeu e que nenhuma tecnologia ou ideologia pode substituir: atenção e escuta para corresponder (LABBUCCI, 2013, p. 24).

O autor fala, então, de uma experiência binária do caminhante, em que é possível se deparar com múltiplos pares, dentre eles: você mesmo e o mundo, individualidade e sociabilidade, diferença e igualdade. É nesse sentido, portanto, que a dialética entre subjetividade e objetividade se mostra muito presente para o caminhante. Logo, compreendemos que o caminhante encara, por causa de sua prática, situações propícias ao *fazer-se sujeito* e, em vista disso, o sujeito-caminhante exprime uma condição oportuna na concepção desse processo que, por mais árduo e turbulento que seja, torna-se, cada vez mais, necessário. Consideramos que o sujeito-caminhante se faz pela apreensão, de maneira esclarecida, do esforço — mental e corporal — que esse processo imputa. Em nossa visão, dois pontos são essenciais para isso: a compreensão da caminhada como *fim em si* e consideração pelo *contexto* — humano e natural. Só assim o caminhante pode *fazer-se sujeito* e só assim a caminhada torna-se experiência transformadora — e, com isso, assimila o sentido pretendido por Labbucci (2013), quando diz que:

Caminhar é liberdade. Liberdade é autonomia. Autonomia é risco. Caminhar é arriscado. Essa é uma verdade, e, como tal, traz seus estigmas: é inquietante, é exigente. O contrário das verdades modernas, que tranquilizam e nada têm a exigir ou dar. Uma verdade tão importante quanto afastada e negada, e por isso preciosa e que deve ser levada conosco no caminho (LABBUCCI, 2013, p. 83).

O sujeito-caminhante, portanto, é aquele que *se faz sujeito* pela caminhada, uma vez que o caminhar chama o sujeito para estar do lado de fora, estar em movimento, ouvir o silêncio e se manter ativo — em corpo e em mente — e, por tudo isso, dá destaque ao que têm se tornado demasiadamente difícil de experienciar em tempos recentes. Portanto, buscaremos refletir sobre esses apontamentos e esses desafios, a seguir, tendo como referência nossa

incursão a campo e os sujeitos que encontramos nos caminhos pelos quais passamos. Afinal, as caminhadas na “natureza” (nos parques) estimulam o *fazer-se sujeito*? Assim, pensaremos se, ao caminhar nos parques, os sujeitos que praticam o uso público nos parques levam em consideração os elementos centrais apontados aqui: o *contexto* (social e natural) e a caminhada como um *fim em si*. Compreendo que, ao considerarem esses elementos, eles estarão encaminhando o *fazer-se sujeito* pela caminhada, assumindo, portanto, o sentido do sujeito-caminhante. Para construir essa reflexão, apresentaremos a seguir a realidade socioespacial de nossa incursão a campo e suas particularidades e, em seguida, traremos os apontamentos relativos às práticas, trocas e diálogos com os sujeitos.

## 5 VIVÊNCIA EM CAMPO: A REGIÃO DO PESP E AS CAMINHADAS.

*“Se quer seguir-me, narro-lhe; não uma aventura, mas experiências, a que me induziram, alternadamente, séries de raciocínios e intuições. Tomou-me tempo, desânimos, esforços. Dela me prezo, sem vangloriar-me”* (ROSA, 2005, p. 113).

Esse capítulo final apresenta, inicialmente, a contextualização socioespacial da nossa pesquisa, apresentando o Parque Estadual da Serra do Papagaio (PESP) e, ainda, os municípios centrais de nossa incursão à campo, a saber: Alagoa e Aiuruoca. Em seguida, trago um breve relato onde são discutidas as práticas em campo e retratadas as caminhadas realizadas durante a vivência, assim como os sujeitos da pesquisa. Com base nessa exposição, então, são abordadas as reflexões centrais do trabalho alicerçadas nas entrevistas realizadas em campo e fundamentadas em quatro blocos delineados a partir do “onde”, do “quando”, do “por que” e do contexto das caminhadas na “natureza”.

### 5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOESPACIAL

O Parque Estadual da Serra do Papagaio (PESP) foi criado pelo Decreto nº 39.793<sup>78</sup>, em 1998 e abrange os municípios de Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto. O parque está subordinado ao Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais e, segundo seu decreto, possui aproximadamente 22.917 ha. Contudo, pelo menos até o ano de 2009 — ano de publicação do plano de manejo do PESP —, a única porção que se encontrava com a situação fundiária regularizada era a região da Fazenda Santa Rita — a sede do parque — que corresponde a 3% da área total dessa UC (IEF, 2009). Localizado na região Sul de Minas, o parque é considerado privilegiado em seu acesso, já que se encontra relativamente próximo a três capitais do Sudeste, estando à “[...] 485 km de São Paulo, 348 km do Rio de Janeiro e 413 km de Belo Horizonte” (IEF, 2009, p. 17).

Localiza-se, ainda, na porção meridional da Serra da Mantiqueira e está inserido na APA da Serra da Mantiqueira, sendo também contíguo ao Parque Nacional do Itatiaia (IEF, 2009). As formações vegetais encontradas na região do parque são, segundo seu plano de manejo, a Floresta Ombrófila Densa Altimontana (Mata Nebular); Floresta Ombrófila Densa Montana; Floresta Estacional Semidecidual Montana; e Floresta Ombrófila Mista. Já as formações campestres predominantes são os campos de altitude, os campos rupestres e os campos hidromórficos (“charcos”). Dentre essas, predominam as florestas nebulares e os

<sup>78</sup> Disponível em <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1547>>.

campos de altitude e, nesse sentido, “[...] os ambientes florestais e os ambientes campestres dividem a paisagem no Parque Estadual da Serra do Papagaio” (IEF, 2009, p. 33). O Plano de Manejo ainda se preocupa em determinar a relevância da região no sentido de proteção da biodiversidade e afirma que o parque abriga “[...] formações mistas de campos, matas e enclaves de matas de araucária (floresta ombrófila mista), sendo a única Unidade de Conservação que protege essa tipologia vegetal no estado de Minas Gerais” (IEF, 2009, p. 14). Além disso, o PESP também faz parte da bacia do rio Grande e contribui diretamente para a formação de três sub-bacias: do rio Aiuruoca, do rio Baependi e do rio Verde (IEF, 2009).

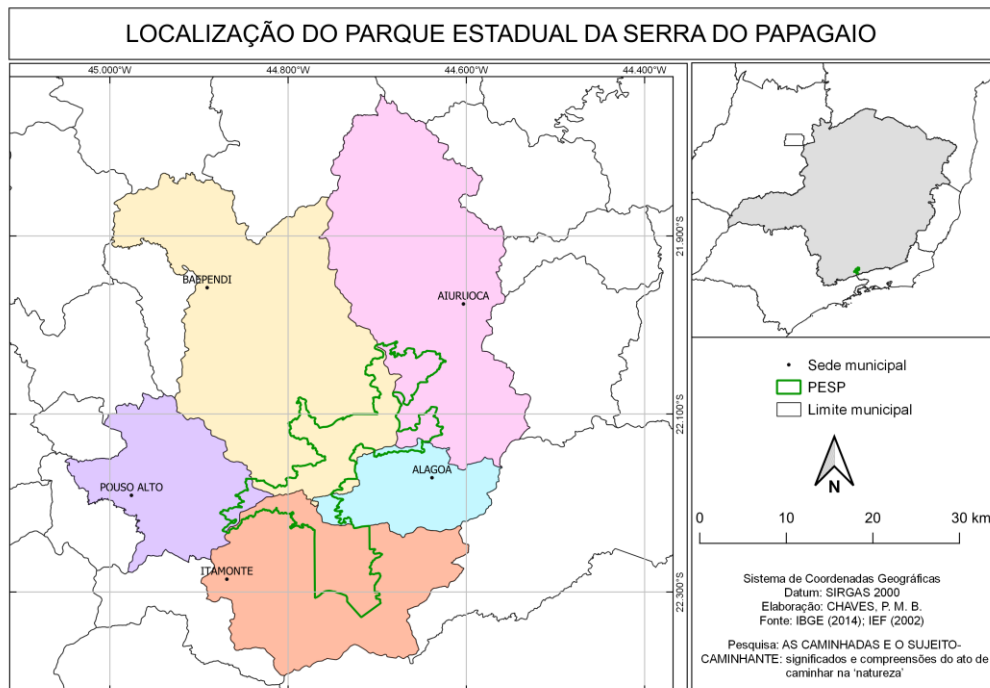


Figura 1 - Mapa de localização do Parque Estadual da Serra do Papagaio e dos municípios componentes de seu território.

Segundo o Plano de Manejo do PESP, a ocupação da região inicia-se no século XVIII e o documento destaca especialmente as pressões no ambiente com a formação das vilas, o garimpo, a pecuárias e afins. De acordo com a leitura do IEF, a estrutura produtiva da região do parque ainda se mantém com uma organização semelhante àquela imprimida durante o século XIX e identifica essa tendência como fato positivo por demonstrar “[...] a preservação das manifestações culturais que, além de se expressarem nas atividades produtivas, na forma de criação do gado, na agricultura familiar para o auto-sustento, se expressam também nos modos de ser e fazer das populações locais” (IEF, 2009, p. 25). Contudo, essas atividades são

consideradas, pelo próprio documento, como pouco diversificadas e de "[...] baixa produtividade, resultando em baixo rendimento para as famílias" (IEF, 2009, p. 32), o que promove o investimento em atividades ligadas ao turismo. Nesse sentido, destaca-se que a região do parque está inserida em três circuitos turísticos, sendo eles: o Circuito Montanhas Mágicas, o Circuito das Águas e o Circuito Terras Altas da Mantiqueira.

Embora o parque tenha sido criado em 1998, sua área já havia sido uma Estação Ecológica desde 1990. Conforme o Plano de Manejo do PESP, a mudança aconteceu “[...] para conjugar os interesses na conservação da área com os interesses da comunidade local e com o grande potencial turístico da região” (IEF, 2009, p. 13). Para contextualizar essa informação, é importante mencionar que a Estação Ecológica e o Parque são ambas categorias do SNUC de proteção integral, contudo, diferenciam-se principalmente com relação às formas de uso indireto permitidas — enquanto a Estação Ecológica<sup>79</sup> é mais limitadora, permitindo apenas a realização de pesquisas científicas e de atividades com objetivo educacional, o Parque é aberto ao uso público nas formas de pesquisas, educação, visitação, recreação e turismo, conforme já tratamos. Entretanto, é importante apontar que tanto o processo de criação da Estação Ecológica, quanto de sua mudança para a categoria de parque envolveu particularidades e conflitos<sup>80</sup> que retratam muito sobre a realidade socioespacial dali. De toda forma, isso transmite a prioridade na gestão da UC para o desenvolvimento do uso público e, ainda, provoca a inserção dos municípios constituintes do território do parque em uma realidade que se alinha aos debates relativos à “nova ruralidade” trazidos anteriormente. Isso porque, como veremos a seguir, a região se insere em um contexto socioeconômico voltado às atividades agropecuárias tradicionais e o fluxo turístico encaminhado pela abertura do parque

---

<sup>79</sup> Segundo o SNUC, “É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico” (BRASIL, 2000, Art. 9º).

<sup>80</sup> O parque ainda lida com conflitos referentes à sua delimitação. O traçado da criação da Estação Ecológica que foi adotado, posteriormente, na criação do parque abarca, pelo menos, duas comunidades – a Serra do Canjica em Baependi e Campo Redondo em Itamonte e Alagoa – que “[...] tem lutado para empreender a regularização de suas terras, bairros, casas, igrejas e modos de vida” (JUNQUEIRA, 2017, p. 109). Nesse contexto, ainda importa apontar a escassez no acesso aos registros e mapas relativos aos trâmites uma vez que “[...] a precisão dos mapas e os trâmites por que o processo passou são conhecidos exclusivamente por alguns membros mais atuantes e com maior influência política na região, o que tem acarretado muita confusão para a compreensão do processo” (p. 102). Vale destacar que houve em 2012, uma proposta de redelimitação do PESP por iniciativa local que, por sua vez, engendrou o diálogo com o IEF, havendo, com isso, a proposição desse processo de revisão pelo próprio órgão. Entretanto, o processo de tramitação do Projeto de Lei não foi bem sucedido e, apesar de sua aprovação na primeira fase plenária, foi abandonado na segunda fase. Para mais detalhes VER: JUNQUEIRA, M. G. P. **Consenso e conflito na região da Serra do Papagaio**. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

ao uso público implica o crescimento do setor de serviços e do turismo na região e, obviamente, isso também altera as dinâmicas socioespaciais do território.

Todavia, o PESP não era oficialmente aberto para o uso público até 2016 — mas, evidentemente já recebia um fluxo turístico —, quando foi publicado o documento de Revisão Do Uso Público do Plano De Manejo do parque. De acordo com esse documento, a atualização foi necessária uma vez que foram verificadas incoerências quanto ao diagnóstico de uso público do parque e ao zoneamento da UC (IEF, 2016). Para justificar essa atualização, o próprio documento utiliza como referência o “avanço” na implantação de trilhas nos EUA, constatando um atraso no desenvolvimento do uso público em áreas protegidas no Brasil. Também aponta a intenção de implantar trilhas de longo curso no parque — seguindo um modelo norte-americano —, com o objetivo de interligar “[...] o Parque, turistas e comunidades, ampliando a conservação da área” (IEF, 2019, p. 7). Assim, o diagnóstico atualizado do uso público no PESP faz o mapeamento de 50 trilhas usadas atualmente no parque e aponta que

A maior parte da visitação é direcionada para dois setores principais: **o Pico do Papagaio e redondezas**, incluindo a Pedra Quadrada, Pedra Redonda, Pico do Santuário, Crista do Tamanduá, Alto do Bandeira, Pico do Canjica e Retiro dos Pedros, **localizados no município de Aiuruoca**, divisa com Baependi; e **o Pico do Santo Agostinho, localizado entre os municípios de Itamonte, Alagoa, Baependi e Pouso Alto**. Esses setores estão distantes um do outro e são acessados por diferentes trilhas (IEF, 2016, p. 9) [grifos meus].

Esse mesmo diagnóstico identifica que a atividade mais comum realizada no parque é a caminhada e as trilhas utilizadas foram classificadas com relação ao seu “grau de visitação”, sendo que 09 são consideradas trilhas de “alto” grau de visitação, 07 de “médio” e o restante, “baixo”<sup>81</sup>. Com relação às localizações das trilhas, é possível perceber a ênfase no município de Aiuruoca e, ainda, mas em menor grau, em Alagoa<sup>82</sup>. Isso porque a portaria principal do parque é acessada pela cidade de Alagoa — na Fazenda Santa Rita —, onde também se encontram o Centro de Pesquisadores e uma hospedagem aberta aos visitantes — o Chalé das Araucárias. Além disso, o PESP também possui um contêiner que funciona como ponto de

---

<sup>81</sup> O documento define alto, médio e baixo grau de visitação da seguinte maneira: “- Alto: visitação em todos os feriados, quase todos os finais de semana e altas temporadas, e esporadicamente nos dias de semana; - Médio: visitação em quase todos os feriados, e esporadicamente em finais de semana e dias de semana; - Baixo: visitação esporadicamente nos feriados, finais de semana e dias de semana.” (IEF, 2016, p. 12).

<sup>82</sup> Conforme é possível constatar no mapa de localização do parque, as sedes dos municípios de Aiuruoca e Alagoa encontram-se consideravelmente mais próximas do parque do que as sedes de Baependi, Itamonte ou Pouso Alto.

apoio para o parque, localizado em Aiuruoca e uma guarita de apoio em Baependi, mas ambos não contam com funcionários fixos. Contudo, o parque possui múltiplos pontos de entrada, provenientes desses e dos outros municípios que compõem seu território, sendo esse um ponto muito ressaltado pela gerente, em nossa entrevista. Em suas palavras:

É, então, a unidade de conservação da categoria de parque, é... o uso público é muito central na gerência, na gestão das áreas. Porque são unidades que tem vocação turística, não tem jeito de a gente não tratar disso, né. E no Papagaio é um desafio enorme por causa da característica do território. A gente não tem controle praticamente da visitação, mais de 99% do território não tem controle. A gente só tem controle mesmo atualmente na sede. Que é um dos pontos onde as pessoas passam. [...]. Então, atualmente eu considero que efetivo controle mesmo, só lá na sede, na Fazenda Santa Rita. Então, a gente sempre tem problema com impacto, a gente tem dificuldade de mensurar a visitação. Então, quando eu cheguei aqui a gente não tinha controle de visitação, não tinha nenhum número de visitação, então, tem 20 anos o parque, mais de 20 anos. Foi em 98, né! É... fez 21 anos em 2019 em agosto. E aí eu comecei com esse trabalho de tentar ver alternativas para a gente driblar essa dificuldade, que é essencial do Papagaio, não tem jeito. E aí a gente fez várias coisas né, então, assim... foi um dos grandes esforços que tomou conta da agenda do parque, foi a questão do uso público (Entrevista com gerente do parque Lorena, concedida em 03/01/2020).

Uma das alternativas citadas pela gerente é o formulário *online*<sup>83</sup> para registro de visitação no parque. Ele é divulgado nos meios digitais e pode ser preenchido voluntariamente pelos interessados. Como representativo dessa multiplicidade de entradas, apontamos que apenas para acessar o atrativo mais visado — o Pico do Papagaio — é possível realizar a caminhada por 05 trilhas com pontos de entrada distintos, conforme é possível constatar no mapa a seguir.

---

<sup>83</sup> O formulário é acessado pelo Google Forms (pelo link [https://docs.google.com/forms/d/1fGIYZ9mxdk\\_eWw2fkFt18wouuR3Y0TYgQvcCbHjtTKI/](https://docs.google.com/forms/d/1fGIYZ9mxdk_eWw2fkFt18wouuR3Y0TYgQvcCbHjtTKI/)) e pode ser encontrado na página do *facebook* do parque (<https://www.facebook.com/SerraDoPapagaio/>), assim como na página do IEF referente ao PESP (<http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/211-parque-estadual-da-serra-do-papagaio>).



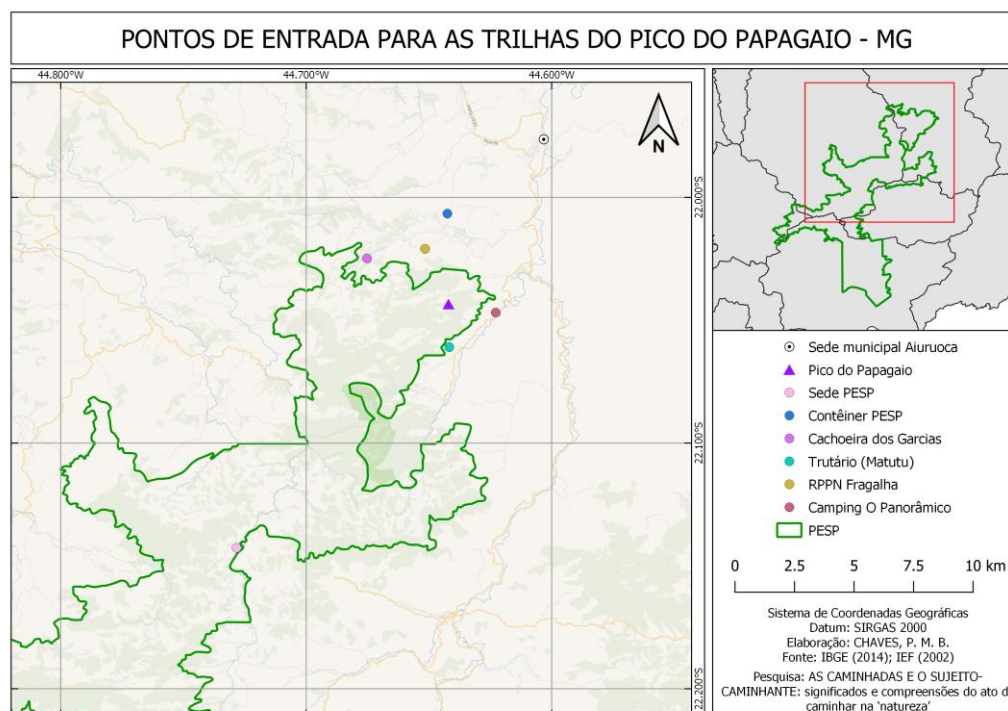


Figura 2 - Mapa de localização dos pontos de entrada para as trilhas do Pico do Papagaio no PESP - MG.

Entretanto, obtive essa informação apenas em campo. Isso porque em meus contatos prévios com a gestão por e-mail fui informada inclusive que a Sede seria um ponto importante a ser visitado — pois, segundo esse contato, seria um local com alto registro de visitação. Contudo, descobri apenas já lá que isso se dá porque é um dos únicos locais onde essa visitação é, de fato, contabilizada e, portanto, esse número de visitação da Sede fica inflado com relação aos demais. Sem saber dessa realidade, me planejei para visitar a Sede no primeiro dia de campo, a fim de realizar um reconhecimento e fazer contato com a gestão. Esclareço ainda que minha incursão a campo foi realizada entre os dias 28/12/19 e 03/01/20.

Assim, a primeira atividade realizada em campo, no dia 28/12/19, foi, justamente, a ida à Sede, contudo, ao chegar na entrada, me deparei com a porteira de acesso ao parque trancada. Achei um pouco estranho, pois havia feito contato prévio com a Lorena (gerente do PESP), comunicando minha visita e ela informou que não estaria em campo, mas que eu poderia encontrar funcionários do parque para contato, indicando especificamente um diálogo com dois funcionários. Até mesmo por isso, estacionei o carro e me dirigi até a casa Sede, pouco após a porteira fechada.



Figura 3 - Cadeado da porteira (A), Placa informativa da construção da Sede em Fevereiro/2007 (B), Placa indicativa na porteira “Sede Administrativa Parque Estadual da Serra do Papagaio” (C), Sede Administrativa PESP (D). Fonte: Patrícia Freire.

A casa parecia estar vazia e a porta principal estava trancada. Mesmo assim, continuei procurando alguém ou alguma informação e acabei encontrando, nessa busca, um funcionário do parque. Ele me informou que naquele dia essa portaria estava fechada, contudo, relatou posteriormente que um casal havia chegado um pouco antes para realizar uma trilha ali perto. Apresentei-me, contando que já havia conversado com a Lorena sobre minha ida e que ela havia indicado uma conversa com ele, portanto, perguntei se ele teria essa disponibilidade. Entretanto, ele me informou que estava de folga e que não seria a pessoa mais indicada para conversar sobre o uso público no parque. Portanto, tivemos apenas uma breve conversa informal e ele comentou que essa portaria principal não recebe muita gente, apontando a “portaria” de Aiuruoca, como mais visitada sendo que, normalmente, não fica um funcionário fixo alocado por lá. Infelizmente, em nossa conversa, não consegui muitas informações, pois ele apontou que não conhecia tão bem os detalhes sobre a “portaria” de Aiuruoca. Nesse momento, até fiquei um pouco preocupada, pois contava com as informações advindas da gestão e do diálogo previsto para conseguir um melhor aproveitamento da vivência, já que a gerente do PESP havia feito essa indicação. Perguntei se existia algum material informativo nesse sentido, mas fui informada que não.

Assim, fiz um reconhecimento rápido das trilhas dali e parti, pensando bastante sobre a questão do “parque estar fechado”. Será que, mesmo tendo pouca visitação por essa portaria, outras pessoas que se direcionam para lá se deparam muitas vezes com o parque “fechado”? Ou talvez, como aquele casal que adentrou a portaria, mesmo encontrando-a fechada, outros visitantes também não se desanimam e realizam suas atividades, mesmo assim? E, ainda, pensei que, nesse contexto, tanto o controle do acesso feito pelo parque, assim como a instrução dos visitantes ficam fortemente debilitados.

No meu segundo dia de campo (29/12/19), decidi realizar um reconhecimento local dos municípios e buscar contatos locais, afinal, o contato com a gestão em campo não havia contribuído tanto quanto imaginei. Portanto, nesse dia, fui ao contêiner do parque em Aiuruoca, esperando encontrar pessoas ou novas informações. Na estrada, encontrei alguns ciclistas — percebi durante o campo, inclusive, que essa é uma atividade muito comum ali — e aproveitei para pedir informações. Foi a primeira informação mais precisa que obtive: foram eles que me informaram diretamente que, para o Pico do Papagaio, é possível iniciar a trilha por diversos pontos, mencionando que sabiam da cachoeira dos Garcias e do camping O Panorâmico — não mencionaram sobre o contêiner do parque que, na verdade, fica no mesmo trajeto até os Garcias. Portanto, continuei meu caminho até o contêiner e chegando à Aiuruoca pude ver diversas placas informativas do parque, mas como é possível ver na fotografia abaixo, o contêiner estava fechado e sem funcionários atuando. Entendi que ali era um dos pontos de início da trilha para o Pico do Papagaio, porém, pude ver apenas uma placa indicativa.



Figura 4 - Placa indicando o ponto de apoio do parque (A), Placa indicando distância de 1,85km do ponto de apoio (B), Aviso para autopreenchimento do “registro de visitação online” (C) e Contêiner do parque fechado (D). Fonte: Patrícia Freire.

Decidi seguir até os Garcias — onde fica a cachoeira e funciona também um restaurante e um hostel — pois imaginei que encontraria mais pessoas e informações. Lá, pude conversar com um funcionário do restaurante que me contou que a trilha para o Pico do Papagaio realmente pode ser feita a partir de diferentes pontos: ali, dos Garcias, também do camping O Panorâmico, do Vale do Matutu (pelo Trutário) e do hostel Horizonte Vertical (RPPN Fragalha). Apontou ainda que, por sair de vários pontos, ele não tinha uma indicação precisa de onde seria melhor para encontrar esses grupos e que mesmo quando os grupos

saíam dali, eles não mantinham registros. Mas comentou algo importante: disse que, pelo que conhecia, a maioria das pessoas realizavam essa trilha com guias locais e me indicou o telefone de 03 guias. Já havia entrado em contato com eles, mas não haviam respondido. Achei que seria interessante enviar uma nova mensagem e apontar para eles a indicação do funcionário porque imaginei que ofereceria alguma credibilidade e que poderia contribuir no retorno dos guias<sup>84</sup>.

Aguardei algum tempo ali, tentando conversar com algumas pessoas e saber se fariam alguma caminhada, porém, a maioria estava indo apenas para visitar a cachoeira dos Garcias — a cachoeira fica praticamente ao lado do restaurante e não envolve nenhuma caminhada significativa, são menos de 5 minutos descendo algumas escadas para acessá-la. Até tentei o contato com um casal que estava se dirigindo para a cachoeira, pensando que seria um momento propício para uma entrevista-piloto, porém, houve a negativa da participação. Assim, decidi seguir até o camping O Panorâmico, que havia sido mencionado pelos ciclistas e novamente nesse contato no restaurante. Quando retornei à área de estacionamento dos Garcias, percebi que o local havia enchido bastante — quando cheguei, por volta de 8h30 havia apenas dois casais, mas ao sair, por volta de 10h, havia pelo menos 16 pessoas. Na estrada retornando, vi também muitos carros se direcionando para lá. Percebi que esse era um atrativo de movimento, especialmente para pessoas que buscavam essa facilidade no acesso à cachoeira.

Cheguei ao camping O Panorâmico aproximadamente às 11h30 e conheci a proprietária — o camping pertence a ela e seu marido. Seu marido é da região e ela é de Mogi das Cruzes, mas já mora lá, com ele, há 09 anos. Ela se mostrou bastante receptiva e tivemos uma conversa informal, em que me contou que muitas pessoas fazem a trilha para o Pico do Papagaio iniciando ali e que aquela é uma das trilhas mais tradicionais na região. Comentou também que alguns fazem com guia, mas muitos também realizam sem, já que hoje, com a internet, fica facilitado esse acesso ao trajeto da trilha. Nossa conversa se estendeu por vários assuntos e ela, inclusive, comentou sobre a questão dos guias e de certos conflitos com relação à realização da trilha de forma independente, sem indicação de contratação. Destacou também informações a respeito das configurações socioespaciais dali, mencionando

---

<sup>84</sup> Havia contatado, antes da viagem, 15 guias locais que conheci no Blog Segredos de Aiuruoca (<https://segredosdeaiuruoca.wordpress.com/>), um site informativo local. Infelizmente, 02 deles não estavam com o contato atualizado, portanto, não pude enviar a mensagem. Dos treze (13) guias que contatei inicialmente, 04 não me responderam, 04 informaram que não estariam atuando nesse período, 04 disseram que não tinham grupos e apenas 01 me respondeu e autorizou acompanhá-lo com um grupo até o pico sem custos.

elementos sobre as mudanças vividas no que diz respeito à chegada de pessoas “de fora” — que não são originárias dali —, às compras de terra e construções de pousadas e às transformações na cultura local, com implementação de atividades ligadas a outros costumes — misticismo, vegetarianismo, veganismo e afins. Pelo que pude ver e conhecer, especialmente em Aiuruoca, percebi que sua visão estava condizente com a realidade, já que é notável a quantidade de lojas, restaurantes e afins na cidade voltados para um público ligado à espiritualidade, ao misticismo, à alimentação vegetariana e afins.

A dona do camping demonstrou também bastante abertura e permitiu que eu voltasse ao camping esperando algum grupo que fosse realizar a caminhada até o Pico. Mostrou-se interessada em meu trabalho e comentou também que não possui muito suporte do parque, mas que tenta atuar como pode — instruindo sobre as regras, como proibição de cachorros que é muito recorrente e pedindo o preenchimento de formulário de visita —, contudo, apontou que não tem um controle preciso desses visitantes porque precisa se dedicar às atividades do camping em si. Ela me passou o seu contato e combinamos que eu voltaria, durante a semana, para tentar encontrar algum grupo. Assim, tanto por questões logísticas quanto por aspectos percebidos em campo, a vivência teve ênfase em dois municípios: Aiuruoca e Alagoa. Pelo que pude perceber, eles são centrais para o uso público do parque, entretanto, Aiuruoca possui grande destaque. A seguir apresentarei brevemente o contexto de ocupação das duas cidades.

### **5.1.1 Aiuruoca**

A cidade de Aiuruoca está localizada ao pé do Pico do Papagaio e, segundo estimativa do IBGE, possui 6.162 habitantes (IBGE, 2010). Inclusive, a palavra “*Aiuruoca*”, que tem origem tupi, significa “*casa do Papagaio*” (IEF, 2009). De acordo com o IBGE, o arraial de Aiuruoca foi fundado após os primeiros registros da existência de ouro na região, no início do século XVIII — por volta de 1706 —, por João Siqueira Afonso, vindo de Taubaté.

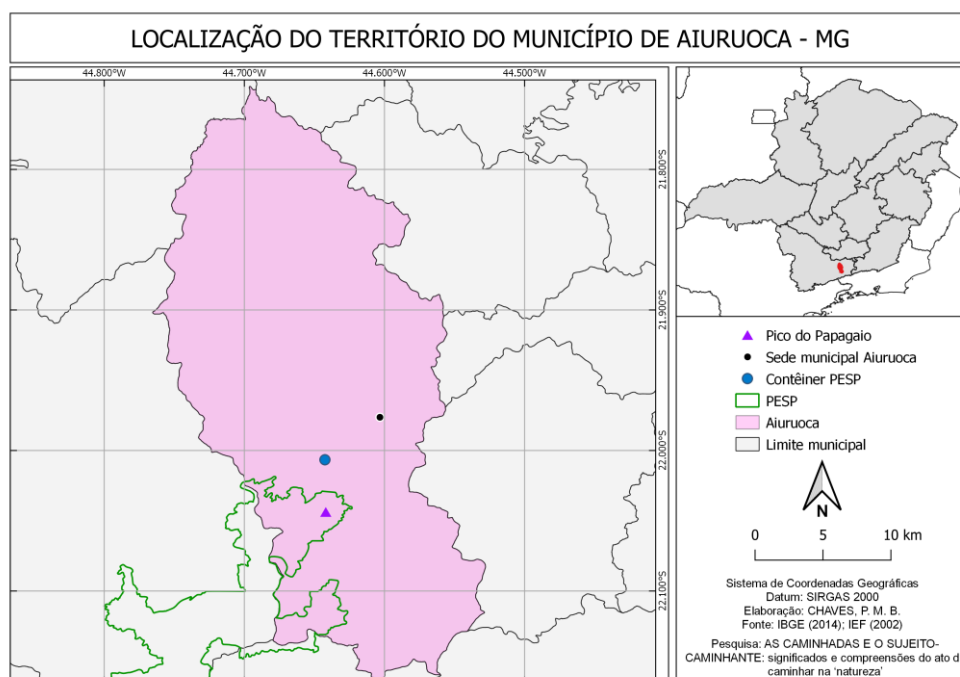


Figura 5 - Mapa de localização do território de Aiuruoca - MG.

A partir disso, as minas de Aiuruoca atraíram muitos bandeirantes investidos nas expedições — que, por sua vez, eram voltadas tanto para a exploração de ouro quanto para a captura e escravização de ameríndios (JUNQUEIRA, 2017). A partir desse contexto, com a decadência do ouro na região, a agricultura e a criação de gado leiteiro tornaram-se as atividades principais (IEF, 2009). Para Junqueira (2017) a realidade sociocultural de Aiuruoca se configurou a partir de influências diversas, ou seja, “[...] a partir de grande mestiçagem, influenciada, pela população indígena, pelo negro, pelo paulista sertanista e pelo europeu, que afluíram para a região atrás de ouro” (p. 53). Nesse sentido, a organização socioespacial da cidade também se deu sob referências distintas, já que a região do Sul de Minas além de ser muito influenciada por São Paulo — uma capitania que se forma sob referência da sociedade europeia ocidental —, também foi afetada pela lógica das aldeias agrícolas e das antigas aldeias igualitárias indígenas (JUNQUEIRA, 2017). Segundo Junqueira (2017), a região, onde não foi abundante na exploração do ouro, estabeleceu uma economia agrária, principalmente, a partir da decadência da mineração e, com isso, “Os mineiros e negociantes passaram a ser fazendeiros, conseguindo concessão de grandes sesmarias; já os mais pobres - artesãos e empregados - tornaram-se posseiros” (JUNQUEIRA, 2017, p. 55). Essa autora considera, baseando-se na realidade sociocultural construída na região, que ali se estabelece uma cultura caipira, compreendida como

[...] uma população dispersa e desorganizada, orientada por uma economia fechada de subsistência, em um vasto território previamente devassado pelas entradas e bandeiras. Assim, com o fim do surto minerador, há o esgotamento das transações comerciais pré-existentes, ocorrendo a sedentarização da 'paulistânia', transformando-se em uma vasta região de cultura Caipira. Elaborando técnicas que permitiram estabilizar a relação do grupo com o meio, passaram a usar a agricultura itinerante, com a derrubada e queima de novas glebas para o roçado anual, combinada com uma exploração complementar das terras e das matas com caça, pesca e coleta de frutos e tubérculos (JUNQUEIRA, 2017, p. 55).

Nesse sentido, a cultura caipira estabelecida na região configura uma realidade socioespacial baseada em uma economia de subsistência, com um corpo social organizado em bairros rurais e a formação de "[...] grupos de convívio unificado pela base territorial e um sentimento de localidade e de participação em formas de trabalho e lazer" (JUNQUEIRA, 2007, p. 56). Conforme apontado por Junqueira (2017), as sociabilidades dos grupos da região se dão por um sistema de cooperação vicinal e solidariedade, tendo como exemplos os mutirões<sup>85</sup> e as atividades lúdico-religiosas<sup>86</sup>.

Nessa perspectiva, lembro que, durante o trabalho de campo, soubemos da realização da Folia de Reis na área rural de Aiuruoca. No dia 02/01/2020, quando estava deslocando até o Vale do Matutu, encontrei uma mãe e seu filho — moradores de um bairro rural chamado Nogueira — em um ponto de ônibus, pedindo carona. Eles aceitaram a carona e fomos conversando durante o trajeto. A mãe contou, justamente, sobre a Folia de Reis que aconteceria na semana seguinte, apontando que era bem comum na região e muito positiva para juntar a comunidade. A própria prática de solicitar carona, por exemplo, pareceu muito comum na comunidade — durante os deslocamentos ofereci carona para diversas pessoas aguardando nos pontos de ônibus pela estrada de terra — e muito significativa das formas de sociabilidade estabelecidas ali. Entretanto, é importante ressaltar também que esse e outros modos vidas têm sofrido, no contexto sócio-histórico atual, profundas transformações. Esse processo é apontado por Junqueira (2017), ressaltando que o âmbito de influência da economia capitalista se expande e que

Mesmo em regiões mais distantes, as influências do processo de urbanização, o progresso industrial e a abertura de mercados acabaram por trazer ao caipira novas necessidades, criando ou intensificando os vínculos

---

<sup>85</sup> Os mutirões são momentos coletivos de apoio mútuo entre moradores do bairro, que se reúnem, "[...] para a execução de tarefas árduas que não podem ser realizadas apenas com o apoio do grupo familiar. Através desse sistema, os vizinhos reúnem-se para a derrubada da mata, para o roçado, para o plantio, para a limpeza dos cultivos, realizando, também construções e reparos de casas, pontes e estradas" (JUNQUEIRA, 2017, p. 56).

<sup>86</sup> Nesse sentido, são apontadas as missas, as rezas caseiras, as festas e os bailes (JUNQUEIRA, 2017).

com a cidade, acarretando a destruição de sua completa autonomia, uma vez que os liga, mesmo que remotamente, à economia moderna. Isso implica em uma reorganização da vida familiar e grupal e do ritmo de trabalho, uma vez que os seus produtos são pouco valorizados em face dos produtos industrializados e, ao mesmo tempo, acontece a ampliação das necessidades de consumo e de conforto, sem, contudo, significar um aumento do poder aquisitivo (JUNQUEIRA, 2017, p. 63).

No contexto de Aiuruoca, é perceptível notar tais influências na realidade socioespacial do município. Importante indicar que, mesmo tendo como principal atividade econômica a agropecuária, sua população considerada urbana têm aumentado. Segundo o IBGE (2010), em termos de situação domiciliar, Aiuruoca possui sua população urbana e rural praticamente igualada — 1.035 domicílios na área urbana; 985 domicílios na área rural. Junqueira (2017) destaca também que Aiuruoca conta com uma situação particular, se comparado aos outros municípios do entorno do parque, porque lá "[...] concomitante ao êxodo do homem do campo, tem havido uma migração de novos rurais, estabelecidos em sítios, pousadas e comunidades que têm se difundido muito, principalmente no vale do Matutu e no bairro da Pedra" (p. 68). Juntamente a esse contexto, acontece também a introdução de outras atividades econômicas, exatamente na conjuntura da expansão de uma lógica de pluriatividade, conforme apontamos no capítulo referente ao “novo rural”. Especificamente em Aiuruoca, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2010)<sup>87</sup>, dentre as ocupações da população com 18 anos ou mais, as atividades predominantes são a agricultura e os serviços, conforme mostra o gráfico abaixo.

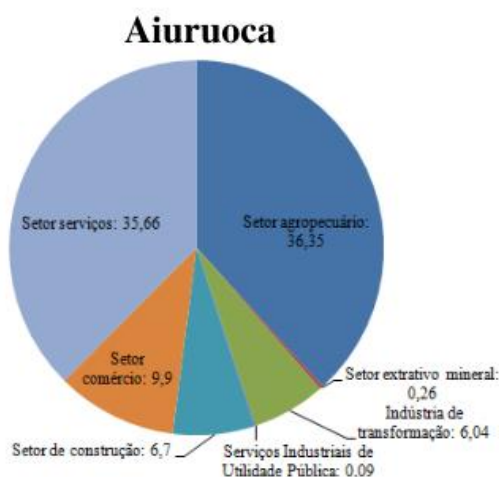


Figura 6 - Gráfico dos setores de ocupação da população com 18 anos ou mais. Elaborado pela autora com base no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2010). Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/>>.

<sup>87</sup> De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), esses dados se referem à razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas em cada setor e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária, multiplicada por 100.



Nesse sentido, ressalta-se a proporção tomada pelo setor de serviços, especialmente, no que concerne ao turismo e à sua ênfase na região. Em uma conversa com um guia da região, com quem pude realizar uma caminhada, foi possível perceber isso. Ele destacou o “potencial natural” da cidade e reconheceu que, desde que se mudou para lá — ainda na sua infância — o turismo na região tem aumentado bastante. Para ele, as redes sociais, com sua divulgação instantânea dos atrativos, têm uma forte influência nisso. Ele ainda reforçou que as pessoas da cidade têm, realmente, incorporado as atividades ligadas ao turismo porque, segundo ele, “[...] as pessoas começam a perceber uma nova fonte de renda, né, que até então, era só a pecuária leiteira... ainda predomina, mas tem mudado bastante sim” (Entrevista com guia local, concedida no dia 30/12/2019).

Obviamente, isso transparece na cidade e nas lógicas estabelecidas ali. Passeando pelo centro de Aiuruoca, é possível encontrar diversas pousadas, restaurantes, lanchonetes, entre outros estabelecimentos ligados ao turismo. Contudo, essa ainda não é a realidade de Alagoa. Isso porque o acesso à Aiuruoca se dá por estrada asfaltada, portanto, a chegada até esse município é facilitada. Obviamente, esse não é o único fator que favorece a ênfase no turismo na cidade, contudo, certamente facilita. De qualquer forma, os próprios bairros de Aiuruoca, localizados na área rural, também têm buscado se inserir nas atividades turísticas<sup>88</sup>. Digo isso porque Alagoa, cidade localizada a cerca de 30km de Aiuruoca, tem seu acesso por uma estrada de terra em condições medianas e, até mesmo por isso, ainda não incorporou essa lógica do turismo nas mesmas proporções. Contudo, conforme veremos a seguir, é possível perceber que segue — ou almeja seguir — pelo mesmo caminho.

### 5.1.2 Alagoa

O município de Alagoa está localizado na porção leste do parque e possui, segundo estimativa do IBGE (2010), 2.709 habitantes. Sua história está ligada à de Aiuruoca, já que o município se forma a partir da construção da capela de Nossa Senhora do Rosário da Alagoa (na antiga freguesia de Aiuruoca), em 1734, pelo paulista Martins Lustosas, vindo de Mogi das Cruzes (JUNQUEIRA, 2017). Alagoa permanece como distrito de Aiuruoca até 1923, quando, segundo o IBGE, torna-se distrito de Itanhandu. Em 1938 foi transferido como

---

<sup>88</sup> O camping O Panorâmico, o hostel Horizonte (RPPN Fragalha) e o Vale do Matutu que foram visitados durante o campo se localizam em bairros rurais de Aiuruoca.

distrito de Itamonte e, por fim, se emancipou em 1963. Seu topônimo, de acordo com o IBGE, se refere a uma grande lagoa existente na região que foi esvaziada para a mineração.

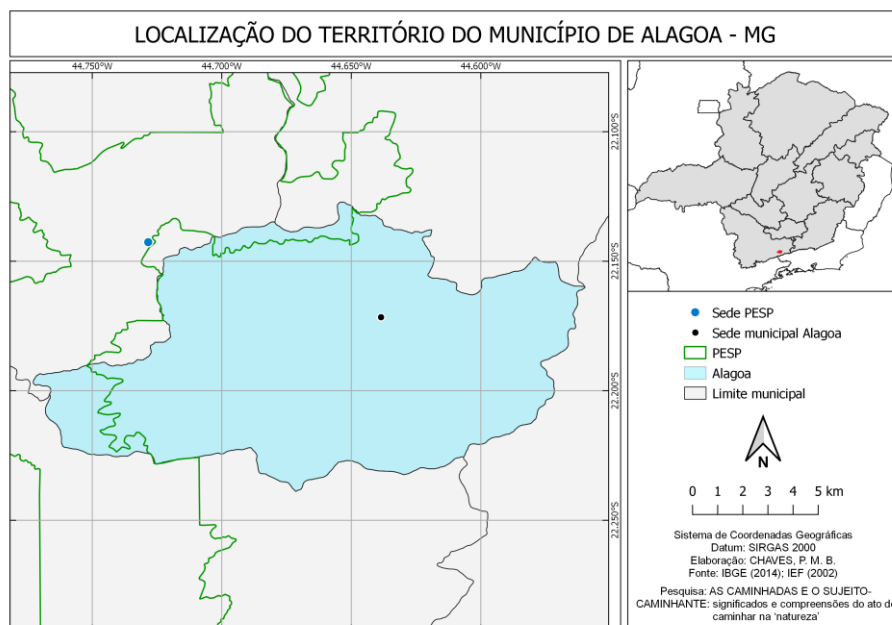


Figura 7 - Mapa de localização do território de Alagoa - MG.

O município, portanto, compartilha do mesmo contexto sociocultural de ocupação abordado anteriormente, caracterizado pela exploração mineral e seguido pelo desenvolvimento da atividade agropecuária. Contudo, informações sobre o contexto sócio-histórico do município não são tão acessíveis quanto informações sobre Aiuruoca. Uma das fontes acessadas para obter informações sobre o processo de constituição do município foi um projeto da Prefeitura<sup>89</sup> que objetivou construir um registro da formação de Alagoa a partir da história oral contada pelos cidadãos alagoenses. Nesse sentido, segundo Jair Alves de Sena (farmacêutico), a figura principal responsável pela emancipação de Alagoa foi Gumercindo Ferreira Pinto, que era forasteiro na cidade, vindo de Formiga. Ele havia ido para a cidade para ensinar sobre a fabricação do queijo parmesão e, estando lá, casou-se com a filha do coronel Porfírio, ficou na cidade e, inclusive, construiu o prédio onde, hoje, funciona a prefeitura de Alagoa. Já com vida constituída em Alagoa, trabalhou para a emancipação do

<sup>89</sup> Segundo a Prefeitura de Alagoa – MG, o referido projeto foi chamado “Tesouros Vivos de Alagoa” e realizado em 2010. Foi uma ação conjunta da Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Educação da cidade para a 1ª Jornada Mineira do Patrimônio Cultural. Os temas abordados pelo projeto foram: Brincadeiras, Escola, Ofícios, Religião, Coronel e Capitão, Emancipação e Os Tesouros.

Disponível em:  
<[http://www.alagoa.mg.gov.br/novo\\_site/index.php?exibir=noticias&ID=104](http://www.alagoa.mg.gov.br/novo_site/index.php?exibir=noticias&ID=104)>

município com o intuito de se tornar o prefeito — tendo sido candidato do “Partido de Baixo”, mas perdendo a eleição.

Nesse sentido, a cidade mantém, até hoje, uma divisão entre a “turma do Coronel Porfírio” — mencionado anteriormente — e a “turma do Capitão Manoel Borges”. Essas duas personalidades da história de Alagoa figuram a origem de uma divisão no município, advinda de uma rixa familiar entre os irmãos o Coronel Porfírio Mendes Pinto e o Capitão Manoel Borges Pinto que romperam o relacionamento familiar. Por isso, os dois irmãos passaram a se constituir em partes diferentes da cidade: o Capitão Manoel Borges se mudou para a parte de cima da cidade e seu irmão, o Coronel Porfírio, ficou morando na parte de baixo. Cada um, portanto, estabeleceu seu poder em um determinado território do município, tendo a Igreja Matriz como marco divisório. Dessa herança, surgiram os dois partidos políticos da cidade: o Partido de Cima e o Partido de Baixo. Assim, essa divisão — “de cima” e “de baixo” — é mantida e utilizada pela população da cidade até os dias atuais.

Coronel Porfírio Mendes Pinto é conhecido, também, como um dos grandes produtores de leite da região no século XVIII. Na região, a pecuária é uma atividade tradicional e a produção leiteira em Alagoa se destaca devido à produção queijeira. Segundo Junqueira (2017), existe uma grande diversidade de produção de queijos na região e a cidade de Alagoa “tem grande projeção regional com o queijo tipo parmesão de Alagoa” (p. 197). A cidade tem se destacado na produção do queijo artesanal Alagoa<sup>90</sup> e o produto é patrimônio cultural municipal registrado no IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais).

A marca “Queijo D’alagoa”<sup>91</sup>, um e-commerce de venda do queijo artesanal Alagoa, ganhou notoriedade recentemente, após vencer a medalha de bronze no “Mondial du Fromage de Tours” (Salão Mundial do Queijo) da França em 2017. Já segundo a Embrapa (2019), Alagoa conta com cerca de 120 produtores familiares do queijo artesanal. Portanto, em termos socioeconômicos, a produção queijeira tem importância central para o município e, com isso, faz-se necessário apontar que as restrições relativas ao estabelecimento do parque na região têm pressionado negativamente a população, especialmente, a população rural. Na leitura de Junqueira (2017), as comunidades de Alagoa, assim como de Itamonte, vivem uma situação

---

<sup>90</sup> Segundo Osvaldo Filho, alagoense e empreendedor responsável pelo e-commerce da marca “Queijo D’Alagoa”, a nomenclatura correta para o queijo é “queijo artesanal Alagoa” e não “queijo tipo parmesão de Alagoa”. Segundo ele, o uso do termo “tipo parmesão” diminui as características específicas e tradicionais do queijo de Alagoa e prejudica a autenticidade da produção queijeira na região. Disponível em: <<http://www.queijodalagoa.com.br/loja/noticia.php?loja=456049&id=4>>.

<sup>91</sup> VER: <<http://www.queijodalagoa.com.br/>>.

“[...] desastrosa, uma vez que bairros inteiros estão inseridos no traçado de 98 e a população sofre constantes penalizações pela polícia militar ambiental. Muitos já foram multados e seus empreendimentos embargados” (p. 145).

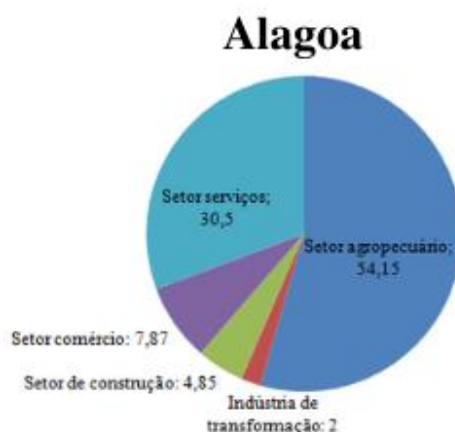


Figura 8 – Gráfico dos setores de ocupação da população com 18 anos ou mais de Alagoa - MG. Elaborado pela autora com base no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2010). Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/>>.

Dentre os municípios que compõe o território do PESP, Alagoa é o menor — tanto na extensão do seu território quanto em população. A população do município, por sua vez, é, em sua maioria, rural — 506 domicílios na área rural; 360 domicílios na área urbana (IBGE, 2010). Como podemos ver no gráfico referente à ocupação da população acima, o setor agropecuário possui grande destaque no município. Contudo, é possível ver também, a relevância assumida pelo setor de serviços. Novamente, ressaltamos o papel do turismo nesse âmbito e destacamos que Alagoa tem se direcionado para o fomento da atividade, pelo menos, desde 2009<sup>92</sup> quando a Prefeitura decidiu revitalizar a Secretaria de Turismo do município e regulamentar a Política Municipal de Turismo. Durante o campo também pude perceber essa intencionalidade, já que estive lá durante um feriado prolongado de fim de ano e percebi a cidade bem movimentada. Não me pareceu que essa era a realidade era costumeira por lá e, caminhando pelas ruas da cidade — apenas três ruas principais compõe o centro —, reconheci um contexto bem diferente de Aiuruoca, com mercados e lojas menores e mais tradicionais.

Todavia, durante minha estadia por lá pude perceber o fluxo turístico da cidade, até mesmo porque durante o feriado ocorreu uma festa local — aniversário da cidade — e, também, a festa de “Virada do Ano”. As festas estavam bem cheias e pude notar, ainda, uma grande maioria de carros com placas de São Paulo e do Rio de Janeiro pelas ruas. Também

<sup>92</sup> Informação obtida em notícia divulgada pelo site da Prefeitura de Alagoa. Disponível em: <[http://www.alagoa.mg.gov.br/novo\\_site/index.php?exibir=noticias&ID=353](http://www.alagoa.mg.gov.br/novo_site/index.php?exibir=noticias&ID=353)>

soube, em campo, sobre o “Festival do Queijo de Alagoa” que já está na sua 11ª edição e mostra, de certa forma, a potência da associação entre as atividades tradicionais — ligadas ao setor agropecuário — e as atividades do setor de serviços — voltados ao turismo. Portanto, cabe reconhecer que Alagoa tem mesmo buscado investir no fomento da atividade turística.

De toda forma, mesmo que a Sede do PESP seja acessada pelo município de Alagoa, é notável a centralidade de Aiuruoca tanto pelo desenvolvimento do turismo no município quanto pela proximidade dos atrativos mais visados — como o Pico do Papagaio. Portanto, nossas práticas foram realizadas em Aiuruoca, mas o contato em Alagoa foi importante justamente para perceber esse contraste e notar, de certa forma, um movimento de expansão desses interesses turísticos. A seguir, apresentaremos as práticas realizadas em campo com os sujeitos e nossas reflexões.

## 5.2 AS CAMINHADAS NO PESP E OS SUJEITOS: a vivência em campo.

Esse subcapítulo será destinado às discussões interpretativas encaminhadas a partir da vivência em campo realizada entre os dias 28/12/2019 e 03/01/2020 no Parque Estadual da Serra do Papagaio, especificamente, nos municípios de Aiuruoca – MG e Alagoa – MG. Inicialmente, opto por trazer breves relatos das quatro caminhadas realizadas em um formato livre e descritivo a fim de apresentar os detalhes das práticas realizadas, os pormenores dos trajetos, as sequências de acontecimentos, assim como as características dos grupos e dos sujeitos entrevistados. Foram realizadas realizei 04 (quatro) caminhadas com diferentes grupo sendo que 2 (duas) delas foram para o Pico do Papagaio. A primeira foi realizada com um guia local, iniciando na RPPN Fragalha e a segunda sem guia com início no camping O Panorâmico. Os dois trajetos realizados estão expostos no seguinte mapa:

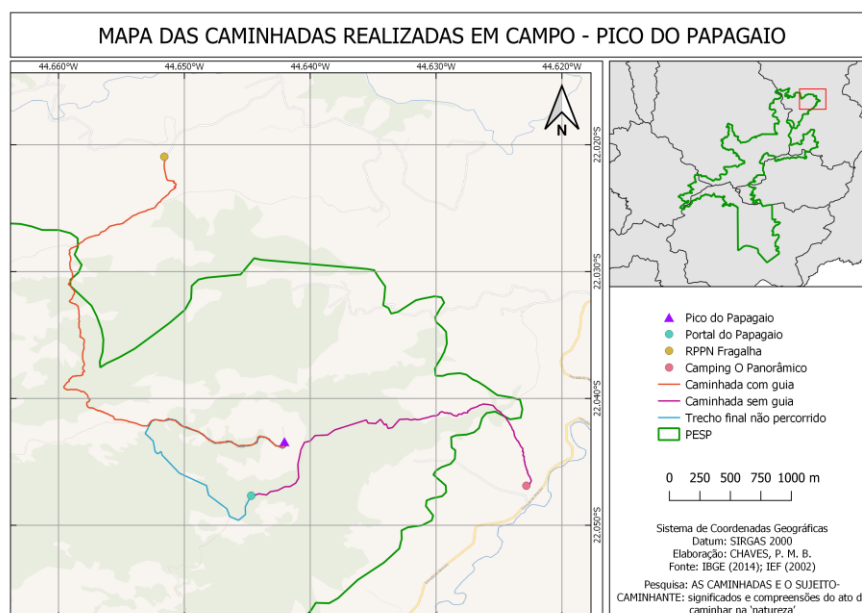


Figura 9 – Mapa das caminhadas realizadas em campo para o Pico do Papagaio.

As outras 2 (duas) caminhadas, mostradas no mapa a seguir, foram realizadas no Vale do Matutu até a Cachoeira dos Fundos e foram feitas sem guia, realizando o mesmo trajeto em ambas.

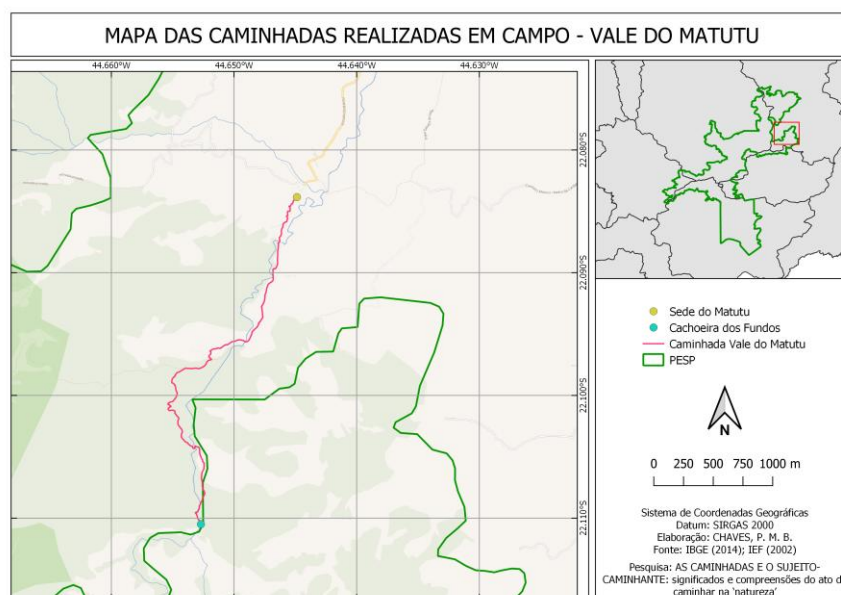


Figura 10 – Mapa das caminhadas realizadas em campo no vale do Matutu

Os relatos que serão apresentados narrarão esses trajetos com detalhes e, por isso, têm o intuito de atuar dispositivo de registro — visual e escrito — e também como recurso para oferecer ao leitor uma contextualização da prática realizada, afinal, as práticas relatadas dão sustentação às reflexões construídas — que serão apresentadas em seguida. Assim, os relatos

também ratificarão os elementos que serão discutidos posteriormente nas reflexões, uma vez que trarão os detalhes de algumas ações, reações e diálogos dos sujeitos da pesquisa, assim como as impressões da pesquisadora. Após a apresentação dos relatos estão as reflexões centrais da presente pesquisa, ou seja, o momento de articulação entre a vivência e o aporte teórico-bibliográfica construído até aqui. Portanto, o capítulo se encerra trazendo os quatro blocos de interpretação delineados para a pesquisa: pensando sobre o “onde”, o “quando”, o “por que” e o contexto das caminhadas.

### **5.2.1 Primeira caminhada: Pico do Papagaio com guia.**

Dentre os integrantes desse primeiro grupo, entrevistei uma mulher, de 60 anos que será chamada ‘Energia’. Ela é de Curitiba, formada em Turismo, mas atua como professora de yoga. Já tinha visitado o pico anteriormente e retornou para realizar a prática com suas amigas. Pareceu muito voltada à espiritualidade e mostrou ter um enfoque interior bem contemplativo durante a caminhada. Destacou-se também tanto por seus relatos de experiências anteriores quanto por sua ênfase em alguns elementos da prática — como os detalhes micro e a importância que os equipamentos/marcas têm para suas caminhadas. Outro ponto marcante foi sua intimidade com as fotografias, aliás, ela permaneceu sempre ao fim da “fila” na trilha, tendo como foco as fotografias tanto da paisagem quanto de detalhes ao longo da trilha (plantas, insetos, flores, etc.). Percebi que ela ficou um pouco menos confortável com a entrevista, talvez pelo momento em que ela foi realizada, talvez pelo caráter “oficial” que a entrevista traz à tona. De toda forma, se mostrou muito comunicativa e descontraída durante a prática, como será possível perceber no relato a seguir.

Essa primeira caminhada foi realizada no dia 30/12/19 a partir do meu contato com um guia local e teve início na RPPN Fragalha — pertencente ao próprio guia. O grupo contava com 06 pessoas, além do guia, dentre elas: três amigas vindas de Curitiba, um casal de Jundiá e uma mulher carioca. Nossa caminhada foi bem descontraída e caminhamos cerca de 6 km por uma trilha variada, com momentos desafiadores e trechos mais tranquilos. Saímos por volta de 10h, portanto, enfrentamos um calor forte, já que o tempo estava bem aberto. O grupo era diverso em idade, disposição e habilidades e as três amigas de Curitiba se destacaram tanto em sua disposição, quanto por suas posturas, diálogos durante a prática. Dentre todos os participantes, as três estavam notadamente mais bem equipadas: com botas de trilha, camisas específicas de proteção solar, mochilas de trilha, viseiras e também óculos escuros. Devo apontar aqui que, após praticar essas caminhadas por quase 10 anos, conheço e

reconheço as marcas de renome que comercializam produtos e equipamentos específicos dessa área, portanto, talvez por isso seus itens chamaram minha atenção. Inclusive, em alguns momentos da caminhada, elas mostraram se importar bastante com esses elementos, comentando sobre qualidades e valores, assim como sobre as facilidades que tais equipamentos oferecem para a prática.



Figura 11 - Placa do PESP informando trajeto Trilha Norte (A), Início da trilha (B), Placa da área de RPPN Fragalha (C), Placas do parque de instruções e proibições (D). Fonte: Patrícia Freire e Pedro Chaves.

Em geral, mantivemos um ritmo lento, principalmente, por conta do calor, das subidas mais íngremes e do preparo físico do pessoal — com exceção do casal mais jovem que se manteve mais à frente com o guia. As sombras eram sempre muito desejadas e os trechos de subida mais íngreme foram vencidos com grande esforço e também celebrados quando superados. ‘Energia’ caminhou durante praticamente todo o trajeto sempre muito dedicada às suas fotografias e, inclusive, fez questão de sugerir uma foto do grupo todo em certo momento da trilha, quando o trecho de subida mais íngreme foi superado e chegamos a um ponto onde era possível visualizar o cume do Pico do Papagaio.





Figura 12 - Fotografia de todos em um ponto com vista para o Pico do Papagaio ao fundo. Fonte: Pedro Chaves.

Nesse momento da fotografia, ‘Energia’ comentou: “bate a foto da paisagem, eu sou um mero detalhe, o que é bonito está lá!”, demonstrando a centralidade do aspecto da visualidade para sua prática. A partir desse ponto da caminhada, partimos para um trecho menos íngreme, onde todos conversaram um pouco mais, conseguindo caminhar em um ritmo mais uniforme e logo chegamos ao ponto de “ataque ao cume”. Sempre direcionados pelo guia e ouvindo atentamente aos seus “comandos”, nós seguimos em um trecho mais desafiador, onde todos tiveram certa dificuldade, já que a caminhada foi em rocha, em uma subida próxima a um desfiladeiro. Notei também que, mesmo diante dessa dificuldade, as moças de Curitiba dispensaram os gestos de auxílio mútuo. Explico que é comum, em caminhadas assim, que as pessoas ofereçam entre si suporte para ultrapassagem de trechos mais difíceis: travessias de rios, de lama ou, ainda, subida de trechos íngremes ou de rochas, como era o nosso caso.

Assim, quem tem mais facilidade passa primeiro e oferece suas mãos como apoio e suporte para quem está atrás, que replica esse gesto a quem vem depois e assim por diante. Minha impressão foi a de que as moças estavam tentando superar o desafio por elas mesmas e, nesse sentido, demonstrar suas habilidades e sua experiência em situações como aquela. Percebi isso também em outra situação: estávamos atravessando um curso d’água onde foram colocadas algumas pedras para facilitar a travessia. Como não queria molhar minha bota, aceitei auxílio para pisar nas pedras sem risco de queda. Quando passei, ofereci o auxílio à ‘Energia’, que imediatamente me apontou que não precisava, prosseguindo pisando na água diretamente. Nesse momento, ela comentou sobre a qualidade de sua bota — mencionando a marca e o valor — e destacando que era impermeável e, por isso, “tinha que servir nesses momentos”.



Figura 13 - Trecho com placa indicativa de "cuidado, risco de queda" (A), Momento da subida com acompanhamento do guia e dificuldade do grupo (B), Momento de chegada ao pico (C) e Entrevista no pico (D). Fonte: Pedro Chaves.

Após ultrapassarmos esse trecho, chegamos ao pico por volta das 13h e o guia informou que seria prudente ficarmos apenas 30 ou 40 minutos ali, devido ao tempo utilizado na subida — cerca de 3h. Assim, demoraríamos, mais ou menos, o mesmo tempo para descer e, portanto, estaríamos de volta dentro do horário previsto por ele. Ao chegarmos ao pico, todos foram realizar seu reconhecimento do local, observando a paisagem, fazendo algumas perguntas ao guia e se direcionando rapidamente para as fotografias. O dia estava relativamente aberto e, com isso, o alcance da vista da paisagem era amplo. Todos pareciam impressionados e uma placa pertencente ao parque informava logo na chegada que o Pico do Papagaio possui 2100 metros de altitude. Quando chegamos já havia três grupos no pico e durante a caminhada também passamos por outros três. Fiquei refletindo sobre a possibilidade da entrevista<sup>93</sup> e percebi que, nesse tipo de caminhada, com guia e, portanto, mais “fechada” em termos de definição — de tempo, transporte e afins — fica um pouco mais desafiadora a tarefa de reservar o espaço-tempo para a entrevista.

Contudo, vi uma abertura para conversar com ‘Energia’ que, mesmo se mostrando muito extrovertida e comunicativa durante a caminhada, ficou mais tímida durante a entrevista. Nesse sentido, entendo que o momento “oficial” da entrevista acaba por provocar um distanciamento porque gera uma divisão — deixo de ser a companheira de caminhada e passo a ser “pesquisadora”. Entretanto, ela foi a única que, quando chegamos ao pico, estava mais tranquila, parada e aberta ao diálogo. O restante do pessoal se direcionou muito rapidamente para tirar fotos, procurando por diferentes ângulos no pico — destaque que todos

<sup>93</sup> Nessa primeira caminhada, a entrevista não pôde ser realizada ao fim da prática porque os sujeitos voltariam até suas pousadas levados pelo guia logo após a finalização da caminhada.

se dedicaram muito às fotografias. Nossa entrevista foi breve, tanto pelas suas respostas mais diretas, como também pelo fato do guia nos chamar para irmos conhecer outra face do pico, contudo, foi interessante porque entendi que corroborou algumas impressões e elementos que havíamos conversado durante a caminhada.

Passamos rapidamente por essa outra face e, logo, nos encaminhamos para o retorno. Permanecemos no pico ao todo, mais ou menos, 45 minutos. Durante o retorno, muitos comentaram sobre as comidas e lanches que nos esperavam e, nesse sentido, deu para perceber que o cansaço estava se instalando. Um momento interessante foi ao passarmos por um trecho da trilha onde a visibilidade do pico é bem representativa, porque ele é visto de maneira bastante imponente. Ali, todos ficaram impressionados com suas conquistas, por terem conseguido “vencer” e superar uma caminhada dessa magnitude. Na ida, ‘Energia’ inclusive brincou nesse ponto, pontuando com espanto: “como é possível chegarmos até lá?!”. O ritmo no retorno foi até um pouco mais rápido, afinal, já se conhece um pouco o caminho e devido ao cansaço, o corpo se deixa levar pelos passos. Por volta de 16h30 alcançamos o fim da trilha, onde também fica a residência do guia e todos ficaram bem felizes com a chegada. Ali, todos se encaminharam para retornar com o guia à cidade e, assim, nos despedimos.

### **5.2.2 Segunda caminhada: Pico do Papagaio sem guia.**

Nesse grupo tive oportunidade de entrevistar novamente uma mulher, de 54 anos, moradora de Extrema – MG. Também formada em Turismo, porém, atuante na área de comércio exterior. Nós nos aproximamos durante a prática e ela se mostrou muito ativa e bem disposta tanto no momento da prática quanto pelos seus relatos de outras caminhadas. Aqui, ela será chamada de ‘Coragem’. Além disso, também se mostrou muito interessada na pesquisa e curiosa sobre o tema de estudo. Pareceu ser muito próxima da sua família (caminhava com seu marido e seu filho) e, também, muito ligada às fotografias. Essa segunda caminhada foi realizada em um contexto diferente da anterior, até porque após realizar a caminhada para o Pico do Papagaio com o grupo guiado, pensei que seria interessante tentar contato com um grupo sem guia.

Portanto, no dia 31/12/19, me encaminhei ao camping “O Panorâmico” — um dos múltiplos pontos de partida para o pico — e aguardei por volta de 1h30 até que aparecesse algum grupo se direcionando para a trilha. Então, identifiquei um homem com roupas e equipamentos típicos de trilhas entrando na recepção e conversando com o proprietário do camping sobre estacionar o carro ali e seguir para o pico. Os dois combinaram e ele saiu para

encontrar seu grupo. Aproximei-me e cumprimentei-o, assim como seu grupo, perguntando se eles estavam indo fazer a caminhada para o pico. Com a resposta positiva, perguntei também se nós podíamos — eu e o auxiliar de campo — acompanhá-los. Ele respondeu que sim, contanto que não ligasse para a presença dos cachorros — dois cachorros de porte médio estavam em suas coleiras acompanhando o grupo. Comentei que, de minha parte, não havia problemas e agradei — mesmo sabendo que não são permitidos animais dentro do parque, entendi que não cabia a intervenção ou a comunicação de minha parte dessas regras, dadas as circunstâncias.

Esse grupo era bem maior do que o anterior: quatorze pessoas, dentre elas uma criança, dois jovens entre 20 e 25 anos, dois casais entre 30 e 45 anos com perfil mais experiente, um casal entre 25 e 35 anos com perfil menos experiente, dois casais entre 50 e 65 anos e uma pessoa também entre 50 e 65 anos. Também de forma distinta, em maior ou menor medida, todos se mostraram entusiasmados e interessados na pesquisa. Nós começamos a caminhada por volta de 9h30 e logo no início havia uma placa informando que o percurso tem 7 km — ou seja, 1 km a mais do que a trilha do dia anterior. Esse caminho também se iniciou por um trecho de subida bem íngreme e como grupo era bem diverso, todos se dispersaram bastante nesse trecho inicial. Os mais jovens e os mais experientes ficaram na frente — contudo, havia exceções. Como o grupo era muito grande, eu me mantive, em geral, mais próxima do grupo “do meio” porque a mobilidade na trilha não era tão fácil.



Figura 14 - Momento inicial da caminhada (A), Placas informativas do PESP (B). Fonte: Pedro Mota.

Desde o início da caminhada, o casal menos experiente do grupo caminhava bem lentamente. A moça nunca havia feito uma caminhada como essa antes e percebi que ela mostrou sinais de dificuldade e cansaço o tempo todo. De início, achei esse grupo mais reservado, mas percebi que estavam envolvidos na atividade entre amigos e, por isso, tinham suas próprias referências e piadas internas. Além do mais, é preciso considerar que, para eles,

eu era uma pessoa estranha participando de sua atividade comum, portanto, certa proximidade poderia demorar um pouco ou até mesmo não acontecer. Porém, algumas pessoas se mostraram curiosas sobre a minha pesquisa, então, fui aos poucos os conhecendo.

Notei que estavam todos muito bem equipados — minha impressão é que estavam mais do que o grupo anterior. Quase todos estavam com uma mochila de ataque — é uma mochila técnica, específica para pequenas caminhadas, que possui um volume de carga menor —, botas, calças para trekking e camisas de proteção solar, além dos bastões de caminhada — reconheci muitas marcas de renome em seus equipamentos. Chamou minha atenção, também, os conhecimentos técnicos de algumas pessoas e percebi ainda que eles comentaram algumas vezes sobre assistir vídeos de avaliação e teste de equipamentos técnicos. Possuíam, inclusive, um apito para comunicação durante a trilha, assim, mesmo distantes, poderiam soar o apito para avisos ou até para indicar sua localização. Apesar de sua experiência e costume nessas caminhadas, o líder do grupo — e dono dos cachorros que estavam com o grupo — demonstrou certa surpresa ao se deparar com uma placa informando a proibição de cachorros dentro do parque.

No grupo do “meio”, onde me posicionei na maioria do tempo, tive mais contato com um casal — dois adultos entre 50 e 65 anos que mencionei anteriormente. A mulher do casal, ‘Coragem’, se mostrou já de início bastante interessada pela pesquisa, inclusive, fazendo perguntas — o que não aconteceu com o grupo do dia anterior. Durante toda a caminhada, o casal menos experiente foi ficando muito para trás e mesmo com as pausas para aguardá-los, eles não chegavam a alcançar o restante do grupo. Em certo trecho da caminhada, após uma dessas pausas, consegui me manter mais próxima ao grupo da frente e ouvi o pessoal conversando muito sobre seus equipamentos e sobre suas experiências de viagens e caminhadas, apontando semelhanças e diferenças com essa. Nesse momento, ouvi também o líder relatando sobre a primeira vez que ele, seu filho e sua noiva fizeram essa trilha. Ele contou que tiveram dificuldades e que ao retornar do pico, o dia já tinha escurecido. Ouvindo seu relato, fiquei um pouco preocupada nesse sentido, porque o grupo caminhava bem disperso, lento e a trilha parecia continuar com certa dificuldade.

Ao fazermos uma nova pausa, o grupo da frente e o “do meio” puderam se unir, mas ainda não havia sinal do casal mais ao final da trilha. Preocupados, o grupo cogitou, nesse momento, retornar — até tentaram fazer uma “votação”, mas o pessoal mais jovem e mais experiente ainda estava bem, por isso, decidiram continuar. Nesse ponto, comentei que talvez fosse interessante que alguém do grupo retornasse na trilha para conversar com o casal menos experiente e orientá-los. Um integrante do grupo, então, se dispôs a encontrá-los e ficamos

aguardando. Ao retornar ao nosso encontro, ele informou que a moça estava realmente com muita dificuldade e, por isso, o casal iria retornar para o camping. Algumas pessoas cogitaram novamente que todos voltassem, mas não houve muita força no movimento e todos retomaram para a trilha. Nesse momento, ouvi alguém comentando sobre caminharmos com um pouco mais de velocidade, porque estávamos demorando bastante. Seguimos subindo, dessa vez por uma mata mais fechada e pouco depois de retomarmos o caminho, um dos casais entre 50 e 65 anos decidiu retornar. Acredito que perceberam que a caminhada continuaria desgastante e acharam mais prudente voltar — também comentaram sobre dar apoio ao casal menos experiente no retorno.

Assim, o grupo se manteve com dez participantes. Durante toda a trilha, o céu se manteve um pouco nublado, com alguns trechos sob o sol, mas dava para perceber mais nuvens se formando. Nesse momento pós-pausa, notei que começaram alguns relampejos, mas como estávamos em uma parte de mata mais fechada, não havia visibilidade do céu. A partir desse ponto, a trilha se tornou relativamente mais plana, portanto, acredito que todos caminharam mais rapidamente. Percebi também que caminhamos um pouco mais em silêncio e acredito que possa ter sido por preocupação com o horário. Começamos a ouvir alguns trovões, que foram ficando mais fortes e presentes e, por isso, comecei a me preocupar. Passamos por uma placa que informava que havíamos caminhado 3,46 km e, portanto, ainda restariam pelo menos 3,5 km. Fiquei apreensiva com a possibilidade de chuva, contudo, o grupo parecia bem confiante — com a única exceção para ‘Coragem’ que também comentou sobre sua preocupação.

Caminhamos um pouco mais e o tempo permaneceu propício para chuva. Logo chegamos a um ponto na trilha chamado “Portal do Papagaio” e todos decidiram parar para pensar se seria prudente continuar a trilha ou se seria melhor retornar. Nesse ponto, notei que alguns ainda gostariam de continuar, até porque, reconheço que é possível que conseguissem caminhar num ritmo mais intenso e teriam experiência para lidar com uma situação de chuva e adversidades, contudo, esse não era o perfil de todos ali. Esse momento de debates e incertezas se alongou por um tempo e os trovões também continuaram. Notei que a questão se resolveu quando ‘Coragem’ comentou com o líder do grupo que iria voltar porque “conhecia e respeitava a natureza” e, com isso, todos se posicionaram pela escolha do retorno. O grupo, inclusive, me perguntou o que gostaria de fazer e afirmei que voltaria junto com ‘Coragem’ e quem mais quisesse retornar porque também achava mais prudente. Justifico que já passei por situações problemáticas envolvendo chuvas nesses cenários e também aprendi com isso que é sempre melhor prevenir.

Portanto, decidimos retornar, mas o grupo quis fazer um lanche antes de prosseguir. Enquanto ainda estávamos no momento da pausa, o grupo todo perguntou sobre a minha pesquisa e eu reforcei sobre a entrevista e o caráter das perguntas que faria — sobre suas caminhadas, suas práticas e experiências e também sobre como compreendiam a natureza e a relação que mantinham com a natureza. Uma pessoa até fez um comentário descontraído que ficou marcado: “a nossa relação com a natureza é ótima, só não pode ter gente, que estraga tudo” e todos concordaram. Inclusive, próximo ao ponto onde paramos — o “Portal do Papagaio” — era possível ver uma área com alguns lixos e todos demonstraram bastante indignação com isso.



Figura 15 - Casal ao fim da trilha com tempo nublado (A), Foto do grupo no "Portal do Papagaio" (B) e Momento da entrevista (C). Fonte: Pedro Chaves.

Assim, após essa breve pausa para o lanche, retomamos a trilha de volta ao camping. Durante a descida retornando, caminhamos um pouco mais rápido e, para nossa surpresa, logo encontramos os dois casais que haviam retornado. A moça que havia tido dificuldades desde o início estava, de fato, passando mal e chegou quase a desmaiar na trilha. Ao que parece, ela sofreu um quadro de exaustão que ocasionou em um “bloqueio” de seus músculos, por isso, não conseguia caminhar de maneira normal. Percebi também que o fator emocional pode ter influenciado bastante a situação, já que ela era uma moça jovem com preparo físico, aparentemente, comum — disseram, inclusive, que é uma fisioterapeuta. Ficamos todos muito preocupados porque ainda faltava um longo trecho da trilha, mas seguimos caminhando e tentando oferecer o máximo de suporte possível a ela. Depois de muito esforço, chegamos a uma casa que passamos durante a trilha e encontramos a dona e seu filho que nos ofereceram suporte. Nesse ponto, combinamos um “resgate”, ou seja, a moça que não estava se sentindo bem aguardaria ali, descansando e alguém do grupo retornaria ao camping para pegar seu carro e buscá-la posteriormente por meio de uma estrada que chegava até a casa. Mais quatro pessoas ficaram com a moça na casa e o restante de nós seguiu a trilha para o camping.

Chegamos ao camping por volta de 14h45 e devido à situação delicada, não saberia se o grupo teria tempo para a realização da entrevista, mas todos sentaram na recepção para descansar e aguardar o restante do grupo. Nesse momento, ‘Coragem’, com quem havia conversado mais durante toda a trilha e que se mostrou bem interessada na pesquisa, se dispôs a conversar comigo. Assim que chegamos ao camping, a chuva de que “fugimos”, caiu e ao finalizarmos a entrevista, nos despedimos e partimos debaixo de chuva. Chegando a minha hospedagem, no fim do dia, mandei uma mensagem para ela, já que obtive seu contato durante a entrevista e queria verificar como estava a situação de saúde da moça e saber se precisavam de algum auxílio. Ela me contou que ela foi levada em uma farmácia na cidade para obter atendimento e que já estavam no camping, todos bem.

### **5.2.3 Terceira caminhada: Cachoeira dos Fundos – Matutu.**

A terceira caminhada foi realizada em um contexto distinto das anteriores, já que ela não foi realizada exatamente no PESP, mas em uma RPPN no entorno do parque que faz limite com a UC. Durante a caminhada do dia anterior, em minha conversa com o guia e nos contatos locais que fiz, o Vale do Matutu foi mencionado como um ponto procurado na região, portanto, considereei que seria interessante conhecer o local até mesmo para conhecer outros grupos, com interesses e perfis diferentes.

Nessa caminhada, pratiquei com um grupo em que duas pessoas se mostraram interessadas em participar da entrevista. Eram duas amigas que se mostraram dispostas a conversar e que tinham intimidade para dialogar entre si, portanto, decidi entrevistá-las em conjunto — até mesmo por questões logísticas. Uma delas será chamada ‘Engajada’: uma mulher, de 38 anos que é diretora de arte, vinda de São Paulo. Percebi nela uma postura mais “filosófica”, de quem se propõe a refletir de maneira informada sobre temas “em alta”. Ela também pareceu muito interessada em expressar suas ideias e opiniões. A outra mulher será referenciada como ‘Objetiva’, também tem 38 anos, é de São Paulo e atua como publicitária. Ela pareceu bem mais direta e compartilhou suas opiniões sem muitos rodeios, mas se mostrou muito clara em suas posições. A caminhada foi realizada no dia 01/01/2020 em direção à Cachoeira dos Fundos<sup>94</sup>. Na entrada do bairro, há uma recepção — o Casarão — e uma área onde é possível estacionar o carro — mediante uma taxa — e acessar os pontos ou atrativos buscados apenas a pé — o acesso de carro é permitido apenas aos moradores.

---

<sup>94</sup> A Cachoeira dos Fundos localiza-se no limite entre o Matutu e o PESP.





Figura 16 - Início da caminhada com o grupo, trilha mais larga (A), Grupo mais próximo durante a caminhada (B) e Placa na entrada do Matutu informando os valores para estacionamento (C). Fonte: Patrícia Freire e Pedro Mota.

Ao chegar, fui recebida por um dos colaboradores<sup>95</sup>, assim, me apresentei e perguntei se ele achava que poderia encontrar grupos indo para cachoeira dos Fundos. Ele me indicou que sim, mas comentou que muitas pessoas quando sabiam da caminhada — cerca de 1h30 — optavam por visitar cachoeiras mais próximas. De qualquer forma, como minha intenção era caminhar junto com os sujeitos, a cachoeira dos Fundos seria mais adequada, portanto, fiquei aguardando. Após aguardar por quase 1h, notei quatro pessoas se direcionando até a trilha e fui conferir se eles estavam indo para a cachoeira dos Fundos. Responderam que sim e, com isso, perguntei se poderia acompanhá-los, assim como tinha abordado o grupo no dia anterior. Eles responderam entusiasmados: “claro, sem problemas!” e nos apresentamos. Eram dois casais, vindos de São Paulo. Contei-lhes que estava fazendo uma pesquisa sobre caminhadas na “natureza” e gostaria de conversar com eles sobre suas experiências e eles se mostraram dispostos. Iniciamos a caminhada por um caminho bem tranquilo e bastante plano, onde era possível ver cercas e habitações durante o trajeto. Foram, aproximadamente, 2,5 km assim e caminhamos em passos bem tranquilos.

Todos estavam bem descontraídos e foram bem abertos. Como a trilha era bem larga — passando inclusive por trechos de pasto — caminhamos bem juntos e foi mais simples o contato com todos porque não foi necessário caminhar em fila. Todos do grupo estavam com

<sup>95</sup> Ele informou sobre as possibilidades de visita: Cachoeira dos Macacos — acesso pela estrada —, Cachoeira das Fadas — saindo do Casarão, caminhada de 200mts/10 minutos —, Cachoeira dos Fundos — saindo do Casarão, caminhada de 4 km/1,5 h —, Cachoeira do Meio — fica no caminho para a Cachoeira do Fundo, 3 km/40 minutos —, e ainda, o Pico da Cabeça do Leão e o Pico do Papagaio que também podem ser acessados por ali.

roupas comuns, nenhum equipamento específico de trilha ou trekking: bermudas, shorts, sandálias e até chinelos. Passamos esse primeiro momento conversando sobre assuntos bem diversos: ‘Engajada’ e ‘Objetiva’ conversaram mais, me contando sobre sua longa amizade — se conhecem há quinze anos — e sobre seu trabalho juntas em uma produtora audiovisual. Comentaram sobre a vida cultural de São Paulo e os eventos, falaram sobre suas viagens, deram indicações sobre destinos para visitar e até compartilharam sobre suas vidas pessoais — seus gostos e desgostos.

Eles contaram que sempre tinham o costume de “viajar para o mato” e estavam vindo de Carrancas, onde tinham passado alguns dias. A caminhada seguiu em um ritmo afinado e vez ou outra alguém comentava sobre algo que observava na paisagem — uma árvore, um pássaro ou uma casa. Todos notaram com certo fascínio a grande quantidade de araucárias presentes durante o trajeto. Nesse primeiro trecho, todos pareciam bem e com fôlego mantido, mas como o tempo estava quente, paramos em uma bica próxima a uma construção, onde a trilha seguia para um trecho de subida. Lá, todos se refrescaram, encheram suas garrafas e seguimos. Após esse ponto, seguimos por uma trilha linear em uma subida, por isso, passamos a caminhar em fila e bem mais devagar.

Após a finalização dessa primeira subida mais íngreme, a trilha entrou em uma mata mais fechada e alguém comentou que o ambiente estava lembrando as trilhas de praia, com mata densa, úmida e com muitas folhas no chão. Todos concordaram e contaram sobre suas experiências de caminhadas na região do litoral de São Paulo, ressaltando que o litoral norte do estado era mais interessante e “mais preservado”. Logo chegamos à cachoeira do Meio — 3 km de caminhada —, uma queda bem singela que formava um pequeno poço. Eles se refrescaram e após algumas fotografias, continuamos a caminhada. Logo após retornamos, nos deparamos com um rio onde algumas pedras e troncos de árvores tinham sido improvisados para a travessia. Imediatamente me lembrei das situações de “ajuda mútua” nas outras caminhadas, já que nesse grupo, todos trabalharam em conjunto e oferecendo — e aceitando — as mãos como auxílio para suporte em diversos trechos.

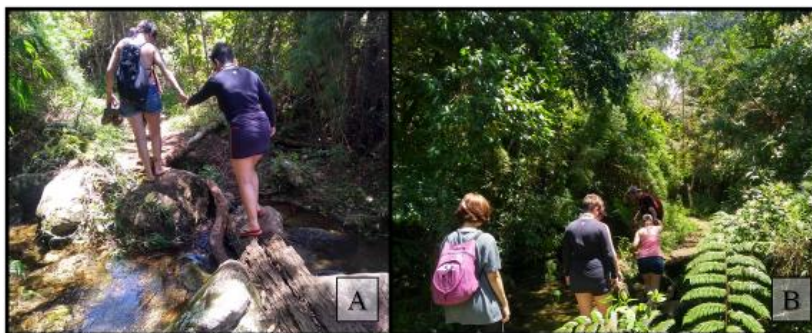


Figura 17 - Trechos de travessias de cursos d'água, ilustrando as situações de ajuda mútua. Fonte: Pedro Chaves.

Após essa travessia, caminhamos em uma leve subida onde havia uma grande área com samambaias e sinais de queimadas, onde todos fizeram comentários sobre os problemas e perigos desses acontecimentos. Logo tivemos visão para queda de 120m da cachoeira dos Fundos e todos ficaram impressionados. Pouco depois, chegamos à mata que dava acesso à queda da cachoeira, nos sentamos na base e todos ficaram observando-a. Nosso ritmo foi bem tranquilo e nossa caminhada durou cerca de 2 h. Ficamos por volta de 1 h na queda, conversando pouco e observando a cachoeira e, então, nos encaminhamos para retornar. Na volta todos pareciam bem cansados e comentaram estar com muita fome. Realmente, para o desgaste da trilha, notei que levaram pouco lanche para quatro pessoas e, até por isso, todos caminharam um pouco mais quietos. Ao chegarmos de volta ao Casarão, dois deles queriam visitar a cachoeira das Fadas, mas ‘Objetiva’ e ‘Engajada’ preferiram se sentar na entrada e aguardá-los. As duas se mostraram interessadas em participar da pesquisa, portanto, fiz a entrevista conjuntamente. Dos grupos que cruzei, esse foi o que demonstrou menos formalidade no contato e, por isso, reconheci nesse grupo muita simpatia — comigo e com todos que cruzamos na trilha. Notei, por exemplo, que eles cumprimentaram e, inclusive, ofereceram auxílio às outras pessoas que encontramos durante a caminhada. Ao final da entrevista, despedimo-nos e agradei a todos pela abertura e disponibilidade.



Figura 18 - Entrevista com ‘Objetiva’ (à esquerda) e ‘Engajada’ (à direita). Fonte: Pedro Chaves.

#### 5.2.4 Quarta caminhada: Cachoeira dos Fundos – Matutu.

Nesse último dia, tomei a decisão de que retornaria ao Vale do Matutu para mais uma caminhada com um grupo até a cachoeira dos Fundos. Alguns fatores influenciaram nessa decisão: o dia havia amanhecido bem fechado e, consultando a previsão do tempo, vi que permaneceria assim, portanto, tentar ir novamente ao Pico do Papagaio não seria tão interessante; já havia entrevistado sujeitos de dois grupos do pico, por isso, achei que seria proveitoso entrevistar, também, dois grupos da cachoeira, oferecendo mais diversidade aos perfis dos entrevistados; e, por fim, após caminhar cerca de 30 km, durante três dias seguidos, estava um pouco desgastada fisicamente e percebi que seria mais prudente optar por uma caminhada mais leve.

Portanto, fui novamente ao Vale do Matutu e aguardei mais uma vez em frente ao início da trilha. Com o passar do tempo, achei que não iria aparecer ninguém. Já era mais de 10h30 quando um casal com roupas de trekking — calça de trekking, botas, mochila — passou e perguntei se eles estavam indo até a cachoeira dos Fundos e se poderia acompanhá-los. Eles permitiram que os acompanhasse e se apresentaram. A mulher do casal será chamada ‘Artista’. Ela tem 27 anos, é formada em Artes Visuais, moradora de Juiz de Fora e atua como cantora lírica. Seu namorado, que chamarei ‘Visual’, é um homem de 29 anos, também mora em Juiz de Fora e atua como diretor de vídeo. Durante a prática, o casal foi bem introspectivo, caminharam por muito tempo em silêncio e observando vários elementos durante a trilha, parando e lendo as placas. Demonstraram ter uma postura de exploradores, com certo conhecimento específico e um olhar bem ligado aos detalhes.



Figura 19 - Momentos iniciais da caminhada, enquanto a trilha ainda estava mais aberta (A e B).  
Fonte: Pedro Chaves.

Ao iniciarmos a caminhada, eles perguntaram um pouco sobre a pesquisa e expliquei que estudava as caminhadas na “natureza” e a relação das pessoas com a natureza nesse contexto. Contaram que estavam hospedados no camping O Panorâmico e que tinham recebido a indicação dessa cachoeira de alguém de lá. O rapaz, inclusive, comentou no final de nossa caminhada que, quando recebeu a indicação, disseram-lhe que a trilha era um pouco complicada, mas que ele tinha achado uma caminhada bem tranquila. Também contaram que têm bastante costume de realizar caminhadas assim, mas que, geralmente, só têm disponibilidade em férias, finais de semana e feriados. Antes de ir para Aiuruoca, estavam no parque estadual da Serra Negra da Mantiqueira e comentaram que conheciam algumas pessoas envolvidas no processo de estabelecimento desse parque, apontando que passaram alguns dias fazendo caminhadas e acampando próximo de lá. O rapaz destacou, também, que normalmente prefere viajar para lugares como lá, mais isolados. Já a moça apontou que haviam decidido ir para Aiuruoca porque pesquisaram e ouviram falar sobre o contexto místico da cidade.

Conversamos pouco durante a caminhada, os dois pareciam bem introspectivos e faz sentido que conversassem mais entre si, já que estavam em uma atividade de casal. Notei que se dedicaram muito a observar seu entorno durante toda a caminhada e, por vezes, trocavam comentários sobre o que haviam observado. Mas em geral, caminharam bastante em silêncio e também em um ritmo rápido. Nesse sentido, chamaram minha atenção, porque apesar de prenderem a sua atenção pelos elementos durante a caminhada, não se atinham a eles em um sentido de pausa, apenas tomavam ciência daquilo e apreciavam ligeiramente. Curiosamente, mesmo tendo percebido seu ritmo mais acelerado, ouvi em certo momento ela comentando com ele que “era para ir devagar”.



Figura 20 - ‘Artista’ e ‘Visual’ na base da cachoeira (A) e Momento de retorno com chuva, onde é possível ver todos com capa de chuva (B). Fonte: Pedro Chaves.

Chegamos à cachoeira dos Fundos rapidamente, após aproximadamente 1h de caminhada. Ao chegarmos, nos sentamos um pouco na base da cachoeira, mas como o dia estava bem nublado e bastante frio, não estava muito propenso a nadar. De fato, enquanto estávamos lá, começou a chover. Mesmo assim, os dois se entusiasmaram com a possibilidade de achar uma trilha que permitisse chegar à parte alta da cachoeira. Perguntaram se tinha problemas em esperá-los e disse que não. Pontuo nesse momento que ambos pareciam ter certa experiência e conhecimento sobre atividades como essa, mas não posso deixar de ressaltar que essa atitude destaca uma postura de “explorador” que oferece riscos. Aponto ainda que, no dia anterior a essa caminhada, os noticiários locais reportaram o caso de uma família em Guapé/MG — também no Sul de Minas — que, tragicamente, faleceu após a ocorrência de uma cabeça d’água na cachoeira em que estavam, portanto, considero que seja importante ponderar a real necessidade de “exploração” em ambientes naturais em momentos e cenários que oferecem perigos. De qualquer forma, fiquei aguardando por lá e cerca de 1h depois eles retornaram, muito satisfeitos por conseguirem chegar a uma parte mais alta, em que era possível observar toda a queda de 120 metros da cachoeira dos Fundos.



Figura 21 - Entrevista com ‘Artista’ e ‘Visual’ na lanchonete do Casarão. Fonte: Pedro Chaves.

Retornamos com chuva durante todo o trajeto e ambos dispunham de capa de chuva. Cerca de 1h de caminhada novamente e chegamos até o Casarão. Como estava chovendo, decidimos entrar e tomar café no Casarão — lá funciona uma pequena lanchonete. Lá dentro, pude realizar a entrevista com ambos, já que os dois se mostraram interessados. Também notei que os dois tiveram curiosidade de ler as placas informativas, tanto durante o caminho quanto no próprio Casarão. Eles voltariam para Juiz de Fora no dia seguinte, por isso, agradei ambos pela atenção e pela participação e desejei uma ótima viagem. Despedi-me enquanto eles continuavam observando e lendo os quadros informativos do Casarão.

### 5.3 REFLEXÕES CENTRAIS

Meu primeiro reconhecimento para pensar sobre as caminhadas na “natureza” a partir da construção teórico-bibliográfica realizada até aqui e das impressões obtidas em campo foi identificar que a prática é profundamente uma *escolha voluntária*. Com isso, quero dizer que não há traços de necessidade nessas caminhadas. Elas são feitas por vontade própria e não estão ligadas a funções, obrigações ou ao deslocamento físico *per se* e isso traz algumas implicações. Conforme discutido no capítulo anterior, essa escolha está ligada a um “onde”, um “quando” e um “por que”, portanto, parti desse reconhecimento para identificar os temas que norteariam minhas reflexões. Mais ainda, tentei estreitar o campo de discussões, buscando cruzar o que havia apresentado na construção teórico-bibliográfica com indicativos que se mostraram muito presentes durante as caminhadas e as entrevistas com os sujeitos.

No primeiro bloco, o “onde”, falarei sobre as caminhadas como forma de uso público nos parques e nas impressões dos sujeitos e da gestão do PESP. O segundo bloco, que trata sobre o “quando”, tem como centralidade a discussão sobre os entrelaçamentos entre tempo livre e a vida cotidiana dos sujeitos. Já o terceiro bloco discute os “por quês” da prática, ou seja, as motivações que impulsionam o movimento dos sujeitos e o que está por detrás disso. O quarto ponto aborda a consideração que os sujeitos têm (ou não) pelo contexto da caminhada tanto em um sentido da natureza “não-humana” quanto dos elementos sociais e da realidade local. Por fim, são tecidos alguns apontamentos sobre o significado das caminhadas na “natureza” para os sujeitos da pesquisa tendo como centralidade as categorias de análise construídas para a pesquisa.

No primeiro momento da construção dessas interpretações, a partir das leituras das entrevistas e de minhas notas de campo, fui buscando estabelecer relações entre as colocações dos sujeitos da pesquisa e a revisão teórico-bibliográfica. Esclareço, desde já, que seguindo os propósitos delineados para a pesquisa, o objetivo central traçado para a presente reflexão é compreender o significado do *ato de caminhar* praticado nos parques para o sujeito-caminhante e, ainda, refletir sobre os (possíveis) efeitos que essa prática tem na relação do praticante com a “natureza não-humana”. Parti de uma intenção que busca a *compreensão* e sabemos que, no campo da pesquisa científica, essa palavra importa. Dessa forma, há aqui o profundo reconhecimento de que toda leitura é feita a partir de uma lente específica, um determinado “ponto de vista” ou visão de mundo.

Portanto, com o exercício de leitura das transcrições das entrevistas e das minhas notas de campo — e por que não, leitura da própria prática — aprofundado, investi em dois

movimentos para construir a minha compreensão: 1) identificar e relacionar os sentidos *explícitos* presentes nesse conjunto; e 2) reconhecer e interpretar o sentido *implícito*, especialmente, a partir do cruzamento com as referências teórico-bibliográficas apontadas. Assim, pude circunscrever as interpretações aos quatro “blocos” de reflexões que serão abordados a seguir.

### 5.3.1 Pensando sobre o “onde”: os parques e o uso público.

Esse primeiro “bloco” será dedicado às reflexões sobre as caminhadas como forma de uso público, já que estamos falando especificamente sobre o significado do ato de caminhar praticado nos parques. Portanto, caberá pensar nas potências do caminhar e nos encaminhamentos do uso público ao sujeito. De certa forma, tratarei sobre a relação entre sujeito e parque, mas mais ainda, buscarei trazer apontamentos sobre a leitura que o sujeito constrói a respeito do contexto ambiental que se insere (os parques).

Conforme já destacado anteriormente, o PESP traz um contexto muito específico de uso público tanto por questões institucionais quanto estruturais. A dimensão territorial do parque e sua atual configuração (acessos, portarias e afins), assim como a realidade estrutural (recursos financeiros e humanos, entre outros) trazem profundos desafios à gestão. Esses desafios, por sua vez, são abertamente reconhecidos pela gestão que, conforme o diálogo com a gerente do PESP nos aponta, vê o uso público como fundamental para essas UCs<sup>96</sup>. Segundo ela, atuante há dois anos como gerente do Papagaio, a dificuldade da estruturação e do controle do uso público é central para o parque e desde sua chegada à gerência do PESP, começou-se com o trabalho de “[...] tentar ver alternativas para a gente driblar essa dificuldade, que é essencial do Papagaio, não tem jeito. E aí a gente fez várias coisas, né! Então... assim, foi um dos grandes esforços que tomou conta da agenda do Parque, foi a questão do uso público” (Gerente PESP).

Obviamente, esses desafios vão transparecer na prática do uso público realizada pelos sujeitos. Ou seja, por conta das dificuldades enfrentadas pela gestão, o uso público também sofre profundamente para atingir seus objetivos do ponto de vista institucional. Um desses objetivos, por exemplo, de “[...] despertar a consciência da importância da conservação dos ambientes” (MMA, 2006, p. 13) torna-se profundamente debilitado sem o contato direto entre

---

<sup>96</sup> “[...] então, a unidade de conservação da categoria de Parque, é... o uso público é muito central na gerência, na gestão das áreas. Porque são unidades que tem vocação turística, não tem jeito de a gente não tratar disso, né” (Gerente PESP).



a gestão do parque e os sujeitos. Esse ponto foi, inclusive, enfatizado pela gerente em nossa entrevista ao colocar que

[...] além disso, quando... **o visitante não tem muito... não tem muita estrutura, não tem muita orientação, né. Não tem muito contato com o parque**, por a gente tá disperso no território e tal. [...] nosso contato com o visitante é mínimo. Então, assim, se a gente tivesse tendo um contato maior, fazer uma educação ambiental... [...] **Eu acho que é muito difícil eles terem a noção do que é um lugar de conservação se não tem marco físico, delimitação, informação, trilha interpretativa...** né. A interpretação ambiental, não tem, praticamente. Tem no máximo uma sinalização indicativa. Então, não tem esse trabalho junto com o turista. E a gente não tem como ter agora (Gerente PESP).

Ela segue, então, fazendo alguns apontamentos sobre os recursos humanos e financeiros que seriam necessários para realizar, de forma satisfatória, as ações mencionadas. Concluindo seu pensamento, ela aponta as dificuldades enfrentadas para obtenção desses recursos e destaca a iniciativa atual do governo estadual de Minas Gerais<sup>97</sup>, voltada para a concessão da gestão do uso público nos parques.

De muitas maneiras, as impressões compartilhadas pela gerente estão presentes nas colocações e visões dos sujeitos. A primeira delas é que o reconhecimento do Parque Estadual da Serra do Papagaio não é explícito, uma vez que a maioria mostrou desconhecimento ou incerteza sobre a existência do parque. ‘Engajada’ e ‘Objetiva’, por exemplo, simplesmente responderam que não conheciam o parque, quando perguntadas. Já ‘Coragem’ disse que sabia, mas complementou: “Mas assim, para mim... é... diferente de um parque tipo o parque do Itatiaia, o parque do Ibitipoca... é diferente. Se falar para mim agora: ‘isso é um parque!’ [...] É uma trilha”. Por sua fala, vejo que ela reconhece uma institucionalidade presente em outros parques (como o Parque Nacional do Itatiaia e o Parque Estadual do Ibitipoca) válida do “título” de parque que, no caso do PESP, não é identificada, sendo ali, para ela, simplesmente “uma trilha”. Ela também apontou o Parque Estadual do Ibitipoca como um dos parques que marcaram suas experiências de uso público, comentando que:

Então, o Ibitipoca me **marcou muito pela organização**. Achei, assim, espetacular. Principalmente, pensei muito nas pessoas, nos estrangeiros que vem de fora. [...] Inclusive, eles têm ali na recepção uma maquete... né, eles explicam [...] ‘oh, primeiro dia é legal fazer a parte do circuito das águas, segundo dia a janela do céu e tal’. Então, **achei que tinha muita instrução na recepção e a sinalização achei espetacular**. A gente tava lá em cima, tava tudo sinalizado, tudo limpo (‘Coragem’).

<sup>97</sup> A iniciativa é denominada PARC - Programa de Concessão de Parques Estaduais. VER: IEF – PARC. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/3306-nova-categoria/2697-parc-programa-de-concessao-de-parques-estaduais->>>.

Logo, percebe-se que outros pontos mencionados pela gerente do PESP também são notados pelos sujeitos. Eles esperam, por exemplo, que o parque ofereça alguma estrutura básica como: organização, instrução e sinalização. Entretanto, esses elementos não estão estruturados no PESP, portanto, nem todos o reconhecem como um “parque” e, com isso, a percepção compartilhada por ‘Coragem’ ecoa na visão dos entrevistados. Até mesmo quem já conhecia o Pico do Papagaio — como a ‘Engajada’ — não sabia que o pico faz parte do parque. Acho oportuno contrastar essas colocações anteriores a uma fala da gerente do PESP em que ela também evoca o Ibitipoca para fazer uma comparação:

A questão é assim... o Papagaio... Não é toda unidade... Por exemplo, o Ibitipoca, né, que é muito famoso do IEF, é o parque mais visitado do IEF. **Ele tem uma entrada só! Então você põe uma portaria ali, né, 90% dos seus problemas estão resolvidos.** Você sabe quem entrou, quem saiu, onde que foi... tudo. **E aqui no Papagaio, a gente tem mais de 50 entradas. Então, assim, por mais que o IEF investisse no parque, a gente vai ter sempre esse gargalo...** não tem jeito (Gerente PESP).

Vale salientar que ela mencionou algumas vezes, durante nossa entrevista, a realidade de escassez de recursos investidos no parque, contudo, nessa fala ela também destaca que, por sua experiência, a multiplicidade de entradas e a dispersão dos acessos pelo território do PESP constituem um entrave fundamental para a gestão do uso público ali. A importância da portaria também foi um ponto em comum mencionado tanto pela gerente, quanto pelos sujeitos, posto que garante os meios e instrumentos de controle à gestão e, ainda, oferece informações e segurança ao praticante — o contato com a gestão. Percebo que, para os entrevistados, o título de “parque” vem (ou deveria vir) com essas características. ‘Engajada’, remetendo ao ordenamento territorial e reforçando novamente a importância da “entrada” — ou seja, da portaria —, faz uma comparação com sua experiência no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, comentando sobre as instruções e informações que recebeu ao chegar à portaria de lá:

[...] fizeram uma espécie de triagem com todo mundo que tava lá e eles colocaram a gente numa sala [...] Eles colocaram a gente numa sala e passaram um vídeo. Falando sobre todas as trilhas que tinham, sobre a vegetação, o trabalho do ICMBIO como era feito, o trabalho de proteção, qual era função deles, o que você podia fazer e o que você não podia fazer, então... **eu achei que foi bem interessante, assim, eu achei que foi bem legal. Talvez esse trabalho de... porque quando a pessoa acessa um parque, geralmente, ela vai para um entrada principal e ela paga uma taxa. Então, nesse momento... talvez um filtro aí, uma apresentação melhor...** (‘Engajada’).

A fala de ‘Engajada’ revela o entendimento de que a falta de (re)conhecimento do PESP por parte dos sujeitos tem mesmo a ver com a ausência da construção de uma relação entre sujeito e parque. Isso pode se dar por conta da falta de estruturação do uso público no parque, uma vez que as proporções territoriais do parque tornam a realização desse controle e direcionamento do sujeito muito difícil. Além disso, ‘Engajada’ também ressalta, em outro momento, que por mais que as estruturas físicas — as placas informativas sobre a fauna, flora e afins — sejam relevantes, ela sente falta de uma instrução sobre *como se comportar* dentro daquele espaço, ou seja, o que se pode ou não fazer, apontando, assim, para a importância do engajamento e da comunicação com esse praticante do uso público.

Com isso, é possível notar que há aceitação sobre a existência de certas regras que devem ser seguidas ali. Isso, de certa forma, ratifica um dos pontos sobre a concepção dos parques como espaços públicos, já que a normatização por meio de regulações e princípios estabelecidos (GOMES, 2018) não é apenas aceita, mas também procurada. Esse ponto é importante porque remete ao entendimento dos praticantes quanto ao seu papel enquanto sujeitos que usufruem desse espaço e suas responsabilidades para a manutenção dali. Contudo, cabe ressaltar que nem todos seguem esse pensamento, uma vez que na vivência em campo tive contato com pessoas que, mesmo se mostrando experientes e informadas, não se alinharam às normas básicas do parque — por exemplo, quanto à proibição da entrada de animais domésticos. De certa maneira, eles esperam que esse tipo de instrução seja oferecida pelo próprio parque, logo, justificam o descumprimento pela falta de contato com um funcionário para oferecer as orientações necessárias. Assim, cabe pensar o que a prática de uso público, dada a configuração do PESP, oferece aos sujeitos e ao próprio parque. No que tange aos possíveis benefícios gerados para o parque, a gerente pontua:

Essa é uma boa pergunta. Porque a gente... Eu vejo muito o lado negativo, embora tenha o lado positivo. **Eu acho que o lado positivo é mais difícil de mensurar.** Porque assim, o lado negativo é o quê? Fezes na trilha, papel higiênico, lixo, acampamento irregular em cima de área que é... que tem uma ecologia sensível. Então, o pessoal acampando em cima de espécie endêmica... Um monte de coisa que a gente vê. [...] [Só que] **É um impacto linear, ali, e você pode ter áreas que são intocadas...** Você pode ter, às vezes, né... um lugar que tenha o nicho de um animal específico, que aí a gente não vai incentivar a visitação (Gerente PESP).

Entendo que essa visão colocada pela gerente do PESP, com enfoque no intocado, na mensuração e nos impactos, se alinha a certa abordagem neopositivista que expressa uma visão tecnicista e quantificada. Cattaneo (2004) aponta três bases teórico-epistemológicas que orientam a criação, implementação e gestão dos parques, sendo elas: *externalização da*

*natureza, natureza x homem: o bem contra o mal* e, por fim, *externalização e homogeneização do homem*. Segundo a perspectiva desse autor, é possível associar a abordagem colocada pela gerente do PESP tanto ao princípio da *externalização da natureza*, uma vez que pressupõe o “[...] isolamento [da natureza] ou o uso racional para conservá-la” (p. 92), quanto ao princípio da *natureza x homem: o bem contra o mal*, já que ressalta “[...] a necessidade de “proteger” áreas para que fiquem a salvo da ação transformadora (para pior) promovida pelo homem” (CATTANEO, 2004, p. 93).

Portanto, os elementos da visão compartilhada pela gerente do PESP exprimem o ideário conservacionista que é repassado aos praticantes do uso público, ou seja, os valores e pressupostos que fundamentam uma visão de natureza (intocada) e as motivações e os meios para sua proteção. Nesse sentido, então, o olhar apresentado pela gerente transparece um alinhamento ao paradigma científico dominante, apoiando-se em uma linha de pensamento tecnocientífica que remete a uma relação entre sociedade e natureza hegemônica. Logo, sua fala serve de ponto de apoio para ressaltar que esse ideário repercute nas leituras construídas pelos sujeitos, uma vez que todos eles reproduzem aqueles princípios mencionados anteriormente.

A *externalização da natureza* fica presente na visão dos praticantes, por exemplo, quando eles falam sobre a importância dos parques. Todos mostram convicção de que os parques são importantes porque protegem “o que ainda resta de natureza”. Essa ideia também vem acompanhada do princípio da *natureza x homem: o bem contra o mal*, uma vez que o “homem” é tomado como prejudicial e destruidor a partir de uma perspectiva que “[...] reduz a questão ambiental a um olhar maniqueísta, onde há uma eterna disputa do natural contra o social e vice-versa, e por isso só é possível tomar partido de um dos lados” (CATTANEO, 2004, p. 93). Com relação aos parques, os sujeitos entrevistados enfatizaram que:

Porque ali [nos parques] que **conseguem preservar alguma coisa porque o homem consegue destruir tudo**. Então, pelo menos nesses parques... conseguem preservar um pouco, pelo menos, do que ainda resta no planeta, né? (‘Energia’).

[...] **se não fosse um parque, com certeza já teria pasto até lá em cima, já estaria... né...** tem um monte de coisa que favorece a preservação por ser um parque. Isso sem sombra de dúvidas (‘Coragem’).

[...] **o homem destrói, né, infelizmente**. Mas você chega num lugar como esse aqui, você vê que tudo segue o seu curso (‘Engajada’).

[...] eu acho muito importante [os parques], eu acho que talvez seja o... na minha... no meu mapa de mundo, né, seja **o jeito ideal de... de... uso de um**

**local [...]. De manter aquele local e ao mesmo tempo você poder conhecer. Degradando o mínimo possível ('Visual').**

É interessante notar nas falas apresentadas que a expressão utilizada pelos sujeitos, de forma genérica, é sempre “o homem” — nunca a “sociedade”. Isso remete ao último princípio — *externalização e homogeneização do homem* — discutido por Cattaneo (2004). Esse autor aponta que tal perspectiva expressa não apenas a concepção de que a sociedade não faz parte da natureza, mas que ela também “[...] não distingue as diferenças existentes no meio social. Assim, homogeneiza a diversidade social e cultural, reduzindo a complexidade da condição humana a apenas mais um elemento, uno e fechado” (CATTANEO, 2004, p. 94). A partir dessa exposição, considero que o ideário conservacionista é, em maior ou menor medida, reproduzido pelos sujeitos. Contudo, cabe salientar que, talvez, não especificamente — ou unicamente — pela influência do uso público — principalmente no caso do PESP onde esse contato/interação com a gestão é mínimo ou inexistente. Talvez, porque, de uma maneira geral, esses princípios estão presentes em diversas outras esferas e campos da sociedade. Contudo, certamente o uso público fortalece e divulga tais princípios, tornando-os mais cristalizados na sociedade e nos sujeitos. Já quanto aos pontos “positivos” desse uso público, a gerente do PESP destaca que:

[...] o lado positivo seria... né, o Papagaio tá perto do eixo Rio-São Paulo [...] a gente vê que tem gente de Juiz de Fora, Rio, São Paulo, BH e as cidades em volta do parque. Então... **Essas pessoas estão conhecendo um lugar de natureza, entendendo o que é uma unidade de conservação, bem ou mal... Eu acho que isso significa uma mudança na vida delas e... Uma valorização desses espaços naturais, né.** A gente não mensura, né... o lixo que eles deixam, o cocô que eles fazem a gente vê, né! (Gerente PESP).

Aqui, vale ressaltar certa contradição que se mostra latente, já que, por mais que os sujeitos demonstrem reproduzir o ideário conservacionista, conforme apontado acima, muitos deles não demonstram um conhecimento bem fundamentado sobre as UCs, nem se mostram apegados ao parque em si. Sobre o conhecimento a respeito das UCs, em geral, eles demonstraram um entendimento generalizado sobre a proteção ambiental e acredito que isso possa ser bem comum entre os praticantes do uso público. ‘Engajada’, por exemplo, comentou que para ela, a proteção é essencial e apontou a importância de se discutir esse tema. Ao mesmo tempo, concordou com sua amiga, ‘Objetiva’, que trouxe à tona o seguinte questionamento sobre o papel do poder público nessa proteção:

**Eu acho que o poder público... é muito defasado para poder... proteger do jeito que precisa.** Mas eu também me sinto refém das notícias que a gente tem. Eu não sei o que é real e o que não é. Apesar de seu muito fã de

várias ONGs, **eu não sei se elas realmente fazem o que elas pregam, porque infelizmente a gente vive num país onde o dinheiro predomina.** E eu acredito que em qualquer lugar isso acontece, qualquer órgão. É... então, **eu acho que é essencial sim a preservação, mas eu não sei dizer... é... se ela realmente acontece...** eu acho que não. Mas em que ponto que ela acontece, que ela efetiva ou não, eu não sei dizer não ('Objetiva').

Acho importante ressaltar que, na posição de 'Objetiva', nota-se o efeito de certas práticas atuais inscritas em um contexto sociopolítico tenso. Entendo que ela fez uma referência à divulgação de informações falsas que, em tempos recentes, têm se tornado muito recorrente — o fenômeno das *fake news*. Assim, cabe pensar nos interesses que estão por trás da propagação dessas informações falsas e, ainda, nas repercussões que a continuidade impune dessas ações gera na formação de opinião dos sujeitos. No caso, é possível apontar, mediante a opinião exposta por 'Objetiva', que isso acaba gerando uma desconfiança tanto da capacidade de atuação pública mediante temas de interesse coletivo — como a proteção ambiental — quanto da atuação do terceiro setor, personificado nas ONGs. Esse questionamento sobre a atuação pública na temática da proteção ambiental também apareceu em outras colocações:

Eu acho que devia existir uma forma de **linkar o governo com a iniciativa privada para que haja uma preservação, mas uma preservação mesmo**, entendeu? Ah... poluiu? Multa em não sei quantos mil! É... tem que ter uma verba para a preservação, se não, daqui a pouco não vai ter mais nada ('Coragem')

Ah, **se há uma proteção real... eu acho que tem que haver essa taxa. Se não tem um governo que banca isso**, [...] precisam de alguma forma manter essa estrutura. Mas eu acho que tem que ser um valor acessível, para que todo mundo... que seja democrático. [...] Cobrar eu não acho legal, mas se é para um bem maior, ok. Mas, na minha opinião, nada deveria ser cobrado. **Mas também aí vem, que a gente não tem esse suporte da política, a gente não tem esse... né, essa coisa toda para as coisas sejam mantidas, então vira... bola de neve.** Então já que tem alguém trabalhando para fazer melhoria e que precisa cobrar, ok. Mas o ideal é que não fosse cobrado ('Engajada').

A partir das opiniões expostas acima, vale ressaltar a realidade, muitas vezes, precária enfrentada no âmbito da gestão ambiental pública.

É notável que os sujeitos, percebendo certas "faltas" na gestão — de estrutura, de organização, etc. —, tendem a recorrer ao privado (supostamente mais capaz e eficiente) ao invés de criar uma reflexão sobre a importância de apoiar, fortalecer ou investir no público. Essa percepção ainda remete à discussão entre cidadão e consumidor, afinal, a inserção da iniciativa privada na gestão ambiental pública revela essa tensão. Conforme discutido, há

mesmo uma tendência em considerar os praticantes do uso público como “*consumidores dos atrativos*” (VALLEJO, 2013, p. 16), assumindo esse uso público como uma utilização pelo público pautada pelo consumo. Reconheço nas opiniões dos sujeitos acima certa abertura para assumir uma posição de consumidor, retratando uma perspectiva reduzida da problemática ambiental. Utilizando-me das colocações de Santos (2007), corroboro que, nesse contexto, “Em lugar do cidadão formou-se [forma-se] um consumidor, que aceita ser chamado de usuário” (SANTOS, 2007, p. 24).

Sendo assim, dentro dessa perspectiva convencional do uso público, cabe questionar o alcance de certos objetivos ambiciosos — a aproximação da natureza pode mesmo acontecer por essa óptica mercantilizada? — e até mesmo dos mais diretos, como difundir o conhecimento sobre as unidades de conservação e a importância da conservação. Duas entrevistadas, por exemplo, quando perguntadas inicialmente sobre o PESP, recorreram à categoria da APA (Área de Proteção Ambiental) ao compartilharem suas impressões:

Eu acho... **Esses parques que são APA's, né?!?! ('Energia')**.

Já tinha lido... Aqui, se não me engano, aqui **faz parte da APA, né? ('Coragem')**.

Pelo diálogo que tivemos, entendi que elas fizeram certa confusão entre a existência do PESP e da APA Mantiqueira — talvez pelo fato da gestão do PESP ali não ser tão presente ou, também, porque as duas categorias, realmente, se sobrepõem. De toda forma, entendo que isso demonstra que o conhecimento sobre a legislação ambiental referente aos parques — o que são, categorias, objetivos e etc. — acaba não sendo divulgado ou difundido. Nesse sentido, esse ponto levanta uma problemática para os parques, afinal, a impossibilidade de transmitir esse conhecimento torna a comunicação entre parque e sujeito menos clara e acessível. No caso do PESP, a consequência disso é que o uso público não consegue alcançar seus objetivos, afinal, por parte dos praticantes do uso público ali, há muito mais incertezas e falta de (re)conhecimento sobre o parque.

Por tudo isso e a partir da vivência em campo, pude notar que o PESP se encaixa na noção que trouxe anteriormente, no sentido de que não é visto como um *território de proteção instituído oficialmente*, mas sim como uma expressão concreta da ideia de “natureza” que essas pessoas cultivam. O parque é visto, na verdade, como um local de encontro com os fragmentos de natureza buscados pelos sujeitos. Isso pode ser exemplificado na seguinte fala de ‘Visual’ quando falávamos sobre o parque: “É, até o momento, resumidamente... até o momento da nossa viagem, o parque foi só... foi uma segurança que a gente teve que iam ter

lugares bonitos” (‘Visual’). Ou seja, a existência do parque é “garantia” de que é possível encontrar ali — ou próximo dali — certos fragmentos de natureza na forma de “atrativos” — cachoeiras, picos, etc. — de uma maneira relativamente facilitada: com informações, acesso, serviços e afins. Essa percepção é, também, corroborada pelo guia contatado durante o campo que apontou que o uso público no PESP é mais centrado no Pico do Papagaio — um atrativo específico — do que no parque em si. Isso ainda se relaciona com algumas colocações que alguns sujeitos trouxeram sobre a relevância do parque para suas caminhadas, apontadas a seguir:

[...] mas, assim, **não que eu só vou em parques**. [...] O nosso destino é sempre a natureza (‘Coragem’).

**Não, [o parque] não faz diferença. O negócio é mesmo o contato com a natureza**, é onde tiver a natureza. Se tiver cachoeira, se tiver rio, tiver mar, tiver montanha... qualquer coisa desse tipo (‘Energia’).

Então, **são esses lugares, que não precisam ser em parques exatamente** (‘Artista’).

Tendo isso em vista, questiono se os sujeitos constroem, realmente, uma relação tão aprofundada com os parques, impulsionando aquela figura do “defensor” ou “adeptos” da conservação. Portanto, esse seria um percalço no alcance dos objetivos do parque — e do uso público —, afinal, o discurso conservacionista espera que a relação entre sujeito e parque aproxime-os da “natureza”. De toda forma, é preciso considerar que alguns se alinham mais àquela figura, como foi o caso do casal entrevistado no último dia, ‘Artista’ e ‘Visual’. Eles foram os mais jovens a serem entrevistados e demonstraram, em alguns momentos, uma visão fundamentada sobre os parques (legislação, usos, etc.) e uma postura de exploradores da qual se orgulham. ‘Visual’, por exemplo, ao falar sobre sua escolha de ir à Aiuruoca, comentou: “a gente escolheu aqui que a gente imaginou que seria mais vazio... e no meio do caminho, que a gente queria explorar”.

Durante nossa caminhada, ‘Visual’ inclusive comentou que conhecia alguém envolvido na criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira (recém-criado) e contou que os dois tinham visitado esse parque durante o Ano Novo, antes de irem para Aiuruoca — o que chamou a minha atenção, afinal, esse parque ainda não se encontra aberto ao uso público. Penso que isso remete à postura exploradora dos sujeitos e, nesse sentido, aponta que quanto mais conhecedores dos aspectos técnicos, das regras, dos usos e afins, mais os sujeitos tendem a se sentir capacitados para realizar suas práticas, mesmo quando não há condições propícias para isso. Inclusive, também pude observar essa postura no grupo da



segunda caminhada — Pico do Papagaio sem guia. Particularmente, entre todos os entrevistados, ‘Visual’ foi quem mostrou uma posição mais enfática e positiva dos parques, remetendo à figura do sujeito engajado na conservação, ou seja, investido do ideário conservacionista. ‘Artista’ também acompanhou uma visão positiva, contudo sem se mostrar tão enfática. Quando perguntei sobre a criação de parques, eles disseram que:

[...] **no meu mapa de mundo, né, seja o jeito ideal de... de... uso de um local.** Porque **você tem um controle do que acontece ali**, do número de pessoas [...] **e ao mesmo tempo não é uma reserva integral que não pode entrar ninguém.** Então, eu acredito que as pessoas devem poder conhecer os lugares, elas têm esse direito, eu acho. Eu até falei que gosto de lugar sem ninguém, né, mas eu acho que todo mundo pode ter esse mesmo direito que eu. E os parques são uma forma disso, né. **De manter aquele local e ao mesmo tempo você poder conhecer. Degradando o mínimo possível** (‘Visual’).

**Eu sei que é uma região... que é muito conflituoso, né. A criação de um parque... e tudo mais.** Mas, bom, por exemplo, igual aqui, tem esse lugar que gera uma renda para quem vive... **então, acho que mostra também que é possível integrar essa questão da preservação, com pesquisa... é... e com um uso.** Mostra que outro tipo de vida é possível, assim... não sei se é o tipo de vida que todos gostam... mas é uma vida possível (‘Artista’).

Alguns sujeitos com quem conversei, de fato, esboçaram algumas críticas e ressalvas quanto à gestão, organização e estrutura dos parques. Entretanto, talvez por falta de conhecimento mais específico, nenhum deles trouxe questionamentos ou críticas quanto ao parque como instituição em si. ‘Artista’ e ‘Visual’ foram os únicos que fizeram breves referências aos conflitos relacionadas ao contexto dos parques. Nesse sentido, ‘Visual’ apontou:

**Acho que essa relação com as pessoas que vivem é o principal, né.** Na verdade, assim... Porque até quando tem um parque, você sabe que ali em volta vai ter alguma vila e vão ter pessoas que, sei lá, se sustentam de alguma coisa dali. E... **esse é até o momento que você pode questionar o parque, né?** Porque tem pessoas que precisam e tal. Mas é uma prática que eu tento sempre fazer, se eu vou num lugar e não conheço as pessoas locais... eu não conheci de verdade o lugar, né. [...] **Eu acho que a construção do parque tem que ser baseada nas pessoas que vivem ali** (‘Visual’).

Logo, a postura desse sujeito é aquela que mais se alinhou à figura do que o conservacionismo busca com o uso público em um sentido convencional, ou seja, aquele sujeito defensor da conservação que, munido do ideário conservacionista, constrói uma visão que legitima a instituição desse modelo — mesmo reconhecendo as problemáticas inseridas nele.

De todo modo, também faz sentido a compreensão de que, dentre os outros entrevistados, não foi possível perceber tal postura, por isso, acho interessante apontar que esse pode ser um ponto significativo que demonstre a co-presença espacial (GOMES, 2018) que existe na (ou pela) prática do uso público nos parques. Isso porque revela a diversidade desses sujeitos no que concerne à postura assumida por eles — pelo menos no sentido da assimilação do ideário conservacionista. Todavia, talvez seja possível apontar mais elementos de homogeneização do que de diversidade dentre eles, como por exemplo, a centralidade do tempo livre para suas práticas, conforme discutirei a seguir.

### 5.3.2 Pensando sobre o “quando”: tempo livre e fuga da vida cotidiana na cidade.

Os diálogos com os sujeitos, obviamente, tiveram como ponto central a prática da caminhada na “natureza”, contudo, o modo de vida e a vida na cidade também se mostrou, implícita ou explicitamente, presente. Penso que isso pode se dar porque, direta ou indiretamente, a visão dos sujeitos sugere uma compreensão da cidade como “negação da natureza”, reforçando uma dicotomização que instiga a constante “procura pela natureza”. Com isso, a visão que os sujeitos constroem expressa uma conotação negativa da/para a cidade por considerá-la afastada ou oposta daquilo que é concebido como positivo: a “natureza”.

Em geral, pelas colocações trazidas, reconheço que essa ida à “natureza” é limitada ao *tempo livre* dos sujeitos. A notável centralidade do *tempo livre* para a dedicação às caminhadas se mostrou latente, uma vez que ninguém — nenhum dos sujeitos — caminha na “natureza” fora dos fins de semana, feriados ou férias. Além disso, percebi também que isso não provoca nenhum desconforto nos sujeitos. Explico: em todas as nossas conversas, perguntei a eles em que momentos eles praticavam e todos responderam, prontamente, que a prática era restrita ao tempo livre, sem qualquer questionamento ou insatisfação quanto a isso. Portanto, vejo que há uma *aceitação* desse contato com a “natureza” restrito ao tempo livre — tempo do não-trabalho.

Esse tempo livre, obviamente, está ligado à existência de um tempo “não livre” que, conforme coloca Gama (2008), é o tempo das obrigações — do trabalho, da produção, dos deslocamentos e afins. Esse mesmo autor ainda complementa destacando que tempo livre e tempo de trabalho “[...] são concebidos na forma de produtos da sociedade moderna, em que a urbanização e a industrialização configuram o modo de vida e as relações sociais” (p. 19). Em nossa sociedade, essa relação entre tempo livre e tempo do trabalho expressa-se, portanto, nos

usos do espaço e sabemos que, sob a égide da sociedade capitalista, o espaço se torna uma mercadoria reforçando a diferenciação social e econômica nas formas de sua apropriação e de seu uso (GAMA, 2008). Conforme Bedim (2007) aponta, esse processo leva à emergência de “espaços-mercadoria” que acentuam (ou incentivam) o consumo do tempo e do espaço e, com isso, submetem seu valor de uso aos termos da troca. Para esse autor, os parques podem ser concebidos como espaços-mercadoria de consumo temporário<sup>98</sup> onde se procura uma fuga, ou seja, um “[...] alívio das repressões sociais que envolvem suas obrigações” (BEDIM, 2007, p. 85).

Esse sentido de fuga também é apontado por Gama (2008), quando destaca que, na sociedade moderna capitalista, a vida cotidiana torna-se demarcada pelas obrigações, coerções e constrangimentos. Nóbrega (2017), por sua vez, nos fala do caráter alienante/alienado do cotidiano justamente por conta da condição programática e repetitiva que ganha força com o projeto de sociedade urbana estruturado pelo tempo do capital. Segundo esse autor, nessa sociedade:

Institui-se tempo e norma para a organização da vida, o tempo do relógio se agudiza, disciplina e encarcera o tempo do ócio. O tempo da pausa começa a ser negociado com a emergência da obrigatoriedade das férias, o cotidiano alienador e massacrante exige que se negociem formas de financiar o lazer. O mundo observa as profundas transformações, a vida coletiva se transforma em consumo de massa e instantâneo. Impõe-se o ritmo da mercadoria e do fetiche da mercadoria sobre os sujeitos. A cidade explodida e implodida começa a ser vivida e apreendida por fragmentos, estes fragmentos se tornam o lugar por excelência de realização a vida cotidiana (NÓBREGA, 2017, p. 42).

Assim, a vida cotidiana acaba sendo considerada, pela maioria de nós, como uma realidade normatizada e fragmentada e, talvez por isso, esse “tempo da pausa” (ou *tempo livre*) se coloque como possibilidade para fuga de uma realidade sufocante que revela um sujeito “[...] cindido, estranhado de si mesmo” (NÓBREGA, 2017, p. 32). Nesse sentido, percebo que os sujeitos que buscam as caminhadas na “natureza” transmitem, em suas visões, essa necessidade de *fuga do cotidiano*, recorrendo ao ambiente que consideram “natural” como “refúgio” para o “[...] ritmo frenético que dita os sentidos da vida cotidiana” (NÓBREGA, 2017, p. 32).

---

<sup>98</sup> Segundo esse autor, isso se dá porque o parque aberto ao uso público é concebido como “[...] um espaço produzido e apropriado a partir de demandas externas a ele, articulando a si a lógica da simulação, um espaço diferenciadamente produzido para ser consumido sazonalmente” (BEDIM, 2007, p. 81).

Contudo, a fuga do cotidiano revela, também, a fuga das problemáticas complexas inscritas no contexto da vida cotidiana. Com isso, o ambiente de vida — a cidade — vai sendo, cada vez mais, considerado indesejado pelo sujeito. Disso resulta que a “busca pela natureza”, principalmente, inscrita no contexto do consumo do tempo e do espaço, acaba servindo como uma válvula de escape para essas problemáticas densas e profundas. Nesse sentido, pouco é feito para lidar com as causas da fragmentação e normatização da realidade do sujeito e, pelo contrário, reforçam-se os mecanismos de negociação do tempo livre pela ênfase nas férias transformada em objeto de consumo. Esse consumo, por sua vez, fica disponível apenas para alguns grupos que podem investir em certas formas de distinção social, como as viagens e afins. Conforme Del Gaudio e Pereira (2014) apontam, interpreto que esse contexto reforça uma “[...] homogeneização dos hábitos, dos valores, das práticas de consumo e dos corpos” (p. 206) onde se estabelece uma lógica em que “[...] todos parecem iguais – igualdade pautada no poder do consumo e que se distancia da diferença, múltiplo infinito do humano” (DEL GAUDIO E PEREIRA, 2014, p. 213).

Assim, nesse contexto, amplia-se uma tendência de afastamento da cidade que também é motivada pela busca dos elementos que ofereçam a distinção social — pautada no consumo. Vejo que esse afastamento revela “[...] a condição daquele que não se reconhece no objeto que cria” (HISSA, 2008, p. 272) e, por isso mesmo, é um movimento que manifesta que “Para o *eu*, a própria cidade é, quase sempre, o *outro*: de algum modo desenraizado, o *eu* vê, na cidade, o *outro* no qual não se reconhece” (HISSA, 2008, p. 273). Mediante tal desenraizamento, tal estranhamento — e suas consequências — aflora uma visão idealizada da “natureza” que é buscada como antídoto às problemáticas e complexidades implicadas no âmbito do cotidiano. Logo, interpreto que a fuga do cotidiano indica o estranhamento crescente dos sujeitos com a realidade da qual fazem parte e que, apesar de não reconhecerem, também constroem. As oportunidades do caminhar na cidade — a expressão pública, a ocupação do espaço público, o encontro, a troca —, por exemplo, são, com isso, desconsideradas. A possibilidade de caminhar na cidade é tomada pela maioria dos sujeitos da pesquisa como indesejada, como mostram as colocações feitas a seguir:

Não [caminharia na cidade] [...] trilha é natureza, **cidade é um monte de gente doida** (‘Energia’).

Gostei da sua pergunta: **jamais me convide para caminhar na cidade** (marido de ‘Coragem’).

É que eu acho que são conexões diferentes, né. A meu ver, as pessoas que caminham na cidade estão em busca de uma atividade física. Melhoria, bem-

estar para o corpo, né... **difícilmente tem essa conexão com prédios, com coisas cinzas, assim...** ('Engajada')

É, então, **no ambiente urbano eu não tenho motivação assim, para andar.** Até... num sei... seria só burocrático, para tá fazendo um exercício ou para chegar em algum lugar ('Visual').

Entretanto, cabe apontar que essa visão compartilhada pelos sujeitos parece não transmitir uma reflexão crítica sobre sua realidade vivida — o cotidiano e a cidade. De forma distinta, a procura pelas caminhadas na “natureza” *justifica* a fuga do cotidiano que é mesmo uma fuga da degradação da vida. Porém, essa fuga acaba resultando na falta de reconhecimento da realidade degrada e na falta de construção de uma atitude de enfrentamento mediante tal degradação. Portanto, cabe nos perguntar: em quê o empenho pela fuga contribui para nossas vidas? Penso que esse movimento, de certa forma, reforça uma fragmentação e, com isso, não leva à uma reflexão *sobre* o cotidiano, afinal, quanto mais se fragmenta, menos se sedimenta um caminho para a reflexão — crítica, articulada. Logo, se não há reflexão, como poderá haver transformação?

Por isso, vejo que existe mesmo uma divisão internalizada entre o “mal urbano” e o “rural belo e natural” (SERPA, 2012) nos imaginários dos sujeitos. Com isso, o “urbano” — a vida e o modo de vida na cidade — ganha esse significado de “gente doida”, das “coisas cinzas” e do “burocrático” mencionado em suas colocações. De outra forma, penso que é importante reavaliar essa construção presente em nossos imaginários. Por isso, corroboro com Hissa (2008) que nos fala que a cidade pode ser mesmo espelho do estranhamento, do afastamento e dos conflitos — conforme aparece nas colocações dos sujeitos —, porém, ela é, também, encontro, troca e construção. A cidade é, portanto, feita de luzes e de sombras (HISSA, 2008).

A impossibilidade forjada de se ver e de encontrar oportunidades e aberturas da/na vida na cidade contribui para a ênfase na dicotomia expressada em suas falas, uma vez que para eles “[...] a cidade é abordada como um problema ambiental” enquanto a “natureza” é tratada “[...] como ausência de cultura, do homem e de suas práticas” (HISSA, 2008, p. 276). Por tudo isso, parece que a ideia “retorno à natureza” atua mais para reforçar a cidade como “negação da natureza” do que para instigar uma relação mais próxima *com a* natureza. Com isso, a vontade de fugir do cotidiano para estar sempre de volta ao “lá” — nunca “aqui” — que é a “natureza” é constante nas colocações dos sujeitos, como podemos ver a seguir:

É aquela história... a gente... quando começa você diz assim: o que eu to fazendo aqui? Por que...? Nunca mais eu vou fazer isso na minha vida! Aí quando você desce: **quando é a próxima?** ('Energia').

[Sobre voltar] **Sim, porque tem coisa que está faltando ainda.** Fazer a trilha aqui da cachoeira do Fundão, a gente não fez. É... as cachoeiras ali em Carvalhos, não sei se vai dar tempo de fazer tudo ('Coragem').

**Enquanto eu puder** tá visitando um parque, tá viajando, conhecendo, explorando e aprendendo ('Visual').

[...] **sempre que a gente pode, a gente vem para natureza.** As nossas viagens, todas... né? ('Engajada').

Contudo, conforme indicam Del Gaudio e Pereira (2014), essa *carência* de natureza na cidade é, na realidade, uma construção alimentada muito mais para estimular o *consumo da natureza* do que a *experiência de natureza*. Além disso, é sempre preciso assinalar que, apesar das adversidades inscritas no cotidiano vivido na cidade — da repetição, do aprisionamento — que se tornam amplificadas por conta do sistema vigente em que vivemos, o cotidiano também:

[...] contém em si a possibilidade de revelar os desafios, os dramas, os contextos e enredos que alimentam a vida social. O cotidiano ajuda a revelar a vida cotidiana — uma forma de ser e agir no espectro da realização diária de necessidades e da construção constante de sonhos, desejos, táticas e estratégias armadas. **A vida cotidiana guarda em si a possibilidade de subverter as imposições programáticas características da modernidade, contém, talvez como elemento subsumido, a potência transformadora** (NÓBREGA, 2017, p. 35).

Não posso deixar de apontar que subverter a ordem vigente — essas imposições programáticas — é, de fato, a potência maior do caminhar, contudo, vale lembrar que essa potência acaba não se concretizando quando direcionada pelo consumo. O consumo da natureza, por sua vez, afirma seu caráter de “nova raridade” e é reforçado pela eterna necessidade de “retorno”. Abordei anteriormente essa tendência de se assumir (ou se aceitar) como “consumidor” presente nos sujeitos, logo, indico que esse é mais um ponto que corrobora com isso. Conforme Del Gaudio e Pereira (2014) apontam “[...] esse retorno à ‘natureza’ é aparente porque esse bucólico e natural é ele mesmo profundamente humanizado” (p. 214), ou seja, é uma construção da ordem vigente que se empenha para cristalizá-la no imaginário urbano-industrial.

Assim, cabe salientar, também, que tal imaginário não percebe as contradições inscritas nessa intenção de retorno, uma vez que ela é uma via dupla: o retorno à “natureza” nesses moldes será sempre acompanhado do regresso à vida cotidiana que, por sua vez, continuará sendo indesejada por conta das imposições advindas de nossa sociedade comandada pelo tempo do capital. Entra-se, assim, em certo círculo vicioso e, no meio disso

tudo, a *presença da natureza na cidade e em si* se perdem, ao mesmo tempo em que a criação de “necessidades” transformadas em consumo é fortalecida. O resultado disso é bem colocado pelas autoras mencionadas anteriormente:

Aquilo que fora anteriormente de todos [a natureza], torna-se algo que diferencia os poucos que podem consumi-los nesse novo contexto. É necessário produzir para que coisas, objetos e mesmo “a natureza” (e os sujeitos) adquiram ou transmutem o valor de uso em um valor de troca. Assim, a natureza, como raridade, percebida em seus vários elementos desconexos e fragmentada (também idealizada e asseptada a gosto do cliente), deve ser reinventada e mercantilizada em resposta a racionalidade, agora, mediadas pelo capital (DEL GAUDIO E PEREIRA, 2014, p. 221).

Nesse movimento há, portanto, uma tendência de diferenciação que reforça a expressão do *consumidor* de atrativos (ou seja, de fragmentos da natureza). Nesse sentido, penso que é necessário nos atentarmos para o fato de que, cada vez mais, nos sentimos confortáveis em assumir essa posição — de consumidor de atrativos —, por vezes, sem uma consciência das implicações disso. Logo, ressalto a necessidade de rever nossa própria visão/relação da/na vida na cidade para que seja possível romper com aquele círculo vicioso mencionado. De toda forma ressalto que, dentre todos os apontamentos feitos sobre esse tema pelos 06 (seis) sujeitos entrevistados, um único se destacou por se direcionar a essa necessária revisão:

[...] uma visão minha, que eu tenho, que é o seguinte... é... eu acredito que existe sim, uma possibilidade de, mesmo com o capitalismo avançado em que vivemos, de ter um cuidado maior com a natureza, isso é fato. Mas eu não acho que isso significa retroceder, sabe? Essas coisas que muita gente questiona? Ah, então a gente vai ter que voltar todo mundo a viver num mundo... numa vida primitiva...? [aceno negativo] Então, para mim, esse contato com a natureza é sempre **buscando como viver com ela, dentro dessa estrutura que existe hoje**. Meio que infiltrando, né... essa noção de infiltração. [...] Porque, **na cidade, que é onde eu vivo, né, é o ambiente no qual eu vivo, ela é uma estrutura montada em cima de uma estrutura da natureza. Então é um controle dessa estrutura da natureza**. A gente tem um lugar lá em Juiz de Fora, que é a avenida Itamar Franco que ela era um córrego. Então tivemos que desviar, concretaram em cima... A BR que tão construindo lá no São Pedro também, em cima de um córrego, então, assim... Você acachapa a natureza em cima de um formato, quase que pré-moldado, assim... um formato falso. E isso é... tudo bem. Mas o problema é: tudo que é gerado ali tem que voltar para... a natureza. [...] **Então eu procuro pensar mesmo, dessa forma prática, de lidar com essa estrutura falsa, digamos assim, da cidade que eu vivo, qual que é o retorno que eu dou** (‘Artista’).

Em vista disso, vejo que a abordagem de ‘Artista’ traz elementos interessantes, afinal, em sua fala é possível perceber a consideração pela natureza presente na cidade — para além de um elemento ou outro isolado — e, ainda, assumindo que essa natureza é *controlada*,

*acachapada* nesse ambiente. Portanto, entendo que, diferente dos outros sujeitos, ela aponta a natureza como a base da vida, associando-a ao ambiente em que ela vive — a cidade. Assim, identificando a natureza ali, abre-se uma janela para o reconhecimento da natureza como uma *realidade* presente no cotidiano ao invés de uma “*necessidade*” criada por uma suposta carência.

Aliás, a colocação de ‘Artista’ destaca também o domínio da natureza para atender certa ideia cidade (construção da avenida, da BR), submetendo-a a um formato “falso”. Essa reflexão identifica a dominação — e exploração — da natureza para atender uma ideia *específica* de cidade, logo, enfatizo que “A cidade, incompleta, é o homem: espaço social, produto do trabalho e de toda a trama a que se refere à vida cotidiana” (HISSA, 2008, p. 269). Portanto, reconheço que a cidade é um produto social e histórico e, por isso mesmo, a própria cidade e a percepção — o valor — que a sociedade confere à cidade também se transformam. Percebo, então, que a reflexão trazida por ‘Artista’ reconhece elementos importantes que remetem àquela necessária revisão sobre nossa visão/relação da/na cidade que é, na verdade, um passo inicial para um engajamento na construção da cidade que queremos.

Isso tudo se relaciona com o caminhar na “natureza”, uma vez que se escolho caminhar nos parques para me “afastar da cidade”, qual a visão e qual a relação com a natureza está sendo estabelecida nesse meu movimento? Além disso, o que isso quer dizer sobre o que penso da cidade em que vivo? E em quê esse ímpeto de afastamento contribui ou beneficia a minha vida cotidiana (e a minha cidade)? Na verdade, penso ser mais proveitoso admitir que “A cidade é o desejo do homem, que adquire formas, desenhos, caminhos feitos de superfícies e de subterrâneos, intensos de vida cultural. A despeito da antiguidade do fenômeno urbano [...] as possibilidades de realização da cidade não estão esgotadas” (HISSA E MELO, 2008, p. 287) e, nesse sentido, compreendo que enfatizar a natureza também como uma *realidade na cidade* representa uma dessas possibilidades.

Além disso, esse pode ser um caminho mais fértil para a aproximação entre natureza e sociedade tão almejada em tempos atuais. De certa forma, a visão de ‘Artista’ ressalta isso quando aponta que “[...] para mim, esse contato com a natureza é sempre buscando como viver com ela”, ou seja, assumindo um reconhecimento da natureza na vida como um todo, não apenas a partir de um contato pontual. Mesmo assim, seguindo em nossa entrevista, ela passa a citar as práticas pessoais que assume para contribuir com isso: uso produtos naturais, cuidados com o lixo, consumo consciente e afins. Logo, identifico que expressa uma perspectiva ligada aos comportamentos individuais como central para o enfretoamento dessa



questão. Assim, entendo que cabe questionar até que ponto o engajamento nesses comportamentos individuais leva à construção de uma transformação concreta da realidade.

Já em outra direção, acho interessante pontuar também que duas entrevistadas destacaram que, apesar de não caminharem na cidade, têm o costume de pedalar. Essa atividade seria, então, um “substitutivo” para manter o movimento nesse ambiente, remetendo à categoria de trilheiro delineada para nossa pesquisa e demonstrando uma ênfase na caminhada como atividade física. De toda forma, como é possível ver nos comentários abaixo, o objetivo principal continua sendo “sair da cidade”.

Eu, na verdade... lá [na cidade] eu pedalo. Tenho grupo de pedal e a gente pedala [...] às vezes eu vou e volto de bike pela cidade [...], porque na cidade não tem, né... caminhos. **Mas a gente tem trilhas próximas, daí a gente vai fazer** (‘Energia’).

Eu ando muito de bicicleta. Na cidade que eu moro, a gente mora em uma área da Mantiqueira também, então, eu pedalo bastante. Tipo, uns 20, 30 ou 40 km... **fora da cidade, para dentro da área rural** (‘Coragem’).

Seguindo esse mesmo sentido, os sujeitos ainda reforçaram suas tentativas de levar ou manter em sua vida pessoal (na cidade) a “natureza” no formato que preferem, trazendo certa visão fragmentada da natureza, conforme Del Gaudio e Pereira (2014). Assim, os sujeitos enfatizam certos elementos da natureza presentes ali para cumprir o papel estético, promovendo sensações agradáveis e, portanto, “[...] é ela própria uma representação idealizada isenta das plurais formas de vida” (p. 224). Quando falamos, por exemplo, sobre perceber a natureza em seu dia-a-dia — ou seja, em suas vidas na cidade — eles mencionaram que:

Ah, sim. **Você vê uma árvore bonita, você passa e vê... um jardim,** sempre tem alguma coisa... (‘Energia’).

É mais difícil. **Mas você sempre procura um ponto focal, assim... eu sempre vou parar, vou olhar uma árvore,** vou olhar alguma coisa que... que tá ali, mas... **para nós, assim, é meio escasso** (‘Engajada’)

E... assim... então, por exemplo, um lugar em Juiz de Fora que eu sinto isso: o bairro Aeroporto. Que é mais alto, por exemplo. Lá, às vezes eu quero ir lá, só para... **para eu sair da cidade, assim... e olhar aquele horizonte de montanha e tomar um sol** (‘Visual’).

Portanto, a “natureza” fica restrita a um cenário ideal de acordo com interesses e preferências estéticas que são particulares dessa visão de mundo — de um imaginário urbano-industrial. Aliás, alguns mencionaram ainda as vantagens de suas moradias que, mesmo sendo na cidade, trazem esses elementos de natureza desejados:

[...] em casa, apesar de eu morar em apartamento, **eu tenho as minhas plantinhas, eu tenho um monte de cristais** ('Energia').

[...] eu tenho uma preocupação muito grande com a preservação. Então, **a gente mora numa chácara** ('Coragem').

É, **onde eu moro, que é um condomínio, tem bastante verde lá**. Ainda tem. Mas eu procuro contemplar, em meio a selva, assim... o que tem, eu olho (Tati F).

**Eu moro num lugar um pouquinho privilegiado que eu abro a minha janela, eu tenho uma mata** e eu tenho um casal de maritaca que mora em cima do meu quarto [risos]. E gosto muito de planta, minha mãe tem um quintal, assim, com bastante planta. **Então, no espaço pessoal da minha casa, acredito que sim** [que é possível ter contato com o que entende como natureza] ('Artista').

Eu até... **até adquirir, recentemente, um terreno para construir uma casa num condomínio muito isolado, assim, e que tem mata e tal**. Aí eu falei: 'pô, agora eu vou poder caminhar sem a nóia (sic) de falar: se eu quero dar uma caminhada, eu vou ter que passar numa rua com um monte de gente, atravessar o sinal, ficar esperando'. Então eu falei: 'ah, agora pelo menos eu vou poder acordar de manhã, né, e caminhar tranquilo, assim' ('Visual').

Entendo que essas concepções transparecem uma visão dos sujeitos onde a "natureza" tem uma conotação individual (ou seja, em *suas* vidas) e não coletiva (como de *todos*) e que também remetem a certo processo de auto-segregação nos chamados "condomínios fechados"<sup>99</sup>. De acordo com o que Del Gaudio e Pereira (2014) discutem, essas colocações apresentadas exprimem "[...] poderes aquisitivos distintos" em que "O valor adicional da habitação, em função de sua 'localização ecológica', destaca ainda seus habitantes por suas visões de mundo — calcadas num ilusório retorno ao bucólico e ao natural" (p. 214). Contudo, não há uma reflexão sobre essa problemática ou sobre as contradições desses movimentos. Aliás, como podemos ver, a "localização ecológica" se torna, ela mesma, objeto de desejo e, por isso, o que ganha ênfase nas visões dos sujeitos é a importância da prática ou do contato com a "natureza" para *suas* vidas, ou seja, "para si", conforme tratarei a seguir.

### 5.3.3 Pensando sobre o 'por que': entre o "para si" e o "para o mundo".

Caminhamos por quê? Caminhamos para quê? Essas foram questões mais gerais e abstratas que direcionaram a reflexão aqui. À primeira vista, o "contato com a natureza" foi

<sup>99</sup> Refiro-me ao processo de auto-segregação, especialmente, das elites e classes médias a partir da proliferação das chamadas *gated communities*, conforme Souza (2008) apresenta e discute. VER: SOUZA, M. L. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

central nos diálogos com os sujeitos quando falamos sobre o “por que” das suas caminhadas, como se vê nas colocações a seguir:

O negócio é mesmo o **contato com a natureza** (‘Energia’).

[O contato com a natureza] Com certeza. [...] **A gente sobe por causa da natureza** (‘Coragem’).

[O contato com] **A natureza**, certeza (‘Engajada’).

[...] **ter esse contato mesmo**, né, com a natureza numa forma... mais tranquila (‘Visual’).

Contudo, caberá aqui esmiuçar o que está por detrás dessa busca pelas caminhadas na “natureza” e o que impulsiona esse “contato com a natureza”. Quando Amato (2004) discute o caminhar em tempos atuais, ele aponta que, ao tornar-se uma escolha, essa prática passou a envolver “[...] questões de saúde e recreação, bem como uma afirmação do estilo de vida individual e da filosofia social<sup>100</sup>” (p. 02), sendo essas, então, algumas das motivações que poderiam estimular a procura pelas caminhadas na “natureza”.

Portanto, partindo desses delineamentos, identifico a espiritualidade não-convencional<sup>101</sup> e/ou a filosofia pessoal<sup>102</sup> dos sujeitos da pesquisa estão no cerne do que impulsiona suas caminhadas na “natureza”. Logo, vejo que as narrativas dos sujeitos entrevistados se alinham ao argumento defendido por Carvalho e Steil (2013) do “cultivo de si” e o “cultivo do ambiente”. Conforme apresentei, segundo esses autores, o cultivo de si refere-se à preocupação dos sujeitos com sua saúde física e mental, remetendo ao entendimento de bem-estar e associando-se, também, às considerações sobre sua espiritualidade. Já o cultivo do ambiente reflete a preocupação dos sujeitos com as questões ambientais, exemplificadas pela força do “ecologicamente orientado” para suas filosofias pessoais.

<sup>100</sup> “[...] it has become a matter of choice, involving questions of health and recreation, as well as an assertion of individual lifestyle and social philosophy” (AMATO, 2004, p. 02).

<sup>101</sup> O termo “espiritualidade não-convencional” é usado em referência à distinção evocada pela relação entre institucionalidade/tradição comumente vinculadas à religião. Aqui, ele associa-se, de forma geral, ao âmbito pessoal e à experiência individual da espiritualidade. Contudo, enfatizo também, conforme Carrette e King (2005), a imprecisão e ambiguidade do termo, uma vez que tem se tornado um “rótulo” para a busca por sentido, por valores, por esperança e/ou por conexão nas sociedades capitalistas. Dessa maneira, esses autores alertam para a crescente comercialização da espiritualidade como produto e através de produtos, incorporando a “ideia de espiritualidade”, cada vez mais, à esfera do consumo. VER: CARRETTE, J. KING, R. Selling spirituality: the silent takeover of religion. London: Routledge, 2005.

<sup>102</sup> Por “filosofia pessoal” quero dizer o conjunto de valores, princípios e crenças que essas pessoas cultivam e que deixam transparecer quando se trata da temática aqui abordada.

Nesse sentido, é notável a potência do “ecologicamente orientado” para os sujeitos e, com isso, os comportamentos individuais ganham destaque em suas narrativas. A preocupação com o lixo e a reciclagem, por exemplo, tem muita centralidade em seus discursos, como é possível ver nessas colocações:

A gente tem que aprender a respeitar tudo [...] **não deixar lixo** (‘Energia’).

Então, **eu procuro sabe... reciclar lixo, diminuir o lixo... esse ano a gente tá cada vez mais lixo zero, lixo zero**. E eu procuro passar isso, para quem eu posso passar. [...] **Saber o impacto do lixo que ela joga na rua...** [...] e aí, e o impacto? E o lixo, vai para onde? (‘Coragem’).

E **a gente também começou a aderir... a gente recicla, a gente não usa canudo, a gente tenta causar o menos impacto** né, porque a gente sabe que causa impacto sempre (‘Engajada’).

E eu tenho dois anos já que **eu comecei a ficar muito ‘encafifada’ (sic) com essa questão de lixo, dos resíduos**, do que a gente devolve para a natureza (‘Artista’).

Interessante notar que, em algumas colocações, a temática do lixo vem acompanhada da noção de *impacto*, afinal, essa visão remete a uma abordagem pragmática que reforça a importância do “ecologicamente orientado”. Além disso, cabe destacar também que, apesar de apresentarem essa grande preocupação com o lixo, somente duas pessoas — entre as seis entrevistadas — fizeram quaisquer comentários sobre a questão do *consumo*. Conforme Layrargues (2002) destaca, a ênfase no *ato de reciclar*, apontada por alguns sujeitos, transporta a centralidade da discussão para os comportamentos individuais, demonstrando uma posição apolítica sobre a “preocupação com o lixo”. Nesse sentido, vale a reflexão de que, quanto maior o consumo de produtos (de qualquer origem), maior será a produção de lixo e, portanto, a preocupação com o lixo poderia (ou deveria) estar associada também à diminuição do consumo. Portanto, mesmo que a “preocupação com o lixo” possa envolver medidas técnicas — como a reciclagem —, exige, também e principalmente, medidas políticas (LAYRARGUES, 2002).

Sendo assim, destaco também a centralidade dos equipamentos técnicos de *trekking* em algumas caminhadas e a importância que alguns sujeitos dão a esses elementos. Não abrimos mão daquela bota, mochila, calça ou camisa de “tantos” reais que oferece “tantas” características “essenciais” e, obviamente, existe um amplo mercado atualmente pronto para se apropriar dessas “necessidades”. Logo, talvez, para as mesmas pessoas que veem o lixo como um grande problema, o consumo (origem, materiais, produção, uso e afins) desses produtos não seja pensado a fundo. Além disso, o uso e a importância dada a esses

equipamentos podem ser lidas como uma manifestação pessoal desses sujeitos, remetendo, assim, ao poder comunicacional dos parques que torna público certo código comportamental (GOMES, 2018). De outra forma, também pode ser lida como uma maneira de distinção social assumida por esses sujeitos que, buscando diferenciar-se por suas aparências e vestimentas, acabam apontando para sua homogeneização. Assim, estabelece-se uma diferenciação pautada no poder do consumo que demonstra a homogeneidade daqueles “[...] que gostam e podem consumir determinadas coisas” (DEL GAUDIO E PEREIRA, 2014, p. 212).

Portanto, compreendo que, a partir de uma perspectiva individualista, a própria preocupação ambiental torna-se homogeneizada, uma vez que assume “[...] o discurso da universalização do problema: *todos têm que fazer a sua parte*. Isso se tornou tamanha verdade que o discurso do mutirão, da ação individual do sujeito para salvar o planeta, assumiu dimensões globais” (BARCELLOS, 2018, p. 114) [grifos no original]. A expansão dessa perspectiva, por sua vez, traz consequências profundas porque ignora o caráter público da questão posta em evidencia e isola a ação política em vista de um enfoque que pensa os efeitos, mas não as causas dessa problemática. Nesse sentido, saliento que:

A crise que se abateu sobre a vida contemporânea deslocou a atenção dos indivíduos da esfera social para a esfera privada. A maior preocupação reside na incapacidade de separar o público do privado, o que compromete severamente a visão de mundo e, conseqüentemente, afeta o comprometimento dos seres sociais com as questões que ultrapassam o individual e os interesses particulares (CAETANO, 2018, p. 186).

Assim sendo, reconheço que a visão compartilhada pelos sujeitos mostra-se mais fechada nesse contexto individual e corroboro que isso compromete a construção de uma leitura de mundo para além dos interesses particulares. Na verdade, esse fechamento contribui para uma leitura reducionista da questão, uma vez que desconsidera a complexidade da relação dialética entre sujeitos e estruturas (HISSA, 2009). As consequências disso são vivenciadas por todos nós, em maior medida ou menor medida e, ainda, celebradas por certos grupos que se beneficiam com essa redução. Isso porque a leitura reducionista promove uma fragmentação que impede a articulação entre grupos, ações e movimentos, dificulta a inserção na esfera pública e impossibilita a construção de uma agenda verdadeiramente ativa e coletiva.

Além disso, cabem também alguns apontamentos sobre a construção das filosofias pessoais desses sujeitos que parece se fundamentar em uma concepção espiritual da natureza. Nesse sentido, a urgência da preocupação ambiental ou a importância da proteção da natureza

se entrelaça a algumas características simbólicas/imateriais de sua espiritualidade, como por exemplo, a energia mística, mágica e divina da “natureza”.

[...] a natureza, para mim, **é a energia da natureza, né?** É a mãe Terra, né...? É... é aquele ditado: da terra viemos, para terra voltaremos (‘Energia’).

[...] quando eu venho para esses lugares, eu venho... buscando esse sentido para minha vida. **Assim, quando eu tô numa fase difícil, que eu tô com a cabeça cheia... eu venho para cá e eu começo observar a ordem natural das coisas** (‘Engajada’).

Para mim, **a natureza é aquele ambiente ou aquele conjunto de sensações, que me permite estar, acessar, os sentimentos mais puros e divinos que existem.** [...] são lugares em que eu consigo acessar esses sentimentos: de gratidão, de pureza, de amor, de humildade, de simplicidade, de empatia... (‘Artista’).

A entrevistada ‘Energia’ demonstrou de forma mais categórica essa visão espiritual, tanto em nossa conversa quanto durante nossa caminhada. Ela se mostrou muito ligada ao que chamou de “energia da natureza” e pareceu se preocupar muito com uma escala micro da sua prática (a importância da “formiguinha” e da “plantinha”, em suas palavras). Destacou, por exemplo, que em sua visão a “natureza” “[...] É o polo energético mesmo da vida” e que, para ela, “[...] a energia que a gente tem na natureza renova tudo, limpa tudo” (‘Energia’). Interpreto que essas colocações refletem uma visão idílica da natureza, uma vez que seleciona certos fragmentos e projeta neles características transcendentais associadas à percepção de uma “natureza” boa, bela e pacífica. Novamente, vale ressaltar os perigos dessa noção que demonstra desconsideração pelas dinâmicas, relações, contradições e conflitos inscritos na problemática ambiental.

As experiências pessoais parecem ter mesmo força para as filosofias pessoais dos sujeitos da pesquisa, já que são colocadas como ponto de partida para muitas de suas reflexões sobre o tema em questão. ‘Coragem’, por exemplo, destaca que, para ela, as atividades na natureza permitem aflorar sua coragem mediante os desafios. Ela destaca o exemplo das crianças, uma vez que caminhávamos na companhia de uma criança bem ativa e disposta que, apesar de alguns sustos e desequilíbrios, continuou a caminhar com muito empenho e se mostrando satisfeita com a prática. Nesse sentido, ‘Coragem’ ressalta que a existência do risco não deve gerar o imobilismo, muito pelo contrário, deve estimular o movimento. Em suas palavras:

[...] na natureza, **eu acho que você fica uma pessoa mais destemida, mais... como que fala...? Que não tem medo, sabe, de encarar o desafio, corajosa.. é uma outra vivência.** [...] A partir do momento que você

começa a fazer, começa a sair, começa a ver outras coisas... **E outra coisa: a vivência com a natureza, ela ensina você a ser uma pessoa simples... você não precisa de nada, você não precisa de luxo.** Você não precisa de casa com piscina, você não precisa... sei lá, de “n” luxos que tem por aí... entendeu? Para você vivenciar uma coisa maravilhosa, às vezes, um céu estrelado, às vezes um pôr do sol, nascer do sol... não precisa de nada disso. Você precisa do quê? De uma roupa, de uma mochila e a coragem. Só isso (‘Coragem’).

Vejo que essas colocações remetem a uma ideia da “natureza” como “[...] metáfora para os obstáculos e dificuldades ocorridas na ‘vida real’, representando, nessa definição, superação de limites ou lições de vida” (BRUHNS, 2009, p. 126) destacando, com isso, o caráter emocional e pessoal de sua prática. Curiosamente, ela ressalta justamente a importância de “não precisar de luxos”, mesmo quando, em seu grupo, muitos possuíam uma grande quantidade de equipamentos/itens do “mercado do *trekking*” — de marcas renomadas e preços, muitas vezes, bem altos —, enfatizando sua importância. De qualquer forma, ‘Coragem’ fez questão de salientar que o exemplo da postura das crianças pode (e deve) ser levado em conta por qualquer um, em qualquer idade. ‘Artista’ também compartilhou um apontamento que se relaciona à percepção de ‘Coragem’:

Porque, óh, para você ver... eu tenho 54 anos. Com 48, fiz a minha primeira prova de ciclismo. [...] Eu nunca ia imaginar. Por quê? Por causa da natureza! [...] Com 53, fiz o primeiro rapel. Ano passado, fizemos rapel de novo! [...] Para você ver! Se você for falar para outra pessoa, né... que tem 40, 50 anos... nunca fez nada! Fala assim: ‘nossa!’ Eu falo isso e o pessoal fala assim: ‘você é louca! Você é doida! Enfiar no meio do mato...’ [...] a gente vai acampar, tudo, né... ‘isso é coisa de adolescente!’ **Falei: ‘e daí? Que é coisa de adolescente? Você não precisa ter idade para fazer uma coisa... [...] não tem uma parâmetro: ‘ah, isso você não pode fazer, isso aqui...’. É o que eu falo: enquanto tiver perna, vai** (‘Coragem’).

E também tem uma questão de como que **eu venço esses meus medos também... então, eu tenho muito medo de descer, de escorregar, então...** uma vez que ficou muito claro isso para mim, foi lá em Araponga, no pico do Boné, **eu falei: ‘cara, por que eu tenho tanto medo de descer e escorregar? O que isso quer dizer na minha vida? Será que eu tenho medo de falhar, medo de fazer errado? Medo de... parecer ridícula... não sei, né!’** (‘Artista’).

Os comentários destacam uma intencionalidade voltada para o aperfeiçoamento de si, ou seja, apontam para o sentido do “cultivo de si”, já mencionado. Em meio às incertezas, dificuldades e imobilismos que a vida adulta apresenta, a prática da caminhada na “natureza” ajudaria a lembrar das possibilidades, independente de padrões pré-estabelecidos da sociedade. ‘Engajada’ e ‘Objetiva’, por sua vez, também trazem essa perspectiva do “para si”, mas realçando outros elementos. Como moradoras de São Paulo, evidenciaram sua

necessidade de se “reencontrar na natureza”, ou seja, de recuperar as energias, as “conexões” com a “natureza” que, para elas, se perdem em meio à vida na cidade. Logo, suas ideias também se associam a certos elementos da espiritualidade não-convencional, uma vez que associam esse bem-estar “para si” e autoaperfeiçoamento à experiência de grandeza/encantamento gerada pelo contato com a “natureza”. Nesse sentido, ‘Engajada’ aponta:

[...] depois que eu comecei a ter esse contato com a natureza, **eu comecei a ter uma conexão muito maior com o todo, assim...** então, desde bichos na cidade grande, eu faço trabalhos... eu tento resgatar, eu tenho um carinho, um amor muito grande, assim... e tudo isso foi desenvolvido por esse contato com a natureza. **Eu comecei a conhecer um pouco mais e a me entender um pouco mais... e entender como parte de um todo.** Então, para mim mudou demais minha relação com o todo (‘Engajada’).

Essa perspectiva também destaca uma conotação afetiva ao falar em “carinho” e “amor” e, com isso, entendo que essa espiritualidade não-convencional se liga, ainda, aos gostos pessoais dos sujeitos — certos fragmentos da “natureza” que são selecionadas porque oferecem sensações e sentimentos positivos para si. Assim, o ambiente que reúne tais elementos é considerado de “natureza”, oportunizando o almejado bem-estar em corpo e mente aos sujeitos. Contudo, acho importante apontar que associar tais elementos — calma, paz, tranquilidade — ao contato com a “natureza” é parte de uma construção pertencente ao imaginário das populações urbano-industriais. É preciso tomar muito cuidado ao colocar essa construção como universalizável, relacionando esses valores e ideias como significativas de mudanças complexas — associadas ao nível planetário<sup>103</sup>. Compartilho da apreensão de Solnit (2016), quando a autora coloca que sua “[...] preocupação é que sinonimizar o amor pela natureza com certas atividades de lazer e com o prazer visual deixa de fora pessoas com outras predileções e incumbências” (SOLNIT, 2016, p. 257).

Além disso, ao pensarmos em nossa realidade contemporânea, é imprescindível associar a busca pela “natureza” às articulações midiáticas e de mercado. Afinal, não é à toa que vemos hoje uma procura imensa por “produtos naturais” — sejam de bem-estar, cosméticos, alimentícios ou até mesmo por atrativos turísticos. Nesse sentido, surge até mesmo um mercado de produtos e serviços associados à concretização das chamadas

---

<sup>103</sup> “Considerando a constituição de sujeitos cuja orientação no mundo pauta-se por valores ecológicos, assim como a emergência de espiritualidades onde a experiência do sagrado está associada ao cultivo de uma interioridade pessoal (self interior) e à aproximação com a natureza, observamos um campo comum de aspirações e horizontes imaginativos em torno de concepções de saúde, bem estar e cura, **tanto em nível individual quanto planetário**” (CARVALHO E STEIL, 2013, p. 302) [grifos meus].



espiritualidades não-convencionais<sup>104</sup>. Portanto, cabe pensar: esses sujeitos que procuram os benefícios do retorno à “natureza” e que são adeptos de uma nova espiritualidade relacionada à natureza se preocupam, por exemplo, com seu consumo de “produtos naturais”? E por se “preocupar” não quero dizer, necessariamente, o investimento no “consumo ecologicamente orientado”, mas se buscam a construção de uma leitura crítica dessa e de outras formas de consumo. Não deveria ser novidade a alta capacidade de adaptação — e apropriação — do mercado que, nesse sentido, transforma “[...] a questão ecológica — um entrave para seu crescimento — em fonte de lucro, tornando-a uma mercadoria e comercializando-a” (BARCELLOS, 2008, p. 113).

Em vista disso, ressalto que a intenção não é descartar quaisquer aberturas e encaminhamentos ligados ao debate ambiental originados da adoção dessas filosofias pessoais e espiritualidades não-convencionais. Afinal, ao considerarmos os ritmos e o modo de vida assumidos em nossa sociedade, é preciso admitir que reivindicações por bem-estar — físico e mental — são definitivamente legítimas. Porém, o apontamento construído aqui visa alertar sobre certo caráter parcial e, por vezes, superficial advindo dessas proposições, no sentido de que “[...] há certa tendência em acentuar o espiritual e o moral, negligenciando as disputas de poderes que envolvem o mundo natural” (BRUHNS, 2009, p. 31). Quero dizer que a adoção desses sentidos (cultivo de si e cultivo do ambiente) como certos para o tratamento da problemática ambiental tem forte centralidade na esfera pessoal e, ao que parece, reforça na visão dos sujeitos uma conotação individualizada desse tema complexo, obscurecendo o debate a respeito das questões estruturais e coletivas tão profundamente envolvidas.

Tal visão, calcada em uma filosofia pessoal que valoriza o engajamento individual, foi expressa com destaque por ‘Engajada’. Quando falávamos sobre a atuação política no âmbito da questão ambiental, ela comentou: “Eu acredito mais em seres humanos que são engajados, né, pessoas que já tomaram essa consciência” (‘Engajada’). De certa forma, todos os sujeitos parecem acreditar há um papel das pessoas no “cuidado” ou na “preservação” da natureza — principalmente, no sentido do que aprendem em suas experiências e o que aplicam desse aprendizado “para o mundo”:

A gente tem que aprender **a respeitar tudo que... não deixar lixo, é... não pisar aonde não deve, não pisar na formiguinha**, afinal de contas é o espaço dela, é você que tá invadindo, não é ela que tá invadindo. [...] Tudo isso, né? **Você tá no ambiente que é do outro. Então, respeito** (‘Energia’).

---

<sup>104</sup> Para maior aprofundamento sobre essa questão, VER: CARRETTE, J. KING, R. Selling spirituality: the silent takeover of religion. London: Routledge, 2005.

[A gente aprende] **Porque você sente a natureza, você começa a perceber que todos os recursos são tirados dela, né, então você começa a ter uma consciência maior, assim... de tudo.** Então, a gente tem esse trabalho... eu agora to fazendo o trabalho de tentar parar de comer carne, então, é um trabalho... sem muita cobrança, é um trabalho gradual e aos poucos ('Engajada').

**Eu acho que é consciência.** O próprio ensinamento da natureza é isso, assim... **se você suja lá em cima da cachoeira, aqui embaixo vai vir a água suja. Então, para você ter a água limpa, você tem que ter a consciência de não tá sujando lá em cima também que é um lugar que talvez você nem vá. Mas é consciência para mim.** Igual.. e é consciência no sentido de consciência mesmo, assim, vou explicar: o pessoal lá que tava falando que era horrível... era rixa de cachorro, né? [...] E comendo um bife de carne desse tamanho assim... comendo a carne, e falando: 'nossa, tadinho dos cachorros, que absurdo!' E isso é... esse sentido de consciência que eu to falando ('Visual').

As colocações compartilhadas apontam que, para eles, o papel do sujeito fica restrito às ações individuais, ou seja, a certos comportamentos e práticas que seriam capazes de concretizar as transformações necessárias. Portanto, a reflexão que têm sobre relação sua relação com a "natureza" fica restrita a sua realidade pessoal, sem se enveredar pelos caminhos de sua atuação no mundo *com o outro*. De toda forma, reforço que isso não quer dizer que mudanças no âmbito pessoal não sejam legítimas, apenas que é preciso se atentar para a real dimensão/contribuição que essas mudanças são capazes de alcançar, uma vez que o engajamento individual pode ser articulado por interesses escusos. Nesse sentido, cabe questionar: restringir as reflexões sobre a problemática ambiental a tal abordagem comportamentalista/individualista opera a favor de quais interesses em termos de uma real transformação da sociedade?

Mesmo mediante a pertinência dessa interrogação, é preciso admitir que a abordagem comportamentalista/individualista mostra sua força nas colocações dos sujeitos e parece ganhar cada vez mais terreno. Portanto, até mesmo em vista disso, é importante destacar sinais que apontam para outros direcionamentos. Reconheço que essas colocações de 'Objetiva' e 'Artista' sugerem um encaminhamento importante para uma reflexão mais ampla:

**Reduzir o consumo. Em qualquer, de qualquer coisa.** [...] Em qualquer sentido. O Brasil, ele tá se tornando... já se tornou, né, um país muito consumista e eu acho que reduzir o consumo de qualquer material, matéria-prima, é um caminho. [...] **Eu acho que as pessoas entraram num modo *status* muito grande** onde elas... eu costumo usar a grande varanda gourmet como um objetivo, porque as pessoas *precisam* ter um apartamento com varanda gourmet. **E assim é com todo o resto das coisas. É o que eu acho. Então as pessoas precisam do carro tal, de um relógio tal, de uma roupa**

**tal, viajar para tal lugar...** eu acho que esses meios de comunicação muito fortes que a gente tem hoje, que são em grande parte muito benéficos, eles tem esse lado ruim. Então, eu acredito que esse seria um modo de reduzir essa coisa... ('Objetiva').

[...] isso começou há uns dois anos... isso começou a me... preocupar de fato. **Então já tem um tempo que eu procuro... to trocando todos os cosméticos que eu uso. A gente vai fazendo o que pode, né...** para cosméticos naturais, é... pensando mesmo no tanto de lixo que eu produzo. Apesar de não ter a minha casa, né? **Dentro da casa que eu moro com meus pais, o que eu consumo, eu procuro ser o mais... cuidadosa possível.** E também, tem a outra contrapartida do que eu compro, também. Eu sempre procuro incentivar aquelas pessoas que... na forma como elas exploram a natureza, no caso do plantio, eu procuro dar preferência para aqueles que tem uma preocupação em não destruir esse ambiente que é... que é... plural, né, diverso ('Artista').

Trazer à tona esses apontamentos direcionados à questão do consumo torna a reflexão de 'Objetiva' e 'Artista' um pouco mais próxima das discussões estruturais e coletivas tão caras à problemática ambiental, uma vez que indicam certa crítica — mesmo que tímida ou fragmentada — à própria lógica produtivista e consumista da sociedade. Nesse sentido, é interessante apontar que suas colocações levantam caminhos diferentes para o enfretamento desse modo de produção e consumo predatório. 'Artista' indica um posicionamento mais alinhado ao “consumidor verde” em que se mantém o consumo, assumindo certa cautela sobre o quê se consome, remetendo ao chamado *consumo sustentável* (LAYRARGUES, 2002). 'Objetiva', por sua vez, coloca a importância da *redução do consumo* e, com isso, transporta a discussão para o consumismo em si, ao invés de uma perspectiva de adaptação voltada apenas ao “padrão de consumo”. Nesse sentido, conforme Layrargues (2002) coloca em questão, vejo que elas transparecem os diferentes discursos inscritos nesse debate, sendo eles:

[...] enquanto a posição ideológica do discurso alternativo é radical e subversiva [criticando o consumismo], a posição do discurso oficial é moderada e conservadora, na medida em que qualifica o consumo como insustentável, pressupondo, assim, a possibilidade da existência de um consumo sustentável. [...] A ideologia hegemônica permite a crítica ao consumo insustentável porque hoje existe um consumo sustentável; no entanto, não se permite a crítica ao consumismo, pois a frugalidade representa uma subversão perigosa demais ao sistema econômico dominante [...] Enquanto a crítica ao consumismo exige a cultura da frugalidade como enfrentamento, a crítica ao consumo insustentável exige a técnica da reciclagem para tornar o consumo sustentável (p. 182-183).

Portanto, é possível perceber sinais desses diferentes discursos nas posições adotadas e expressas aqui que transitam entre posturas mais críticas e mais moderadas. Para além, vale pontuar que 'Objetiva' também menciona a questão do *status*, ou seja, aborda a distinção

social nos termos do consumo. Acho interessante esse apontamento, uma vez que ela menciona “viajar para tal lugar” como um desses objetos de desejo que oferecem *status*, lembrando as colocações de Del Gaudio e Pereira (2014) a respeito da natureza como uma “nova raridade”. Interessante destacar que ‘Objetiva’ nota essa contradição, mas não a estende para as suas próprias experiências e práticas. Nesse sentido, aproveito para enfatizar a grande dificuldade que temos como sociedade, em vista de certos valores hegemônicos instituídos — como o individualismo, a competitividade excessiva, a falta de cooperação e solidariedade, entre outros —, de exercitar a *autocrítica*. Esse exercício de autocrítica, como bem nos explica Loureiro (2007), envolve:

[...] assumir com tranqüilidade que vivemos em sociedade e que, portanto, mesmo quando buscamos ir além da realidade na qual estamos imersos, acabamos muitas vezes repetindo aquilo que queremos superar. [...] Admitir erros, incertezas, inquietações e dificuldades **é inerente ao processo de transformação da realidade e constituição dos sujeitos**, sendo indispensável para refletirmos sobre o que fazemos, o que buscamos e quais são os caminhos que estamos trilhando (LOUREIRO, 2007, p. 67- 68).

Já que caminhar representa “[...] um ato de perturbação da ordem estabelecida” (LABBUCCI, 2013, 22.) que, por sua vez, pode ser perturbação daquela ordem presente em nós, no outro e/ou no mundo, reconheço que a prática poderia viabilizar a retomada desse exercício de autocrítica. Contudo, para isso, exigiria a consideração pelo contexto (humano e natural) porque, caso contrário, Labbucci (2013) nos alerta que caímos na retórica do movimento pelo movimento — ou do caminhar apenas como *meio*. Cabe, então, notar que o caminho das reflexões centradas em comportamentos individuais afasta a associação entre a “natureza” aos aspectos relativos ao coletivo, à dimensão social ou às implicações políticas da questão ambiental e, ainda, da existência do caminhante como “sujeito”. Nesse sentido, pode ser também desfavorável para construir uma consideração crítica pelo contexto (humano e natural) da caminhada, logo, a seguir discutirei um pouco mais sobre a importância dessas considerações a partir das colocações dos sujeitos da pesquisa.

#### **5.3.4 Sujeito-caminhante: a consideração pelo contexto e a caminhada como um *fim em si***

Minha intenção central ao longo desse capítulo interpretativo será articular a vivência realizada — as práticas, as minhas notas e observações de campo — às entrevistas com os sujeitos e, ainda, às reflexões teóricas construídas até aqui. Esse último bloco de reflexão — o

contexto — trata da categoria central tomada aqui: o sujeito-caminhante como aquele que considera o contexto (humano e natural) e significa a caminhada como um *fim em si*. Nesse sentido, dentre os posicionamentos assumidos pelos sujeitos da pesquisa existiram alinhamentos e desalinhamentos com nossa categoria central. Portanto, precisei pensar suas aproximações a outras categorias e, assim, reconheci certos movimentos nesse processo de *fazer-sujeito* pela caminhada.

Logo, foram delineadas outras categorias com intuito abarcar tais proximidades ou distanciamentos, denominadas: *visitante*, *trilheiro*, *caminhante* e *sujeito-caminhante*. Explícito ainda que essas categorias se afirmam a partir do recorte dessa pesquisa, portanto, se referem aos praticantes das caminhadas nos parques como uma forma de uso público. Temos, então, quatro categorias definidas a partir de referências teóricas, mas também por conta das visões, posturas, ideias e significados compartilhados pelos sujeitos da pesquisa durante a vivência em campo. Elas advêm, portanto, da *minha interpretação* quanto aos sentidos e significados compartilhados pelos sujeitos da pesquisa.

Esclareço também que não pretendo, com esse exercício de categorização, determinar os posicionamentos e/ou as reflexões apresentadas pelos sujeitos, logo, a intenção não é criar uma classificação estanque. A intenção também não é determinar características e/ou qualificações fixas sobre ou para o “sujeito-caminhante”, uma vez que o compreendo a partir de uma perspectiva dialógica. Na verdade, penso que essas categorias podem contribuir para a reflexão sobre o *fazer-se sujeito-caminhante*, uma vez que os sujeitos da pesquisa se mostram mais ou menos alinhados a esse processo. Destaco que, com isso, pretendo salientar as possibilidades e os desafios para o encaminhamento e a concretização desse processo de formação do sujeito-caminhante — ou seja: do processo de *fazer-se sujeito pela caminhada*.

Escolho a imagem abaixo para representar as categorias delineadas porque vejo que ela demonstra tanto a flutuação desse processo, no sentido de que a identificação com uma ou outra categoria não é determinação ou fechamento. Além disso, a imagem também demonstra certa movimentação, remetendo a um fluxo, que faz pensar nesse processo como sendo constante. Assim, entendo que os sujeitos da pesquisa ora se aproximam, ora se afastam de cada uma das categorias, dessa forma, todas as categorias são articuladas entre si, logo, sua compreensão se dá a partir de um *continuum*.

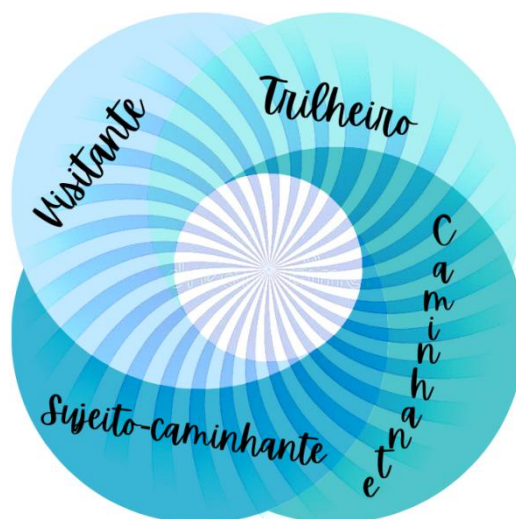


Figura 22 - Figura representativa das categorias de análise da pesquisa. Fonte: Elaboração própria.

Por tudo isso, o visitante é tomado aqui como aquele que não considera o *ato de caminhar* no horizonte de sua atividade, isto é, a centralidade de sua prática é a visitação aos “atrativos naturais” — aos fragmentos da natureza presentes ali — com as facilidades oferecidas. Já o trilheiro é considerado como o praticante de *trekking*, ou seja, é aquele que *anda* pelas trilhas e, para ele, a caminhada é tanto uma atividade física para desenvolvimento de suas habilidades — remetendo a aspectos de um esporte — quanto um *meio* para o contato com a natureza. O *trekking* se liga ao esporte porque se importa com o desempenho — com a dificuldade, a velocidade, os equipamentos, a técnica —, já a caminhada, não. O caminhante, por sua vez, é tomado como aquele que se reconhece assim, ou seja, o próprio sujeito é quem reivindica essa identificação. Além disso, é aquele que se envolve com a *caminhada* para *além* da atividade física e, nesse sentido, a caminhada não se resume a utilidade explícita do movimento físico, portanto, no sentido encaminhado pelo caminhante, a prática tem um significado próprio. Por fim, cabe reforçar que o sujeito-caminhante é tomado como aquele que além de significar a caminhada como um *fim em si* — não apenas como um *meio* —, também apreende *o contexto* (humano e natural) em que se insere, refletindo criticamente sobre ele.

#### 5.3.4.1 Apreensão do contexto “natural” ou apontamentos sobre a relação dos sujeitos com natureza “não-humana”.

Nesse primeiro momento de discussão falarei sobre o contexto em um sentido da natureza “não-humana” a fim de apresentar as visões de “natureza” compartilhadas pelos

sujeitos, uma vez que acredito que essa visão é o ponto de partida dos sujeitos para apreender o contexto em que se inserem. Como apontado anteriormente, os sujeitos têm, em geral, uma percepção fragmentada, principalmente, quando falamos da natureza no contexto do seu dia-a-dia. Portanto, se tomarmos as categorias apresentadas, considero que essa ênfase nos *fragmentos de natureza* se alinha muito mais à categoria do *visitante*. Isso não quer dizer, necessariamente, que todos os sujeitos entrevistados se adéquam a essa categorização, mas enfatiza o trânsito entre todas as categorias trabalhadas, já que as visões dos sujeitos passam mesmo por esse entendimento. Mesmo assim, cabe apontar que ao falarmos sobre *o que é natureza* para eles, ou seja, qual é a visão de natureza que nutrem, algumas respostas seguiram em outra direção, como mostram essas colocações:

**Nós somos natureza.** Nós viemos da natureza e nós vamos voltar para a natureza. [...] **Eu sou a natureza e a natureza está em mim** ('Energia').

**É tudo. Sim, tudo é natureza...** É a vida, né...?! ('Coragem').

É porque **tudo é natureza, né?** ('Visual').

É interessante pensar que essas considerações foram feitas pelos mesmos sujeitos que colocam a “natureza” como aquilo que tem “a menor intervenção humana possível” ou que enxergam o “homem” como destruidor. Apenas quando trouxe à tona essa pergunta, eles mencionaram quaisquer elementos relacionados à natureza como “tudo” e, ainda, como “nós”. Em geral, suas visões variaram entre a “natureza” idealizada — “selvagem” — e a “natureza” como “recursos naturais” trazidas a seguir:

O nosso destino é sempre a natureza. **Assim, natureza selvagem, se possível,** e preservada. Não adianta você ir pra um lugar onde você vai ver tá... **que tem muita gente,** que não tá sendo bem cuidado... né? ('Coragem').

Natureza. Trilha, cachoeira... [...] Praia bonita... **lugares que não tem muita gente, assim, né...** que é mais contemplativo ('Engajada').

Eu acho que **todos os recursos que a gente tem hoje, todos os mais essenciais vem da natureza.** Por isso, ela tem uma importância essencial, fundamental na minha vida ('Objetiva').

É... a real motivação, assim, de vir para Aiuruoca é porque a gente imaginou que não estaria tão cheio e a gente gosta de... **de ter esse contato mesmo, né, com a natureza numa forma... mais tranquila.** [...] é uma tranquilidade que eu acho que dá para viver melhor essa experiência da natureza. **Assim... então, a gente quis um lugar vazio** ('Visual').

Ah, eu adoro lá [Ibitipoca], assim... Só que as últimas vezes que eu fui... Parecia... **Tava parecendo outro lugar, de tão cheio que tava** ('Visual').

Parece que, para os sujeitos, o contato com a natureza tem autenticidade, ou seja, só pode ser um contato legítimo quando “não tem muita gente”. Penso que isso expressa também o entendimento de que “nós” não somos considerados parte da natureza e corroboro com Del Gaudio e Pereira (2014) quando afirmam que: “Não basta dizer que a segunda natureza é a natureza original humanizada. É preciso ter em conta que essa humanização atinge, inclusive, nosso próprio estranhamento da natureza de que somos constituídos” (p. 219-220). Logo, se tomarmos o *trilheiro*, por exemplo, é preciso considerar que, assim como o visitante, essa figura também reproduz uma visão fragmentada. Isso porque a atividade do *trekking* retrata mesmo a *seleção* de fragmentos da natureza esteticamente desejáveis para realização da prática — o arquétipo da montanha, da floresta (SERPA, 2012).

Portanto, pelas colocações apresentadas, percebo que a apreensão do contexto da natureza “não-humana” construída pelos sujeitos se dá mesmo por lentes dicotômicas. Isso mostra que temos, realmente, uma profunda dificuldade de enfrentar a dicotomia entre sociedade e natureza, já tão enraizada em nosso pensamento. Contudo, sabemos que a força dessa dicotomia não passa — nem passou — sem consequências, afinal, nessa lógica “[...] a natureza é, por excelência, o lugar da exterioridade. Mas como o que é exterior não pertence e o que não pertence não é reconhecido como igual, o lugar de exterioridade é também um lugar de inferioridade” (SANTOS *et al.*, 2005, p. 25). Há, portanto, uma grande contradição inscrita nesses posicionamentos, uma vez que mesmo as pessoas que expressam certa sensibilidade com a problemática ambiental, continuam a reproduzir tal “exterioridade” e com ela a noção de “inferioridade”. Cabe reforçar, ainda, o próprio movimento de idealização da natureza presente nisso tudo, já que nessa visão ignoram-se as relações e processos de produção da natureza, tomando-se apenas sua aparência mais imediata (exterior).

A importância dessa aparência, ou seja, da visualidade também esteve muito presente em nossas conversas. ‘Visual’ chegou até a explicitar a importância da “estética da natureza” para sua experiência: “[...] no contato com a natureza... você até falou do som... para mim é visual! Porque é a estética, para mim, a estética da natureza. Ela tem a sua estética própria” (‘Visual’). Outros sujeitos acompanham esse sentido, colocando que:

Ah, sim. Aonde nós vamos depois, que a gente descer, nós vamos parar ali, que eu disse que tem uma surpresa... [...] **É um local muito legal. É muito legal... de vista.** É... Vocês vão ver (‘Energia’).

Mesmo tendo [feito a caminhada pela segunda vez]... **é sempre a paisagem da natureza se renova**, então, nunca é a mesma coisa. [...] **A natureza, a paisagem** [que marca] (‘Energia’).



[O que chamou sua atenção?] Então... **logicamente a vista, né?** Com certeza ('Coragem').

Ah, o que me chamou atenção, assim, dessa trilha específica foi que... essa parte antes da trilha, que você vê claramente que é uma área degradada, assim... é pasto, fazenda. E aí para mim, **a partir da entrada da trilha ali, começou a ficar bonito. Porque a floresta é totalmente preservada, né,** então... e é bem isso que eu te falei, que é o que eu busco nessas viagens, nesses roles (sic). **Que é essa estética da natureza mesmo, de não ter intervenção nenhuma, assim, de nada.** Até antes da gente entrar na trilha ali, é... sei lá, um lugar comum. Mas a partir do momento que você pega a floresta... e cachoeira só... é esse sentimento que eu gosto assim, de você experimentar mesmo a natureza ('Visual').

Entendo que essas colocações remetem a uma assimilação da “*natureza*” como *paisagem*. Esse sentido está associado à intenção de dar à natureza — que é o todo, a totalidade — o significado de paisagem em um sentido cênico e, portanto, como cenário externo para as suas práticas. Reconheço, aí, um processo de valorização estética da paisagem — ou estetização da natureza como paisagem — que pôde ser bem percebido em campo tanto pelas percepções e sentidos que os sujeitos compartilharam durante as práticas — como, por exemplo, a indispensabilidade das fotografias para alguns ou o encantamento em tom de exaltação de outros — quanto em suas falas durante as entrevistas. Nesse ponto, vale apontar, ainda, que todos os grupos fizeram muitas referências sobre outras caminhadas, outras viagens, outros picos, outras cachoeiras e afins que já conheceram. Percebi, com isso, que o relato de suas vivências e práticas é algo muito importante para eles, por isso, fico pensando se isso tem a ver com uma questão de troca e compartilhamento ou com uma questão de comparação e *status*, afinal, há mesmo uma tendência para esses relatos servirem como um fator de distinção social. Sobre seus relatos, durante a entrevista, os sujeitos trouxeram os seguintes apontamentos:

Ah, o Atacama é **mágico**. Não sei... você vê que você é muito pequeno. Acho que eu me senti desse tamanho assim [assinalando]... mediante aquela amplitude, aquele frio, né... aquela... **não sei, é uma coisa muito inexplicável assim, você vê que você é muito pequeno...** [...] É a mesma sensação que a gente tem quando olha para o pico do Papagaio... de que a gente é muito pequeno... [...]. Fala: ‘gente, eu sou um nada perto de tudo isso’. Então... é essa sensação que eu tive maior, assim, de ser uma nada ('Engajada').

[...] eu acho que o Caparaó. Foi um dos que mais me marcou, assim... porque **lá é uma montanha gigante, né [...]** **Eu achei lá, assim, o máximo de Minas Gerais. Assim, porque você fica mais alto que o alto. E aí... só que na verdade eu já gostei muito, assim, disso... que era o máximo possível.** E as cachoeiras do parque e tudo... eu achei elas muito diferentes, assim. [...] Aí, fora esse, é Parnaiooca, que é a praia que tem menos intervenção de Ilha

Grande. Que tem só um ou dois campings lá. **E de civilização assim, a única coisa que tem, é umas ruínas no meio da floresta que nem dá pra ver direito** ('Visual').

É, é sensacional! É uma trilha que você sai da praia de Parnaioca e vai para duas praias de reserva, praia do Leste e a praia do Sul. **Aquilo é maravilhoso também, que você olha assim...** e eu entro numa viagem, assim, quando os... Eu falo: 'gente, quando os europeus chegaram aqui, eles devem ter ficado malucos!' **De fato! Porque é uma configuração muito bonita assim, essa de litoral que você tem aquela praia, areia, restinga e depois pá (sic)! Aquela montanhazona (sic) assim.** Você fala: gente, isso deve ser... deve ter sido muito... impressionante para eles mesmo ('Artista').

Vejo que a ênfase no relato de outras vivências para fins de distinção social pode se relacionar com as categorias de visitante ou trilheiro delineadas aqui, porém, percebo mais força para o trilheiro, já que uma característica do trilheiro seria a supervalorização de suas habilidades e de seu desempenho. Com isso, o sujeito afirma uma comparação que remete a certa competitividade e um interesse voltado para a máxima do "quanto mais, melhor". Entendo que com isso fortalece-se um movimento mais de fechamento do que troca e, nesse sentido, as possibilidades do fazer-se sujeito pela caminhada se perdem.

Além disso, é possível perceber nas referências acima aspectos relativos ao encanto, à magia, enfim, à exuberância da "natureza" que revelam certa idealização. Assim, levando em conta a força da visualidade comentada pelos sujeitos, penso que essa idealização enfatiza o sentido estético e compreendo que, para os sujeitos, a paisagem não assume aquela conotação geográfica em que são considerados seus elementos e características territoriais ou políticos<sup>105</sup>. De outra forma, a paisagem é assumida mesmo pela perspectiva estrita da visualidade. Entretanto, sabemos que natureza não é sinônimo de paisagem<sup>106</sup>, porém, ao mesmo tempo, acredito que essa sinonimização em si traduz certa visão de natureza.

Tal ênfase na estetização da "natureza" como paisagem afasta a apreensão das questões sociais e políticas envolvidas na questão ambiental. Não quero dizer que a estética, em si, não envolve essas questões, muito pelo contrário. Na verdade, penso que o que é enfatizado pelo contexto dos parques dificulta esse aprofundamento, já que essa estetização

---

<sup>105</sup> Refiro-me às considerações sobre a paisagem para além do ponto de vista estético, ou seja, tomada como "[...] um território produzido e praticado pelas sociedades humanas, por motivos que são, ao mesmo tempo econômicos, políticos e culturais [...] A paisagem seria como um tipo de geografia objetiva, uma escrita na superfície da Terra, produto nem sempre consciente nem intencional (mas também pode ser) das atividades humanas" (BESSE, 2014, p. 27).

<sup>106</sup> Nesse sentido, cabe esclarecer que, na Geografia, o conceito de paisagem é (ou pode ser) tomado a partir de diferentes abordagens. Para melhor compreensão, VER: BESSE, J. M. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

acaba servindo a outros propósitos — como a mercantilização<sup>107</sup>. Obviamente, essa visão não se constrói pela influência única ou determinante do contexto dos parques, contudo, acho pertinente apontar que ela existe e que provoca esse efeito, afinal, os parques estão mesmo centrados na perspectiva da “beleza cênica” das paisagens. Nesse sentido, Del Gaudio e Pereira (2014) também apontam para a apropriação dessa natureza/paisagem “[...] enquanto simulacro, porque o controle sobre os componentes e a paisagem é quase total [...] e o resultado corresponde a uma beleza cênica, um cenário ideal” (p. 214-215).

Como já abordado, a visão dos sujeitos da pesquisa está intrinsecamente ligada à estética da “natureza selvagem”. Por isso, ressalto também que, em todos os âmbitos da vida social, existe a construção de uma estética hegemônica que se coloca como “modelo”, logo, é possível que a própria estética da “natureza selvagem” idealizada pelos sujeitos assumam esse papel. Assim, a “seleção” dessa estética como aquela que tem valor (simbólico ou monetário) leva a pensar: “Se somente algumas espécies ou biomas [ou paisagens] são merecedores de atenção, porque mais ‘bonitas’ ou mais ‘úteis’, qual a concepção de vida está efetivamente sendo valorada/valorizada?” (DEL GAUDIO E PEREIRA, 2014, p. 224). Aponto, ainda, que essa formulação destaca muito mais um sentido de fragmentação e saliento o importante alerta feito por Solnit (2015) de que: “Caminhar pela paisagem pode ser uma demonstração de um legado específico e quando é tomada equivocadamente por uma experiência universal, aqueles que dela não partilham podem ser vistos como menos sensíveis à natureza” (p. 257). Logo, cabe pensar a postura tomada pela própria gestão dos parques que, de certa forma, contribui para fortalecer essa experiência *específica* (e essa estética) como universal e, portanto, reforça um movimento inadequado.

Por tudo isso, cabe reconhecer que os sujeitos da pesquisa apreendem o contexto da natureza “não-humana” pela construção estética da “natureza selvagem” e pelos sentidos que essa construção toma. Logo, vejo que essa construção tem relevância para as diferentes categorias em sentidos particulares. Para os visitantes, a estética da “natureza selvagem” se apresenta enfatizando o sentido de natureza “boa, bela e dócil”, à disposição ali para seu agrado e bem-estar. Já para o trilheiro, essa estética enfatiza a noção de explorar, de desbravar aquela natureza no contato, vencendo os desafios que ela impõe e reconhecendo, com isso, a

---

<sup>107</sup> Esse processo de mercantilização das paisagens nas UCs, por sua vez, tem muita relação com a centralidade do turismo no uso público. Portanto, cabe destacar que uma abordagem voltada para outros elementos, que não o consumo, é importante para enfrentamento desse processo. Sobre esse processo, VER: SANTOS, M. C. C. A. **A Mercantilização da Paisagem Natural nos Parques Nacionais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2014.

sua grandiosidade. O caminhante seria aquele que, mesmo partindo dessa estética, se direcionaria para uma reflexão crítica de sua hegemonia. Logo, o sujeito-caminhante representa um movimento de enfrentamento à essa hegemonia, buscando, com isso, a desconstrução dessa ideia de “natureza selvagem”.

#### **5.3.4.2 Apreensão do contexto “humano” ou apontamentos sobre a relação dos sujeitos com a realidade local.**

Partirei agora para nosso segundo momento de discussão, pensando sobre a apreensão que os sujeitos têm do contexto social — levando em consideração sua relação com o entorno e até uns com os outros, mas, também, seu contato e interesse pela realidade local. A partir do contato com os sujeitos durante a vivência no PESP, foi possível assinalar uma falta de conhecimento aprofundado sobre o parque em si e, também, sobre o entorno. Nesse sentido, algumas pessoas, inclusive, se mostraram bastante confortáveis destacando que buscam mesmo é o “contato com a natureza”, deixando implícito que o seu objetivo não inclui, necessariamente, esse contato ou essa troca.

Contudo, alguns trouxeram comentários apontando seu interesse em conhecer e se inteirar sobre a realidade local, apontando que não haviam realizado esse contato “ainda”, uma vez que tinham chegado à cidade há poucos dias e/ou porque tinham que retornar para casa logo. De certa forma, ao falarmos sobre o contato com a cidade e com a realidade local, dá para notar uma ponta de “justificativa” em suas colocações:

Sim [temos esse contato]. Ibitipoca, por exemplo, que foi um lugar que a gente foi muito... Eu, né, com ele... eu sempre fui com ele. Variou, assim... A gente sempre... Deu uma volta. Já fomos, demos uma volta de doidão, assim, vai e conversa com o pessoal. **Mas, muitas... Algumas vezes a gente vai só pra ficar no camping mesmo, só quieto. Tem uns lugares que não tem cidade perto, por exemplo, Serra Negra que a gente foi... Mas eu gosto de conhecer também, então, aqui... Eu quero ler ali... O que eram essas instalações aqui, eu acho importante** (‘Artista’).

**Ainda não, né [tivemos esse contato]. Porque a gente chegou ontem a noite.** Então a gente chegou, já foi para a virada e viemos para cá. **Então, ainda não. Mas a gente sempre procura nos lugares que a gente vai conhecer os locais.** Tanto que a gente pensa, que nem... ah, restaurante gourmet...?! Não, a gente não quer! (‘Engajada’).

**Não, por enquanto não [tivemos esse contato]. Porque a gente está numa zona rural.** Bem afastado. Como chegamos ontem à noite, a gente saiu hoje de manhã cedinho, não deu ainda. [...] **a gente vai embora amanhã, né...**

[...] É, porque a gente só conseguiu dois dias esse feriado. O Gabriel tinha que trabalhar também... ('Coragem').

Entendo que esses apontamentos anunciam uma noção de que, para eles, esse contato poderia (ou deveria) ser (mais) importante. Quero dizer que: parece que alguns dos sujeitos tem (cons)ciência da relevância de se atentar para esse contexto, mas acabam absorvidos na “busca pela natureza”. Mais uma vez, então, esses posicionamentos demonstram a relevância das categorias do visitante e do trilheiro, posto que são guiados por esse contato com a natureza como único propósito. O ímpeto de encontro com essa natureza idealizada é tão forte que, por vezes, a própria potencialidade da viagem como um todo — no sentido da experiência — acaba sendo desconsiderada.

Nesse sentido, destaco que muitos deles comentaram também que estavam passando um, dois ou, no máximo, três dias em Aiuruoca e, ainda, muitos já tinham passado em outros destinos ou estavam indo para outros destinos após, ou seja, planejaram suas viagens para visitar vários locais diferentes<sup>108</sup>. Até por isso, o contato com a realidade local fica restrito, precisa ser bem pontual. Isso pode ter a ver com o próprio caráter da viagem, afinal, a intenção, muitas vezes, é aproveitar os poucos feriados que se tem “ao máximo” — nesse caso, “consumindo” tantos destinos quanto forem possíveis, já que “[...] programa-se a natureza para as próximas férias, o feriado, os fins de semana, uma vez que ‘tomar contato com a natureza’ virou propaganda e símbolo do desfrute/reposo hodierno” (DEL GAUDIO E PEREIRA, 2014, p. 224).

Porém, esses “destinos turísticos” — principalmente em se tratando da localização dos parques, conforme já tratado anteriormente —, são, em geral, povoados e vilarejos constituídos por populações rurais que se configuram a partir de hábitos, temporalidades e sociabilidades muito distintos daqueles configurados pela lógica urbano-industrial. Portanto, a inserção dos praticantes de uso público ali tem efeitos em suas vidas e em seus modos de vida e, por isso mesmo, levar em consideração o contexto social implica refletir sobre esses efeitos — ponderar sobre a responsabilidade inscrita nesse movimento feito pelo sujeito que, por mais que envolva questões amplas e estruturais, envolve também sua postura ali.

Entendo que o caminhante seria aquele que mostra indícios sobre seu investimento nessa reflexão, demonstrando, assim, um passo inicial em direção ao processo de fazer-se sujeito pela caminhada. Isso porque se o caminhante é aquele que se autodenomina assim, é justo compreender que essa identificação acompanha uma ponderação sobre si, ou seja, sobre

---

<sup>108</sup> Os principais foram Carrancas e São Thomé das Letras, mas também os parques da Serra Negra da Mantiqueira e de Ibitipoca.

seu posicionamento e sobre a intencionalidade de sua prática. Esse é um fio condutor para pensar, então, nessa relação com o contexto social que está se inserindo, com outro que se encontra ali, com a realidade que se está adentrando. Obviamente, esse não é um processo espontâneo, automático, mas reconheço que esse processo se inicia pelo reconhecimento de si como caminhante.

Contudo, mediante nossa vivência em campo, percebo que essa relação com a realidade local, em geral, não tem um papel central ou reflexivo para o sujeito e que, quando tem, assume mais um caráter secundário ou pontual. De certa forma, a dicotomia entre sociedade e natureza mostra sua concretude nesse sentido, uma vez que os sujeitos mostram pouca capacidade de articular e/ou inscrever sua “visita à natureza” à realidade local (as pessoas, suas vidas e modos de vida, o movimento local e afins). Nesse sentido, lembro que quando falei sobre o *fazer-se sujeito pela caminhada* — sobre a potência do caminhar — salientei alguns pontos que só podem ser contemplados quando há a consideração pelo contexto: a troca, o contato, o reconhecimento do outro, a manifestação da diferença. Entretanto, parece mais que em tempos atuais, como nos mostra Del Gaudio e Pereira (2014), é a homogeneização que ganha terreno nas relações — ou seja, os diferentes grupos repetindo o mesmo “*modus operandi*” de uso público. Logo, fica a constatação da debilidade de concretização desse processo, uma vez que o contexto social é tomado como isolado da prática de uso público que é realizada no parque.

Assim, penso que as duas esferas aqui tratadas — contexto da natureza não humana e contexto social —, estão conectadas e, portanto, se interpenetram, por isso, não podem ser tratadas isoladamente. A desconsideração por essa conexão aniquila a potência do caminhar, posto que o olhar, o pensar e o refletir para/sobre esse contexto integralmente estimula as provocações, os questionamentos e, com isso, as (possíveis) transformações. Dessa forma, como bem coloca Labbucci (2013), é o contexto que “[...] nos leva a fazer perguntas a nós mesmos e nos obriga a fazer outras” (p. 10) e, sem isso, continuamos muito mais preocupados apenas com as respostas — prontas, já acabadas.

Por isso, relaciono essa consideração pelo contexto à leitura que o sujeito faz sobre aquela realidade em que se insere, afinal, se não há reflexão, seguimos para o uso público encaminhado mais pelo consumo do que pela experiência. Portanto, vejo que a desconsideração pelo contexto torna os sujeitos mais suscetíveis a se aceitarem ou se verem como “consumidores de atrativos”, uma vez que é considerando o contexto que nos aproximamos de (re)conhecer aquela realidade, aquele parque como público e, com isso, nos tornamos capazes de engajar em um uso coletivo. Logo, essa postura em relação ao contexto

(humano e não-humano) expressa ainda elementos sobre o significado que os sujeitos dão ao ato de caminhar, afetando também o alinhamento dos sujeitos às categorias delineadas.

O visitante, por exemplo, pode ser visto como aquele que mais se associa ao “consumidor de atrativos” pelo seu interesse estrito em fragmentos de natureza, sem atribuir um significado próprio ao caminhar. Já o trilheiro, apesar de também mostrar uma ênfase nos atrativos, coloca uma motivação além, imbuindo a caminhada de um sentido de superação e aprimoramento (físico e mental) possibilitados pelo contato com a natureza. O caminhante, então, se aproximaria de um movimento de reflexão mais fundamentado. Isso porque ao trazer um significado próprio para o ato de caminhar, ele se abre aos questionamentos, ao pensamento prático e, portanto, à reflexão sobre si, sobre o outro, sobre o contexto. Obviamente, é um processo que pode ou não se concretizar e que, mesmo se concretizando, exige sempre uma atualização ou poderíamos dizer: exige o constante esforço de contextualização. Tendo isso em mente, partirei para nosso último ponto de reflexão que será dedicado a refletir um pouco mais sobre essas categorias e relacioná-las aos sujeitos da pesquisa e à vivência em campo.

### **5.3.5 Categorias em debate: o significado da caminhada para o visitante, o trilheiro e o caminhante.**

Por tudo isso que foi discutido, destaco que nossa concepção sobre a natureza é socialmente construída e que essa concepção norteia nossas práticas sociais conferindo-lhes significados — e valores simbólicos, monetários ou simbólico-monetários (DEL GAUDIO E PEREIRA, 2014). Portanto, no que concerne ao *ato de caminhar*, percebo que a visão apresentada pelos sujeitos atribui uma posição secundária do caminhar. Nesse sentido, reconheço que para eles o *ato de caminhar* é significado fortemente ***apenas como um meio*** para o contato com a “natureza”. Logo, aponto que a maioria não se considerou “caminhante” — sendo eles: ‘Engajada’, ‘Objetiva’, ‘Energia’, ‘Coragem’.

A identificação de si como “caminhante” não parece apropriada para esses sujeitos, talvez, pela compreensão de que o caminhar não tem um significado próprio, uma vez que a razão primordial para a prática é o “contato com a natureza”. A colocação de ‘Engajada’ (acompanhada por ‘Objetiva’) a seguir traz de maneira bem direta isso:

Eu... assim, nas caminhadas eu sofro bastante porque eu tenho problemas no joelho, então, eu supero essa dor, para estar em contato. **Não é só... não é a**

**caminhada em si, o ato de caminhar... mas o contato mesmo**  
(‘Engajada’).

Visto que, aqui, o caminhante é tomado, à primeira vista, como aquele que se reconhece como tal, considero, então, que esses sujeitos se alinham às outras categorias trabalhadas. Entendo que o *visitante* exemplifica certo movimento de lazer presente na postura, nas ideias e nas colocações de ‘Engajada’ e ‘Objetiva’. Elas transmitem uma intencionalidade pautada pela busca do bem-estar que se espera alcançar a partir do contato com certos fragmentos de natureza (“atrativos”) presentes nos ambientes da natureza boa, bela e pacífica. Quando comentou sobre sua motivação para a prática, ‘Objetiva’ mencionou que: “Ah... Eu acho que conhecer uma cachoeira nova também... eu tenho esse objetivo aí”. Nesse sentido, a caminhada não é necessariamente desejada porque nem se considera a caminhada como alvo de reflexão, logo, ela é tomada como utilitária e torna-se algo a ser superado para alcançar o que se almeja de verdade.

Já o *trilheiro* também é movido pelo desejo do contato com a natureza, porém, considerando a caminhada como a atividade física que permite esse contato. Nesse sentido, ele pensa sobre a caminhada como uma prática a ser aprimorada para alcançar seu melhor desempenho naquilo. Por isso, aponto que o trilheiro se preocupa com o *andar* (em contraponto ao caminhar), já que sua intencionalidade remete à técnica. Além disso, nesse sentido, há maior destaque para a escala individual da prática, preocupando-se em pensar *seu* nível de experiência, *suas* habilidades, *seus* equipamentos que permitem aprimoramentos e afins. Vejo que as ideias de ‘Energia’ e ‘Coragem’ se alinham mais a essa categoria, tanto por suas posturas durante a caminhada, pela ênfase em seus conhecimentos e equipamentos e, ainda, por remeterem à distinção social — com apontamentos sobre viagens e destinos já conhecidos, ou seja, desafios já superados que reforçam suas capacidades e habilidades para estar ali. Identifico, aí, uma postura mais instrumental que remete ao andar ou, talvez, à caminhada como um esporte — que também poderia ser referenciada como *trekking*.

Cabe aqui um adendo importante para ressaltar que o *ato de caminhar*, conforme pensado nessa pesquisa, não alude ao *trekking* que, por sua vez, diz respeito a uma atividade física de aventura na natureza. Como já discutido ao longo desse trabalho, o ato de caminhar, aqui, é reconhecido por sua dimensão físico-corporal, contudo, destaco o caminhar por seus significados culturais, ou seja, como uma prática social conferida de valores simbólicos. Tendo isso em mente, considero o *caminhante* aquele sujeito que toma a caminhada para além de uma relação instrumental, no sentido exposto por Labbucci (2013) de que caminhar “[...] não se mede pela eficiência e pela eficácia. Caminhar é, ao mesmo tempo, meio e fim,



travessia e meta; nele predomina a dimensão do prazer e da curiosidade como fim em si, não como instrumento para qualquer outra coisa” (LABBUCCI, 2013, p. 28).

Assim, é possível notar um pouco dessa visão em ‘Artista’ e ‘Visual’ que, inclusive, foram os únicos que se consideraram caminhantes. Sobre o ato de caminhar, eles trouxeram o seguinte:

A caminhada, ela é o caminho... justamente! O objetivo não importa, o que importa é o caminho. **Acho que ela é o jeito de chegar lá na cachoeira. Mas a resposta não tá em chegar lá na cachoeira** e ver a cachoeira. Tá em tudo, assim... o desafio de fazer a trilha, o desafio de subir lá, onde você agarra... [...] **Tem [um significado em si]... ela não é a melhor parte do bolo, mas ela é a forma do bolo.** Não tem como você comer a melhor parte, sem ter o resto (‘Visual’).

Eu acho que... o caminhar ele é uma... uma... **uma grande oportunidade de autossoberania**, digamos assim. Porque é você, apenas. A gente tem vários artefatos que nos ajudam, né... o “cinco dedos”, a bota, a capa de chuva... mas é um ato de muita soberania, assim, eu acho que é... realmente, foi uma grande libertação, assim. E é o que me permite ter experiências, como vou te explicar? É o... porque o andar é diferente de caminhar, né? É... o andar ele tem uma funcionalidade, eu ando ali para pedir a moça para eu pegar... para me dar um pedaço de bolo. **Mas o caminhar, ele é para mim, um ato de autossoberania, de autoconsciência, de desenvolvimento da presença e da nossa capacidade de um olhar artísticos.** Então, assim, quando eu saio para passear com meu eu artista, eu geralmente to caminhando. E é um passeio que eu faço em Juiz de Fora, às vezes no parque Halfeld... é um... que ativa esse outro olhar. Talvez, essa... eu fiz toda essa explicação porque eu queria que ficasse bem entendido o que eu queria dizer com autossoberania (‘Artista’).

Como é possível ver por essas colocações, eles também foram os únicos que trouxeram um significado próprio para a caminhada — a caminhada como um *fim em si* — se alinhando, portanto, à categoria de *caminhante*. Além disso, vejo que as colocações de ambos trazem elementos interessantes para pensar as posturas desse caminhante. ‘Visual’, a partir de uma metáfora, apontou a importância do *caminho* em contraponto à supervalorização do destino (a cachoeira, o atrativo), remetendo aos aspectos de uma experiência. Assim, sua fala traz a tona o sentido da experiência como “[...] aquilo que ‘nos passa’, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma” (BONDÍA, 2002, p. 26). Logo, nesse sentido, o caminhar seria mesmo uma experiência transformadora quando considerados os elementos do *caminho* e não apenas do destino alcançado. O que importa é o movimento, o exercício da presença “ali e agora”, o enfrentar os desafios e as possibilidades que isso comporta.

Compreendo que ‘Artista’ também traz, em suas palavras, esses elementos, quando contrapõe o andar e o caminhar, salientando que o caminhar não abarca apenas a funcionalidade explícita (do andar como movimento físico), mas sim, da autossoberania, da autoconsciência e do desenvolvimento da presença. Vejo, também, que ao considerar o caminhar como um ato de autoconsciência que “ativaria esse outro olhar”, ela apresenta certos aspectos do caminhar como uma mobilidade do próprio pensamento. Ao falar, ainda, sobre autossoberania, entendo que ela se refere ao poder sobre si mesmo quando ressalta: “Porque é você, apenas”. Assim, faço uma relação com a oportunidade de, partindo dessa mobilidade do próprio pensamento, impulsionar o sujeito à questionamentos e à tomada de suas próprias decisões, retemendo assim, à construção de sua autonomia.

De toda forma, lembro que reflexões como essas destacadas por ‘Visual’ e ‘Artista’ são um precioso ponto partida, porém, é essencial apontar que o caminhar envolve a *dinâmica dupla entre o eu e o outro*. Logo, as visões desses sujeitos transmitem a noção de que esse é mesmo um processo constante para todos nós, ou seja, é pelas frestas que se abrem a partir do momento em que compreendemos a caminhada como um *fim em si* que podemos começar a alargar nossas reflexões.

Assim, aponto que é sempre importante nosso aprofundamento em torno da consideração pelos elementos ligados ao encontro com o outro, ao apoio e ao diálogo, visto que como essa não é uma tendência presente em nossa sociedade, acaba sendo fácil não nos atentarmos para isso. A postura dos sujeitos com relação à realidade local, por exemplo, mostra um pouco sobre como, mesmo sem a intenção, podemos reproduzir uma desconsideração pelo contexto humano que não condiz com a formação de si como sujeito. Dessa forma, é o aprofundamento direcionado para além de nós mesmos (para o coletivo) que traz a abertura para a consolidação do *fazer-se sujeito pela caminhada*. Ou seja, não basta nos considerarmos *caminhantes*, é pelo reconhecimento do outro — e *com o outro* — que se torna possível nos colocarmos no mundo e diante do mundo como sujeitos-caminhantes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"É que ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar"* (FREIRE, 1992, p. 155).

A presente pesquisa partiu de um questionamento sobre o *ato de caminhar*, pensando-o como uma prática corporal repleta de significados culturais. Tendo essa prática como fio condutor das discussões encaminhadas aqui, tive a intenção de construir uma compreensão sobre o caminhar na “natureza” a partir do recorte dos parques, uma vez que esse contexto ambiental têm se tornado amplamente divulgado e procurado pelas populações urbano-industriais. Assim, foi a partir de minhas vivências e minhas percepções das práticas dos sujeitos inscritos nessa parcela da sociedade — e das minhas próprias, já que faço parte dessa parcela — que surgiram as inquietações endereçadas nesse trabalho. A intenção central da pesquisa foi compreender o significado do *ato de caminhar* praticado nos parques para o sujeito-caminhante e, ainda, refletir sobre os possíveis efeitos das caminhadas na “natureza” realizada nessas unidades de conservação na relação do praticante com a “natureza não-humana”.

Para isso, parti de quatro eixos estruturadores, sendo eles: 1) O Ato de caminhar; 2) Relação sociedade-natureza e proteção ambiental; 3) As caminhadas na “natureza” e sujeitos-caminhantes; e 4) A vivência em campo. A construção do aporte teórico-bibliográfico da pesquisa se originou do reconhecimento da necessária abertura interdisciplinar para a discussão do tema abordado aqui, uma vez que ele passa pela centralidade do sujeito e de sua prática do caminhar, mas assume como recorte o contexto do uso público nos parques. Então, inicialmente, abordei o ato de caminhar para além do seu entendimento comum como prática trivial, discutindo alguns significados desse ato que já foi uma necessidade para a sobrevivência, já foi visto como prática de inferioridade e, ainda, concebido como ato de lazer e recreação privilegiado. Enfim, múltiplos significados se manifestam e até se entrelaçam quando o tema é o ato de caminhar, sendo que, atualmente, destaquei o caminhar como uma escolha que desloca-nos em direção aos ambientes considerados “naturais”.

Abordei, também, que essa ligação entre caminhar e natureza não é exclusividade dos tempos atuais, apontando que esse laço nos remete ao movimento romântico. Destaquei que a sensibilidade romântica característica desse movimento se afirma por sua contraposição à realidade capitalista/moderna a partir de seu impulso anticapitalista (LÖWY E SAYRE, 2015). Mostrei também que, com os românticos, o ato de caminhar tornou-se central para a

experimentação e conhecimento do mundo — principalmente da natureza — e de si mesmo. Logo, reconheci algumas raízes do romantismo nos movimentos contemporâneos associados à temática ambiental.

Dentre essas heranças do romantismo, a valorização estética da “natureza selvagem” ligada ao papel dos poetas e escritores do romantismo se mostra, ainda hoje, presente em nossa concepção de parques (CRONON, 1996; DIEGUES, 2008). Assim, apresentei nosso modelo de proteção ambiental brasileiro e salientei a presença dessa ideia que, por sua vez, afirma uma dicotomia entre sociedade e natureza, uma vez que remete a uma noção de *pura naturalidade*, ou seja, de uma natureza intocada pela suposta marca devastadora da civilização humana. Por isso, reconheci a necessidade de revisão dessa concepção porque penso que temos reproduzido-a acriticamente, como se suas repercussões fossem completamente “inocentes”, quando na verdade, não são. Na verdade, conforme Diegues (2008) nos mostra, essa ideia tem repercussões muito reais e intensas nas vidas e nos modos de vida de muitas populações — indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, caiçaras, pescadores, camponeses. Populações que, por sua vez, evidenciam modos de vida *da terra e na Terra* que poderiam (e deveriam) nos inspirar bem mais do que essa ideia.

Por isso mesmo, questionei as intencionalidades positivas do uso público nos parques que, mesmo fundamentadas nessa visão dicotômica, almejam a aproximação entre sociedade e natureza sem reconhecer as contradições inscritas nesse modelo de proteção ambiental. Dessa forma, esclareci que o uso público em seu formato convencional cumpre um papel direcionado quase que exclusivamente às populações urbano-industriais, questionando os benefícios gerados a essa parcela específica da população em razão da fundamentação desse modelo de uso público. Logo, apontei que a discussão sobre esse tema, em geral, é pautada pela centralidade da visitação e do turismo e enfatizei a necessidade de revisão dessa perspectiva convencional a fim de construir um conceito mais autônomo e crítico.

Com essas ideias em mente, trouxe alguns apontamentos sobre as características das caminhadas na “natureza” em tempos atuais a partir de um *onde*, um *quando* e um *por que* e aproximei a discussão da categoria central de análise da pesquisa: o sujeito-caminhante. O delineamento dessa categoria foi necessário, uma vez que nossa problemática elege o sujeito-caminhante e seu processo de formação como referência para a reflexão da pesquisa. Assim, tendo em mente o aporte teórico-bibliográfico construído, apresentei os apontamentos sobre a vivência em campo no Parque Estadual da Serra do Papagaio (PESP) e parti para a construção das reflexões centrais fundamentadas nas colocações dos sujeitos da pesquisa. Os blocos de

interpretação construídos foram delineados para pensar o *onde*, o *quando*, o *porquê* e o *contexto* das caminhadas na “natureza”.

O debate sobre o “onde” permitiu apresentar uma discussão sobre as caminhadas como forma de uso público e, em se tratando da estruturação e da configuração desse uso, ficaram claras as dificuldades enfrentadas pela gestão do PESP. Dentre elas, se destacam os desafios por conta da dimensão territorial do parque e sua atual configuração (dispersão dos acessos, falta de portarias e afins) e os impedimentos advindos da realidade estrutural precária (recursos financeiros e humanos, entre outros). Logo, coube identificar que esses problemas não passam despercebidos pelos praticantes do uso público e, mais ainda, admitir que por conta deles, o uso público sofre para atingir seus objetivos (aproximação da natureza, conscientização, engajamento, etc.). Em geral, apontei que o olhar dos sujeitos da pesquisa transmitiu a falta de (re)conhecimento do PESP tanto porque esse parque não possui a estruturação devida — portaria, placas informativas, etc. —, quanto pela falta de contato/comunicação com a gestão (instrução, informações e interação com o praticante).

Por isso, vejo que a intencionalidade almejada pelo uso público de estimular que esses sujeitos se tornem “defensores” ou “adeptos” da conservação não é cumprida. Contudo, a intenção encaminhada pelo uso público de investir os sujeitos do ideário conservacionista consegue, de certa forma, esboçar sua concretização. Isso porque foi possível interpretar que esses praticantes do uso público reproduziram, em maior ou menor medida, certos princípios que regem esse ideário, como a *externalização da natureza*, a *natureza x homem: o bem contra o mal* e a *externalização e homogeneização do homem* (CATTANEO, 2004). Logo, a leitura dos sujeitos sobre esse contexto ambiental se mostrou mais alinhada a uma visão hegemônica. De toda forma, houve o reconhecimento de que, nesse caso, o uso público em si não tem um papel diretamente ativo na transmissão desses princípios, já que não estabelece uma comunicação próxima com esses sujeitos. Porém, identifiquei que ele certamente afirma, fortalece e divulga essas ideias e princípios que já existem no imaginário, tornando-os mais cristalizados na sociedade e nos sujeitos.

Já nos encaminhamentos sobre o “quando”, percebi a clara centralidade do tempo livre para as caminhadas na “natureza”, destacando também o sentido de fuga do cotidiano investido no movimento desses sujeitos. Assim, mostrei indicações de que eles associam o ambiente que consideram “natural” — o ambiente que reúne os fragmentos de natureza desejados — a um “refúgio” mediante a realidade normatizada e fragmentada da vida cotidiana. Por isso, achei necessário trazer alguns apontamentos sobre essa fuga do cotidiano e sobre o ambiente em que esse cotidiano se estabelece — a cidade. Na verdade, destaquei

que, em geral, a procura pelas caminhadas na “natureza” atua como uma justificativa para a fuga do cotidiano. Nesse sentido, quis mostrar que esses sujeitos reconhecem uma degradação de suas vidas cotidianas que é, também, muito associada ao “afastamento da natureza” vivido pelas populações urbano-industriais. Logo, em vista dessa degradação, há o ímpeto de fuga desse ambiente de vida (a cidade) e de suas adversidades. Considerando o modo de vida desses sujeitos urbano-industriais, o ímpeto de fuga faz sentido, já que o desconforto gerado por um cotidiano pautado em um ritmo frenético e marcado pela reprodução de obrigações maçantes é, à primeira vista, legítimo. Contudo, examinei as consequências desse ímpeto um pouco mais a fundo, refletindo sobre seus efeitos no combate às mazelas identificadas em primeiro lugar.

Com isso, reconheci que essa fuga do cotidiano não gera uma reflexão sobre as condições de vida que engendram o ímpeto da fuga, ou seja, não contribui para a construção de uma atitude de enfrentamento mediante a degradação da vida. Na verdade, compreendi que essa fuga é alimentada por uma visão da cidade como “negação da natureza”, criando uma *carência* de natureza nesse ambiente de vida cotidiana. Percebi, também, que a aparente carência é articulada para estimular o *consumo da natureza* a partir de um círculo vicioso: cria-se, nas populações urbano-industriais, a “necessidade” de “retorno a natureza” que, por sua vez, é eternamente acompanhada do regresso à vida cotidiana indesejada. Logo, destaquei que esse movimento tende a desconsiderar a presença da natureza na cidade e em nós e, por isso, atua mais para reforçar uma dicotomia entre sociedade e natureza que se revela também na dicotomia entre a cidade e o campo. Diante disso, discuti a necessidade de pensarmos a natureza como uma *realidade na cidade* em vista de alcançarmos uma revisão sobre nossa visão da natureza — a fim de não pensá-la fragmentada — e, também, sobre nossa visão da cidade para que seja possível um engajamento na construção da cidade que queremos a partir do reconhecimento e da apropriação da natureza que está presente em nossos cotidianos.

Nos apontamentos sobre o “por que”, salientei a espiritualidade não-convencional e/ou a filosofia pessoal dos sujeitos como fortes impulsionadores da busca pelas caminhadas na “natureza”. A partir disso, apontei que os sentidos de “cultivo de si” e “cultivo do ambiente”, conforme exposto por Carvalho e Steil (2013), se mostraram presente nas colocações dos sujeitos. O “cultivo de si” revelou elementos de certa espiritualidade não-convencional por conta de atribuírem à “natureza” características místicas ou divinas à “natureza”. Além disso, eles indicaram também sua busca por bem-estar, ou seja, sua preocupação com a saúde física e mental a partir de uma intenção de aperfeiçoamento de si obtido no contato com a “natureza”. Logo, identifiquei que os sujeitos da pesquisa transpareceram uma visão

idealizada da “natureza” — “boa”, “bela” e “dócil” — que reflete a importância da “natureza” para *suas vidas*, uma vez que tem uma forte centralidade na sua esfera de vida pessoal.

Até por isso, a potência do “ecologicamente orientado” foi amplamente destacada por eles, demonstrando que, em suas visões, a preocupação ambiental está entrelaçada aos comportamentos individuais. O sentido de “cultivo do ambiente”, então, se mostrou bem restrito ao contexto de suas vidas individuais, sendo associado a situações ou comportamentos pontuais como: reciclagem, utilização de “produtos naturais” — sejam de bem-estar, cosméticos, alimentícios — e até mesmo suas viagens para ambientes considerados “naturais”. Assim, busquei contextualizar tanto a legitimidade de um engajamento individual quanto das reivindicações pessoais por bem-estar — físico e mental —, mas, ao mesmo tempo, esclarecendo e enfatizando suas limitações face à complexidade da problemática ambiental. Por isso, alertei para os perigos de uma visão estritamente individualizada, apontando para as articulações midiáticas e de mercado envolvidas nesse sentido. Além disso, destaquei a necessidade de inscrever o debate ambiental às questões estruturais, sociais e políticas em busca da superação dessa leitura parcial a fim de caminharmos para a construção de uma agenda verdadeiramente ativa e coletiva.

Já no bloco sobre o contexto, ou seja, interpretando as posições, ideias e visões compartilhadas pelos sujeitos, percebi alinhamentos e desalinhamentos à categoria central traçada para a pesquisa — o sujeito-caminhante. Logo, foi necessário delinear outras categorias com o intuito de abarcar as proximidades ou distanciamentos nesse processo de *fazer-sujeito* pela caminhada. Partindo do sujeito-caminhante como aquele que considera o contexto (humano e natural) e significa a caminhada como um *fim em si*, foram construídas as categorias *do caminhante*, *do trilheiro* e *do visitante*. Ressaltei, ainda, que esse exercício de categorização não teve a intenção de rotular nenhum dos sujeitos ou determinar o que são e o que não são. Elas são compreendidas a partir de um *continuum*, então, percebo que nos afastamos e aproximamos delas em diferentes caminhadas, situações, viagens, relações e afins. A intenção é lembrar que qualquer processo de formação envolve um trabalho constante, um esforço diário para caminharmos em direção à posição que queremos ocupar no mundo. Portanto, a categorização exposta aqui quis, na verdade, refletir sobre as jornadas dos sujeitos da pesquisa nesse processo de formação do sujeito-caminhante.

Assim, para realizar o exercício de categorização, parti da interpretação sobre a consideração do contexto natural e humano por parte dos sujeitos e do significado que atribuíram ao ato de caminhar. Interpretando a apreensão dos sujeitos sobre a natureza “não-humana”, percebi uma ênfase nos fragmentos de natureza e na separação entre natureza

(“boa”) e sociedade (“destruidora”) presente em suas leituras. Vi que a “natureza boa”, por sua vez, é compreendida por eles a partir da ideia de “natureza selvagem” e salientei a importância da visualidade em suas experiências. Por conta disso, destaquei um movimento de estetização da “natureza” como paisagem exposto em razão desse apego à “natureza selvagem” que reflete tanto uma visão dicotômica quanto uma noção de paisagem enquanto cenário externo para suas práticas. Logo, interpretei que a compreensão do contexto natural dos sujeitos segue, em geral, uma visão hegemônica.

Já nos apontamentos sobre a apreensão do contexto “humano” compartilhada pelos sujeitos, percebi que, para eles, o contato com o entorno tem um caráter bem pontual e secundário, até mesmo por conta de suas breves permanências no local. Em geral, não parece existir uma reflexão sobre a relação entre a “natureza selvagem” — que tanto se quer encontrar — e as populações que se mantêm ali — em contato permanente com a natureza. Portanto, a consideração sobre o contexto humano, quando existe, tem um direcionamento mais generalizado, onde se assume a importância dessa realidade local, porém, sem tanto afincamento para encontros e trocas e, ainda, sem ponderações mais profundas a respeito dos efeitos de suas presenças nesses povoados, vilarejos ou localidades rurais.

Dessa maneira, reconheço que essas considerações sobre o contexto (humano e natural) contemplam todos os sujeitos da pesquisa, entretanto, coube também ressaltar as especificidades de cada um deles de acordo com as categorias de análise traçadas para a pesquisa. Sendo assim, ‘Engajada’ e ‘Objetiva’ se alinham a figura do visitante, ‘Energia’ e ‘Coragem’ ao trilheiro e, por fim, ‘Artista’ e ‘Visual’ ao caminhante. Isso porque, em primeiro lugar, ‘Engajada’, ‘Objetiva’, ‘Energia’ e ‘Coragem’ não se reconheceram como caminhantes e, na perspectiva da pesquisa, essa identificação de si como “caminhante” era essencial. Além disso, também não atribuíram um significado próprio ao caminhar, sendo que, em suas perspectivas, o *ato de caminhar* é apenas um meio para o contato com a “natureza”. Já ‘Artista’ e ‘Visual’, por sua vez, se identificaram como “caminhantes” e atribuíram ao caminhar o sentido de *fim em si mesmo*. Todavia, se afastaram de uma consideração mais aprofundada pelo contexto (humano e natural), uma vez que não assumiram a *dinâmica dupla entre o eu e o outro* em sua significação da caminhada e, ainda, reproduziram elementos de uma visão dicotômica de “natureza selvagem” em suas colocações.

Logo, alerta para as implicações dessa ideia de “natureza selvagem” afirmada no contexto dos parques e reforçada continuamente em nossos imaginários. Convencionalmente, a abertura pontual dessas UCs pelo uso público é reconhecida como uma



via de aproximação entre a sociedade e a natureza, contudo, o ideário conservacionista se sustenta em um discurso que assume toda ação humana como inerentemente danosa e, por isso mesmo, ignora as disputas e as tensões socioeconômicas envolvidas na sociedade e reduz sua complexidade social e cultural. Portanto, cabe se perguntar o que esse uso público tem proporcionado aos parques e, especialmente, à sociedade como um todo. Nesse sentido, destaco que a abertura das unidades de conservação de proteção integral na forma do uso público constitui certa conquista, já que existem linhas de pensamento que defendem mesmo um total isolamento. Entretanto, vejo que tomar o uso público apenas por máximas simplistas (como “conhecer para preservar”) não condiz com a realidade tensa e conflituosa que vivemos.

Em vista disso, indico que ao falarmos de uso público em parques, é preciso assumir que partimos da replicação de um modelo de proteção norte-americano fundamentado em ideias e valores advindos do longínquo século XIX. Logo, considero que (re)conhecer esse histórico é tão importante quanto (re)pensá-lo a partir da nossa realidade atual. Assim, penso que é essencial buscarmos referências mais próximas que permitam articular esse histórico às complexidades socioambientais que enfrentamos em tempos recentes e, por isso, enfatizei a perspectiva do *uso coletivo do espaço público*. Evidenciei que os parques podem ser pensados a partir de uma abordagem geográfica do espaço público (GOMES, 2018) e enfatizei que essa perspectiva revela a multiplicidade envolvida tanto no estabelecimento territorial dos parques quanto nos diferentes usos possíveis dessas UCs.

Nesse sentido, acredito que reconhecer o uso coletivo dos parques como um espaço público contribui para o reconhecimento dos distintos atores envolvidos nesse contexto ambiental e, também, favorece que o uso praticado pelas populações urbano-industriais seja direcionado pela noção de cidadania e não pelo consumo. Isso porque a lógica comercial que prioriza o consumidor no uso público tem ganhado cada vez mais terreno e, com ela, se estabelece uma glorificação do consumo (SANTOS, 2007; DEL GAUDIO, 2013). Vejo que, com isso, qualquer intencionalidade de aproximação entre sociedade e natureza fica profundamente prejudicada, reproduzindo-se a centralidade da mercantilização que, por sua vez, produz efeitos profundos e intensos conflitos socioambientais. Com isso, o parque (e a própria natureza) passa a ser tomado como objeto de consumo e, por isso mesmo, não é considerado como espaço para ser ocupado, apropriado, disputado e até mesmo (re)construído.

De outra forma, a perspectiva do uso coletivo do espaço público atua para dar destaque ao comprometimento que devemos ter em nosso uso e à nossa responsabilidade com

o ambiente e com o outro que compartilha esse ambiente conosco. Com isso, abre-se uma oportunidade para que os praticantes desse uso público reconheçam sua prática como uma prática ativa, isto é, que solicita uma postura reflexiva e crítica sobre esse contexto em que estão se inserindo. Logo, para que quaisquer daqueles objetivos buscados (aproximação, sensibilização, transformação) sejam possíveis, há a necessidade de revisão do olhar empreendido pela gestão. Portanto, a proposição do uso coletivo do espaço público abre caminho para uma concepção e planejamento dessa prática que invista mais no relacionamento com as comunidades, mais na comunicação com esses praticantes e nas possibilidades múltiplas para esse uso (de práticas culturais, lúdicas, esportivas, de aprendizado, entre outras).

Há, mesmo, um caráter utópico nesse sentido, porém, vejo que contribui por deixar explícito tanto o caráter coletivo quanto público dessas unidades de conservação. Isso significa mostrar e reconhecer os benefícios e as possibilidades, mas, também, as contradições e os conflitos inscritos nesse contexto. Significa, portanto, assumir as dinâmicas e os processos de ocupação, apropriação e uso desse território, presentes e passadas. Isso poderia contribuir tanto para a participação e apropriação da comunidade, quanto para o distanciamento daquela ênfase em uma natureza “intocada” ou “selvagem”. Enquanto esses elementos não forem reconhecidos, considerados e evidenciados, o papel da gestão em direção aos seus objetivos fica limitado, afinal, se a realidade daquele contexto não é devidamente (re)conhecida pelos sujeitos, como é possível refletir criticamente sobre ele?

Em outro sentido, vale pensar ainda que, para nós, praticantes desse uso, não basta também realizarmos nossas práticas passivamente ou a partir de uma contemplação afastada e fugaz, considerando que nossa inserção e nosso movimento ali não têm efeitos ou consequências. Especialmente porque a realidade territorial dos parques se configura, na maioria das vezes, reforçando a imagem do “rural-natural” (FIGUEIREDO, 2008) e, sendo assim, precisamos refletir sobre nosso imaginário e sobre o que ele implica, já que muitas vezes, temos como referência uma visão idílica e bucólica da natureza e ativamente buscamos por aquela “natureza selvagem” (idealizada e fragmentada). Contudo, ao mesmo tempo, não abrimos mão do nosso modo de vida urbano-industrial, das nossas demandas por padrões e por serviços urbanos diversos. Logo, nossa reprodução desse imaginário tem consequências nas vidas dessas populações rurais e, por isso, cabe nos atentarmos, também, para as pressões que exercemos nessas realidades socioespaciais e para a postura que assumimos ao realizarmos esse encontro.

O caminhar, em seu potencial de integrar — o eu e o outro, a individualidade e a sociabilidade, a diferença e a igualdade —, poderia atuar como prática que estimula essas reflexões. Contudo, percebo que, nos parques, as caminhadas na “natureza” têm, para os praticantes, apenas o significado de *meio* para o contato com a ideia de “natureza selvagem” tão presente nesse contexto ambiental. Portanto, essa prática afeta o sujeito mais no sentido de reforçar a visão hegemônica presente ali do que impulsionar a potência de subversão ao modo de pensar e agir dominantes (LABBUCCI, 2013). Ou seja, incorporado ao uso público como uma prática banal, o caminhar é visto, na maioria dos casos, por um olhar utilitário e instrumental, conforme apontado nos alinhamentos do visitante e do trilheiro.

Esse olhar limitado sobre o caminhar têm efeitos na relação dos sujeitos com a natureza e pode ser associado a algumas repercussões nas visões e relações que constroem com ela. Pode, por exemplo, acabar estimulando uma supervalorização do destino, reforçando mais o consumo da natureza do que a experiência na natureza e pode, ainda, reforçar uma valorização unicamente estética que fragmenta e idealiza a natureza. Além disso, também toma o caminhar como um simples deslocamento físico, voltado mais para habilidades, para desempenho e até para competitividade, sem levar em conta as possibilidades que essa prática pode engendrar, especialmente, por sua potência de questionamento e integração.

De outra forma, penso que não se trata de atribuir ao caminhar o caráter de prática milagrosa e garantidamente transformadora, ou melhor: não se trata de considerar o caminhar pela mesma ótica otimista que é enfatizada quando se fala de uso público. Trata-se de levar em conta o seu potencial, já que “Caminha-se sempre dentro de um contexto natural e de um contexto social: e, como já dissemos, uma vez que os pés fazem o pensamento se movimentar, é inevitável questionar e questionar-se” (LABBUCCI, 2015, p. 54). Entretanto, tal potência é mesmo deixada de lado, uma vez que nas discussões sobre as caminhadas em parques, seja no âmbito da gestão ou até dos grupos que praticam o uso público, ouvimos falar muito mais sobre *trekking*, *hiking*, equipamentos, sinalização e quase nada sobre experiência, contato e integração. Não quero, com isso, diminuir ou desconsiderar a importância das ações e planejamentos técnicos nesse sentido, até porque como caminhante, sei que essa prática em determinados ambientes precisa envolver a atenção para questões de risco, segurança e afins. Contudo, não penso que o olhar empreendido seja pela gestão ou pelo praticante deve parar aí. Isso porque, no caso da gestão, esse olhar restringe a discussão a uma lógica tecnicista e comercial e, no caso do sujeito, pauta sua prática para um direcionamento consumista e individual.

Em vista disso, a presente pesquisa, evidenciou a necessidade de se renovar a lógica do uso público que divulga e populariza essas caminhadas na “natureza”. Assim, destaco que é preciso assumir com seriedade que qualquer processo que intencione a “aproximação entre sociedade e natureza” envolve divulgar e debater as questões políticas e sociais inscritas na problemática ambiental. Se esquivar disso apenas acaba abrindo caminho para que diferentes interesses e poderes específicos propaguem sua hegemonia. Por isso, também busquei apresentar o caminhar como uma prática alternativa que carrega potenciais, ideias e valores distintos daqueles dominantes nos tempos atuais. Nessa perspectiva, vejo que caminhar pelo mundo é um ato que promove o contato *com o outro* e com nossa realidade, favorece que nos vejamos como *ativos* e estimula nosso *movimento na vida*. Logo, tem o potencial de instigar o questionamento, a troca e o envolvimento coletivo tão necessário para nossa sociedade atualmente. Contudo, sem a mencionada revisão no contexto dos parques, essa potência se perde porque não se atenta para uma intencionalidade ambiental-educativa.

Nesse sentido, a reflexão central permitiu, ainda, ponderar sobre o processo de *fazer-se sujeito pela caminhada* — sobre a formação do sujeito-caminhante — que deve mesmo ser considerado como uma formação crítica originada pelo interesse dos sujeitos em praticar suas caminhadas na “natureza”. Com isso, evidenciei a importância da reflexão, por parte dos sujeitos, sobre o contexto em que se inserem ao caminhar a fim de superar aquele olhar limitado voltado às caminhadas. Portanto, vejo que é necessário nos atentarmos ao conteúdo social e político de nossas caminhadas, no sentido de que é preciso mesmo se importar com o caminho, se importar com o *quê* e com quem a gente encontra em nossos caminhos.

Assim, acredito que falamos aqui das caminhadas na “natureza” para além do seu entendimento comum ou como prática banal, mas como um ato repleto de significados que, por sua vez, revelam algo sobre nós mesmos, mas também sobre como vemos e nos relacionamos com o mundo, com a natureza e com o outro. Por isso, vejo que a presente pesquisa se apresenta como primeiro esforço para adentrar em um tema atual que invoca a complexidade inscrita nos movimentos contemporâneos ligados ao debate ambiental. Conseqüentemente, fica o reconhecimento das limitações do estudo, especialmente, em vista do recorte delineado. Contudo, espero que esse seja um pontapé inicial para direcionar outros estudos engajados nesse tema e, com isso, fica a esperança de que as reflexões construídas aqui sejam objeto de análises e aperfeiçoamento e, também, sirvam de fundamentação para outras pesquisas, mais amplas e aprofundadas.

## REFERÊNCIAS

AMATO, J. A. **On foot: a history of walking**. New York: NY University Press, 2004.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Trabalho - Setor de Ocupação Aiuruoca - MG. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

BARCELLOS, G. H. **A crise ambiental e a mercantilização da natureza**. In: HISSA, C. E. V. (org.) **Saberes Ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BARRETTO FILHO, H. T. **Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira**. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2001.

BARROS, M. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BEDIM, B. P. **O espaço capitalista da natureza e seu (contra)uso turístico: a dialética da visitação pública em áreas protegidas - um ensaio teórico**. Caderno Virtual de Turismo, vol. 7, núm. 3, 2007, pp. 75-89.

BONDÍA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20-28, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília, 18 jul. 2000.

BRUHNS, H. T. **A busca pela natureza: turismo e aventura**. São Paulo: Manole, 2009.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARROLL, L. **Aventuras de Alice no País das Maravilhas; Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CAETANO, M. J. **Ética e Meio Ambiente: reflexões sobre os lugares do homem na contemporaneidade**. In: HISSA, C. E. V. (org.) **Saberes Ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CATTANEO, D. **Identidade Territorial em Unidades De Conservação: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2004.

CARVALHO, I. C. M. **A Invenção Ecológica: Narrativas e Trajetórias da Educação Ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS (Série Estudos Rurais), 3ª ed., 2008.

CARVALHO, I. C. M.; STEIL, C. A. **natureza e imaginação: o deus da ecologia no horizonte moral do ambientalismo**. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. XVI, n. 4 n p. 103-120 n out.-dez., 2013.

CASTRO, R. C. L. **Avaliação da efetividade de Gestão e do Uso Público no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – MG**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, 2007.

COVERLEY, M. **A arte de caminhar: o escritor como caminhante**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CRONON, W. **The Trouble with Wilderness: Or, Getting Back to the Wrong Nature**. *Environmental History*, vol. 1, n. 1, jan., 1996, pp. 7-28. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3985059>> Acessado em: 06 jan. 2020.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (org.) **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5ª ed., 2009.

DEL GAUDIO, R. S.; PEREIRA, D. B (org.). As ideologias e a exclusividade da natureza – Aproximações. In: DEL GAUDIO, R. S.; PEREIRA, D. B (org.). **Geografias e ideologias – Submeter e qualificar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, USP/CEC, 6ª ed. ampliada, 2008.

DAVENPORT, L. RAO, M. A História da Proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C.. DAVENPORT, L.; RAO, M. (org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Editora da UFPR. Fundação O Boticário, 2002.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2ª ed., 1994.

FIGUEIREDO, E. **Imagine There's No Rural The Transformation Of Rural Spaces Into Places Of Nature Conservation In Portugal**. *European Urban and Regional Studies*, ano. 15, v. 2, p. 159–171, 2008.

FREIRE, P. M. O. **Ecoturismo e Educação Ambiental: reflexões sobre a formação do sujeito ecológico**. Monografia (graduação). Graduação em Turismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GALEANO, E. De **pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.

GAMA, A. Notas para uma geografia do tempo livre. In: SANTOS, N. P.; GAMA, A. (org.). **Lazer: da libertação do tempo à conquista das práticas**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

GARCIA, L. V. M. **Cachoeira Da Mariquinha: Impactos E Potencialidades Do Uso Público No Parque Nacional Dos Campos Gerais-PR**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015.

GODOY, A. **O modelo da natureza e a natureza do modelo**. São Paulo Perspectiva, vol. 14, n. 4, São Paulo, out./dez., 2000.

GOMES, P. C. C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GOMES, P. C. C. **Espaço Público, Espaços Públicos**. GEOgraphia, V..20, n. 44, set./dez, 2018.

HARARI, Y. N. **Sapiens – Uma breve História da Humanidade**. 5 ed., Porto Alegre: L&PM, 2015.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HISSA, C. E. V. Cidade e ambiente: dicotomias e transversalidades. HISSA, C. E. V. (org.) **Saberes Ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HISSA, C. E. V.; MELO, A. F. O lugar e a cidade: conceitos do mundo contemporâneo. In: HISSA, C. E. V. (org.) **Saberes Ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HISSA, C. E. V. Território de diálogos possíveis. RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S., (orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009.

HISSA, C. E. V.; OLIVEIRA, J. R. **O trabalho de campo: reflexões sobre a tradição geográfica**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia. v. 24, n.1-2, jan./dez., 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

ICMBIO, Brasil Ganha Rede de Trilhas de Longo Curso. **Biodiversa - Revista eletrônica do ICMBio**. Edição 06, ano 01, outubro, 2018.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Ibitipoca**. Encarte 1 – Diagnóstico do Parque e Encarte 2 – Planejamento e Manual de Gestão. Belo Horizonte, 2009.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Papagaio**. Revisão do Uso Público do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra Do Papagaio. Belo Horizonte, 2016.

HARARI, Y. N. **Sapiens – Uma breve História da Humanidade**. 5 ed., Porto Alegre: L&PM, 2015.

JUNQUEIRA, M. G. P. **Consenso e conflito na região da Serra do Papagaio**. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017

KRENAK, A. "O modo de funcionamento da humanidade entrou em crise", opina Ailton Krenak. [Entrevista concedida a] Bertha Maakaroun. **Estado de Minas**, Minas Gerais, 03 abr. 2020.

LABBUCCI, A. **Caminhar, uma revolução**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LAYRARGUES, P. P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. *In.*: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. de S. (orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. p. 179-219. São Paulo: Cortez. 2002.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Montevideu: Coscoroba Ediciones, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. *In.*: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (org.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

LÖWY, M.; SAYRE, R. **Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 1ª ed., 2015.

MAGRO, T. C. **Impactos do uso público em uma trilha no planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. Tese (Doutorado), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 1999.

MARQUES, M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre, São Paulo Ano 18, n. 19 p. 95-112 jul./dez. 2002.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MCCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.



MILANO, M. S. Prefácio. In: TAKAHASHI, L. **Uso Público em Unidades de Conservação**. Cadernos de Conservação, ano 02, n. 02, out, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**, 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**, 2006. 65p. Disponível em: <[https://www.mma.gov.br/estruturas/ascom\\_boletins/\\_arquivos/livro.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/livro.pdf)> Acessado em: 19/09/2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Revista Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**, 2011. 16p. Disponível em: <<https://goo.gl/5YRF6x>>. Acessado em: 16/08/2018.

MEDEIROS, R. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. Ambiente & Sociedade – Vol. IX nº 1, jan./jun., 2006.

MICALOSKI, M. M. **Uso público no Parque Estadual do Monge, Lapa-PR**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, 2017.

MONTE-MÓR, R. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In.: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território - Globalização e Fragmentação**, 4 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MORIN, E. **Para além do Iluminismo**. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, n. 26, abril, 2005, pp. 24-28.

NÓBREGA, P. R. C. **Leituras sobre o cotidiano, a cotidianidade e a centralidade do estudo da vida cotidiana na reprodução do urbano**. Revista Rural & Urbano, Recife. v. 02, n. 02, p. 26-46, 2017.

OLIVEIRA, A. P. **A construção participativa do plano de uso público do setor 03 do Parque Estadual Serra das Andorinhas e da APA Araguaia, estado do Pará**. Dissertação (Mestrado). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia, 2013.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional: As Origens da Ecologia Política no Brasil. In: J. A. Pádua (org.), **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

PALHA, F. P. **Campo e rural idílicos como falácia: minério-dependência, incompletude urbana e injustiça ambiental-hídrica em Brumadinho (MG)**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

PIMENTEL, D. S. **Parcerias para a gestão do uso público em parques**. Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação. Vol 1, nº 1, 2013, Niterói/RJ.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROCHA, S. M. Mídia e meio ambiente – reflexões sobre a natureza de uma relação. In: HISSA, C. E. V. (org.) **Saberes Ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RONCAGLIO, C. **A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 19, p. 111-128, jan./jun., 2009.

ROSA, J. G. O espelho. In: ROSA, J. G. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 113-120.

SANCHO, A. S. P. **Des-Ordenamento territorial e unidades de conservação**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 5ª ed., 2008.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. G.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: A diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. S. (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa **Participante: Alteridade e Comunidades Interpretativas**. Psicologia USP, 17(2), 11-41, 2006.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. 1 ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

SOLNIT, R. **A História do Caminhar**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

TAKAHASHI, L. **Uso Público em Unidades de Conservação**. Cadernos de Conservação, ano 02, n. 02, out, 2004.

THOMAS, K. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOURAINÉ, A. **Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VALLEJO, L. R. **Uso Público em Áreas Protegidas: Atores, Impactos, Diretrizes de Planejamento E Gestão**. Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação. V. 1, nº 1, 2013, Niterói/RJ.

## APÊNDICE A

### **Roteiro para entrevista semi-estruturada com os sujeitos da pesquisa.**

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ **Nome:** \_\_\_\_\_  
**Idade:** \_\_\_\_\_  
**Contato:** \_\_\_\_\_ **Sexo:** ( ) masculino ( ) feminino  
**Cidade:** \_\_\_\_\_ **Estado:** \_\_\_\_\_ **Ocupação:** \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

- 01- Qual o motivo da sua visita ao parque hoje?
- 02- Hoje você está....? (Sozinho? Grupo? Família? Amigos?). Normalmente, suas práticas de caminhada são...? (Sozinho? Grupo? Família? Amigos?). De que maneira você prefere?
- 03- Como foi sua caminhada hoje? Do que você se lembra?
- 04- Alguma coisa chamou sua atenção ou te marcou? Como você se sentiu?
- 05- Você acha que vai levar algo dessa caminhada de hoje com você, quando retornar para sua dia-a-dia? O quê e por quê?
- 06- Você se considera um caminhante, um praticante da caminhada? Qual a importância dessa prática para você? Desde quando você pratica?
- 07- Você já visitou esse parque antes? Conhece outros parques? Tem o hábito de frequentar parques?
- 08- O que você acha desse parque? Qual a sua opinião sobre ele? Qual a importância do parque para você? O que os parques representam para você?
- 09- Você sempre caminha nos parques? Ou também pratica a caminhada em outros locais? Quais?
- 10- Para você, existe diferença entre caminhar aqui no parque e em outros ambientes, outros locais? Qual diferença?
- 11- Se você não tivesse o hábito de caminhar no parque, praticaria a caminhada em outro local, em outro ambiente? Acha que teria diferença? Por quê?
- 12- Você se lembra de como começou a praticar a caminhada? Onde, em que contexto, com quem?
- 13- Hoje, o que te motiva a praticar a caminhada? Qual é o significado dessa prática para você atualmente? Isso mudou, em algum sentido, desde que você começou a praticar?
- 14- O que você sente em suas caminhadas? Porque você escolhe manter essa prática em sua vida?
- 15- Quais as experiências de caminhadas foram mais marcantes para você? Por quê?

16-Quando se fala de natureza, em quê você pensa? Qual o sentido/significado da natureza para você?

17-E você vê essa natureza em sua vida? Em quais situações/momentos?

18-Como você entende a sua relação com a natureza?

19-Você acha que caminhada tem algum papel, alguma influência nessa relação? Qual?

20-Para você, o parque representa essa natureza? A natureza que você se relaciona?

21-Poder praticar a caminhada aqui, no parque, é importante para você? Você acha que caminhar aqui afeta a sua relação com a natureza? Em quê? Como?

21-Você acha que poder caminhar no parque contribui com a sua relação com a natureza? E acha que você contribui, como caminhante, para a conservação da natureza? Se sim, como?

22-Você visitou a cidade (o povoado) antes de vir para o parque? Conversou com alguém lá? E aqui no parque? Você teve contato com alguém?

## APÊNDICE B

### Roteiro para entrevista semi-estruturada com gestor do PESP.

**Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ **Nome:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_

**Contato:** \_\_\_\_\_ **Sexo:** ( ) masculino ( ) feminino

**Cidade:** \_\_\_\_\_ **Estado:** \_\_\_\_\_ **Formação:**

\_\_\_\_\_

Há tempo você trabalha no parque? Você atua ou já atuou na gestão do uso público no parque?

Para você, o que significa o uso público nos parques? O que ele representa? Qual o objetivo de se implementar o uso público nos parques?

Como funciona a gestão desse uso público aqui no parque? Como funciona o planejamento?

O que esse uso público proporciona para o parque? Quais os benefícios desse uso para a UC?

Quais as preocupações do parque em relação a esse uso público?

Quais são os atores desse uso público aqui no parque? Quem é envolvido nesse âmbito do uso público, junto com a gestão? Existe algum envolvimento da comunidade?

Quais as atividades de uso público você reconhece como mais praticadas aqui?

Existe algum controle ou contato entre a gestão e as pessoas que realizam essas atividades?

O que você acha que esse uso público pode oferecer para essas pessoas?

## APÊNDICE C

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**Mestranda:** Patrícia Michelle de Oliveira Freire.

**Tel.:** (31) 9 9734-4453

**E-mail:** pmofreire@hotmail.com

**Orientador:** Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto.

Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora

O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa no âmbito do mestrado intitulada: **“AS CAMINHADAS E O SUJEITO-CAMINHANTE: significados e compreensões do ato de caminhar na "natureza"”**. Essa pesquisa tem como objetivo estudar sobre as caminhadas praticadas nos parques e, ainda, refletir sobre os (possíveis) efeitos que essa prática tem na relação do praticante com a natureza.

Sua participação no estudo consistirá na realização de uma entrevista semi-estruturada, respondendo questões sobre a sua prática de caminhada nos parques. O(A) Sr.(a) tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, mesmo após o início da entrevista, sem qualquer prejuízo.

A entrevista realizada será gravada e/ou anotada e os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Está assegurada a garantia do sigilo das suas informações, ou seja, suas respostas serão tratadas de forma anônima, por isso, seu nome não será divulgado em qualquer fase do estudo. Os dados coletados serão utilizados apenas para a pesquisa e os resultados serão divulgados em eventos ou, ainda, em revistas científicas.

Sua participação é voluntária, por isso, o(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada à sua participação na pesquisa. A pesquisa não apresenta riscos para você, visto que envolve apenas o tempo dispensado em responder as perguntas.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito da pesquisa: **“AS CAMINHADAS E O SUJEITO-CAMINHANTE: significados e compreensões do ato de caminhar na "natureza"”**. Ficaram claros para mim os propósitos do estudo e sei que posso solicitar novas informações ou a minha retirada do estudo, se assim desejar.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

Nome completo: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_